

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**GEDRA – GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**

Erika Vanessa Moreira

**A RURALIDADE E A
MULTIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS
RURAIS DE PIEDADE E PILAR DO SUL-SP.**

**Presidente Prudente
Junho de 2012**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**GEDRA – GRUPO DE ESTUDOS DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**

Erika Vanessa Moreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente para obtenção do título de Doutora em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

**Presidente Prudente
Junho de 2012**

Moreira, Erika Vanessa.

M837r A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e
Pilar do Sul-SP / Erika Vanessa Moreira. - Presidente Prudente : [s.n], 2012

377 f. : il.

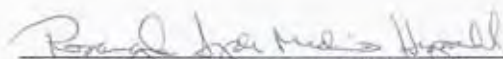
Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Ruralidade. 2. Multifuncionalidade. 3. Estratégias. I. Hespanhol,
Rosangela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. A ruralidade e a multifuncionalidade
dos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP.

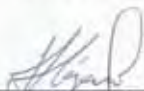
BANCA EXAMINADORA



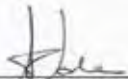
PROFA. DRA. ROSÂNGELA APDA. DE M. HESPANHOL
ORIENTADOR



PROFA. DRA. ROSÂNGELA CUSTÓDIO CORTEZ THOMAZ
(UNESP/Rosana)



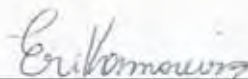
PROF. DR. ANTÔNIO LAZARO SANT'ANA
(UNESP/Ilha Solteira)



PROFA. DRA. ANA RUTE DO VALE
(UNIFAL)



PROFA. DRA. RUTH YOUKO TSUKAMOTO
(UEL)



ERIKA VANESSA MOREIRA

Presidente Prudente (SP), 31 de agosto de 2012.

Resultado: 

*Ao meu avô Eduardo, que descansou
antes da conclusão desta tese...*

*A minha avó Clarinda, que luta pela
vida...*

Ao meu noivo Leandro, meu alicerce.

AGRADECIMENTOS

A finalização de uma tese envolve uma verdadeira *rede social*. Os nomes que aqui constam estiveram direta e indiretamente presentes na consecução deste trabalho. Foram meses em que tive que conviver com problemas pessoais e com as responsabilidades acadêmicas.

A Deus, nosso protetor e nossa luz, por iluminar nossos percalços e mostrar que tudo tem um objetivo para acontecer.

Aos avós maternos, Eduardo (*in memorian*) e Clarinda, pela criação e estímulos.

Aos avós paternos, Shiguei e Tereza, pela constante preocupação.

Aos meus pais, Deonice e Shinco, pela oportunidade.

À Rosângela Hespanhol, pelo apoio, orientação por onze anos e compreensão nos momentos que precisei. A minha eterna orientadora.

À família Moreira, pela força.

Aos colegas do GEDRA (turmas pioneira e contemporânea), Adriano, Aline, Anderson, Carlos, Diane, Douglas, Evandro, Fernando, Guilherme, Hellen, Jéssica, Larissa, Maryna, Roberta, Robson, Sergio e Vania pelos bate-papos na sala do grupo e pelas reuniões periódicas.

Aos colegas da Pós-Graduação, sobretudo aos ingressantes da turma de 2008.

A todos os professores da Pós-Graduação, em especial àqueles responsáveis pelas disciplinas cursadas.

Aos amigos da Pós-Graduação (turma de 2008), Adriano Amaro, Carla Leão, Cláudia Yuri e Renan, Clayton, Cleverson, Diane, Emmanuel, Rafael Catão e Raquel, Valéria, Vitor e Leda, Talita.

Ao Professor Eliseu Sposito, pela oportunidade de participar do estágio-sanduíche em Havana, por meio do Projeto de Cooperação Brasil-Cuba.

Aos professores Maria Encarnação Beltrão Sposito (Carminha) e Arthur Magon Whitacker. Embora já os admirasse, sem dúvida foi a experiência em Cuba a que nos aproximou profissional e pessoalmente.

Ao Professor Eduardo Sanmarful Orbis, pela orientação em Havana.

À CAPES, pela bolsa-sanduíche em Havana, Cuba.

À FAPESP, pela bolsa doutorado que contribuiu para o pleno desenvolvimento da pesquisa de campo e levantamento teórico.

Aos professores Rosangela Custodio Thomaz e Antonio Lázaro Sant'Ana pela leitura minuciosa e pelas valiosas contribuições no exame geral de qualificação.

Aos alunos da disciplina Geografia Rural (matutino e noturno) pela oportunidade de debater o espaço rural e as questões inerentes ao mundo agrário.

À professora salvadorenha Ana Mabel pelas valiosas aulas de espanhol.

À professora Alvina Rotta pela minuciosa correção ortográfica.

Ao casal Pepe e Adis pela hospitalidade e pelo apoio familiar oferecido durante a minha estadia em Havana.

Aos professores Reynier Rico e Xiomara Moreno pelo suporte oferecido durante a minha estadia em Cienfuegos.

Aos professores Alfonso e Annelis (sem esquecer da pequena Camila) pela imensa ajuda durante a pesquisa de campo em Camaguey.

Ao pessoal do CEDEM que gentilmente me proporcionou um espaço para realizar a missão de estudo em Havana.

Aos professores Ana Rute do Vale, Ruth Tskukamoto e novamente a Rosangela Custodio Thomaz e ao Antonio Lázaro Sant'Ana pela participação na banca de defesa da Tese.

A todas as cooperativas e associações visitadas em Piedade e Pilar do Sul.

Ao casal Maria Aparecida e Noel, de São Miguel Arcanjo, pela hospitalidade oferecida durante nossa pesquisa de campo aos meninos Wellington, Tamires (Tata) e Paloma, pelo apoio com as entrevistas.

Aos produtores rurais entrevistados de Piedade e Pilar do Sul, pela disponibilidade e pela atenção durante a pesquisa de campo.

Ao meu noivo, Leandro, que foi fundamental em todas as etapas desta tese, sendo o meu grande incentivador nesta caminhada.

O centro do mundo está em todo lugar.
O mundo é o que se vê de onde se está.
(Documentário Milton Santos, 2005)

RESUMO

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. Presidente Prudente, 2012. 380f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

O principal objetivo do trabalho de doutorado foi abordar a ruralidade e a multifuncionalidade no espaço rural dos municípios paulistas de Piedade e Pilar do Sul, a fim de compreender as especificidades regionais. Defendemos a tese de que as funções existentes no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul são oriundas de demandas urbanas e não levam, necessariamente, à marginalização da atividade agrícola, pelo contrário, a agricultura permitiu e favoreceu a existência de outras funções. A ruralidade contemporânea não é apenas uma característica cultural perpetuada e construída no espaço rural, senão também a expressão de um modo de vida em que o saber-fazer, as relações interpessoais e os valores são estabelecidos numa relação intersubjetiva entre os indivíduos e o espaço, independente da sua localização, seja rural ou urbana. Utilizamos como procedimentos metodológicos para alcançar o objetivo estabelecido: levantamento bibliográfico; coleta e sistematização de dados tanto de fonte secundária obtidos em várias fontes, entre 1970 e 2006, quanto de fonte primária, por meio de questionário, aplicado junto a 90 produtores rurais em Piedade e 67 em Pilar do Sul. Também entrevistamos os responsáveis pelos órgãos públicos relacionados ao turismo e à agricultura e estabelecimentos não agrícolas. As *estratégias econômicas e sociais* praticadas pelos produtores rurais foram os parâmetros usados para compreendermos a ruralidade contemporânea. A partir delas podemos mensurar e comparar os sistemas produtivos, as técnicas utilizadas, as relações contratuais adotadas etc. Os resultados da pesquisa de campo reforçam que a agricultura é a principal fonte de renda para 85,1% dos produtores rurais pesquisados em Pilar do Sul e 74,4% em Piedade. Constatamos que a combinação de atividades e rendas são formas de estratégias orçamentárias. O uso do fogão à lenha, a linguagem popular caipira, o emprego de ervas medicinais e a forte religiosidade são características culturais dos moradores dos bairros rurais que permanecem até o contexto atual.

Palavras-Chave: Ruralidade. Multifuncionalidade. Estratégias sociais e econômicas. Bairros rurais. Pilar do Sul e Piedade.

ABSTRACT

MOREIRA, Erika Vanessa. **The rurality and multifunctionality in rural spaces of Piedade and Pilar do Sul-SP**. Presidente Prudente, 2012. (Doctor's degree in Geography) - School of Science and Technology – Paulista State University, Presidente Prudente.

This thesis aims to analysis the rurality and multifunctionality in rural spaces of Piedade and Pilar do Sul municipalities, in order to understand the regional specifics. Our thesis is that the existing functions in rural spaces of these municipalities are the outcome of urban demands that does not necessarily lead to marginalization of agriculture. By contrast, agriculture in both municipalities allowed and encouraged the existence of other functions. The contemporary rurality is not just a cultural feature perpetuated and built in rural spaces, but also the expression of a lifestyle in which the know-how, the interpersonal relationships and the values are established from the intersubjective relationship between people and space, regardless of their location – whether rural or urban. To achieve the goal of this thesis, we used a set of working methods, such as bibliographical research, data collection and systematization through secondary sources (from 1970 to 2006) and applied questionnaires to 90 and 67 farmers of Piedade and Pilar do Sul municipalities, respectively. There were also interviews with those responsible for public agencies related to tourism and agriculture and non-agricultural establishments. The social and economic strategies practiced by farmers were the parameters used to understand the contemporary rurality, because from them we can measure and compare the systems, the techniques, the adopted contractual relationships and so forth. The results of fieldwork support that agriculture is the main source of income for 85.1% and 74.4% of surveyed farmers, respectively, of Piedade and Pilar do Sul municipalities. We found that the combination of activities and income are ways of budget strategies. The use of wood stove, the “caipira” folk language, the use of medicinal herbs, and the strong religiosity are the cultural characteristics of residents in rural neighborhoods that remain to the current context.

Keywords: Rurality. Multifunctionality. Social and economic strategies. Rural neighborhoods. Piedade and Pilar do Sul municipalities.

SUMÁRIO

	Apresentação.....	31
1	Introdução.....	32
1.1	Objetivos	31
1.2	Hipótese.....	33
1.3	Percurso metodológico.....	36
1.4	Da microrregião geográfica ao bairro rural: <i>recorte espacial</i>	41
1.5	Estrutura da tese.....	47
2	O rural e a ruralidade.....	50
2.1	O rural além da definição oficial: <i>conceituações teórico-metodológicas</i>	51
2.2.	O campo e a sociedade urbana: <i>leitura a partir das ideias de Lefebvre</i>	71
2.3.	O renascimento rural: <i>leitura a partir das contribuições de kayser</i>	74
2.4.	Ruralidade tradicional e ruralidade contemporânea.....	77
2.4.1	A nova ruralidade no contexto latino-americano.....	83
2.4.2	Variáveis da ruralidade contemporânea: <i>como quantificar?</i>	90
2.5	Resumo do capítulo.....	96
3	O rural e a ruralidade no contexto histórico da MRG de Piedade.....	97
3.1	Região de Paranapiacaba: <i>historicidade</i>	100
3.1.1	O sistema de sesmaria na região e o declínio da mineração em Minas Gerais.....	100
3.2.	O tropeirismo e a importância da região no cenário nacional.....	105
3.3	Lei de terras e imigração: <i>combinações tensionadas</i>	108
3.3.1.	O cooperativismo e a participação da imigração japonesa na agricultura.....	118
3.3.2	O imigrante japonês e sua participação no cenário agrícola.....	121
3.4	A população rural e o processo de urbanização na MRG de Piedade.....	128

3.4.1.	Perfil demográfico e urbanização na MRG de Piedade.....	133
3.5.	Resumo do capítulo.....	140
4	O agrícola no espaço rural na MRG de Piedade.....	141
4.1.	Estrutura fundiária: predominância de propriedades com até 50 hectares.....	142
4.2.	Utilização das terras: <i>diversificação e semi-especialização produtiva</i>	152
4.3	Pessoal ocupado e condição do produtor rural na MRG de Piedade.....	168
4.4	Crédito agrícola e formas de organização coletiva.....	170
4.5	Resumo do capítulo.....	182
5	Multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural em Piedade e Pilar do Sul.....	183
5.1.	Diferenças conceituais e geográficas – <i>PAC e Programa Leader</i>	183
5.2.	Multifuncionalidade no espaço rural.....	190
5.3	A multifuncionalidade construída na agricultura de Piedade e Pilar do Sul.....	194
5.3.1	Lazer e Turismo: <i>tipos e modalidades</i>	196
5.3.2	Prestação de serviços.....	220
5.3.3	Novas formas de habitat: <i>loteamentos de chácaras e chácaras. de finais de semana</i>	222
5.4	Resumo do capítulo.....	225
6	Os bairros rurais de Piedade e Pilar do Sul.....	226
6.1	Caracterização dos bairros rurais.....	226
6.2	História e memória: <i>imigrantes e migrantes</i>	231
6.3	Infraestrutura e serviços de uso coletivo nos bairros rurais.....	239
6.4	O rural e o cultural: <i>religiosidade</i>	259
6.5	Resumo do capítulo.....	269
7	As múltiplas estratégias sociais e econômicas nos bairros rurais: <i>facetas da ruralidade contemporânea</i>	271
7.1.	As estratégias mercantis e não mercantis.....	271

7.1.1.	No debate teórico das estratégias: <i>família e bairro rural</i>	275
7.2.	As estratégias fundiárias e o acesso à terra.....	281
7.3	As estratégias de comercialização e institucionais.....	286
7.4	As estratégias técnicas.....	304
7.5	As estratégias organizacionais.....	308
7.6	As estratégias orçamentárias.....	311
7.7	Resumo do capítulo.....	319
8	Conclusão.....	320
9	Referências	327
10	Apêndice	349

LISTA DE FIGURAS

01	Roteiro Branco, que abarca a área central de Piedade.....	210
02	Roteiro Azul, que abarca a porção norte do município de Piedade.....	210
03	Roteiro amarelo, que abarca a porção oeste do município de Piedade.....	211
04	Roteiro Verde, que contempla a porção sul do município de Piedade.....	211

LISTA DE FOTOGRAFIAS

01	Praça central e coreto em Pilar do Sul na década de 1940, área adquirida pela Diocese de Sorocaba.....	104
02	Igreja situada na Praça central em Pilar do Sul, no ano de 2009.....	104
03	Família de Yoshio Sasaki, de Pilar do Sul.....	113
04	Entrada da Biblioteca do Bairro Colônia Pinhal.....	116
05	Entrada do núcleo da Colônia Pinhal fundada em 1963, com o apoio da Cooperativa Sul Brasil.....	116
06	Portal construído na entrada da Colônia Pinhal, entre São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul-SP, em homenagem aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil.....	117
07	Portal construído na entrada do município de Piedade-SP, no sentido Tapiraí, em frente à Associação Cultural e Desportiva Nipo-brasileira de Piedade.....	117
08	Mercado e loja de insumos da Cooperativa Sul Brasil em Pilar do Sul.	124
09	Produção da uva <i>benitaka</i> em Pilar do Sul.....	126
10	Parte interna da Vinícola Torre Alta, em São Miguel Arcanjo.....	126
11	Cartaz de divulgação do 2º Roteiro gastronômico da alcachofra em Piedade.....	127
12	Flor de alcachofra, na época da colheita.....	127
13	Polpas de frutas comercializadas em uma propriedade rural de Pilar do Sul.	132
14	Produção de alcachofra em Piedade.....	132
15	Flores produzidas em estufa na propriedade da família Kadota, em Piedade.....	132
16	Hortaliças produzidas em sistema de estufa, no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul.....	132
17	A diversificação de cultivos agrícolas em Piedade.....	155
18	O caqui <i>fuyu</i> em Piedade é um dos tipos mais resistentes e menos vulneráveis às adversidades climáticas.....	153

19	Plantação de maçã, em Pilar do Sul, na época da limpeza.....	156
20	Instalação de um parreiral no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul.	156
21	Cultivo de uva <i>Itália</i> no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.....	156
22	Cultivo de caqui no Bairro Roseiras, em Piedade.....	156
23	Área de reflorestamento da VCP - Votorantim Celulose e Papel, na Rodovia José de Carvalho, entre Piedade e Pilar do Sul.....	157
24	Fazenda pertencente ao Grupo Suzano - Papel e Celulose, no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.....	157
25	Cultivo de milho no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.....	160
26	Cultivo de feijão no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul.....	160
27	Cultivo do eucalipto em fase de crescimento no Bairro do Turvinho, em Pilar do Sul, de propriedade da VCP.....	163
28	Cultivo do eucalipto em fase de corte no Bairro do Turvinho, em Pilar do Sul, sob responsabilidade da VCP.....	163
29	Pátio da CEASA de Piedade e, ao fundo, o Galpão cedido para o funcionamento da Escola Técnica de Piedade.....	167
30	Área de carregamento dos produtos agrícolas.....	167
31	Vista do restaurante da Pousada.....	205
32	Vista interna da pousada.....	205
33	Pesqueiro Água Viva, Pilar do Sul.....	206
34	Vista aérea da pousada Vale dos Eucaliptos, em Piedade.....	206
35	Entrada do restaurante do Sítio Caminho das Águas.....	209
36	Parte externa do sítio utilizado para roteiros técnicos e de lazer.....	209
37	Exemplo de placa indicativa: Cicloturismo no Bairro Limal.....	212
38	Exemplo de placa indicativa particular: Pousada Vale dos Eucaliptos.	212
39	<i>Folder</i> de divulgação do tropeirismo.....	213
40	Vila Élvio, em Piedade.....	212
41	Cachoeira Nascente das Águas.....	214
42	Quiosques alugados nas proximidades da cachoeira.....	214
43	Centro de Tradições Tropeiras (CTT) em Pilar do Sul.....	216
44	Abertura do Colhe e Pague no ano de 2011.....	217

45	Turista participando do Colhe e Pague em Piedade.....	217
46	Flor da alcachofra.....	219
47	Conservas Regina de alcachofra.....	219
48	Mercado no Bairro Paineiras, em Pilar do Sul, na <i>core area</i> localizada às margens da Rodovia José de Carvalho.....	243
49	Supermercado no Bairro Correias, em Piedade.....	243
50	Minimercado no Bairro Caetezal de Baixo, em Piedade.....	243
51	Mercado no Bairro dos Leites, em Piedade.....	243
52	Uma das <i>core areas</i> do Bairro Caetezal, em Piedade.....	244
53	<i>Core area</i> do Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.....	244
54	Preparação do solo para o cultivo de milho e feijão, em uma propriedade com mais de 100 alqueires (242 hectares) no Bairro do Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.....	245
55	Cultivo de folhosas e leguminosas no sistema tradicional, numa área de morro com topos ondulados, no Bairro Caetezal, em Piedade.....	245
56	Transporte Coletivo Urbano no Bairro Caetezal, em Piedade.....	247
57	Placa do <i>Programa Luz para Todos</i> no Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.....	247
58	Posto de Assistência Médica no Bairro do Pombal, em Pilar do Sul...	247
59	Posto de Saúde do Bairro dos Corrêas, em Piedade.....	247
60	Escola do Bairro das Paineiras, Pilar do Sul.....	248
61	Escola do Bairro das Roseiras, Piedade.....	248
62	Sede da Associação dos Moradores do Bairro dos Corrêas, vista parcial da entrada do bairro e placa indicativa.....	248
63	Estrada rural em boa condição no Bairro Pinhal de Baixo, Pilar do Sul.....	250
64	Estrada rural com ravinas no Bairro do Funil, em Piedade.....	250
65	Casa da década de 1940, reformada, no Bairro Turvinho, em Pilar do Sul.....	252
66	Antiga construção de barro, no Bairro dos Buenos, em Piedade.....	252
67	Casas de alvenaria construídas no alto do morro, no núcleo do Bairro	

	dos Corrêas, em Piedade.....	253
68	Casa de alto padrão, no núcleo do Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.....	253
69	Os latões de coleta de lixo, em Pilar do Sul, ficam expostos nas estradas rurais para serem coletados uma vez por semana pelo serviço de limpeza municipal.....	256
70	Caçamba para coleta de lixo em Piedade. Os bairros rurais de Piedade são abrangidos pela coleta semanal de lixo doméstico.....	256
71	Preparo do solo com calcário e pulverização das mudas, no Bairro do Funil, Piedade.....	258
72	Uso do arado mecânico e adubação orgânica e química no Bairro dos Buenos, Piedade.....	258
73	Igreja Católica no Bairro Leites, Piedade.....	263
74	Igreja Católica no Bairro Funil, Piedade.....	263
75	Igreja evangélica no Bairro dos Corrêas, Piedade.....	264
76	Igreja evangélica no Bairro Caetezal, Piedade.....	264
77	Minissantuário construído na principal estrada do Bairro Caetezal, Piedade.....	266
78	Uso dos fogões à lenha e a gás, na família Bueno de Camargo, Bairro dos Buenos, Piedade.....	268
79	Nêsperas com proteção, no Bairro Bandeirantes, Pilar do Sul.....	299
80	Plantação de caqui no Bairro Pinhal de Cima, Pilar do Sul.....	299
81	Cultivo da alcachofra na propriedade do Sr. Toyouemura, no Bairro Sarapuí dos Antunes, Piedade.....	300
82	Alcachofra protegida, no Bairro Sarapuí dos Antunes, Piedade.....	300
83	Lavagem e amarração dos maços de alho-poró pela Família Corrêas, Piedade.....	301
84	Cultivo de rabanete no Bairro dos Leites, Piedade – um dos produtos que mais consomem insumos.....	306
85	Cultivo de hortaliças para a venda junto ao PAA, no Bairro Caetezal de Cima, Piedade.....	306

86	Produção de flores em estufa, no Bairro Caetezal de Cima, Piedade.	306
87	Produção de rúcula no sistema hidropônico, Bairro Caetezal de Baixo, Piedade.....	306

LISTA DE GRÁFICOS

01	Dinâmica da população rural, entre 1950 e 2010, na MRG de Piedade.....	135
02	Dinâmica da população urbana, entre 1950 e 2010, nos municípios da MRG de Piedade.....	135
03	Número total de estabelecimentos agropecuários, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade.....	143
04	Área dos estabelecimentos agropecuários, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade.....	143
05	Comparação dos preços da terra nua em diferentes EDRs nos anos de 1996, 2006 e 2008.....	151
06	Área destinada a lavouras temporárias nos municípios da MRG de Piedade, nos anos de 1996 e 2006.....	158
07	Área destinada às lavouras permanentes nos municípios da MRG de Piedade, nos anos de 1996 e 2006.....	159
08	Faixa etária dos produtores rurais pesquisados (%).....	279
09	Faixa etária dos cônjuges (%).....	280

LISTA DE MAPAS

01	Localização dos municípios de Piedade e Pilar do Sul-SP.....	37
02	Bairros rurais pesquisados em Pilar do Sul.....	45
03	Bairros rurais pesquisados em Piedade.....	46
04	Localização da MRG de Piedade, segundo o IBGE.....	99
05	Localização das colônias em Pilar do Sul-SP.....	114
06	Principais rodovias que ligam Piedade e Pilar do Sul à RMSP e a Sorocaba.....	129
07	Principais rodovias existentes na MRG de Piedade.....	131
08	Grau de urbanização (%) na MRG de Piedade, em 2006.....	138
09	Participação em da fruticultura (%) no valor total das lavouras permanentes na MRG de Piedade, em 2006.....	161
10	Localização dos pontos de lazer e turismo em Pilar do Sul-SP.....	207
11	Distribuição da produção agrícola de Pilar do Sul, segundo o número de produtores rurais pesquisados.....	297
12	Distribuição da produção agrícola de Piedade, segundo o número de produtores rurais pesquisados.....	298

LISTA DE QUADROS

01	Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em junho e em dezembro de 2009.....	38
02	Fontes de dados secundários, locais e variáveis selecionadas.....	40
03	Bairros rurais identificados nos municípios de Piedade e Pilar do Sul...	42
04	Número, localização e tipo de produção predominante nas propriedades rurais pesquisadas.....	44
05	Diversas definições oficiais adotadas pelos países para definir o rural e o urbano.....	52
06	Diferenças nos espaços rurais e espaços urbanos, segundo Bagli.....	57
07	As quatro perspectivas teóricas do estudo do rural.....	70
08	As diferentes perspectivas teóricas no estudo da nova ruralidade.....	88
09	Quatro cenários traçados para a materialização da ruralidade na realidade francesa para 2030.....	92
10	As famílias de origem japonesa que se instalaram no município de Pilar do Sul.....	113
11	A relação entre a fruticultura e a imigração japonesa.....	121
12	Grau de urbanização e tipologia, segundo a Fundação SEADE.....	137
13	Principais linhas de crédito rural do Governo Federal utilizadas pelos produtores rurais da área pesquisada.....	172
14	Caracterização das organizações coletivas visitadas em Piedade e Pilar do Sul/SP.....	179
15	As atividades existentes nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul.	195
16	Estabelecimentos visitados, entrevistados e contatados em Piedade e Pilar do Sul.....	203
17	Calendário festivo de Piedade.....	215
18	Calendário festivo de Pilar do Sul.....	215
19	Principais equipamentos urbanos e serviços existentes e identificados nos bairros rurais pesquisados.....	241
20	Número de igrejas nos bairros rurais.....	264
21	Formas de acesso à terra.....	285

22	Tipos de mercado.....	293
23	Contexto Histórico da Previdência Social Rural no Brasil.....	316

LISTA DE TABELAS

01	População rural e urbana na MRG de Piedade, entre 1970 e 2010.	134
02	Número total de estabelecimentos e área total ocupada, entre 1970 e 2006.....	144
03	Número de estabelecimentos agropecuários, entre 1970 a 2000 segundo grupos de área, na MRG de Piedade.....	146
04	Área dos estabelecimentos agropecuários, entre 1970 a 2000 segundo grupos de área, na MRG de Piedade.....	147
05	Número total de unidades produtivas e área ocupada na MRG de Piedade, entre 1996 e 2007.....	147
06	Valor do hectare da terra, segundo os EDRs.....	151
07	Utilização das terras em lavouras temporárias e permanentes na MRG de Piedade, entre 1970 e 2006, segundo o número de informantes e área ocupada em hectares, na MRG de Piedade.....	152
08	Utilização das terras em pastagens, matas e inutilizadas, na MRG de Piedade, entre 1970 e 2006 segundo o numero de informantes, na MRG de Piedade.....	153
09	Valor total da produção e a participação econômica da fruticultura, entre 1996 e 2006, na MRG de Piedade.....	161
10	Quantidade produzida na silvicultura, por tipo de produto, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	163
11	Efetivo de animais, entre 1996 e 2006, na MRG de Piedade.....	165
12	Principais produtos agropecuários exportados pela MRG de Piedade, em 2006, segundo a Secretaria do Comércio Exterior do Ministério das Relações Internacionais - SECEX.....	166
13	Condição do Produtor, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade.....	169
14	Mão de obra nas UPAs, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	171
15	Acesso ao crédito rural, em 1996 e 2007, na MRG de Piedade, por meio das UPAs.....	173
16	Número de UPAs que possuem trator e número total de tratores, ent	

	1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	174
17	Número de UPAs que utilizam sistema de irrigação, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	175
18	Número de UPAs que utilizam diferentes tipos de técnicas, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	176
19	Número de produtores rurais filiados a associação, cooperativa e sindicato, em 1996 e 2007, na MRG de Piedade.....	177
20	Atividades econômicas nas UPAs, 2007/8, na MRG de Piedade.....	202
21	Tempo de residência do produtor rural no bairro rural.....	251
22	Onde reside o produtor rural pesquisado.....	252
23	Formas de obtenção da água.....	252
24	Destino do lixo doméstico.....	255
25	Os tipos de manejos utilizados.....	257
26	Origem do pai do produtor rural entrevistado.....	258
27	Origem da mãe do produtor rural entrevistado.....	261
28	Último local de moradia dos produtores rurais antes do deslocamento para o atual.....	262
29	Religião predominante na família.....	263
30	Estado civil do produtor rural pesquisado.....	277
31	Tamanho da família.....	278
32	Número de filhos que residem na casa do progenitor.....	278
33	Estrato de área das propriedades rurais pesquisadas.....	283
34	Situação de acesso à terra nas propriedades rurais pesquisadas.....	284
35	O(s) filho(s) pretende(m) continuar na atividade agrícola.....	287
36	Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas.....	289
37	Renda bruta anual obtida com a atividade agrícola nas propriedades rurais pesquisadas.....	290
38	Como é feita a distribuição da renda agrícola.....	291

39	Como são comercializados os produtos.....	292
40	Como é realizado o pagamento.....	295
41	Município receptor dos produtos agrícolas.....	296
42	Tipos de lavoura permanente desenvolvidos.....	299
43	Tipos de lavoura temporária desenvolvidos.....	301
44	Mão de obra utilizada no dia da pesquisa de campo nas propriedades pesquisadas.....	303
45	Destino final das embalagens dos produtos químicos.....	307
46	Participação em alguma organização coletiva.....	309
47	Membros da família com outra atividade remunerada.....	312
48	Tipo de atividade não agrícola exercida.....	313
49	Fontes de renda das famílias dos produtores rurais.....	314
50	Renda bruta anual das famílias rurais.....	318
51	Principais dificuldades apontadas pelos produtores rurais.....	319

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APPC	Associação Paulista de Produtores de Caqui
APRUP	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRATAC	Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CAP	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Central de Abastecimento S.A.
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia
CPDA	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CTT	Centro de Tradições Tropeiras
DOU	Diário Oficial da União
ECO	Conferencia do Meio Ambiente no Rio de Janeiro
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
ETEC	Escola Técnica Estadual
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia e Administração
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA	<i>Institut de la Statistique et des Études Économiques</i>
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
ISTAT	<i>Istituto Nazionale di Statistica</i>
ITR	Imposto Territorial Rural
KKKK	<i>Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha</i>
LEADER	Ligações Entre Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LUPA	Levantamento de Unidades de Produção Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MFA	Multifuncionalidade da Agricultura
MODERFROTA	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MRG	Microrregião Geográfica
NRA	Nova Ruralidade
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
ORNA	Ocupação Rural Não-Agrícola
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEA	População Economicamente Ativa
PEMBH	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PET	Programa Estratégico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROAGRO	Programa de Garantia da Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Região Administrativa
RG	Região de Governo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SBCJ	Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SECEX	Secretaria do Comércio Exterior
SIDRA	Sistema de Banco de Dados Agregados
SOS	<i>Save Our Souls</i>
SP	São Paulo
SUDEC	Secretaria Municipal de Urbanismo e Desenvolvimento Econômico
UE	União Europeia
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UPA	Unidade Produtiva
URBA	Urbanidades
USP	Universidade de São Paulo
VCP	Votorantim Celulose e Papel
ZAU	Zona Urbana
ZOC	Zona de Ocupação Controlada
ZOR	Zona Rural
ZUD	Zona de Uso Disciplinado

APRESENTAÇÃO

O rural é o ponto de partida para esta pesquisa. A busca pela compreensão do mundo rural e seus significados diante o processo de urbanização é o eixo central deste trabalho. Não nascemos no espaço rural e tampouco tivemos familiaridade com esse espaço, mas convivíamos, cotidianamente, com práticas e valores rurais na cidade, em outras palavras, com a ruralidade. A utilização do fogão à lenha, ainda que raramente, nos finais de semana, o uso de plantas medicinais, o cultivo de hortaliças e leguminosas no fundo do quintal, as “simpatias” nas datas específicas, os pratos “da roça” ficaram marcados na memória.

Antes de ingressarmos no curso de Licenciatura em Geografia, em 2000 e, mais tarde, na Geografia Rural, sabíamos definir claramente o que era rural e o que era urbano. Os livros didáticos e os meios de comunicação desenhavam uma nítida e clara separação entre o rural (agrícola) e o urbano (industrial). O espaço rural era sempre visto como o campo, a agricultura, o lugar do homem simples (rústico), pobre e sofrido, mas com belas paisagens e tranquilidade; o espaço urbano, em contraposição, era o local da indústria e do comércio, o lugar do homem moderno, próspero e audacioso. Mero engano. Pura ideologia.

Com o amadurecimento teórico adquirido por meio das leituras e dos debates realizados em eventos e reuniões do grupo de pesquisa (GEDRA), percebemos que rural e urbano não podem ser considerados mundos antagônicos, mas interdependentes. Mas, como conceituá-los?

Essa questão tão importante que permeia a maior parte dos trabalhos de Geografia e, também, de outras áreas das Ciências Sociais, é o ponto central da tese que propomos.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa versa sobre a ruralidade e as múltiplas funções existentes no espaço rural de Piedade e Pilar do Sul. O principal objetivo almejado com esta pesquisa de doutorado é analisar a dinâmica do espaço rural nos municípios supracitados, entre a década de 1990 e o início do século XXI (2012), destacando-se as *distintas* estratégias e atividades realizadas no espaço rural, tendo a agricultura como a sua principal articuladora.

Buscamos compreender o espaço rural, não sob uma visão dependente do urbano, estruturado apenas no setor agropecuário, mas articulado ao urbano, a partir das atividades, das funções e dos agentes¹ que nele atuam.

A discussão sobre a ruralidade, neste trabalho, tem como processo mais amplo, na área de pesquisa, a urbanização². O complexo embate entre o rural e o urbano será basilar para a compreensão tanto da ruralidade contemporânea como da multifuncionalidade no espaço rural.

Ambas as noções – ruralidade e multifuncionalidade – não são contrapostas, embora tenham surgido em contextos políticos e geográficos distintos, mas são reflexos dos novos intercâmbios e das novas dinâmicas do espaço rural, tanto na América Latina quanto na Europa.

No Brasil, os estudos sobre a relação rural-urbano e as questões teórico-metodológicas que envolvem o rural se tornaram preocupação frequente, predominantemente nos anos de 1990. Todavia, isso não significa que antes desse período não existissem trabalhos e debates sobre essa temática. Tanto a influência da literatura europeia, em especial a francesa, como o contexto histórico nacional – após o período marcado por governos militares (1964-1984), com políticas voltadas à construção de infraestrutura (rodovias, viadutos etc.) e o incentivo direto à industrialização – contribuíram para colocar tal temática no cerne de estudos e projetos de pesquisa.

¹ A partir das reflexões desenvolvidas, optamos por utilizar “agentes” em lugar de “atores sociais”, em virtude da complexidade dessa noção e da impossibilidade de contemplá-la adequadamente na tese.

² O espaço rural e o espaço urbano integram a racionalidade espacial que marca a sociedade atual (RUA, 2005).

Entre os anos 1960 e 1970, ocorreu um intenso movimento populacional do campo para a cidade, em especial para as cidades locais e para as capitais. O êxodo rural³ se pautou em dois processos: a urbanização e a modernização agrícola⁴.

Diante desse quadro, com o fim da ditadura militar e após um período de crises (social, econômica e política) na década de 1980, as políticas nacionais ganharam um novo direcionamento nos anos de 1990, pautado nos ideais neoliberais, cujas ações tinham como foco atender os interesses do capital externo. No início do decênio, as *commodities agrícolas* (laranja, café, soja, cana-de-açúcar etc.) tiveram retração em suas exportações, fato que atingiu diretamente o mercado de trabalho agrícola. Nesse período, intensificaram-se as ações dos movimentos sociais no intuito de colocar a questão agrária na pauta das políticas nacionais, tendo como proposta viabilizar assentamentos para famílias rurais expropriadas e, também, famílias residentes nas cidades. Houve, portanto, a intensificação das relações campo-cidade, seja na busca de uma fonte de renda no mercado de trabalho urbano, seja na implantação de novas atividades não-agrícolas nas áreas rurais próximas aos centros urbanos. Os trabalhos de pesquisa foram desenvolvidos no âmbito das ciências humanas, tanto para estabelecer uma conceituação do rural e da ruralidade, quanto para procurar respostas para os velhos problemas agrários e as novas atividades e funções presentes no espaço rural. Todavia, essas chamadas novas funções e atividades não podem ser generalizadas, pois dependem de fatores distintos, não só do ponto de vista locacional, como também do econômico.

1.1. Objetivos

O objetivo da tese de doutorado é abordar a ruralidade e a multifuncionalidade no espaço rural dos municípios paulistas de Piedade e Pilar do Sul, a fim de compreender as especificidades regionais.

³ Temos como base para entender tal processo a obra de Eunice Durhan, *A caminho da cidade*, publicado em 1984.

⁴ A modernização da agricultura foi seletiva, desigual e parcial. Não podemos negar que houve mudanças tanto nos sistemas produtivos como do ponto de vista organizacional. Todavia, esse processo foi seletivo, porque abarcou alguns cultivos, sobretudo aqueles direcionados à produção de combustíveis (cana-de-açúcar); foi desigual, porque privilegiou os médios e grandes produtores e aqueles situados nas regiões Sul e Sudeste. E, parcial, porque a mecanização não atingiu todas as etapas de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

O objetivo principal desta tese se desdobra em outros, de caráter específico:

1. Contextualizar, de maneira pormenorizada, o processo de formação socioespacial dos municípios em questão, no âmbito regional (microrregião geográfica).
2. Caracterizar as estruturas produtiva e fundiária, contemplando as transformações ocorridas na MRG de Piedade, no período de 1970 até os dias atuais (2012).
3. Analisar as atividades econômicas (agrícola, de serviços e agroindustrial) e as funções (lazer, turismo, moradia, preservação cultural e ambiental) no espaço rural dos municípios selecionados.
4. Identificar e compreender as múltiplas formas de estratégias sociais e econômicas praticadas pelos produtores rurais, sob a luz da ruralidade contemporânea.

Em Piedade e Pilar do Sul, a economia local está pautada na agropecuária, com destaque para a produção de frutas, hortaliças e olerícolas, o desenvolvimento da apicultura (Piedade é um dos principais municípios produtores de mel do país) e a criação de pequenos animais para consumo da carne ou para fins diversos.

Contudo, a incorporação do sentido mercadológico⁵ e as novas demandas de consumo e de lazer ocasionaram, de um lado, mudanças na estrutura produtiva dos dois municípios e, de outro, a permanência da estrutura fundiária, marcada pela expressiva participação de pequenas propriedades rurais com até 50 hectares, em Piedade. Essa manutenção das pequenas propriedades rurais está atrelada a outra questão levantada: a reprodução social⁶ e a transmissão hereditária da terra dos pequenos produtores ocorrem, em grande parte, pelos resultados favoráveis (retorno econômico) da agricultura. As distintas estratégias serão, portanto, essenciais no estudo da ruralidade construída nessa área de pesquisa. A nosso ver, as estratégias envolvem tanto ações de caráter mercantil como não

⁵ Gazolla (2009) aponta que o processo mercadológico envolve uma relação de produção, circulação e comercialização de determinados produtos agropecuários.

⁶ A conceituação de Dowbor (2003) sobre reprodução social será utilizada nesta tese. Segundo o autor, a reprodução social é um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento, como planejamento, segurança e outros. A reprodução social, na concepção do referido autor, necessita de uma visão estrutural, onde a economia e o social não são pares dicotômicos, mas integrados.

mercantil, que consolidam valores e práticas favoráveis à permanência dos produtores na agricultura.

1.2. Hipótese

Como **hipótese** norteadora do presente trabalho, apresentamos a ideia de que a partir da década de 1970, nas áreas selecionadas, a estrutura produtiva foi alterada pela crescente mercantilização das relações sociais e econômicas. A implantação das rodovias SP-79, SP-264 e SP-250, que ligam os municípios a diversas cidades do estado, foi um fator relevante na estruturação dessa área como expansão do cinturão verde metropolitano. É nesse contexto que os meios de transporte e comunicação aparecem como elementos importantes, mas não únicos, para a dinamização das áreas no seu sentido produtivo.

A **tese** defendida é que a multifuncionalidade existente no espaço rural em Piedade e Pilar do Sul tem na agricultura a sua principal articuladora e dinamizadora. Essa multifuncionalidade, aliada a uma agricultura extremamente forte, expressa a ruralidade contemporânea, que se fundamenta em dois fatores: a proximidade com centros e aglomerados urbanos, isto é, a situação geográfica, e as demandas urbanas pelos bens tangíveis (novos alimentos diferenciados – nichos de mercado) e intangíveis (potencialidades naturais, como contato com a mata atlântica, tranquilidade, paisagem bucólica etc.).

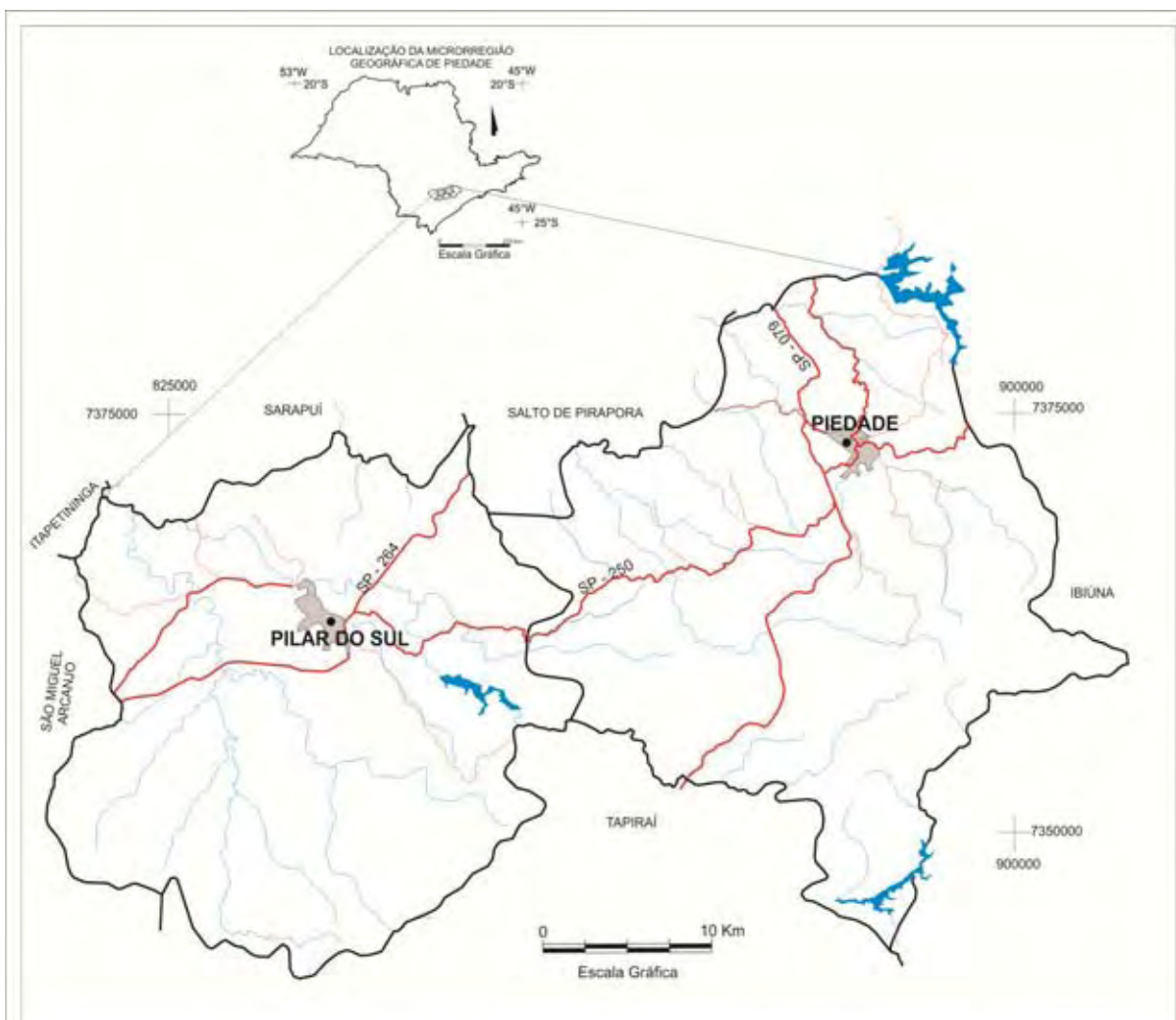
A consolidação da ruralidade – enquanto expressão do rural – e das múltiplas funções, entendidas como distintas atividades (ambiental, comercial, industrial e de serviços), é o resultado do processo de adaptação às condições impostas pelas mudanças no cenário rural e agrícola e que, no caso pesquisado, não destituiu a primazia da agricultura, mas permitiu a coexistência de funções (moradia, lazer, turismo, serviços e agrícola) numa área que tradicionalmente é conhecida como extensão do *cinturão verde metropolitano*.

Se as demandas urbanas influenciam as múltiplas atividades no espaço rural, não é possível entender esse espaço apenas na dimensão micro e centrado nas relações endógenas. A relação rural-urbano no contexto regional é fundamental para se compreender essas demandas nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul, haja vista que as múltiplas atividades existentes são, em sua maioria,

influenciadas pela proximidade e acessibilidade dos cidadãos tanto à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como a Sorocaba.

1.3. Percurso metodológico

Para conseguirmos um trabalho articulado e focado na discussão do espaço rural no contexto regional, adotamos como recorte espacial de análise os municípios de Piedade e Pilar do Sul (Mapa 01), situados no sudeste do Estado de São Paulo, e entre um aglomerado urbano, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e um centro regional, Sorocaba.



Mapa 01: Localização dos municípios de Piedade e Pilar do Sul - SP

Legenda		
Rodovias	Limite municipal	
Rodovia municipal pavimentada	Drenagem	
Rodovia municipal não pavimentada	Malha urbana	
Fonte Departamento de Estradas de Rodagem, 2007	Organizadora Erika Vanessa Moreira	Desenhista Leandro Bruno Santos
Instituição 	Grupo de Estudo 	Apoio Financeiro
Autora: Erika Vanessa Moreira		Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Modalidade de Pesquisa		Tese de Doutorado

A primeira etapa do trabalho consistiu no *levantamento teórico* das temáticas abordadas, quais sejam, ruralidade, rural-urbano, estratégias e multifuncionalidade.

O *trabalho de campo*⁷ contribuiu para o amadurecimento teórico e a busca de respostas às inquietações surgidas no decorrer da pesquisa. O empírico e o teórico são indissociáveis nos estudos de *Geografia Agrária*. A primeira visita teve como objetivo o reconhecimento da MRG de Piedade, composta por cinco municípios – Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo e Tapiraí. Realizamos, também, nessa fase, entrevistas com representantes do poder público municipal e estadual, nos municípios de Piedade e Pilar do Sul (Quadro 01).

Município	Local
Piedade	Casa da Agricultura Secretaria Municipal de Agricultura Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal Secretaria de Planejamento Urbano e Urbanismo
	Sindicato Rural Patronal Associação dos Produtores de Caqui Associação dos Produtores de Alcachofra Cooperativa Agrotécnica Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APRUP Escola Técnica Estadual - ETEC
Pilar do Sul	Casa da Agricultura Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Departamento de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo
	Sindicato Rural Patronal Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cooperativa Agropecuária de Pilar do Sul Cooperativa Sul Brasil de Pilar do Sul Associação Paulista dos Produtores de Caqui S.A. da Associação Paulista de Produtores de Caqui Cooperativa dos Agricultores Familiares
Sorocaba	Escritório Regional do IBGE

Quadro 01: Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em junho e em dezembro de 2009.

Org. Erika Moreira (2011).

A escolha por esses dois municípios – Piedade e Pilar do Sul se deu por conta da presença significativa de propriedades rurais com até 50 hectares, forte

⁷ A primeira etapa foi realizada entre 21 e 26 de junho de 2009; a segunda compreendeu o período entre os dias 12 e 18 de dezembro de 2009; a terceira abrangeu de 30 de junho a 18 de julho de 2010; e a quarta abarcou entre os dias 17 e 23 de janeiro de 2012.

participação da agricultura na economia local e microrregional, proximidade geográfica e a existência de estabelecimentos voltados ao lazer e ao turismo.

Na segunda visita, optamos por mapear e delimitar os bairros rurais onde seria aplicado o questionário elaborado, além de selecionar os produtores rurais para a realização das entrevistas semiestruturadas, no intuito de obtermos o maior número de informações sobre os bairros e a contextualização histórica da área. Não pretendemos utilizar a transcrição das entrevistas *ipsis litteris*, haja vista ser essa uma técnica que exige maior aprofundamento no tratamento das falas. O procedimento metodológico adotado não visa à obtenção de história oral nem à utilização da técnica de memória coletiva dos moradores, porque o cerne das discussões situa-se numa análise quantiquantitativa dos dados levantados a partir do questionário aplicado aos produtores rurais dos municípios supracitados.

E, na terceira ida a campo, aplicamos o questionário aos produtores rurais residentes nos bairros rurais selecionados em Piedade e Pilar do Sul, assim como os roteiros de entrevistas nos estabelecimentos não agrícolas. A última etapa foi realizada para a aplicação do inventário turístico (anexo) junto aos responsáveis dos estabelecimentos não agrícolas.

Com o fito de compreender as mudanças conjunturais ocorridas na MRG de Piedade, em especial a realidade produtiva e fundiária dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, utilizamos dados de fontes secundárias disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo), IEA (Instituto de Economia Agrícola), SECEX (Secretaria do Comércio Exterior) e SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). Foram levantadas e sistematizadas no Quadro 02, as fontes e as variáveis selecionadas.

Fonte	Local	Variáveis
Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1995/6 e 2006.	Censos impressos e consultas ao SIDRA – www.sidra.ibge.gov.br	- número e área dos estabelecimentos; - grupos de área; - utilização das terras; - silvicultura e matas; - efetivo bovino; - maquinários; - pessoal ocupado; - condição do produtor; - valor e produção da fruticultura; - assistência técnica.
Produção Agrícola Municipal (PAM), de 1990 e 2008.	SIDRA – www.sidra.gov.br	- principais lavouras permanentes (área colhida, quantidade produzida e valor); - principais lavouras temporárias (área colhida, quantidade produzida e valor). - perfil da população rural e urbana da MRG de Piedade.
Censos Demográficos (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 - preliminares).	Censos impressos e site www.ibge.gov.br	- principais produtos agropecuários exportados; - principais empresas exportadoras; - valor da produção agropecuária exportada.
Balança comercial por município, SECEX (Secretaria do Comércio Exterior), referente ao ano de 2008	www.secex.gov.br	- grau de urbanização; - indicadores sociais; - população rural e urbana.
SEADE - Perfil dos municípios paulistas, em relação ao ano de 2005	www.seade.sp.gov.br	- número e área das UPAs; - estratos de área; - maquinários e implementos agrícolas; - utilização das terras; - mão de obra; - atividades econômicas rurais.
LUPA/CATI em dois períodos – 1995/96 e 2007/2008	www.cati.sp.gov.br	- valor do hectare da terra-nua por EDR.
IEA – Instituto de Economia Agrícola, no ano de 2008	Consulta no IEA – www.iesa.gov.br	

Quadro 02: Fontes de dados secundários, locais e variáveis selecionadas.

Org: Erika Moreira (2009).

Os dados foram coletados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas⁸, e analisados sob a luz das discussões teóricas que envolvem as dinâmicas rurais e os problemas agrários.

A coleta de informações, por meio de arquivos históricos das prefeituras municipais de Piedade e Pilar do Sul, foi de extrema importância para um dos objetivos da pesquisa, que foi o de contextualizar o processo de formação histórica. Essa etapa consistiu em levantamento de referências sobre tropeirismo, imigração japonesa no Estado de São Paulo - em particular, no sul do Estado, imigração italiana e portuguesa e processo de deslocamento do cinturão-verde de São Paulo.

1.4. Da Microrregião Geográfica ao Bairro Rural: *recorte espacial*

Embora a aplicação do questionário aos produtores tenha ocorrido nos bairros rurais dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, isso não implica uma análise estática e restrita à escala micro. Pelo contrário, nessas unidades geográficas são mais visíveis as mudanças em suas diferentes dimensões, bem como os valores e as práticas que permaneceram, mesmo com a introdução de novas demandas urbanas e o desenvolvimento das múltiplas funções presentes no espaço rural. Por isso buscamos estabelecer uma articulação com as três unidades escalares (microrregião geográfica, município e bairro rural) e a unidade social (família).

Entendemos a escala geográfica como um recurso metodológico para a análise de eventos que ocorrem nos planos operacional e teórico⁹, abrangendo as dimensões espacial, social e histórica. No caso da pesquisa, adotamos as escalas da microrregião, do município e do bairro rural, que, por sua vez, são todos da escala local, para compreender as transformações que ocorrem nesses espaços sem desvinculá-los dos eventos em escalas maiores. Não temos a primazia de estudar com profundidade a escala geográfica, haja vista que ela merece um amadurecimento teórico que vai além dos objetivos traçados para a consecução desta tese. Outra advertência que devemos fazer é que trabalhamos,

⁸ Foram elaborados cartogramas com base no *Philcarto*, *Adobe Illustrator* e *Corel Draw*.

⁹ Para melhor aprofundar esse tema, ver Castro (1995).

neste estudo, com as escalas cartográficas – microrregião, município e bairro rural, ainda que nossos esforços vão além de uma análise estritamente cartesiana.

Os municípios de Piedade e Pilar do Sul¹⁰ abarcam muitos bairros rurais (Quadro 03), formados com características étnicas, fundiárias e produtivas distintas, tanto no interior de cada município como entre eles. Todavia, ambos apresentam como elementos comuns a intensa participação da agricultura na economia, a religiosidade, o forte vínculo entre os moradores (grau de parentesco e compadrio) etc. Entre os fatores diferentes, podemos apontar a estrutura produtiva – diversificada ou semi/especializada, que vai, de certa forma, ser fundamental na organização social dos bairros rurais.

Município	Bairros Rurais	Localização Geográfica
Pilar do Sul	Pinhal de Cima, Pinhal de Baixo, Bandeirantes, Meia Léguas, Chapadão, Alegre, Pombal, Ponte Alta, Serra Velha, Tozan, Claro, Boa Vista, Reunidas e Barra.	Oeste – Sentido São Miguel Arcanjo.
	Caxangá, Morro Grande, Turvo, Lajeado e Água Doce.	Norte – Sentido Sorocaba e Sarapuí.
	Ribeirão, Lavrinhas, Brumado, Turvo dos Góes, Saudade e Moquém.	Sul – Sentido Tapiraí.
	Paineiras, Turvinho, Vieiras, Bom Retiro e Guaretá.	Oeste – Sentido Piedade.
Piedade	Roseiras, Cavalheiros, Bela Vista, Sarapuí dos Antunes, Correias, Sarapuí dos Luzes, Sarapuí de Cima, Buenos, Amola Faca e Liberdade.	Oeste – Sentido Pilar do Sul.
	Prestes, Mendes e Paula, Boa Vista, Boa Vista de Baixo, Santos, Ruivos, Limal, Piratuba, Barreiro e Piraporão.	Norte – Sentido Salto de Pirapora.
	Godinho, Ortizes, Oliveiras, Pintos, Soares, Vieirinha, Gurgel, Pires, Vargedo e Fazendinha.	Leste – Sentido Ibiúna e São Paulo.
	Sarapuí de Baixo, Miguel Russo, Reducino, Cutianos, Tenórios, Bateia de Cima, Bateia de Baixo, Monos, Turvinho e Jacintos.	Sul – Sentido Tapiraí.

Quadro 03: Bairros rurais identificados nos municípios de Piedade e Pilar do Sul.

Fonte: Site das prefeituras municipais.

Num primeiro momento, tivemos a preocupação de definir, de maneira clara e objetiva, a amostra a ser utilizada para a consecução da pesquisa de campo junto aos produtores rurais residentes nos municípios de Piedade e Pilar do Sul. Todavia, seria problemático aplicar o questionário em toda a extensão

¹⁰ Em Piedade existem 60 bairros rurais e, em Pilar do Sul, 30. Todavia, no Quadro 03 constam apenas 30 em Piedade, porque muitos bairros rurais têm a adjetivação de alto, baixo e médio, em referência a altitude.

territorial dos municípios, haja vista que são municípios com predominância de propriedades rurais com até 50 hectares, conforme verificamos nos dados dos Censos Agropecuários de 2006.

Os critérios para a aplicação de questionário aos produtores rurais foram: propriedades rurais com até 50 hectares, independente da condição do produtor e de moradia (rural ou urbana), e que desenvolva atividade agropecuária num dos dois municípios.

Além dos questionários aos produtores rurais, foi aplicado roteiro de entrevista estruturado nas propriedades utilizadas para o lazer e o turismo, independente da sua localização geográfica, isto é, não restringimos nossa escala apenas aos estabelecimentos situados nos bairros rurais pesquisados, pois pretendemos ter uma análise mais abrangente dessas novas formas de lazer no espaço rural.

Essa separação entre os dois tipos de propriedades permitiu ter uma noção mais ampla do perfil dos produtores rurais ‘tradicionais’ e os chamados ‘neururais’. Estes últimos são agentes sociais de distintas esferas que podem regular as formas de uso social dos espaços rurais (FAVARETO, 2008). Podemos definir como neururais, desde os aposentados urbanos que vão para os espaços rurais para desenvolver uma atividade agrícola diferenciada, até os empresários do setor hoteleiro. Graziano da Silva (1999) os define, a partir da perspectiva da urbanização do campo, como empresários de novas cadeias produtivas – *nichos de mercado*. Em Botelho Filho (2000) encontramos outra nomenclatura para os *neorrurais*, os chamados “agricultores por diversão”, para quem a renda obtida na agricultura é nominal, pois seus motivos não são meramente econômicos, mas *status*, busca de maior proximidade com a natureza, ou “redução da dívida na compra de imóveis e compra da terra como investimento” (BOTELHO FILHO, 2000, p. 122).

Em virtude de o número total de propriedades rurais com até 50 hectares ser expressivo¹¹, optamos por definir uma amostra de 5% do total dessas propriedades em Piedade e Pilar do Sul (quadro 4), sabendo que a adoção dessa amostragem priorizou uma análise mais acurada do ponto de vista qualitativo.

¹¹ Os dados serão tratados no Capítulo 4, cujo objetivo é realizar uma análise conjuntural das estruturas produtiva e fundiária.

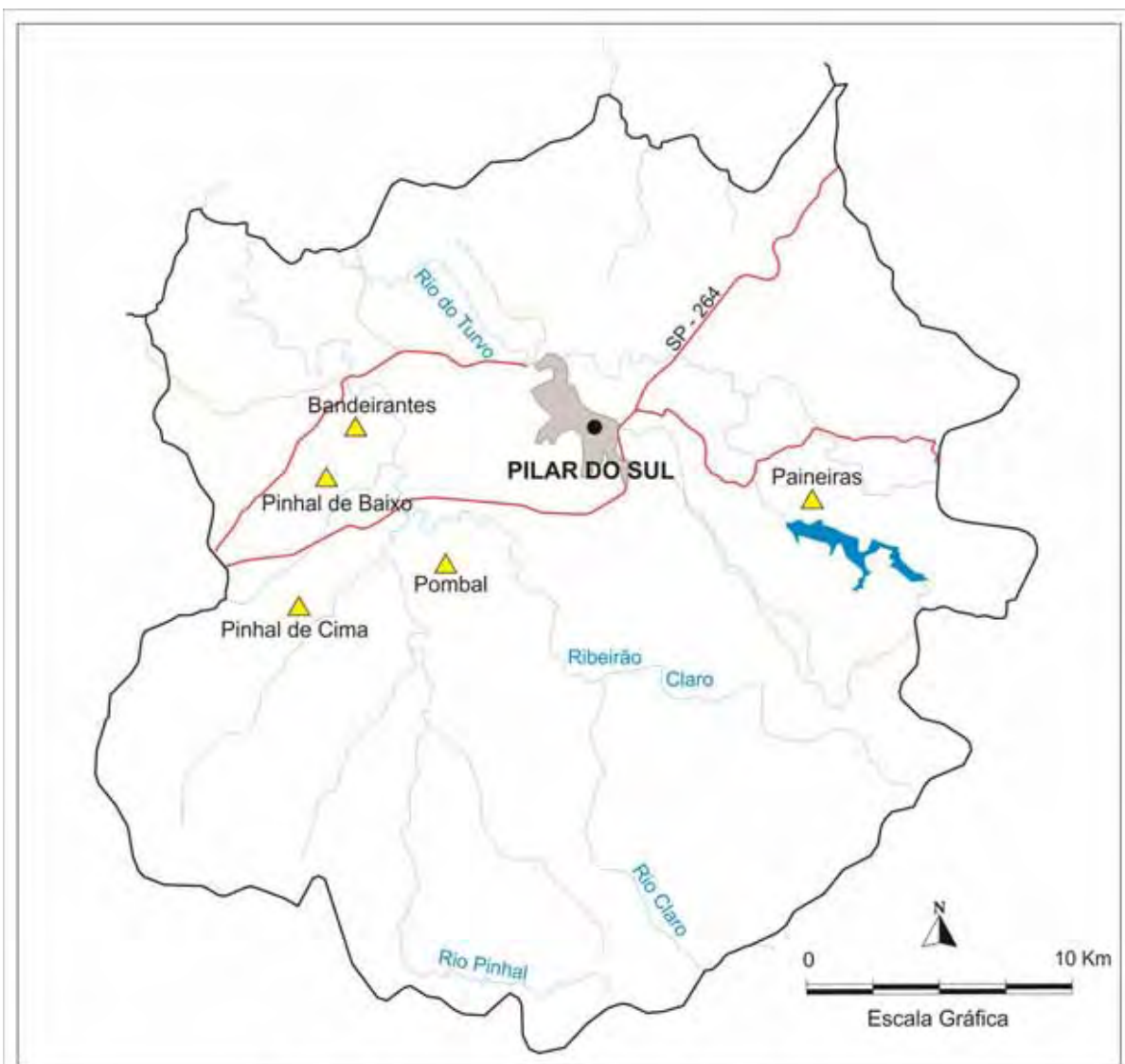
Município	Bairros rurais	Propriedades pesquisadas	Tipo de produção predominante
Piedade	Caetezal de Baixo e de Cima	27	Hortaliças, flores e olerícolas
	Funil	08	Hortaliças e olerícolas
	Sarapuí dos Antunes	16	Hortaliças e olerícolas
	Leite	08	Hortaliças e olerícolas
	Buenos	06	Hortaliças e olerícolas
	Corrêas	25	Hortaliças e olerícolas
Total	-	90	-
Pilar do Sul	Pombal	19	Fruticultura e pecuária
	Pinhal de Cima	25	Fruticultura
	Pinhal de Baixo	10	Fruticultura
	Paineiras	07	Hortaliças
	Bandeirantes	05	Fruticultura
Total	-	67	-

Quadro 04: Número, localização e tipo de produção predominante nas propriedades rurais pesquisadas.

Fonte: Dados primários coletados na pesquisa de campo.

Os bairros rurais (ver Mapas 02 e 03) foram selecionados pelos seguintes aspectos:

- predomínio de propriedades rurais com até 50 hectares;
- forte relação entre agricultura e religião, expressa por meio da promoção de festas e atividades culturais;
- existência de fruticultores e olericultores;
- existência de pousadas, pontos turísticos e estabelecimentos não agrícolas diversos;
- existência de imigrantes japoneses, italianos e alemães e seus descendentes;
- participação de produtores vinculados a organizações coletivas, como associação, cooperativa e sindicato rural.



Mapa 02: Bairros rurais pesquisados em Pilar do Sul - SP

Legenda		
Rodovias	Rodovia municipal não pavimentada	Malha urbana
Rodovia municipal pavimentada	Limite municipal	Núcleo dos Bairros Rurais
	Drenagem	
Fonte Departamento de Estradas de Rodagem, 2007.	Organizadora Erika Vanessa Moreira	Desenhista Leandro Bruno Santos
Instituição 	Grupo de Estudo 	Apoio Financeiro
Autora: Erika Vanessa Moreira		Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Modalidade de Pesquisa		Tese de Doutorado



Mapa 03: Bairros rurais pesquisados em Piedade - SP

Legenda		
Rodovias	Rodovia municipal não pavimentada	Malha urbana
Rodovia municipal pavimentada	Limite municipal	Núcleo dos bairros rurais
	Drenagem	
Fonte Departamento de Estradas de Rodagem, 2007	Organizadora Erika Vanessa Moreira	Desenhista Leandro Bruno Santos
Instituição 	Grupo de Estudo 	Apoio Financeiro
Autora: Erika Vanessa Moreira		Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Modalidade de Pesquisa		Tese de Doutorado

A delimitação dos bairros rurais tem como parâmetro os cursos d'água, sejam ribeirões ou córregos, dos quais também se originam seus nomes, tais como Bairro do Pinhal e do Turvinho, em Piedade, e do Sarapuí, em Piedade.

O questionário foi aplicado ao chefe da unidade produtiva, o responsável, portanto, pela exploração da propriedade, considerando tanto a figura do homem como a da mulher.

Percebemos claramente nas propriedades rurais com descendentes de imigrantes japoneses, que o casal é responsável pela administração e organização da unidade produtiva, sendo frequente, portanto, a presença da esposa durante a aplicação do questionário. Excluímos da análise as propriedades rurais em que o empregado permanente era o responsável no momento de realização da pesquisa, em decorrência de seu desconhecimento sobre a renda obtida, os canais e os locais de comercialização, enfim, informações que seriam importantes para a pesquisa.

1.5. Estrutura da tese

A **tese** está estruturada em seis capítulos, além da introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices. Sua organização procurou alcançar os objetivos que foram delineados.

Com o anseio de contemplar as hipóteses traçadas, buscamos desenvolver a tese com o intuito de apontar que a agricultura dinamiza e articula as múltiplas funções que existem no espaço rural, bem como constrói, a partir dos sujeitos sociais, uma ruralidade fundamentada em novos contextos sociais e econômicos, em que as novas demandas urbanas de consumo e de lazer são fundamentais.

As discussões sobre o rural e a ruralidade serão apresentadas no *primeiro capítulo*, cuja vertente defendida é a de que o rural é uma construção de valores na relação entre espaço, agentes e cotidiano. Serão debatidas as teses de Lefebvre (sociedade urbana) e Kayser (renascimento rural), para entendermos como a ruralidade é construída em novas bases econômicas e em novas relações socioespaciais. Quanto à ruralidade, trataremos, neste primeiro capítulo, das principais perspectivas de estudo no contexto latino-americano. Adotamos para este trabalho a perspectiva analítica da ruralidade, não como uma ruptura dos processos

e elementos tradicionais, mas como uma possibilidade de coexistência tanto entre os elementos tradicionais e contemporâneos como também entre os valores rurais e urbanos. Buscamos entender o rural como uma construção social, histórica e intersubjetiva, a partir da relação dos sujeitos com o espaço (processo e reflexo).

O *segundo capítulo* tem como objetivo contextualizar o processo de ocupação da Microrregião Geográfica de Piedade, com o fito de mostrar como o rural e a ruralidade estiveram vinculados ao desenvolvimento da agricultura ao longo do período histórico. Optamos por traçar um panorama histórico da MRG, porque tivemos a necessidade de mostrar os elementos que influenciaram o processo de ocupação e povoamento. Enfatizamos também o processo de formação de sesmarias, o tropeirismo, a imigração japonesa e italiana e, sobretudo, a dinâmica da agricultura após os anos de 1960. A ênfase dada à imigração japonesa não é por acaso, mas se deve ao grau de importância que ela teve na organização espacial e econômica da região, principalmente em Piedade e Pilar do Sul.

O *terceiro capítulo* foi fundamentado numa análise conjuntural (1970-2006) da estrutura fundiária, da estrutura produtiva, das relações de trabalho e do grau de mecanização da MRG de Piedade. O enfoque principal é a importância da agricultura especializada ou semiespecializada, em Pilar do Sul, e da atividade diversificada, em Piedade. Esse capítulo foi construído para dar suporte à tese que defendemos: a construção de uma ruralidade contemporânea em que a agricultura, na área de pesquisa, apresenta-se forte do ponto de vista econômico e, também, social. Consideramos que é um capítulo denso, por situar-se na análise dos dados estatísticos sistematizados e coletados a partir de fontes secundárias diversas, já detalhadas em momento anterior. A realização do estágio *sanduíche* na Universidade de Havana, em Cuba, entre julho e setembro de 2011, permitiu averiguar a importância dada aos dados estatísticos nas pesquisas acadêmicas. A geografia cubana, de maneira específica, prioriza em suas análises os dados estatísticos compilados a partir de diferentes fontes para traçar o planejamento; é uma geografia pragmática, em que se discute o teórico para a aplicação prática.

Buscamos, no *quarto capítulo*, traçar uma contextualização teórica da noção de multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural, com o intuito de absorver os elementos mais contundentes em nossa análise e de amenizar a simples transposição de conceitos da realidade europeia para a brasileira. Abordamos as principais atividades existentes no espaço rural de Piedade e Pilar do

Sul, com ênfase no turismo, no lazer, nas formas de moradia, na preservação ambiental e na prestação de serviços. Todas estas funções são integradas à atividade econômica predominante, a agricultura, de maneira direta ou indireta. Vimos a necessidade de focar essas múltiplas funções como parte do processo de construção da ruralidade contemporânea.

No *quinto capítulo*, realizamos a caracterização dos bairros rurais selecionados para a aplicação de questionário, ressaltando tanto as questões vinculadas à organização espacial, quanto aos aspectos socioambientais. Procuramos, também, mostrar como os bairros rurais são tratados pelo poder público local. A nomenclatura de bairro rural não é recente, pois Candido (2003), Muller (1954; 1966), Queiroz (1978) e Fernandes (1971 e 1972) já retrataram essa forma de organização espacial no espaço rural paulista.

As múltiplas estratégias adotadas pelos produtores rurais para a reprodução econômica no campo são o eixo central do *sexto capítulo*. Nele realizamos uma análise dos dados coletados na pesquisa de campo. No início do capítulo, contextualizamos as estratégias econômicas e sociais a partir dos autores selecionados que, por sua vez, abordaram a necessidade de contemplar, nas análises sobre o tema, os elementos exógenos (área, fatores políticos e econômicos etc.) e endógenos (tamanho da família, composição etária, grau de instrução etc.).

Os capítulos desenvolvidos contemplam a ruralidade em diferentes contextos históricos. Atualmente, temos como faceta da ruralidade contemporânea, a multifuncionalidade, em que se mesclam, no campo, atividades tipicamente urbanas e rurais. Todavia, a agricultura ainda se mantém, no caso da área de pesquisa, como elemento dinamizador dessa multifuncionalidade existente no rural e das múltiplas estratégias econômicas. Uma forma adotada para mensurar a ruralidade contemporânea é a análise a partir das estratégias, visto que são ações planejadas ou intuitivas para a manutenção da família no campo.

2. O RURAL E A RURALIDADE

A realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão, e os processos são mais ricos e complexos do que a nossa capacidade de descrevê-los (DOWBOR, 2003, p. 05).

endo a realidade dinâmica e centrada no movimento do devir, é necessário apreendê-la numa relação entre mudanças, permanências e adaptações. O Espaço rural, nesse processo constante de reconfiguração, não desapareceu, tampouco se estagnou. Intensificaram-se os problemas de diferentes dimensões e as relações socioespaciais. Como afirma Dowbor (2003), os processos são ricos e complexos, portanto, torna-se de suma importância definir claramente os recortes analítico, espacial e temporal a serem adotados, para que estejam coerentes com o objetivo inicial traçado.

A tese que defendemos é a de que as funções existentes no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul são oriundas de demandas urbanas e não levam, necessariamente, à secundarização da atividade agrícola, pelo contrário, a agricultura na área pesquisada permitiu e favoreceu a existência de outras funções. Essas 'múltiplas' funções estão, portanto, no caso dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, vinculadas à força econômica e social que a agricultura exerce no âmbito da microrregião. As práticas agrícolas, sejam especializadas ou diversificadas, reforçam a importância do espaço rural e da construção de uma ruralidade contemporânea estruturada em novas formas e em novos processos socioespaciais.

As 'novas' e 'velhas' funções se mesclam e se contrariam, numa convivência entre a ruralidade tradicional e a contemporânea. Essa relação abarca diferentes agentes sociais (produtores rurais tradicionais, produtores rurais tecnificados, empresários do setor de hotelaria, caseiros, aposentados urbanos etc.) que proporcionam mudanças significativas na organização espacial e econômica do rural e do agrícola nos municípios de Piedade e Pilar do Sul.

É no intuito de averiguarmos o rural e a ruralidade como pares indissociáveis do urbano e da urbanidade, que propomos a construção deste capítulo. É do escopo deste trabalho discorrer sobre o rural como um espaço em

que o modo de vida cria valores a *partir dos pares ruralidade-urbanidade e campo-cidade*. Existem posições distintas sobre a concepção de rural, desde a abordagem dicotômica, em que rural e urbano são vistos como mundos antagônicos, até a vertente lefebvreviana, que distingue o rural e o urbano a partir da divisão social do trabalho.

Nas primeira e segunda subseções deste capítulo, buscamos realizar uma análise das diferentes vertentes teóricas sobre a concepção de rural, com ênfase nos autores da geografia rural e suas distintas posições, bem como nos da sociologia rural, da antropologia e da economia rural.

As ideias de Kayser e Lefebvre estão presentes nas terceira e quarta subseções, com o objetivo de entender o rural e a ruralidade, com seus pares dialéticos - o urbano e a urbanidade. Objetivamos também entender que essa ruralidade mencionada pelos autores franceses pode apresentar tanto similitudes como diferenciações da realidade rural brasileira, em termos político, social e cultural.

O que faz a ruralidade contemporânea se diferenciar da tradicional é a apreensão de novos elementos e novos processos, como as novas formas de *habitat*, a entrada de agentes sociais até então minoritários, como os caseiros, e a acessibilidade proporcionada pela melhoria das vias de circulação e dos meios de transporte coletivo. Todos esses aspectos corroboram para defender a hipótese que a função agrícola é proeminente na MRG de Piedade, mais especificamente em Piedade e Pilar do Sul, por duas razões: econômica, com a consolidação do cinturão verde e as novas demandas de consumo agroalimentar, e espacial, pela situação geográfica (múltiplas combinações de elementos naturais e humanos).

Por fim, essa ruralidade é construída com base em distintas estratégias, sejam agrícolas ou não agrícolas, como a construção de simulacros para a atividade turística. A existência da multifuncionalidade no espaço rural fomenta uma discussão do espaço rural além da sua função produtiva agrícola, o que trataremos *a posteriori*.

2.1. O rural além da definição oficial: as conceituações teórico-metodológicas

A nossa proposta, nesta seção, é efetuar uma discussão teórica sobre o rural, sob a ótica de diferentes campos das Ciências Sociais. Essa

proposição surgiu com a necessidade de compreendermos o rural, não meramente como um espaço físico de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas como construção espacial, social e histórica, bem mais amplo que o setor agropecuário¹². Para tanto, buscamos enveredar pelas Ciências Sociais para apresentarmos um caminho menos segmentado e estagnado e mais dinâmico e articulado. Isso não significa que uma vertente teórico-metodológica seja mais importante que outra. É na relação dialética que construímos o fundamento de um paradigma¹³. O que pretendemos, em linhas gerais, é mostrar como a conceituação de rural e de ruralidade pode ser construída a partir da tríade: *espaço-identidade-estratégias*.

Muitos trabalhos já tiveram como eixo central a discussão do rural, não apenas no campo geográfico, mas também na sociologia rural, na economia rural, na antropologia cultural e na história. É preciso distinguir definição e conceituação de rural. Isso porque, enquanto definição envolve, sumariamente, tipologias e instrumentos de ação político-administrativa, a conceituação é bem mais estruturada, abarcando um corpo teórico-metodológico em sua discussão.

Como exemplo de tipologias criadas para caracterizar o que é rural e urbano em diferentes países, construímos o Quadro-Síntese 05.

¹² A tese sobre a existência de um rural mais amplo que o agrícola já foi defendida por economista (GRAZIANO da SILVA, 1999), sociólogo (SCHNEIDER, 2009), antropólogo (CARNEIRO, 2003) e geógrafo (RUA, 2005). Portanto, não vamos discorrer sobre a diferença entre rural (espaço), agrário (relações de trabalho) e agrícola (produção), haja vista a necessidade de conceber os três eixos como indispensáveis para a compreensão da ruralidade.

¹³ Não é nosso propósito discorrer teoricamente sobre os paradigmas do rural contemporâneo, mas consideramos, a partir das leituras de Abramovay (1998), que o Estado é o principal determinante na integração do agricultor familiar ao mercado, mediante as políticas públicas.

Países	Definições oficiais
Brasil	<i>Rural</i>: domicílios localizados fora do perímetro urbano. <i>Urbano</i>: domicílios localizados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. <i>Órgão responsável</i>: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Irlanda	<i>Rural</i> : áreas que têm população inferior a 100 hab/km ² . Critério de densidade populacional.
Escócia	<i>Rural</i> : até 500 hab. Critério populacional.
Japão	<i>Rural</i> : 500 hab/km ² . Critério de densidade populacional.
Noruega	<i>Rural</i> : até 200 hab/km ² . Critério de densidade populacional.
Grécia	<i>Rural</i> : até 10.000 hab. ou 30 hab/km ² . Critério de densidade populacional ou populacional.
Dinamarca	<i>Rural</i> : até 200 habitações ou 10.000 habitantes. Critério populacional.
Holanda e Inglaterra	<i>Rural</i> : forma predominante de uso do solo é a agropecuária.
Alemanha	<i>Rural</i> e <i>Urbano</i> são definidos por três aspectos: utilização do solo, aspectos econômicos e demográficos.
França	A definição ocorre por meio do zoneamento – ZAU (zonas urbanas) e os polos rurais (quatro tipos). <i>Rural</i>: são subdivididos em quatro categorias: sob fraca influência urbana; polos rurais; periferia dos polos rurais e rural isolado. <i>Órgão responsável</i>: INRA/INSEE – Institut de la Statistique et des Études Économiques.
EUA	A definição se dá por meio dos condados: 4 (quatro) condados metropolitanos e 6 (seis) condados não metropolitanos. <i>Rural</i>: são considerados rurais, os condados com menos de 2.500 habitantes situados em áreas não metropolitanas. <i>Órgão responsável</i>: ESR/USDA Condados: são divisões administrativas e existem 2.066 nos EUA.
Itália	<i>Rural</i>: há o uso de critério populacional (população inferior a 10.000 habitantes) e mais treze critérios funcionais (economia, educação, habitação, atividades etc.). <i>Órgão responsável</i>: ISTAT – Istituto Nazionale di Statistica
Peru	<i>Rural</i> : definido pelo número de habitações contíguas.
Chile	<i>Rural</i> : até 1.500 habitantes, dos quais 50% são ocupados em atividades primárias. Critério populacional e funcional.

Cuba ¹⁴	<i>Urbano</i> : população acima de 1.999 habitantes e com pelo menos 4 (quatro) serviços básicos (escola, atendimento médico, pavimentação das ruas, iluminação pública, água encanada, rede de esgoto etc.). <i>Rural</i> : população até 1.999 habitantes. Critérios populacional e funcional.
Costa Rica, Haiti e Uruguai	<i>Rural</i> : localidades com características não urbanas, seja em termos econômicos (mercado de trabalho), de funções administrativas etc.

Quadro-Síntese 05: Diversas definições oficiais adotadas pelos países para definir o rural e o urbano.

Fonte: Abramovay (2000); Veiga (2001); Endlich (2006) e Kageyama (2008).

Org.: Erika Moreira (2011).

¹⁴ Em Cuba, onde realizamos o estágio-sanduíche, entre junho e setembro de 2011, a definição do rural e do urbano envolve os critérios populacional e funcional. São considerados *pobladors rurales*, aqueles que têm entre 200 e 1.999 habitantes e que tenham menos de quatro (04) serviços básicos: água encanada, ruas pavimentadas, rede de esgoto, centros educacionais, serviços médicos e iluminação pública. São considerados *casería ou batey*, os aglomerados com até 200 habitantes, e as *granjas* ou *fincas* são classificadas como rural disperso, isto é, com menos de 200 habitantes ou cinco (05) *viviendas*, com uma distância de até 200 km entre elas.

Visualizamos, por meio do Quadro-Síntese 05, alguns critérios utilizados para definir o rural e o urbano em diferentes países. Todavia, são critérios adotados, de maneira geral, pelos interesses administrativos. A utilização de um ou mais critérios é problemática, pois envolve não apenas elementos físicos, culturais ou ambientais, mas também a historicidade. Bernardelli (2006), ao discorrer sobre essa relação emblemática, aponta que os critérios mais utilizados na classificação do rural e do urbano são: o tamanho populacional; a densidade demográfica; os aspectos morfológicos ou as formas urbanas; as atividades econômicas; o modo de vida; as inter-relações urbanas; e as inovações.

Abramovay¹⁵ (2000), ao discutir as medidas e as funções da ruralidade, aponta três inconvenientes na definição do rural pautado nos critérios quantitativos:

- a) os critérios estabelecidos internacionalmente são arbitrários;
- b) a comparabilidade internacional das informações sobre o meio rural fica seriamente comprometida;
- c) o critério de patamar populacional não permite uma *abordagem regional* da ruralidade.

O referido autor enumera três aspectos intrínsecos ao rural: a relação com a natureza¹⁶; a relativa dispersão populacional; e a dependência do rural ao sistema urbano. Se o rural extrapola os limites físicos de área agrícola (área territorialmente definida por critérios políticos, econômicos ou ambientais), a ruralidade é a expressão do viver no rural, sem considerar a existência de uma sociedade urbana, isto é, uma construção fundamentada na inter-relação entre indivíduo e espaço. É importante ressaltarmos que essa abordagem apresentada por Abramovay (2000) não é uma definição criteriosa do rural, mas uma construção de cunho teórico da ideia do rural.

As definições apresentadas anteriormente permitem, ainda que de maneira um pouco limitada, estabelecer uma vinculação com as políticas públicas, sejam urbanas ou rurais. A operacionalidade dessa discussão é 'resolvida', no campo político e administrativo, a partir desses critérios elaborados por institutos

¹⁵ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – criou em 1996, a partir de seus 26 países membros, uma tipologia de rural pautada na densidade demográfica. Foram então agrupados em regiões predominantemente rurais (mais de 50% da população residindo em áreas rurais), significativamente rurais (entre 15% e 50%) e predominantemente urbanizadas (abaixo de 15%). Esse critério foi amplamente criticado por Abramovay (2000) e Veiga (2002).

¹⁶ Alentejano (2003) estabelece como diferença entre rural e urbano, a relação do sujeito com a terra.

governamentais. A transposição do plano operacional para o analítico e do analítico para o operacional é conflituosa.

No entanto, a colaboração acadêmica vai além dessa simplificação e definição do rural e do urbano, pois procuramos, por meio de pesquisas e discussões, compreender que os espaços rurais e urbanos são estruturados por agentes sociais com interesses distintos no uso do solo, com densidade de atividades e relações produtivas distintas. O objetivo por nós traçado foi o de ultrapassar a simples definição do espaço rural e da ruralidade para entender esse par na sua relação conflituosa-dialética, articulada com o urbano e a urbanidade, tendo como recorte espacial os municípios de Piedade e Pilar do Sul.

Endlich (2006), ao discutir as relações entre o rural e o urbano, entende-os como modos de vida. Essa ideia se baseia na perspectiva teórica defendida por Lefebvre¹⁷. A autora separa o campo e a cidade com base na divisão territorial do trabalho. Para ela, enquanto o campo é o lugar do trabalho material/prático/manual, a cidade é o local do trabalho intelectual. Nessa perspectiva, permanece um caráter interdependente entre ambos, e a historicidade e a rede são elementos importantes para definir o que constitui o rural e o urbano. O urbano, enquanto modo de vida, penetra nos espaços rurais, com sistemas de objetos (eletrodomésticos, por exemplo) e sistemas de valores (novos hábitos alimentares, novas relações de trabalho etc.).

Em seu trabalho sobre as pequenas cidades na rede urbana paranaense, Endlich (2006) evidencia que a relação urbanidade-ruralidade coexiste no plano econômico (atividades industriais, comerciais e agrícolas), no plano cultural-simbólico (manutenção do *savoir-faire* e das práticas lúdico-religiosas) e no plano social (com a existência das redes interpessoais). A ruralidade, portanto, não se reproduz apenas nos espaços ditos rurais, mas na relação com a urbanidade no plano do urbano.

O tempo, as temporalidades, a relação com a terra e o cotidiano são os elementos-chave utilizados por Bagli (2006a; 2006b) para conceituar o rural. No espaço urbano, o tempo é marcadamente rápido, “o cotidiano é construído sobre um tempo mecânico”, cujas transformações se processam constante e visivelmente. O tempo lento é marcado por uma “lógica territorial mais próxima da natureza” e que,

¹⁷ Mostrar-se-á, num momento posterior, que essa tese de Lefebvre sobre a sociedade urbana vai ser questionada por Veiga (2002) e Favareto (2008).

portanto, se identifica com o espaço rural (BAGLI, 2006b, p. 162). Aqui podemos levantar algumas indagações: o tempo lento estaria ligado apenas ao espaço rural? O tempo que se propõe é apenas a duração? Mas o tempo não se dissocia do espaço, que por sua vez, é extensão, então, como podemos interpretar o tempo no rural na relação duração-extensão?

Não podemos generalizar a existência do tempo lento no espaço rural, pois, no contexto atual, com a adoção de inovações tecnológicas em determinados cultivos (*commodities* agrícolas), o tempo de giro está vinculado à demanda internacional, e não há um tempo regido apenas pela natureza, mas também pela dimensão econômica.

A autora supracitada ressalta que, embora no rural nada seja estático, as mudanças não se apresentam com tanta transitoriedade (BAGLI, 2006b). Esses tempos determinam as temporalidades¹⁸ (permanências ou resistências). Assim, no rural há temporalidades diferenciadas vinculadas às fases agrícolas, marcadas por rotinas e normas conectadas ao tempo da natureza. No urbano, o tempo mecânico segue a lógica ditada pelo capital, em que as temporalidades se fundamentam em outras rotinas e normas. Dessa forma, a autora mantém a classificação dual do rural e do urbano.

Elementos	Rural	Urbano
Tempo	Tempo lento ¹⁹ . A existência de uma lógica vinculada à natureza.	Tempo rápido. A lógica é ditada pelo capital (mecânico).
Temporalidades	Estabelecidas pelas fases do trabalho agrícola e as relações cotidianas.	Estabelecida pelo tempo mecânico.
Hábitos	Atividades e horários ditados pelos ciclos da natureza.	Atividades e horários vinculados ao tempo mecânico.
Paisagens	As transformações são pouco percebidas e visíveis. Os tons verdes predominam e as luzes são dispersas.	Multiplicidade de formas construídas. A contradição está presente de maneira mais latente. Há um mosaico de cores, de sons e de luzes.

Quadro 06: Diferenças nos espaços rurais e espaços urbanos, segundo Bagli.

Fonte: Bagli (2006a; 2006b).

Org.: Erika Moreira (2009).

A possibilidade de pensarmos o rural na relação aparência/essência, isto é, na sua materialidade e na sua subjetividade, possibilita dissociá-lo do caráter

¹⁸ Bagli (2006a) compreende a temporalidade como o tempo da vida que se manifesta no cotidiano e se fundamenta nas necessidades e nas limitações do espaço vivido.

¹⁹ É questionável essa característica de *tempo lento* em uma fazenda produtora de soja ou uma propriedade com o desenvolvimento da avicultura especializada.

setorial e, também, da visão bucólica e romântica. A contribuição de Bagli (2006b) nessa discussão é justamente pensar o rural além de suas formas concretas e buscar na essência e nas funções o fundamento do rural e suas temporalidades.

A relação com a terra é outra característica que permite dissociar o viver no rural e o viver no urbano. Abramovay (2000), Alentejano (2003) e Bagli (2006b), consideradas suas devidas posições teóricas, apontam, em seus trabalhos, esse vínculo (sujeito-terra-natureza) mais forte no rural.

Nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para a venda ou consumo), seja por intermédio da criação de animais (pastagens e outras fontes de alimento). A terra não é mero chão, mas garantia de sobrevivência. Os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho [...] (BAGLI, 2006b, p. 87).

No espaço urbano, terra é sinônimo de “chão”, e as relações se fundamentam nas construções que estão sobre ela. Assim, a relação entre o sujeito e a terra vai além do caráter econômico, envolve, portanto, a dimensão lúdica e cultural.

O rural não é um resquício do passado, tampouco está estagnado frente ao urbano; ele é dinâmico. Essa dinamização não deve ser apreendida como um processo isolado, interno, mas a partir das relações que se estabelecem entre as variáveis endógenas (a organização da família) e exógenas (as interferências econômicas e políticas) em suas diferentes escalas – regional, nacional e internacional. Como salienta Santos (1994, p. 98), “toda situação é composta de pares dialéticos”, o rural abarca o tradicional e o moderno, os novos e os velhos problemas. Enfim, “não existe um lugar que tudo seja novo ou velho”, havendo, sim, uma constante redefinição.

Para Sposito (2006, p. 121), a distinção campo-cidade se baseia em atributos como concentração demográfica (outro tipo de concentração também é utilizado, como objetos, infraestrutura etc.), diferenciação social e unidade espacial. Além dessas características, a autora também ressalta a possibilidade de apreender a questão cidade-campo sob a ótica das descontinuidades territoriais, ou seja, “a

partir de suas morfologias espaciais”²⁰. É importante registrarmos que os estudos realizados por Sposito não são direcionados para uma apreensão da conceituação do espaço rural, haja vista que suas pesquisas contemplam temáticas da Geografia urbana, entretanto, a autora retrata em seus trabalhos como compreender o espaço rural articulado com as cidades. A relação tempo-espaço, como categorias da Geografia, é o ponto-chave das reflexões de Sposito (2006) sobre o rural e o par ruralidade-urbanidade.

Na mesma perspectiva traçada por Sposito (2006), Carlos (2008) ressalta que o processo de urbanização, ao se desenvolver e expandir socialmente, cria novas interações que vão além da cidade. “A urbanização requer novos conteúdos explicativos” e, portanto, necessita de reflexões numa escala mais ampla, redefinindo as relações campo-cidade e a rede urbana (CARLOS, 2008, p. 185). Nos trabalhos dessas autoras da Geografia urbana, podemos apontar duas contribuições principais: o rural e o urbano são pares dialéticos e o processo de urbanização não se resume ao simples crescimento da cidade, já que por ser mais amplo, envolve novas formas de reprodução e redefinições dos pares rural-urbano e centro-periferia.

O rural é territorial ou espacial e não um setor de atividade econômica. Vários autores defendem essa assertiva²¹, entre eles Kageyama (2008). A autora fez um levantamento teórico e analítico sobre os principais autores (nacionais e internacionais) que buscaram conceituar o rural e a ruralidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural. A vinculação do rural ao caráter espacial e não setorial permeia toda a sua obra. A tese defendida pela autora é a de que o agrícola é o setor predominante no espaço rural, seja pela população ocupada ou pelo valor adicionado. “O destino da maioria das áreas rurais do Brasil depende muito da evolução do seu ‘agrícola’” (KAGEYAMA, 2008, p. 13). Em outro trecho, menciona a importância da agricultura na criação de valor e de trabalho, bem como na preservação da paisagem e das potencialidades naturais. Para a autora, o rural tem uma base territorial (socialmente construída), com características específicas, em que as relações sociais se desenvolvem. De acordo com seu pensamento, a conceituação do rural e da ruralidade interfere na concepção de projetos de desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

²⁰ As discussões teóricas, apresentadas de maneira sucinta nesta tese, podem ser encontradas em Sposito; Whitacker (org.) (2006).

²¹ Abramovay (2000); Alentejano (2003); Veiga (2003), entre outros.

Em suma, o rural abrange desde aspectos físicos complexos até representações simbólicas específicas. As cinco características definidas por Kageyama (2008) para conceituar o rural são: 1. maior relação com a natureza / maior presença de áreas verdes; 2. maiores distâncias (tanto na escala micro como meso); 3. maior dispersão; 4. presença significativa de atividades econômicas vinculadas aos recursos naturais; 5. relação de complementaridade com as cidades.

Essas características evidenciam a preocupação da referida autora em articular o rural com a atividade agrícola e não compreender o rural como sinônimo de agrícola. A agricultura não é a única atividade econômica desenvolvida no espaço rural – embora em muitas áreas do país possa ainda ser a predominante – e as ações políticas, portanto, devem considerar as distintas sinergias em seus projetos.

Kageyama (2003), em outro trabalho, retrata os rurais e os agrícolas no Estado de São Paulo, com base nos dados do Censo Demográfico de 2000, e estabelece cinco grupos formados a partir das mesorregiões²² (regionalização oficial do IBGE). Considerando a correlação de variáveis sociais e econômicas, as mesorregiões foram agrupadas em áreas mais pobres (padrão tecnológico no campo classificado como baixo e médio), áreas com agricultura moderna, áreas mistas (pecuária extensiva e agricultura moderna), áreas de pequenas propriedades e alta urbanização²³ e região metropolitana. A definição oficial de rural é criticada pela autora, mas não é proposta nenhuma outra²⁴.

A conclusão dessa pesquisa é de que o número de residentes rurais com ocupações não agrícolas supera em 75% o do total daqueles com ocupações agrícolas. Todavia, são ocupações de baixa remuneração, qualificação e escolaridade. Existem tanto os trabalhadores rurais não agrícolas como os urbanos agrícolas, isto é, os residentes urbanos que dependem economicamente da renda oriunda de uma atividade agrícola e comparecem de maneira predominante nas áreas com agricultura moderna. A contribuição dessa pesquisa é desmitificar a relação entre rural e agricultura (base territorial e setorial), termos equivocadamente utilizados como sinônimos. A própria confusão metodológica entre rural e agrícola

²² Os 645 municípios paulistas estão agrupados, segundo o IBGE, em 15 mesorregiões geográficas.

²³ Piedade e Pilar do Sul estão nesse grupo.

²⁴ A autora alerta que o problema não é buscar outra definição, que dificultaria classificar todos os domicílios do Censo e introduziria nova arbitrariedade, mas de ter em mente as limitações e o possível viés que a definição legal impõe aos resultados da análise (KAGEYAMA, 2003).

perpetuou por muito tempo os debates políticos e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas mais vinculadas ao setor agrícola.

No artigo de Caiado; Santos (2003) sobre a relação rural-urbano no Estado de São Paulo, é apontada a necessidade de se pensar essa articulação como processos socioespaciais. De um lado, temos o crescimento do processo de conurbação nas regiões metropolitanas ou não, e de outro, a redução das atividades agrícolas entre os residentes rurais e a busca por ocupações não agrícolas nos núcleos urbanos. Os autores não apresentam uma conceituação do rural e da ruralidade.

Carmo (2009) defende a tese de que o rural passou de uma vertente de oposição em relação ao urbano para a de apropriação de valores rurais e urbanos, tendo Wirth (1997) como base teórica. A oposição entre os espaços rurais e urbanos se fundamenta em cinco aspectos: dimensão, densidade, mobilidade, contigüidade e laços sociais.

No urbano²⁵, há uma dissociação entre o local de trabalho e de residência, além de uma considerável densidade populacional, com descontinuidades territoriais, maior mobilidade e heterogeneidade do ponto de vista dos grupos e círculos sociais. Já no rural, os locais de trabalho e moradia se mesclam, a densidade populacional é baixa, a mobilidade é menor, há contigüidade territorial e homogeneidade em termos dos laços sociais construídos (CARMO, 2009). Segundo o autor, os processos de modernização e urbanização penetram nos espaços rurais e se “apropriam singularmente de uma série de factores de ordem socioeconomica e sociocultural”. Esses processos podem levar à marginalização de localidades rurais (“que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional”) e “desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais” (CARMO, 2009, p. 267). Carmo (2009, p. 274) não defende apenas uma vertente teórica, mas se situa numa interpretação do rural nas suas interfaces teóricas, pois, segundo suas palavras, “Consideramos que o estudo do espaço rural deve integrar estas diferentes perspectivas no mesmo sistema de análise.”

Como se observa, a conceituação de espaço rural está em constante construção, de acordo com os processos socioespaciais inseridos. Isso porque,

²⁵ No espaço rural, a dissociação entre unidade da família e unidade de trabalho também pode ocorrer, porém a intensidade é menor, se comparada à do espaço urbano.

O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local. [...]

O espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação dos componentes urbanos, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental [...] (CARMO, 2009, p. 274)

Esse autor oferece várias contribuições importantes: pensar o espaço rural onde a atividade agrícola é importante, mas não a única fonte econômica; os contextos locais e regionais interferem na concepção do rural na sua articulação com o espaço urbano; a proximidade física se combina com a social; as relações próximas com o meio ambiente e a preservação das identidades socioculturais são mais vivenciadas e percebidas no rural.

Diferentemente dos autores até aqui citados, cujas discussões estão centradas em dados empíricos/estatísticos, Marques (2002) apresenta uma discussão teórica sobre o espaço rural enfocando as relações de desigualdade e a luta de classes no campo. A autora mostra as duas principais vertentes no estudo do rural – a dicotômica e a do *continuum* –, dando ênfase às obras de Kayser, Marx, Lefebvre e Willians. Para ela, o rural deve ser considerado como segmento de uma totalidade dialética, numa relação de unidade x diversidade, ou seja, deve “ser pensado não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana”, mas como um espaço onde ocorrem, de maneira acentuada, as mudanças na composição orgânica do capital (MARQUES, 2002, p. 111).

O rural é um conjunto de regiões ou zonas, no qual a população desenvolve diversas atividades em diferentes setores da economia. Essa concepção foi formulada por Correa Pérez (2001) com base na realidade colombiana. A autora define o espaço rural como uma entidade socioeconômica, num determinado espaço geográfico, pautada em quatro elementos primordiais: território (base física);

população (relação sociocultural); conjunto de assentamentos (casas); e conjunto de instituições públicas e privadas que interferem nesse espaço. Consequentemente, indica a necessidade de rever a concepção de rural como agrário e agrícola. Atualmente, há uma tendência de “desagrarização” da atividade produtiva no espaço rural e, ao mesmo tempo, a “revalorização” do rural sob uma visão bucólica e romântica. Essa revalorização é pautada na dimensão ambiental, “*pero hace falta una revalorización sociopolítica*”, pois enquanto existe um discurso em torno da sustentabilidade, velhos problemas estruturais permanecem (CORREA PÉREZ, 2001, p. 25).

A partir de uma visão analítica, Wanderley (2001) caracteriza o rural como um espaço diferenciado e específico do ponto de vista tanto dos elementos físicos como dos culturais. Visando atenuar os problemas decorrentes da conceituação do rural e do urbano, a autora adota o *espacio local* como o lugar de encontro entre os mundos urbano e rural, em que as especificidades não são ocultadas.

Nos últimos anos, muitos trabalhos sobre o rural têm enfatizado a sua relação com o urbano, no sentido de criticar a visão dicotômica e setorial. Há uma crítica ao uso da categoria de rural como funcionalista, principalmente por parte dos pesquisadores que o entendem para além do critério administrativo. Na Geografia, o rural é indissociável do espaço e da relação cotidiana estabelecida entre os sujeitos aí inseridos.

A partir dessa constatação, estabelecemos quatro grupos de pesquisadores com perspectivas teóricas distintas sobre o rural, englobando-os nas seguintes vertentes: **1.** A urbanização do campo; **2.** As urbanidades do rural; **3.** O rural como campo de lutas e contradições; e **4.** O rural como construção e processo.

Incluídos na *primeira vertente*, temos os trabalhos coordenados pelo economista Graziano da Silva²⁶. Para Campanhola; Del Grossi (2005), o rural é compreendido a partir da visão de *continuum*, em que o processo de urbanização absorve o espaço rural. A urbanização do campo, nessa perspectiva, sugere duas leituras: que o rural está fadado ao processo de urbanização e que existem dois polos – rural e urbano.

²⁶ Graziano da Silva coordenou, em 1997, o projeto RURBANO, que culminou com vários livros, sendo o pioneiro, o **Novo Rural Brasileiro**, publicado em 1999.

Nessa perspectiva, Graziano da Silva; Del Grossi; Campanhola (2005) apontam um *novo rural*, que tem como características centrais uma agropecuária moderna, atividades não agrícolas²⁷ e ‘novas’ atividades agrícolas²⁸. Essa urbanização do rural não leva necessariamente a uma melhoria na renda da população residente no rural, pois as ocupações não agrícolas são, em sua maioria, precárias e de baixa remuneração.

O conceito do *novo rural* é criticado por Buainain; Romero; Guanzirolli (2003, p. 312). Para esses autores, as ocupações não agrícolas no espaço rural não constituem um fenômeno novo, pois “o desenvolvimento do meio urbano deu-se, sempre e em todo lugar, pela apropriação dos espaços rurais”. Outro ponto questionado refere-se ao abandono de políticas agrícolas, enfatizado pelos defensores do *novo rural*, em detrimento das políticas rurais (de caráter compensatório, em alguns casos), haja vista que o produtor rural necessita de políticas para desenvolver suas atividades agropecuárias.

Os defensores do *novo rural* debatem os mitos antigos sobre o rural, aqueles que surgiram no contexto das ocupações não agrícolas, quais sejam: o rural entendido como sinônimo de agrícola e de atraso; o êxodo rural visto como inexorável; o desenvolvimento agrícola como condutor do desenvolvimento rural; a visão de que a gestão de pequenas e médias propriedades rurais é familiar. Por outro lado, surgem os novos mitos: as ocupações não agrícolas resolvem o desemprego; essas ocupações podem ser motores de desenvolvimento em regiões atrasadas; a reforma agrária não é viável; o rural não necessita de regulação pública.

A *segunda vertente teórica*, denominada *urbanidades*²⁹ do rural, é a tese defendida pelo geógrafo João Rua. “Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” (RUA, 2006, p. 86). Esse novo rural não é pensado como na vertente anterior, mas fundamentado numa correlação entre lógicas urbanas e rurais. Na perspectiva do autor, o rural não está alheio às transformações do capitalismo, mas busca recriar e integrar novas lógicas, como o desenvolvimento da

²⁷ Envolve atividades vinculadas a lazer, turismo, moradia e à presença de indústrias etc.

²⁸ Produção destinada a nichos de mercado, como criação de animais exóticos para consumo nos grandes centros urbanos, flores, alimentos *baby* (mini) etc.

²⁹ Rua (2006) esclarece que a noção de *urbanidades* difere do conceito de *urbanidade* de Marx e Lefebvre, pois esta última refere-se à qualidade do urbano.

pluriatividade, a introdução de atividades não agrícolas e a multifuncionalidade do território. A revalorização do rural, “ressignificando-o (quando se trata de signos herdados, ou produzindo novos signos), consolida atividades rurais e urbanas em áreas interioranas” (RUA, 2006, p. 87).

Esta vertente contribui para que se faça uma leitura mais ampla da relação rural-urbano, com base em dois elementos-chave do campo geográfico, a escala e o território. Para Rua (2006), cujas bases teóricas são centradas em Lefebvre e Gramsci, o rural e o urbano, o local e o global são interações assimétricas, permeadas de disputas e reconfigurações. O autor aponta três aspectos em que as duas vertentes – urbanidades no rural (URBA) e novas ruralidades (NRA) – se diferenciam:

1. As URBA consideram o urbano como dominante na relação rural-urbano, enquanto as NRA dão ênfase às especificidades do rural;
2. As URBA trabalham com uma escala de ação mais ampla (urbanização difusa, redes regionais, nacionais etc.), ao passo que as NRA o fazem a partir de uma escala mais restrita (destacando o poder da ação local);
3. Ambas as noções tratam de maneira distinta as múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais.

A concepção de rural como campo de lutas e contradições é defendida por alguns pesquisadores da Sociologia rural e da Geografia rural. Guardadas suas especificidades, são expoentes desta *terceira vertente teórica*, Oliveira (2004), Fernandes (2001), Marques (2002), Giarracca (2001) etc.

O campo, mergulhado nos debates político e ideológico tanto nas universidades quanto nas arenas políticas, é fruto das divergências existentes no Brasil agrário. Oliveira (2004), um dos principais representantes desse grupo, defende a existência de uma classe social – camponesa – como fruto das relações contraditórias no campo. Para compreender a relação rural/urbano, campo/cidade, o autor toma como referência o processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção no território brasileiro.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da

presença e do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Essa passagem nos leva a pensar e questionar dois pontos: 1. se o autor concorda que o capitalismo gera processos distintos, nem todo agricultor com base na mão de obra familiar se enquadra, portanto, como ‘camponês’ ou ‘capitalista’; 2. caracterizar o campesinato pelo fato de utilizar mão de obra familiar é uma visão reducionista, que desconsidera as relações de poder e de mercado.

Oliveira (2004, p. 43) tece uma crítica às teses do rurano, de Graziano da Silva, e das cidades imaginárias, de Eli da Veiga, argumentando que ambos formularam hipóteses sem considerar a realidade, apenas com base em dados secundários e selecionados segundo seus próprios interesses. “[...] há pesquisadores que, a partir de exercícios estatísticos, constroem caminhos de investigação que reproduzem equívocos [...]”.

Após a análise crítica, Oliveira (2004) entende o campo como território, e a construção do território no modo de produção capitalista ocorre na destruição/manutenção/transformação.

Oliveira (2004, p. 40) apreende a cidade como a unidade contraditória e dialética existente na relação campo-cidade, rural-urbano. Isso quer dizer “que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória”, em que as diferenças entre os setores da economia são soldadas pela coexistência desses dois mercados de trabalho e trabalhadores.

A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

O rural como campo de luta, segundo Oliveira (2004), se define pelas incessantes reivindicações e confrontos entre os dois modelos de agricultura existentes: a empresarial e a camponesa.

José de Souza Martins também se enquadra na *terceira vertente teórica*, com posições um pouco distintas das de Oliveira (2004). O autor defende o mundo rural (visão de sociólogo) como uma articulação para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no país. A opção de Martins (2000) pela vertente do

campo como palco de luta e contradições tem como parâmetro uma leitura neomarxista da problemática. Para o autor, o rural não é um empecilho que precisa ser removido para a promoção do desenvolvimento, pois “algumas relações sociais se dissolvem, outras (novas) são produzidas ou modificadas, no seio do processo de reprodução das relações sociais”. A opção teórica de Martins é o campesinato como classe social que existe para opor resistência ao desenvolvimento do capitalismo.

A *quarta vertente*, que compreende o rural como construção e processo, tem como expoentes Abramovay (2000 e 2001), Carneiro (1998, 1998a e 2001), Saquet (2006), Schneider (2003a, 2009 e 2009a) e Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2003, 2004, 2009), autores que, embora apresentem características distintas, convergem num elemento comum: a compreensão do espaço rural para além da função produtivista e econômica.

Carneiro (2001) defende que o entendimento do rural deve estar vinculado à noção de localidade, que constitui uma identidade construída no território, este conceituado como representações e imagens e não apenas como construto físico. O entendimento do rural apenas como espaço não é apoiado pela autora, pois o vê como representação social, em que os valores são criados e adaptados aos novos elementos. Cita, como exemplo para evidenciar essa assertiva, a mobilidade física promovida pelos meios de transporte em geral, que facilitam o deslocamento entre o campo e a cidade e, também, favorecem a permanência dos moradores nos bairros rurais³⁰.

A abordagem territorial como caminho fundamental para compreender as contradições e a heterogeneidade do campo é a proposta teórica de Saquet (2006).

Em nosso entendimento, há o *campo/rural* e a *cidade/urbano* e a interação recíproca, através de diferentes redes de circulação e comunicação, entre ambos espaços, constituindo uma trama territorial. E esta trama está na base da complementaridade, ou seja, determina a existência e influência do urbano no rural e do rural no urbano (é importante que o pesquisador tenha clareza do que está entendendo por cada um destes conceitos: campo, espaço agrário ou rural, cidade e urbano) (SAQUET, 2006, p.61).

³⁰ Carneiro (2001) não utiliza a nomenclatura bairro rural, mas vila. Todavia, as vilas são sedes administrativas e, os bairros rurais são unidades geográficas, muitas vezes, sem delimitação oficial.

Essa citação reflete claramente a proposta de investigação da presente tese, em que não estamos tratando do campo e da cidade, do espaço rural e do espaço urbano como espaços antagônicos, mas tentamos compreendê-los à luz da complementaridade. Tal relação é estabelecida a partir das redes de circulação e de comunicação que, no período atual – técnico, científico e informacional – permitem que a informação seja instantânea e processada em escalas supranacionais. Entretanto, o autor se baseia em outros, vinculados a corrente diversa de pensamento como Chayanov, que não será abordado nesta tese, pois não tratamos a ruralidade como uma identidade de resistência, mas como espaço em que coexistem valores e práticas tradicionais e contemporâneas.

Schneider (2009), ao debater a relação ruralidade e desenvolvimento territorial no âmbito da teoria social, considera a construção do rural a partir da relação de coprodução entre homem e natureza, sendo, portanto, passível de mercantilização. Baseado em referenciais internacionais, o autor apreende o rural como construção e processo resultantes das transformações ocasionadas pela globalização, que podem levar à sua revalorização devido a atributos não ligados à produção.

Nessa perspectiva, é possível definir três linhas de pesquisa, segundo Schneider; Blume (2005) e Schneider (2009): a) a econômica e demográfica, com forte influência das diretrizes da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento); b) a cultural e de representação social, com forte caráter subjetivo; c) a escalar (globalização), em que há uma preocupação com as transformações e a heterogeneidade.

A ruralidade não é homogênea e ela ocorre com características distintas, baseada em contextos culturais, locais e espaciais heterogêneos. Carneiro (2002, p. 235) compreende a ruralidade “como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Essa visão se inclina para a dimensão sociocultural, cuja perspectiva não renega as relações de conflito e tampouco a articulação dos modos de vida rural e urbano. Os valores rurais e urbanos se mesclam, mas não se anulam. Há um permanente movimento de incorporação, adaptação e permanência de novos elementos econômicos, culturais e sociais.

Wanderley (2001 e 2001a), por sua vez, apresenta uma discussão do rural entendido como um espaço físico diferenciado, construído socialmente em base material e, também, como lugar de vida, com a presença de elementos subjetivos, de vivência e interação entre os sujeitos e o espaço.

No trabalho intitulado *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social para um desenvolvimento rural*, Wanderley (2001) retrata a importância da escala local para pensar e propor projetos de desenvolvimento rural. Em outro trabalho, *Urbanização e ruralidade*, em 2001a, a autora questiona se os pequenos municípios (com até 20 mil habitantes) detêm de fato uma função urbana. A conclusão que a autora apresenta é que o rural não se resume em dados ou limites políticos, mas configura um modo de vida, condições de vida e uma trama social específica.

Nos trabalhos de Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2004, 2009), a concepção de rural é vista como uma construção social (física) e subjetiva (identidade). Como socióloga, a autora conceitua o rural como uma relação específica dos habitantes com a natureza, por meio do trabalho na terra e, também, através de relações sociais diferenciadas (WANDERLEY, 2000,).

Num de seus estudos, (Wanderley, 2001), adota o termo 'mundo rural', entendido como uma construção de relações históricas, sociais, culturais e ecológicas existentes no espaço rural. Segundo sua concepção, para compreender com mais profundidade o espaço rural, é necessário adotar preferencialmente o espaço local (pequenos municípios).

[...] o espaço rural pode ser definido pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade. Como o urbano, o espaço rural está também associado a funções que valorizam as características acima indicadas, especialmente as funções produtiva, residencial e patrimonial (WANDERLEY, 2009, p. 72).

A autora afirma que no espaço rural as relações de proximidade ocorrem pela necessidade dos serviços básicos e pela construção histórica da organização espacial.

A população do campo constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se

mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários. Esta área de circulação apresenta, naturalmente, intensidades distintas, conforme o caso, que expressam os objetivos, a frequência, o tempo e o espaço dos deslocamentos efetuados (WANDERLEY, 2009, p. 75).

Em síntese, Wanderley, em diversos trabalhos já mencionados anteriormente, compreende o espaço rural a partir da sua relação com o espaço urbano, ou seja, por meio dos processos sociais. A ruralidade, portanto, é construída pelos agentes sociais, pelo contato com o mundo urbano, pelas estratégias adotadas pelos agricultores e, sobretudo, na relação entre espaço produtivo x espaço de lazer.

A partir das contribuições dos autores enfocados, construímos o Quadro-Síntese 07, com a apresentação das quatro vertentes do estudo do rural no contexto latino-americano.

Vertente	Autor(es)	Palavras-chave
Novo rural	Graziano da Silva (1999); Graziano da Silva, Del Grossi; Campanhola (2005)	Mercado de trabalho, pluriatividade e atividades não agrícolas
Urbanidades no rural	Rua (2005; 2006)	Urbanização e valores
Campo de lutas e contradições	Giarracca (2001), Martins (2000), Fernandes (2001), Oliveira (2004)	Luta pela terra, campesinato, poder e território
Construção e processo	Carneiro (1998, 2001), Schneider (2003; 2009; 2009a), Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2004, 2009)	Pluriatividade, ruralidade e multifuncionalidade

Quadro-Síntese 07: As quatro perspectivas teóricas do estudo do rural

Org: Erika Moreira (2010)

Analisando as contribuições dos autores citados, referentes à conceituação do rural, notamos que não existe um pensamento único, tampouco prevalente. Neste trabalho, o rural é compreendido como uma construção de valores e modo de vida, centrado na relação dos (e entre os) agentes com o espaço geográfico. Essa concepção não substitui a difusão dos valores urbanos nos espaços rurais, mas aponta uma interação (conflituosa) entre o rural e o urbano. Essa é uma compreensão do rural sob um olhar sociogeográfico.

Defendemos, assim, com base na realidade estudada, que o rural é uma construção de valores e modos de vida no espaço e, também, um processo histórico. Adotamos esta como a vertente mais coerente para compreender as mudanças no espaço rural e a consolidação da ruralidade contemporânea, porque nela a discussão não está centrada na definição dos objetos e dos espaços rural e urbano, mas numa interpretação da relação que os sujeitos estabelecem no/com o espaço.

As discussões do par rural-urbano são mediadas pelo par ruralidade-urbanidade, no sentido de abrangermos não o espaço em si, mas as relações de reprodução social e econômica nesses espaços e entre eles (rurais e urbanos).

Precisamos avançar e questionar: como operacionalizar o analítico? Como transpor o rural, do ponto de vista teórico, para o campo das ações, do ponto de vista prático? É a partir dessas indagações que vamos correlacionar o levantamento teórico com o empírico, numa análise integradora.

A fim de apreendermos como o rural e o urbano foram objetos de análise numa inter-relação com a ruralidade e a urbanidade nos clássicos da Geografia Urbana (Lefebvre) e Geografia Rural (Kayser), propomos uma reflexão teórica à luz dessas ideias disseminadas nos estudos do espaço rural brasileiro, a partir dessas duas perspectivas teórico-metodológicas.

2.2. O campo e a sociedade urbana: leitura a partir das ideias de Lefebvre

Os debates em torno do rural e do urbano remetem, em muitos casos, às interpretações teórico-metodológicas de Lefebvre. As mudanças econômicas, demográficas e sociais vivenciadas na França, na década de 1960, foram os alicerces para suas leituras teóricas sobre a sociedade urbana.

Em 1968, Henri Lefebvre publicou *O direito à cidade*, na qual questionou os processos de urbanização e industrialização e a relação campo-cidade. Evidenciamos, na reflexão desse autor, a existência da urbanidade-ruralidade como resultado do próprio processo de urbanização, sendo a periferia o local dessa dialética tão visível. Dois anos depois lançou a obra que resume a sua tese: *A revolução urbana*. A hipótese de uma sociedade urbana levantou e, ainda,

levanta críticas e questionamentos, tanto por parte dos pesquisadores do urbano, como daqueles que investigam o rural.

As duas obras se complementam, no sentido do amadurecimento teórico do autor nas suas discussões sobre a sociedade urbana. Segundo ele, o tecido urbano se expande e corrói os resíduos da vida agrária, não apenas na sua dimensão econômica, mas também na “da vida social e cultural”:

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade e o gás (butano nos campos) que não deixa de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo ‘mobiliário’ moderno, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos ‘serviços’. (LEFEBVRE, 2009[1969], p. 19).

Discordamos desse posicionamento de Lefebvre (2009), pois a entrada de eletrodomésticos no campo não leva necessariamente à adoção integral de valores urbanos, haja vista, por exemplo, que o fogão a gás butano pode coexistir com o fogão à lenha, havendo assim coexistência e adaptação entre os dois modos de vida e seus sistemas de objetos. Quanto aos sistemas de valores, costumes e práticas também convivem. Para exemplificar, podemos citar a manutenção de festas tradicionais (de santo padroeiro, entre outras), ainda que com novos formatos e objetivos.

Aliás, o par urbanidade-ruralidade intensifica-se, não apenas nas chamadas *ilhas de ruralidade* (nas áreas periurbanas) de Lefebvre (2009, p. 19), mas na sua totalidade. “[...] as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam”.

Lefebvre (2008, p.14) realiza discussões no plano das ideias, mas não da metafísica. “Não há ciência sem hipóteses teóricas”, portanto, o debate teórico proposto por Lefebvre envolve o objeto e a hipótese numa dupla correlação. A sociedade urbana nasce após a sociedade industrial, todavia, não se reduz a uma determinação econômica, na qual os processos sociais se resumem a fatores econômicos. Essa hipótese de sociedade urbana resulta de uma urbanização completa, “hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

A sociedade urbana é um objeto virtual, um objeto possível, em que o processo e a práxis são elementos centrais. O processo, porque permite entender

as transformações nas formas, nas funções e nas estruturas do urbano; e a práxis, como ação social prática. A relação espaço-temporal permite a periodização, que constitui tempos históricos e modos de produção predominantes.

Lefebvre (2008) estuda a formação de três tipos de cidade, a política, a comercial e a industrial, nas quais está presente a divisão do trabalho, que se evidencia nas relações de produção e nas relações contraditórias dos processos sociais.

O autor aborda, em sua obra, que no processo as transformações não são homogêneas, tampouco unívocas. Há, nos processos de urbanização e industrialização, relações contraditórias que são inerentes ao modo capitalista de produção.

Com o processo de urbanização, o autor distingue o espaço-tempo da vida agrária (cíclico e justaposto com o local), o espaço-tempo industrial (homogeneização) e o espaço-tempo urbano (singular, diferencial). Mas, o que de fato representa o fenômeno urbano para Lefebvre?

O fenômeno urbano se apresenta, desse modo, como realidade global (ou se quer assim falar: total) implicando o conjunto da prática social [...] Cada ciência especializada recorta, no fenômeno global, um certo 'campo', um 'domínio': o seu. Ela o ilumina a sua maneira (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

A prática urbana contempla essas faces do fenômeno urbano, com vários signos e significações, em diferentes níveis; desde a vida cotidiana até o espaço-tempo urbano particularizado. É interessante, neste momento, enfatizar que tais práticas coexistem com as rurais, em que signos e significações têm na religiosidade e nas relações interpessoais seus fundamentos. Aliás, Endlich (2006) enfatiza, com base na obra de Lefebvre, que no processo de urbanização estão presentes relações contraditórias que não permitem a homogeneização da vida urbana material e cultural.

Sobarzo (2006, p. 60), ao retratar o rural e o urbano em Lefebvre, coloca o urbano como uma realidade em constituição, anunciada no presente, “mas que ainda nos brinda como uma possibilidade, como uma virtualidade, uma tendência”. E, portanto, implica uma análise que ultrapasse a simples definição do rural e do urbano, e considere as relações de conflitos “como uma unidade das contradições”.

A contribuição das ideias de Lefebvre para este trabalho se situa em três aspectos:

1. o par urbanidade-ruralidade vive em constante confronto;
2. o tecido urbano³¹ (não somente como extensão territorial e material) é o conjunto de manifestação do urbano no campo, numa relação dialética e contraditória;
3. Lefebvre critica os pesquisadores que realizam análises apocalípticas e indutivas do processo de urbanização. Embora tenha realizado uma análise no plano das ideias, o autor ressalta, em várias passagens, que as reflexões serão válidas e pertinentes se construídas a partir de uma sólida base teórica-empírica.

Esses apontamentos do pensamento lefebvriano contribuem para a reflexão sobre a coexistência de valores rurais e urbanos, sendo questionável se a urbanização homogeneizará todo o tecido rural. O que defendemos, na tese, não contraria o pensamento lefebvriano, pelo contrário, permite uma leitura que envolve a relação dialética entre urbanidade e ruralidade nos processos socioespaciais. O espaço rural, portanto, faz parte do tecido urbano, ou seja, um espaço em que há a circulação proeminente de pessoas, de dinheiro, de mercadorias e de valores imateriais.

2.3. O renascimento rural: leitura a partir das contribuições de Kayser

O geógrafo francês, Bernard Kayser, foi um dos pioneiros no estudo da ruralidade ou do renascimento rural. Ele defendeu a tese de que o espaço rural, como representação e conflito, não se ocultou ou corroe, mas renasceu. Para comprovar sua tese, Kayser mostrou, a partir de dados estatísticos (INSEE) e de uma análise econômica, que a partir de 1975 a França, os EUA e os Países Baixos tiveram crescimento populacional significativo no seu quadro rural.

Em sendo geógrafo, o autor estabeleceu como elemento teórico norteador para sua pesquisa a relação sociedade-espço. A ruralidade está vinculada à comuna (unidade geográfica delimitada pelo governo francês) a qual, por sua vez, ultrapassa a simples definição do rural. As reflexões contidas em

³¹ Sobarzo (2006) também ressalta essa relação equivocada entre tecido urbano e malha urbana.

Kayser (1990) e Kayser *et al.* (1994) se distanciam das apreensões teóricas de Lefebvre (2008 [1969]; 2009 [1970]) em relação à tese da sociedade urbana.

Para Kayser (1990), a ruralidade se situa nas relações da sociedade com o espaço, em suas diferentes dimensões:

1. *Relações econômicas*: extrapolam os limites da comuna e situam-se entre as economias formais e informais;
2. *Relações sociais*: a coesão de grupos sociais e o estabelecimento de redes de relações interpessoais;
3. *Relações locais*: as alianças no plano do local (política) visando à utilização de bens comuns;
4. *Relações com o ambiente*: o meio ambiente como espaço de vida onde se estabelece uma relação de proximidade.

A ruralidade, portanto, “*c’est une forme de rapport de la société à l’espace, qui presente um caractere dominant: son inscription local*” (KAYSER, 1990, p. 34). A noção de sociedade rural, para o autor, é repleta de sentidos que ultrapassam as coletividades locais. Sua proposta para estudar o rural e o urbano vai além da vertente dicotômica e do *continuum* de Lefebvre, mas na perspectiva da ruralidade. Esse *renascimento rural* ocorreu num processo dialético, ou no qual temos, de um lado, a modernização agrícola e, de outro, a urbanização e a industrialização.

Nas perspectivas de Kayser, com base na realidade francesa, esse renascimento rural ocorre pautado em algumas características centrais, tais como:

1. crescimento estatístico das comunidades rurais;
2. maior oferta de equipamentos e bens de consumo no espaço rural;
3. manutenção de valores lúdico-religiosos;
4. novos e velhos agricultores;
5. novos agentes sociais – *neorurais* e profissionais de outros setores da economia;
6. novas atividades agrícolas e não agrícolas;
7. preocupação com o planejamento e o desenvolvimento no plano local.

Concordamos com Kayser (1990) quando afirma que

La ruralité n’est ni le contraire de l’urbanité, ni son prolongement, ni la dégradation de son état ancien, ni sa résurgence. [...] On ne peut

pas sur le monde rural sans y reconnaître la place et le rôle surdéterminés des agriculteurs, maîtres de l'espace et inspirateurs des modes de vie. [...] Le monde rural est diversité, c'est un fait de observation courante [...] (KAYSER, 1990, p. 28).

A grande contribuição de Kayser (1990) e de Kayser *et al.* (1994) é evidenciar que no espaço rural não temos apenas agricultores fadados ao empobrecimento, mas uma gama de agentes sociais inserida na indústria rural, no artesanato, no comércio e prestação de serviços e nas atividades turísticas. Há, portanto, uma articulação de diferentes setores da economia com diferentes usos do espaço rural. Além disso, as ideias de Kayser mostram que o rural estabelece uma ligação intrínseca com o espaço urbano por meio de relações espaciais não meramente subordinadas.

Muitos autores criticam esse conceito de renascimento rural, porque consideram que o rural nunca desapareceu totalmente, mas teve menos evidência nos processos de industrialização. Veiga (2001; 2004; 2006), por exemplo, debate veementemente a tese de Lefebvre e, de certa maneira, a de Kayser, ao propor a nova ruralidade como base dos estudos rurais latino-americanos. Para esse autor, não temos uma sociedade urbana, tampouco o nascimento de um rural. A ideia é a de uma nova ruralidade a partir do processo de globalização e da sustentabilidade.

As manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza.

[...]

Uma das mais importantes é a ideia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia. (VEIGA, 2006, p. 335)

Essa citação expressa uma visão de ruptura com o tradicional, fato com que não concordamos. Há uma coexistência de valores, de práticas e de usos novos e antigos, já que o processo de globalização não leva à homogeneização nem à estandarização do modo de vida.

A partir das contribuições teóricas compartilhadas por Lefebvre e Kayser, chegamos à seguinte conclusão: o rural não tende, de maneira homogênea, ao inexorável processo de esvaziamento, tampouco nasceu novamente. O que temos, a partir das reflexões de autores da vertente socioeconômica, é a consolidação de um rural em que a expressão de seus valores faz permanecerem as práticas, os signos, as significações e as funções, cuja dimensão econômica apresenta um peso significativo em um contexto em que a competitividade é acirrada.

Consideramos consistente a defesa de que o rural está na relação dos indivíduos com o espaço, numa interpretação intersubjetiva, em que a identidade e os valores são construídos no cotidiano e em novos (e antigos) processos e formas.

O contexto histórico da Microrregião Geográfica de Piedade, mais precisamente, dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, mostrará, no capítulo posterior, que o rural e a ruralidade contemporâneos diferem dos de tempos passados. O papel econômico e social desempenhado pela agricultura atrelada à situação geográfica da área é condicionante para novos processos sociais e novas formas de ruralidade.

O que defendemos, veementemente, é a existência de uma ruralidade contemporânea que embora diferente da ruralidade tradicional, não nasceu novamente, já que isso significaria ter passado por uma ruptura, mas se revestiu com novas formas e conteúdos a partir das coexistências.

2.4. Ruralidade tradicional e ruralidade contemporânea

Nesta seção, propomos apresentar os principais autores que trabalham a ruralidade ou *novas ruralidades* na América Latina, em particular no contexto nacional. Assim como a conceituação de rural é complexa e contraditória, a construção da noção de ruralidade também o é. Uma das perspectivas compreende a ruralidade a partir dos aspectos subjetivos e imateriais; outra estabelece uma relação com o espaço; e uma terceira a identifica com as permanências e a manutenção de valores e hábitos rurais (rusticidade).

O geógrafo e sociólogo francês Bernard Kayser foi um dos primeiros autores a adotar o estudo da ruralidade (*renascimento rural*) como elemento importante na compreensão do espaço rural. O autor retrata o renascimento de um novo espaço rural na França, marcado por novos atores, novas funções e novas perspectivas, entendendo-o como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. Kayser (1990) aponta as quatro características principais do rural:

1. uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, fazendo aparecer na paisagem uma predominância de cobertura vegetal;
2. uma utilidade econômica com domínio agro-silvi-pastoril;
3. um modo de vida de seus habitantes caracterizado pelo aparecimento de coletividade de *taille limitée* e pela relação particular com o espaço;
4. uma identidade e uma representação específicas, fortemente preenchidas pela cultura rural.

Na França, a ruralidade se mede pela referência à comuna³². Essa talvez não seja a concepção ideal, segundo Kayser (1990), pois é um instrumento quantitativo e normativo que muitas vezes não coincide com a concepção de ruralidade.

Em Kayser *et al.* (1994), a ruralidade é conceituada a partir das reflexões em torno do *mito do êxodo rural* na França, e dos novos investimentos em serviços público e privado nas *campagnes*. Esses dois elementos refutam a concepção de uma ruralidade a partir de uma visão idílica, associada ao isolamento, à ideia da natureza intocada etc.

A ruralidade não é uma realidade momentânea e circunscrita apenas às dinâmicas locais e nacionais; ela envolve, na leitura de Kayser *et al.* (1994), uma análise estrutural em que são selecionadas 50 variáveis para compor seu método analítico. A conclusão da pesquisa é de que há uma atuação de diferentes atores sociais e econômicos, com distintos projetos de desenvolvimento e relações de poder.

No Brasil, os estudos acerca da ruralidade têm como referência alguns autores franceses como o próprio Kayser. Um elemento comum aos trabalhos sobre o tema é a necessidade de compreendê-la como uma construção de valores e de modo de vida.

³² Divisão oficial da França.

Ao discutir as *ruralidades em transformação*, Pires (2008), que teve como recorte de análise o município de Vinhedo/SP, enfatiza que o rural vai além do setor agrícola, sendo importante pensá-lo entre o cultural e o econômico. A diversificação, em seu amplo sentido, é fundamental para pensar o rural contemporâneo. Aliás, tanto a diversificação como a diferenciação são processos que ocorrem não apenas na dimensão produtiva, mas também na organização espacial.

A crise nos anos de 1970 atingiu a economia mundial, com forte impacto no setor agropecuário. A consequência mais direta dessa crise foi o questionamento do modelo produtivista e predatório, que se pautava (e ainda se pauta) no fordismo, pressupondo a combinação de “estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário” (PIRES, 2008, p. 130). Nesse período, evidenciavam-se o consumo de massa e a produção padronizada. A crise então deflagrada teve como fatores: choque e crise do petróleo, em 1973, esgotamento do padrão de consumo e as dificuldades latentes nos países da América Latina, em virtude de problemas políticos e financeiros. Houve, portanto, um processo de reestruturação produtiva e social (HARVEY, 1989) em todos os setores da economia, com maior ou menor grau de automatização.

A agricultura sofreu com a “grande instabilidade dos preços dos produtos no mercado mundial, aumento das dificuldades em termos de promover acordos multilaterais e um período de intensificação da concorrência entre os mercados” (PIRES, 2008, p. 30). O autor, com base em outras referências, aponta duas consequências importantes para a agricultura: a) questões referentes ao meio ambiente, tendo em vista a preocupação com a degradação ocasionada pelo pacote da Revolução Verde; b) crise de representação política entre as organizações de agricultores e Estado.

“As áreas rurais passaram a ser vistas tanto como áreas de produção como também de consumo”. As atividades não agrícolas (turismo, moradia, prestação de serviço etc.) ganharam visibilidade nos cenários europeu e norte-americano, nas décadas de 1970/80 (PIRES, 2008, p. 31).

A própria conceituação de ruralidade é permeada de discordâncias teórico-metodológicas. Para o antropólogo Pires (2008, p.), a ruralidade permite separar o rural, como espaço físico, dos grupos sociais nele existentes. *Ruralidade*

baseia-se mais na relação social, pois associa o rural a um *constructo social* e a uma forma de classificação social. O autor enfatiza que adotar a ruralidade como uma construção social pautada na relação e não no objeto (espaço rural) permite identificar os atores sociais que atuam nas mudanças do rural. A mesma perspectiva é defendida por Rodrigues (2009), quando afirma que a ruralidade envolve as práticas sociais que podem reforçar ou enfraquecer as identidades rurais.

Não podemos esquecer que, para Pires (2008), o rural e a ruralidade estão na identidade do sujeito. A ruralidade não é uma realidade “empiricamente observável”, mas uma “representação social”, definida culturalmente por atores sociais. Por isso, Almeida (2003) propõe a noção de “localidade” como expressão das múltiplas formas de interação desses atores (que desempenham atividades heterogêneas, agrícolas ou não) com a sociedade e a economia global:

“[...] a noção de localidade [...] denota apenas a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específicas. Em outras palavras, a noção não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve” (ALMEIDA, 2003, p.162).

Entretanto, buscamos, por meio das estratégias econômicas e sociais, apresentar a ruralidade contemporânea.

Schneider; Blume (2006), ao tratarem a ruralidade e a territorialidade, definem que as múltiplas dimensões das relações humanas e não humanas com o meio perfazem a ruralidade. Os autores buscam estabelecer uma diferenciação entre os trabalhos com enfoque mais demográfico e econômico da ruralidade e aqueles com foco teórico mais voltado à dimensão cultural. A primeira linha interpretativa da ruralidade identificada por esses autores, que a considera mais ampla que a atividade agrícola, incorpora os trabalhos desenvolvidos por Graziano da Silva, em seu projeto “Novo rural brasileiro” (1999) e, também, por Sergio Schnneider (2009), com a investigação sobre a relação pluriatividade, mercado de trabalho e agricultura familiar. Ambos enfatizam dois critérios: mercado de trabalho e dinâmica populacional.

A segunda linha de interpretação da ruralidade, com forte viés econômico e cultural, segundo Schneider; Blume (2006), abarca os trabalhos

publicados por Maria Braudel Wanderley, cuja tese defende a construção da ruralidade nos modos de vida das coletividades locais.

Os autores apresentados relatam o surgimento, ainda que tímido, de uma terceira linha interpretativa da ruralidade no Brasil, a partir dos usos e das formas normativas.

Nesta vertente de discussão da ruralidade encontram-se aqueles que estão insatisfeitos com as definições do rural que se adotam no Brasil. A crítica principal é dirigida ao critério legal sob o qual o IBGE se apóia para diferenciar o rural do urbano. A norma legal baseia-se em critérios políticos e administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais). Nestes termos, o rural define-se como a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano (SCHNEIDER; BLUME, 2006, p. 06).

Entretanto, essa definição é ainda permeada de questionamentos, sobretudo pelas interpretações catastróficas e estáticas de Veiga. Este autor, utilizado como referência na interpretação de uma nova ruralidade baseada na competitividade e na relação com o meio ambiente, enfatiza demasiadamente a influência do processo de globalização como principal fator de sua construção. Ele deixa, porém, com lacunas, as questões sobre identidade e modo de vida no espaço rural.

Os trabalhos com enfoque na *nova ruralidade* tendem a considerá-la como consequência dos efeitos do processo de globalização, tanto nas alterações dos mercados de trabalho como no papel das políticas públicas para a agricultura e para o rural.

Carneiro (2001) defende a reemergência da ruralidade com base na revitalização social e econômica das localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica sustentada pela atividade agrícola. A ruralidade, na perspectiva desta autora, deve ser utilizada no plural, pela diversidade existente no interior das “localidades rurais”³³. A relação do rural e do urbano não levaria à descaracterização do rural, mas à sua revitalização e à de suas identidades. Carneiro (2001) aponta

³³ A noção de localidades rurais foi formulada por Jean Remy, para enfatizar o pertencimento. Pires (2007, p. 30), baseado em Marsden; Murdoch (1994), compreende a localidade rural como um lugar de encontro de atores sociais (confronto e articulação). “Basicamente, trata-se de examinar como o uso da terra se altera num determinado tempo e como isso corresponde a transformações nas relações econômicas, sociais e políticas”.

para a heterogeneidade do rural e a necessidade de estudar o rural e o urbano como representações sociais e não apenas como espaços físicos.

A ruralidade tradicional não dá conta das mudanças por que passa o atual cenário rural latino-americano. A proposta é a *nova ruralidade ou ruralidade contemporânea*. Essa assertiva, apesar de divergências teóricas, é defendida por Carneiro (1998a; 1998b; 2002); Abramovay (2000); Wanderley (2000; 2001; 2009); Giarracca (2001); Gómez (2001); Correa Pérez (2001); Veiga (2003; 2004); Favareto (2008); Schneider (2009; 2009a); Kageyama (2008) e Riviera; Campos (2008).

Um trabalho recente sobre ruralidade é o de Medeiros (2011), cuja preocupação central é debater os dilemas do campo e do rural no Brasil. Para a autora, com base numa perspectiva sociocultural, a ruralidade é vista como um modo de vida diferente do urbano. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado das ações dos sujeitos que, através destas, internalizam e externalizam a sua condição sociocultural presente, reflexo daquela herdada de seus antepassados (MEDEIROS, 2011). A ruralidade, portanto, deve ser pensada como um processo de adaptação dos sujeitos com as novas demandas e modo de vida no urbano, isto é, a ideia de permanência na mudança.

A partir da leitura dos autores mencionados, é possível pontuar, em linhas gerais, dois aspectos: a (nova) ruralidade e o rural são pares indissociáveis e a concepção adotada de (nova) ruralidade e de rural vai interferir diretamente nos projetos e instrumentos que visam ao desenvolvimento rural. O problema em atribuir novos adjetivos a noções já existentes revela um grande desafio: evitar os equívocos/modismos, bem como velhos problemas e novos dilemas. Candioto; Correa (2008) retratam, em seu artigo, que a terminologia “nova ruralidade” deve ser utilizada com cautela, pois

[...] vem sendo disseminada e incentivada por instituições globais, por meio de financiamentos e de políticas públicas (geralmente de cima para baixo). Essas instituições globais, como o Banco Mundial, BID, entre outras, comandadas pelos agentes hegemônicos do capital, defendem o discurso de revalorização do rural como elemento de redução da pobreza e da desigualdade social, porém têm como interesse implícito a ampliação das relações capitalistas no campo por meio de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural (CANDIOTTO; CORREA, 2008, p.231).

Acrescentam, também, que

Cabe, aqui, questionar se essa ruralidade é um estilo de vida para a população rural ou para a urbana, e se esta já se tornou ou deve se tornar um estilo de vida. Apesar dessas dúvidas, Lima [autor referenciado] afirma que a diversidade (de produtos, de atores e de atividades) e a natureza se apresentam como elementos da nova ruralidade (CANDIOTTO, CORREA, 2008, p. 232).

Em suma, entendemos que o estudo da ruralidade contemporânea não deve ser direcionado para a caracterização de um espaço rural bucólico e romântico, mas como reflexo das relações espaciais que vão além dos limites definidos como espaço rural. A ruralidade, na área de pesquisa, é construída na agricultura com a coexistência de outras funções e vinculada a novas demandas de consumo agroprodutivas (alimentos) e de lazer.

A seguir debateremos como a *nueva ruralidad* ganhou fôlego no contexto latino-americano, sobretudo com o discurso da sustentabilidade e da eficiência econômica das áreas rurais preservadas (cultural e ambiental).

2.4.1. A nova ruralidade no contexto latino-americano

O relatório do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, publicado no Panamá em 2000, com o título *El desarrollo rural sostenible en el marco de una nueva lectura de la ruralidad*, é a referência das discussões sobre a nova ruralidade no contexto latino-americano, influenciadas pelos discursos da sustentabilidade e do desenvolvimento rural sustentável, defendidos pelos organismos internacionais. A justificativa para a formulação desse novo paradigma³⁴ é de que o desenvolvimento histórico da América Latina está vinculado ao desenvolvimento da agricultura, que financiou os processos de industrialização e urbanização na região.

O cenário rural latino-americano apresenta “cambios sociales, económicos, políticos y ecológicos que afectan a la agricultura y al medio rural y que definen también, nuevas demandas de la sociedad”. Essas novas oportunidades não

³⁴ Não temos como escopo deste trabalho o aprofundamento teórico sobre esse paradigma. A conceituação adotada neste trabalho é a de Favareto (2008).

estão vinculadas ao desenvolvimento apenas de atividades agrícolas tradicionais, mas incorporam também atividades não agrícolas (IICA, 2000, p. 08).

A nova ruralidade está vinculada à promoção do desenvolvimento rural sustentável na América Latina³⁵. Esse vínculo se dá devido a alguns aspectos, entre eles:

1. o crescimento econômico ocorrido no contexto latino-americano, ainda que não tenha conseguido amenizar os desequilíbrios, a pobreza e a degradação dos recursos naturais;
2. a necessidade de geração de empregos e de combate à pobreza;
3. o reconhecimento das potencialidades existentes;
4. a adoção do conceito de território e unidades territoriais.

No relatório, fica evidente a preocupação em apontar as diretrizes da nova ruralidade vinculada ao desenvolvimento rural sustentável no contexto latino-americano para a geração de renda das famílias residentes no rural. Para o IICA (2000), alguns fundamentos são importantes:

- a. considerar o desenvolvimento humano como objeto central do desenvolvimento;
- b. fortalecer a democracia e a cidadania;
- c. permitir o crescimento econômico com equidade;
- d. adotar a sustentabilidade;
- e. fomentar políticas compensatórias e assistencialistas;
- f. fortalecer o capital social e as estratégias locais.

O documento do IICA (2000) enfatiza que o marco teórico da *nueva ruralidad* na América Latina é o desenvolvimento rural sustentável:

Así, el desarrollo rural sostenible materializado en la construcción de una Nueva Ruralidad demanda la formulación de alternativas innovadoras de desarrollo y de cooperación internacional que favorezcan las actividades económico-productivas y comerciales en el medio rural suficientes para financiar sin endeudamiento extremo, el desarrollo nacional y local, y a la vez conciliar ese derecho al desarrollo, con la conservación y restauración de los recursos naturales y del medio ambiente ampliamente presentes en el medio rural y base fundamental para el desarrollo de sus actividades económicas, principalmente, la agricultura (IICA, 2000, p. 12).

³⁵ As ideias sobre o desenvolvimento rural sustentável do IICA foram utilizadas, em outubro de 2003, para a elaboração do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDRS), que articula a política de desenvolvimento territorial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Na década de 1990, houve a diminuição do papel econômico e social do Estado, dando lugar à livre concorrência para o capital privado. No caso da agricultura, as políticas agrícolas visavam estimular a produção de *commodities agrícolas* e a competitividade, assim como “reducir drásticamente los programas asistenciales para los sectores más pobres de la población rural” (IICA, 2000, p. 14).

Devemos fazer uma análise, ainda que conjuntural, desse relatório do IICA, publicado em 1999. Em primeiro lugar, há um exagero na ênfase à nova ruralidade e à sustentabilidade, como se apenas os países latino-americanos fossem os responsáveis pela preservação da natureza, por meio de uma ação menos predatória. Certamente, a atuação de países como França, Alemanha, EUA, China e Japão não são questionados, embora sejam os principais consumidores de matérias-primas oriundas da América Latina.

Em segundo lugar, a redução da miséria e o combate à fome devem ser pensados não somente como uma política agrícola, mas como parte de um conjunto de políticas de caráter tanto emergencial quanto estrutural. A título de ilustração, lembre-se que a dificuldade de acesso aos alimentos, por exemplo, é bem maior que a falta deles. A construção da nova ruralidade, portanto, envolve a compreensão do rural como espaço produtivo e reprodutivo, em que o econômico convive com o social e o cultural, embora tenha um caráter predominante.

O sociólogo chileno Gómez (2001) é uma referência na América Latina em relação aos estudos acerca da *nueva ruralidad*. Na concepção do autor, os processos de industrialização da agricultura e de urbanização levaram a uma nova ruralidade que se expressa não como uma “vuelta ao rural”, mas como uma mudança de visão do rural. A ruralidade tradicional marcava a dicotomia entre campo (atrasado) e cidade (progresso), pois associava o rural com características de inferioridade e condições de atraso material. “Este concepto de ruralidad, se expresaba a través de la existencia de un sector rural, que viene a ser una construcción social residual sobre lo que se define positivamente como lo urbano y lo moderno” (GÓMEZ, 2001, p. 02).

A heterogeneidade de fenômenos, a diversidade de ocupações, a pluriatividade e as atividades de serviços são elementos que estão no espaço rural e não são contemplados na visão tradicional da ruralidade. Esses aspectos, aliás, marcam uma relação cada vez mais intrínseca entre o rural e o urbano. A

revalorização do rural, tanto no sentido social/cultural como ambiental, foi ignorada na leitura tradicional da ruralidade.

De acordo com o referido autor, a nova ruralidade apresenta três dimensões cumulativas: os tipos de espaço e atividade; as relações pessoais/vizinhança/parentesco fortes; e seu alcance (a escala). Embora tenha a proposta de articular o rural e o urbano, Gómez (2001, p. 14) mantém uma visão dicotômica, ao considerar que as relações pessoais (grupos de vizinhança) são mais acentuadas no rural, enquanto, no urbano, as relações sociais são secundárias e “instrumentales, donde predomina lo caduco y lo fútil”.

El debate sobre la nueva ruralidad debe llevar a que los diferentes interesados en el destino de las poblaciones rurales desarrollen miradas renovadas sobre esta realidad. Para el mundo académico, significa redefinir el objeto de estudio sobre lo que tradicionalmente se consideró como lo rural, muy vinculado estrictamente al ámbito de la producción agropecuaria. Una nueva visión debe abarcar un espectro mayor de actividades y desde el punto de vista de la sociología, privilegiar el tema de las relaciones sociales como una perspectiva profesional muy propia de la disciplina (GÓMEZ, 2001, p. 14).

Mikkelsen (2009, p. 03), ao abordar os ‘chacareros’, na Argentina, entende a ruralidade como “las formas de vinculación que tienen los hombres y los grupos sociales con los espacios rurales, a partir de las cuales construyen su sentido social, su identidad y sus actividades productivas”. Essa ruralidade é construída na relação espaço-sociedade e na forma de apropriação simbólica do território.

Es precisamente esta *ruralidad* la que se consolida en los años cincuenta cuando algunos colonos y arrendatarios pueden adquirir las parcelas que trabajan, será su asentamiento el que consolide una forma propia de concebir y utilizar el territorio, directamente asociada con la defensa del recurso que les da subsistencia, la tierra, y del espacio que les da cohesión, la localidad rural.

Bonnal *et al.* (2004, p. 65), ao diferenciarem a multifuncionalidade da agricultura e a nova ruralidade, apontam que as duas noções surgiram em contextos regionais e históricos distintos, tendo, porém, como ponto comum, a promoção do desenvolvimento rural. A nova ruralidade “s’inscrit dans un processus de redéfinition profonde des politiques publiques nationales qui a marqué l’ensemble des pays du sous-continent au cours des deux dernières décennies”. Os autores enfatizam que

essa noção surgiu dentro de um movimento intelectual de crítica às políticas econômicas direcionadas ao rural.

Selon les auteurs, le terme de Nouvelle Ruralité recouvre cependant des connotations plus spécifiques. Certains d'entre eux, notamment Sergio Gomez (2002), se réfèrent à la NR pour décrire les changements récents de la réalité agricole et rurale en Amérique latine, consécutifs à l'ouverture commerciale et la libéralisation économique dont les manifestations les plus visibles résident dans la fragilisation de l'agriculture familiale et le développement consécutif des activités non agricoles en milieu rural. D'autres auteurs, tels que Barkin, (2002), Schejtamn et Berdegú (2003), Sepulveda (2002), lui donnent un sens plus prospectif ; ils y rassemblent un ensemble de considerations théoriques et stratégiques destinées à renouveler la conception des politiques publiques estimée nécessaire par le constat de l'échec des politiques précédentes (BONNAL et. al, 2004, p.55)

O artigo de Rivera; Campos (2008) apresenta as quatro perspectivas teóricas de estudo da ruralidade contemporânea e da relação existente entre o rural e o urbano. Os autores se pautaram em Arias (2005) e Linck (2001) para conceituar a nova ruralidade:

“Nueva ruralidad”, el termino mas aceptado, se utiliza para describir genericamente las maneras de organizacion y el cambio en las funciones de los espacios tradicionalmente “no urbanos”: aumento en la movilidad de personas, bienes y mensajes, deslocalizacion de actividades economicas, nuevos usos especializados (maquilas, segunda residencia, sitios turisticos, parques y zonas de desarrollo), surgimiento de nuevas redes sociales, así como diversificacion de usos (residenciales, de esparcimiento y productivas), que los espacios rurales ejercen de manera creciente (RIVERA; CAMPOS, 2008, p. 78).

Essa conceituação da nova ruralidade coloca como características centrais a multifuncionalidade do espaço rural e as novas redes estabelecidas. A ruralidade tradicional não abarca essas múltiplas funções, nem a articulação rural-urbano.

Os autores apresentam quatro *vertentes teóricas* de estudo das novas ruralidades, estruturadas sob os enfoques sociológico analítico, sociológico normativo, espacial e neomarxista.

Com o objetivo de sintetizar as vertentes teóricas apresentadas pelos autores, construímos o Quadro 08.

	Sociológico analítico	Sociológico normativo	Modelo espacial	Neomarxista
Visão do rural	Multifuncional e multidimensional	Em constante mutação (dinâmico) em detrimento das inovações (técnicas, organizacionais, institucionais etc.)	Visão a partir do modelo centro-periferia	Relação (integração e subordinação) direta com a indústria
Visão da ruralidade	Envolve as práticas sociais, culturais e econômicas desenvolvidas no tempo e no espaço	A partir da visão de Schumpeter – vinculada com forte participação política e institucional	Envolve os processos existentes nos espaços de rurbanização	Processos que envolvem, sumariamente, a lógica econômica
Conceitos-chave	Competitividade e rusticidade	Ciclos econômicos; território, inovações e multifuncionalidade	Espaço e espaço geográfico	Território e capital
Processos envolvidos	Globalização	Globalização	Urbanização, contraurbanização, periurbanização, rurbanização	Desruralização e subordinação
Proposta	As estratégias e as adaptações que os grupos rurais desenvolvem para redefinir suas espacialidades e suas organizações espaciais	A centralidade do território rural é crucial para o desenvolvimento – busca realizar uma análise pautada na relação rural-urbano e em leituras sobre desenvolvimento econômico regional	A relação rural-urbano pode ser compreendida a partir de alguns processos, como urbanização, periurbanização, rurbanização e contraurbanização.	Entender as transformações das relações sociais de produção, em que o papel do território é fundamental
Crítica	Trata a globalização e o localismo como fatores determinantes na construção da nova ruralidade	A utilização de uma teoria econômica como alicerce para entender a nova ruralidade	Carências teórico-metodológicas para definir escalas e características do espaço	Forte viés econômico

Quadro 08: As diferentes perspectivas teóricas no estudo da nova ruralidade.

Fonte: Rivera; Campos (2008).

Org: Erika Moreira (2010).

O *enfoque sociológico analítico* vê a nova ruralidade pautada na ligação local-global, numa relação de competitividade e de articulação com a rusticidade (aspecto cultural). Os autores apontam que essa vertente apresenta uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que define o neoliberalismo como o cerne dos problemas no espaço rural, apresenta como proposta ações que levam à exploração, portanto, no bojo do neoliberalismo.

A teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter³⁶ é a base dos estudos sobre a nova ruralidade com enfoque numa perspectiva *sociológica normativa*. As inovações tecnológicas, a competitividade e a institucionalidade são características desta vertente.

A análise da nova ruralidade a partir de *modelos espaciais* se fundamenta na dimensão espacial “que subyace en la localizacion de las actividades agropecuarias con respecto a la ciudad, se descuidaron los procesos sociales claves para la comprension de sus determinaciones” (RIVERA; CAMPOS, 2008, p. 84).

Os estudos da última vertente apresentada pelos referidos autores referem-se ao *enfoque neomarxista*, no qual veem as transformações no espaço rural, não a partir da nova ruralidade, mas em estudos do processo de *descampesinización*³⁷.

Os autores concluem que a nova ruralidade deve ser debatida teoricamente num diálogo interdisciplinar, considerando a diversidade dos espaços rurais e os vínculos estabelecidos (nas diferentes escalas). “Es valido regresar criticamente a los cuerpos teóricos fundacionales para recuperar sus elementos explicativos mas robustos y [...] reconocer claramente sus potenciales consecuencias políticas” (RIVERA; CAMPOS, 2008, p. 91).

A partir da exposição dos diferentes posicionamentos e contribuições dos autores, defendemos a ruralidade contemporânea não apenas como uma característica cultural perpetuada e construída no espaço rural, mas a expressão de um modo de vida em que o saber-fazer, as relações interpessoais e os valores são estabelecidos numa relação intersubjetiva entre os indivíduos e o espaço, independente da sua localização, seja rural ou urbana. Essa ruralidade poderá ser mensurada? Como podemos estabelecer diretrizes para essa construção metodológica? Na subseção a seguir, tratamos, embora com limitações, da mensuração da ruralidade contemporânea.

³⁶ Para Schumpeter, a inovação envolve a capacidade do inventor e a articulação com o ambiente externo.

³⁷ “O processo de descampesinización es la desaparicion gradual del campesino (se supone que se refiere al pequeno productor, dueño de la tierra y que no se inserta en las formas de produccion agroindustriales)” (RIVERA; CAMPOS, 2008, p. 88).

2.4.2. Variáveis da ruralidade contemporânea: como quantificar?

Nesta parte do trabalho, em consonância com alguns autores apresentados, optamos por realizar uma proposta de análise a fim de compreender e tentar quantificar a ruralidade.

A primeira proposta a ser tratada é a de Wanderley (2001). A autora denomina de *ruralidade dos espaços vazios* a perda da vitalidade dos espaços rurais nas áreas em que predominam as grandes propriedades patronais. São espaços em que o cotidiano e as relações pessoais dão lugar aos investimentos financeiros e à reserva de valor. Em outro trabalho, publicado em 2000, a autora defende uma interpretação da ruralidade a partir dos problemas que afetam o rural.

A interpretação da *nova ruralidade* como expressão dos valores, das práticas e das vivências de um modo de vida rural passa a ser um instrumento importante na formulação de políticas públicas voltadas a esse rural dinâmico e heterogêneo. É nesse sentido que a interpretação do rural, da ruralidade e das relações rurais-urbanas é elementar para estabelecer novas diretrizes e novas propostas, cujo eixo norteador seja a promoção do desenvolvimento no seu mais amplo sentido (local, sustentável, regional, rural, territorial etc.).

Wanderley (2000) seleciona alguns indicadores da nova ruralidade, os quais são resumidos nos seguintes itens:

1. diversificação social, com a existência de diferentes funções;
2. relações de complementaridade entre o rural e o urbano;
3. crescimento da população rural e redução da migração rural-urbana;
4. modernização rural, com a instalação de equipamentos públicos básicos – coleta de lixo, assistência média, transporte etc.
5. valorização do patrimônio cultural e natural;
6. novos papéis dos agricultores – preocupação ambiental e reprodução das tradições culturais rurais.

Essas variáveis, utilizadas para entender a nova ruralidade, têm dois eixos centrais: a relação local-global e a continuidade e permanência.

Carneiro (1998b), por sua vez, trabalha com o conceito de *reemergência da ruralidade* ou *ruralidade contemporânea*, a qual pressupõe novas dinâmicas no espaço rural, com o avanço dos meios de transporte e de

comunicação, bem como o crescimento de atividades não agrícolas e da pluriatividade. A ruralidade contemporânea se fundamenta em dois alicerces: território, entendido como base de representação, e a localidade, compreendida como identidades territoriais fomentadas na relação entre o território e os grupos sociais.

São apontados, ainda que de maneira indireta, os seguintes indicadores:

1. *Pertencimento à localidade*: envolve a coesão, núcleos de sociabilidade, mesmo com a mobilidade física constante proporcionada pelo carro e o transporte coletivo;
2. *Patrimônio familiar*: integra a propriedade fundiária, as relações de solidariedade e de afetividade;
3. *Práticas sociais*: novas demandas urbanas e atividades não agrícolas;
4. *Significado da terra e da natureza*;
5. *Dimensão cultural*.

Do ponto de vista da autora, essas variáveis permitem enfatizar a ruralidade como uma construção de identidades e valores, não como uma volta ao passado, mas contemplando elementos da sociedade atual e do passado.

O estudo da nova ruralidade desenvolvido pelos autores nacionais tem como base os modelos e as perspectivas de autores latino-americanos e europeus (franceses e portugueses). Desse modo, pontuaremos como a ruralidade é mensurada na França e no México.

Uma característica marcante dos estudos e das pesquisas realizadas por franceses é a perspectiva em longo prazo da nova ruralidade (*nouvelle ruralité*). O planejamento é primordial e, por sua vez, é incorporado nas políticas públicas destinadas tanto ao espaço rural quanto ao espaço periurbano. Em um estudo sobre a projeção da nova ruralidade para 2030, os elementos que seguem são definidos pelo INRA (2008) como mensuradores da ruralidade:

1. o processo de periurbanização;
2. a taxa de crescimento demográfico;
3. os tipos de emprego e de atividades econômicas;
4. a mobilidade das pessoas num raio de até 45 km;
5. a agricultura;

6. a proteção ambiental.

A nova ruralidade, segundo os estudos do INRA, no ano de 2008, busca articular três aspectos fundamentais: o local de moradia, o local de trabalho e o local das trocas (econômica, cultural, ambiental etc.).

O Quadro 09 mostra como a nova ruralidade pode se expressar por meio de diferentes manifestações a partir das relações estabelecidas com o urbano.

Variáveis	Cenário 01 – o campo e a difusão metropolitana	Cenário 02 – os campos intermitentes dos sistemas metropolitanos	Cenário 03 – o campo a serviço da densidade urbana	Cenário 04 – o campo na malha de redes de cidades
Mobilidade nas relações campo-cidade	Mobilidade determinada pela periurbanização	Intermitência cíclica	Transporte limitado – as pessoas se aglomeram nas cidades	Mobilidade determinada pelos <i>bourgs</i> e pequenas cidades
Dinâmica econômica no campo	Economia residencial e agrícola	Economia presencial	Economia especializada e voltada à cidade	Economia territorial
Recursos naturais e patrimoniais	Erosão nos espaços agrícolas e naturais e criação de espaços naturais (sanctuarises)	Forte atratividade de recursos naturais e espaços agrícolas	Natureza nas cidades e a divisão de espaços agrícolas e naturais	Combinação de espaços agrícolas com espaços naturais (matas)
Governança dos territórios rurais	Fraca, induzida a partir do desenvolvimento da metrópole	Variedade de iniciativas para colocar em obra as atratividades do espaço rural	Sujeita à planificação urbana	Forte, elaboração de projetos territoriais coerentes e articulados
Elementos de contexto	Saber-fazer e transporte <i>aisé</i>	Forte inovação social, técnica e de governança	Crise energética e fortes políticas europeias regionais	Fortes políticas públicas

Quadro 09: Quatro cenários traçados para a materialização da ruralidade na realidade francesa para 2030.

Fonte: INRA (2008).

Org: Erika Moreira (2011).

As perspectivas da ruralidade na França para o ano de 2030 evidenciam a intrínseca relação entre o campo e a cidade, tanto no sentido hierárquico e tradicional, quanto no estudo das redes.

Todavia, temos que enfatizar a qualidade e a abrangência dos meios de transporte (coletivo e individual) e dos meios de comunicação na França, além da infraestrutura e dos serviços oferecidos, que favorecem a permanência da

população nas *villages*, mesmo exercendo uma atividade econômica nas cidades ou até mesmo na metrópole. Outra questão importante é que há uma valorização econômica e cultural do espaço rural, não apenas vinculado a seu caráter produtivo agrícola. Portanto, não podemos transpor esse modelo de mensuração da nova ruralidade do contexto francês para o caso brasileiro, embora haja aqui uma perspectiva de valorização do espaço rural como espaço natural, de lazer e de moradia; todavia, mantém-se uma discrepância entre a realidade brasileira e francesa.

No tocante aos estudos da nova ruralidade no México, temos como expoentes Sanchez (1999; 2005; 2008), Stevanato (2006) e Arias (2005). A realidade mexicana apresenta características semelhantes à brasileira, como concentração fundiária, abertura econômica, avanço técnico nos cultivos agrícolas voltados à exportação etc.; e, também, aspectos distintos, como a predominância da cultura indígena milenar no território mexicano.

Em Stevanato (2006), a *nueva ruralidad* aparece associada às novas atividades, aos novos agentes e aos novos eixos de regulação nos espaços rurais e agrícola. Com base nos estudos de autores mexicanos, a autora aponta que no México algumas áreas até então associadas aos complexos agroindustriais, passaram, nos últimos anos, a reverter seus investimentos aos interesses turísticos e ambientais. Ao fazer referência aos estudos de Llambí (1996), propõe que a nova ruralidade na América Latina deve ser mensurada a partir dos padrões e das técnicas produtivas, além da qualidade de vida, das transformações socioeconômicas e, principalmente, não centrar num estudo localista, mas articulado às questões de ordem macroeconômica.

Para Arias (2005), citada por Stevanato (2006), a questão da ruralidade envolve uma análise das trajetórias locais, da inserção econômica dos produtores e das articulações espaciais. Para tanto, algumas variáveis são importantes em sua mensuração: as atividades e os empregos agropecuários, a história e os recursos disponíveis.

O geógrafo Sanchez (1999, 2005 e 2008) aborda a nova ruralidade a partir da dimensão econômica e da articulação entre as questões micro e macroeconômicas. Segundo esse autor, o processo de reestruturação produtiva transformou o papel que os atores sociais e econômicos desempenham nos

territórios rurais mexicanos. Assim, ocorre um processo de mercantilização do saber tradicional e uma maior participação dos agentes externos. Para Sanchez (1999), a nova ruralidade envolve um conjunto de políticas econômicas e sociais. Para os defensores dos princípios neoliberais, "la nueva ruralidad implica que el habitante del medio rural se inscriba o desarrolle dentro de una lógica de operación empresarial, adecuando las formas en que participará en el proceso productivo" (SANCHEZ, 1999, s/p.).

Todavía, debemos ter cuidado com a transposição conceitual de um país para outro, pois

[...] la nueva ruralidad latinoamericana, concebida por el neoliberalismo, es muy distinta a la que se está generando en los países desarrollados, más concretamente en Europa, donde más bien tiene lugar una readecuación de los espacios rurales, pero que siguen estando vinculados a los grandes espacios agroindustriales; ahí el problema es de la inserción laboral de jóvenes agricultores o bien, al surgimiento de nuevas actividades terciarias (segunda residencia, turismo, etcétera), ligadas al proceso de la contraurbanización; son situaciones poca relacionadas al contexto latinoamericano (SANCHEZ, 1999, s/p).

O autor aponta três eixos de estudos da nova ruralidade: a) o território como noção e unidade econômica (novas formas e processos produtivos e as novas relações sociais); b) a questão da identidade e o sentimento de pertencimento; e c) as novas formas de uso e apropriação dos espaços (SANCHEZ, 1999). Em outro artigo, Sanchez (2009) identifica a *nueva ruralidad* como sinônimo de *rurbanizacion* (rurbanização) e a conceitua como:

[...] la diversificación ocupacional, la permanencia de algunas formas de tenencia de la tierra (ejidal y comunal), el desplazamiento de lo agrícola como base del sustento familiar, la demanda de los servicios urbanos en las zonas periféricas y la expansión de la mancha urbana en zonas rurales (SANCHEZ, 2009, p. 108).

Um aspecto destacado por Sanchez (2009, p. 109) é a construção dessa nova ruralidade a partir da dimensão econômica, pois ela "está intrínsecamente ligada a los procesos de apertura de las economías nacionales". Concluindo, com base em Sanchez (1999, 2009 e 2009a), a *nueva ruralidad*, na perspectiva mexicana, visa à sua operacionalidade por meio das políticas públicas nacionais criadas para amenizar as consequências das crises agrícolas e da

exploração da mão de obra campesina pelas indústrias maquiadoras estadunidenses.

Os exemplos trabalhados até o momento mostram que na perspectiva francesa, a nova ruralidade é vinculada ao processo de urbanização/metropolização, ou seja, uma prospectiva urbana; no caso mexicano, a forte influência dos princípios neomarxistas propiciou uma visão da nova ruralidade a partir da dimensão econômica. No Brasil, onde os estudos sobre a nova ruralidade sofreram influência da sociologia e da antropologia, temos uma articulação muito forte com a dimensão cultural e subjetiva.

Utilizaremos como parâmetros para compreender a ruralidade contemporânea na realidade estudada as *estratégias econômicas e sociais* praticadas pelos produtores rurais. A partir delas podemos mensurar e comparar os sistemas produtivos, as técnicas utilizadas, as relações contratuais adotadas etc.

A realidade dos municípios de Piedade e Pilar do Sul mostra que as diversas funções desenvolvidas no rural estão vinculadas às demandas dos grandes centros urbanos próximos – Sorocaba e RMSP. Todavia, essas funções têm na agricultura seu ponto-chave, seja na valorização da paisagem, seja na valorização de bens intangíveis³⁸.

Entendemos o rural como construção de valor e modo de vida no espaço, tendo a ruralidade o papel de ressaltar e expressar as práticas e os valores desse rural em constante construção, centrada na relação com as demandas urbanas de consumo e de lazer.

Buscaremos, nos próximos capítulos, situar nossa discussão do rural e da ruralidade em diferentes contextos históricos da MRG de Piedade e, mais precisamente, dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, tendo como elemento central as estratégias adotadas pelos produtores rurais para a reprodução econômica e social. A agricultura – especializada e diversificada – é o elemento importante nesta tese, em que se situa não apenas como uma atividade econômica, mas uma faceta da ruralidade contemporânea.

³⁸ São bens que não podem ser mensurados, algo concreto, como o ar puro, a tranquilidade, a segurança, o bem-estar etc.

2.5. Resumo do capítulo

Procurando sumarizar o exposto neste capítulo, podemos enumerar os principais aspectos discutidos:

1. o rural não é exclusivamente agrícola; entretanto, a agricultura é a atividade econômica mais importante na área de pesquisa;
2. a ruralidade contemporânea não deve ser associada a uma visão idílica do rural e tampouco bucólica. É necessário pensar que novos conteúdos são incorporados nas relações cotidianas;
3. a sustentabilidade, como uma das características dessa nova ruralidade, deve ser repensada nas dimensões econômica e cultural. A consciência ambiental envolve mudanças estruturais na organização espacial e social dos espaços rurais, por meio de ações conjuntas entre sociedade civil, poder público e privado;
4. o rural é o espaço onde as relações cotidianas (práticas, valores, símbolos e hábitos) são alicerçadas numa rede de interações sociais, comerciais e políticas;
5. a ruralidade não se contrapõe à urbanidade, mas as duas formam uma unidade dialética, construída na relação rural-urbano.

3. O RURAL E A RURALIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO DA MRG DE PIEDADE

A contextualização histórica envolve agentes sociais, tempo e espaço. Este capítulo contempla o objetivo traçado de realizar a apreensão histórica, com enfoque mais acurado nos municípios de Piedade e Pilar do Sul. É na relação, na construção e na transformação que os processos ocorrem.

Esse movimento não acontece sem conflitos, afinal, a relação de poder é inerente a qualquer escala. Buscaremos, neste capítulo, apresentar como a MRG de Piedade se insere na divisão territorial do trabalho, construída numa relação entre os fenômenos regionais e o contexto nacional. Além disso, pretendemos demonstrar como o espaço rural da MRG de Piedade e, em especial, dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, passou por mudanças conjunturais e estruturais, mas jamais substituiu sua base econômica – a agricultura.

A **região** como conceito, o **regional** como escala de análise e a **regionalização** como forma de organização espacial são fundamentais nesta contextualização histórica (processos) e geográfica (relações espaciais) da Microrregião Geográfica (MRG) de Piedade. A atual denominação de MRG foi instituída em 1989, com as reformulações na Constituição Federal de 1988, (descentralização política e autonomia dos municípios). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como órgão responsável pela organização do espaço brasileiro, e baseado em critérios socioeconômicos, ambientais e locais, intitulou essa forma de regionalização como mesorregião e microrregião geográfica.

Adotamos como parâmetro teórico para a compreensão da região, três expoentes: Correa (1995), Lencioni (1999) e Santos (2003).

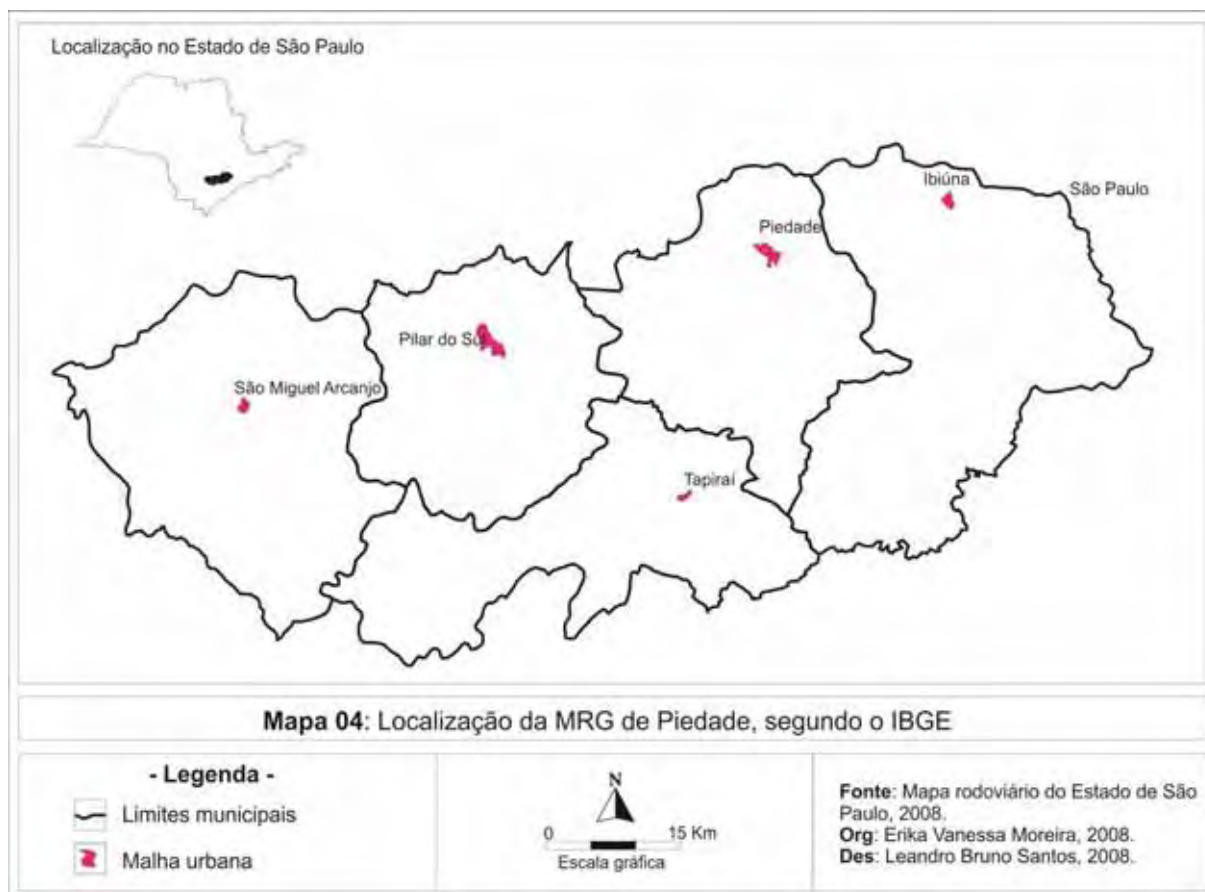
Nas discussões sobre região, sabemos que na corrente tradicional alemã, proeminente no Brasil até os anos 1940, os elementos físicos eram selecionados para a delimitação e para a constituição de uma determinada região – dita *natural*. As descrições minuciosas e análises comparativas predominavam nos estudos regionais, como os de Aroldo de Azevedo sobre o Brasil, na década de 1950. Nesse contexto, as regiões eram classificadas e definidas segundo a predominância de elementos físico-naturais como vegetação, hidrografia, tipos de

solo, formas de relevo etc. Foi criada, nesse período, outra forma de regionalização, por meio de elementos físicos e humanos (sociais), as zonas fisiográficas.

Nos anos de 1960, a região foi associada ao planejamento regional (estatal), pela influência francesa na geografia brasileira. Segundo Lencioni (1999), a região foi discutida como objeto de intervenção humana. As ideias de Perroux, com sua teoria de polos de desenvolvimento, foram incorporadas nas políticas nacionais, nos anos 1960 e 1970.

Os elementos físicos eram referências para a delimitação das regiões, como a Região de Paranapiacaba, cuja denominação advém da presença da Serra com o mesmo nome. Segundo Fukui (1979), a Zona da Serra de Paranapiacaba apresenta características peculiares, como topografia acidentada, altitude de quase 1.500 m, grandes variações de temperatura, numerosos rios que partem da costa do relevo e formam vales profundos etc. A chamada Zona Fisiográfica de Paranapiacaba, segundo a autora, abrangia Itapecerica da Serra, Capão Bonito, Guaraíra, Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, Ribeirão Branco e São Miguel Arcanjo. O município de Tapiraí pertencia à Zona Fisiográfica do Alto do Ribeira.

A Região de Paranapiacaba, definida como microrregião homogênea nos anos de 1980, atualmente recebeu a denominação de MRG de Piedade, agregando os municípios de Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo e Tapiraí (Mapa 04).



É importante esclarecermos que outras formas de regionalização existem, segundo os objetivos e os interesses estabelecidos, como: as regiões administrativas ou as regiões de governo, definidas pelo governo do Estado de São Paulo; a das bacias hidrográficas, realizada pelo Comitê de Bacias Hidrográficas; e as áreas de atuação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural, da CATI.

Visto que a Microrregião Geográfica de Piedade teve seu processo de ocupação e povoamento no início do século XIX, as fases econômicas estão, por sua vez, vinculadas à atuação de diferentes agentes sociais, com distintos interesses, em contextos que ultrapassam os limites da região de Paranapiacaba.

A adoção da regionalização do IBGE, a partir das microrregiões geográficas³⁹, foi selecionada por apresentar aspectos favoráveis: organização espacial com base nas características sociais, econômicas e ambientais.

³⁹ A regionalização do IBGE em microrregiões geográficas substituiu a anterior, das microrregiões homogêneas, após a Constituição Federal de 1988. Essa mudança buscou enfatizar as características semelhantes do ponto de vista socioeconômico e ambiental, de um grupo de municípios. Essa região é conhecida como Paranapiacaba, em virtude da presença da Serra com o mesmo nome.

A MRG de Piedade abarca cinco municípios: Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo e Tapiraí, num total de 4.172,925 km² e uma população de aproximadamente 185 mil habitantes. O município menos populoso é Tapiraí, com 10 mil habitantes, e Ibiúna é o que apresenta o maior quadro populacional, com aproximadamente 75 mil habitantes. Na seção posterior, abordaremos, a partir da historicidade, o processo de ocupação e povoamento da região e as funções por ela desempenhadas ao longo do tempo.

3.1. Região de Paranapiacaba: *historicidade*

A MRG de Piedade está situada, geomorfologicamente, entre a Depressão Periférica Paulista, o Planalto Atlântico, a Serra de Paranapiacaba e o Vale do Ribeira (TAVARES, 1997). A altitude média varia entre os municípios, desde 650 metros, em São Miguel Arcanjo, até 996 metros, em Ibiúna. As altitudes mais elevadas estão localizadas na porção sul, na área delineada pela Serra de Paranapiacaba. Do ponto de vista geomorfológico e de uso do solo, a MRG apresenta grande heterogeneidade: campos (porção norte do município de São Miguel Arcanjo); depressão periférica paulista (boa parte da área territorial do município de Pilar do Sul); encosta da Serra de Paranapiacaba (Piedade e Ibiúna); e mata atlântica (porção sul de Piedade, sudoeste de Pilar do Sul e Tapiraí).

Há uma diversidade no que tange às formas de relevo e pedologia, desde áreas de campos gerais, até os contrafortes da Serra de Paranapiacaba. As características físicas da área de pesquisa são elementos importantes para entender o processo de ocupação, povoamento e exploração econômica. Não temos o objetivo de entender os processos históricos fundamentados apenas no espaço físico, mas na localização geográfica e relacional.

Essa breve caracterização física foi realizada com o objetivo de situar a área de pesquisa e de mostrar como o processo de ocupação e de povoamento se desenvolveu a partir de características peculiares.

3.1.1. O sistema de Sesmaria na região e o declínio da mineração em Minas Gerais

Sesmaria vem do termo *sexmo*, e quer dizer *sexta parte*. O sistema de sesmaria foi implantado no Brasil, no século XVI, oriundo das terras portuguesas.

Em Portugal, as terras eram divididas entre os munícipes, com o objetivo de cultivar cereais por um período determinado. “[...] na realidade a constituição das sesmarias era precedida da divisão e repartição era precedida da divisão e repartição [sic] de terras incultas; a renda estipulada consistia na sexta parte dos frutos” (MIRANDA, 1983, p. 02).

Para Miranda (1983), em seu estudo sobre o caráter jurídico das sesmarias, a implantação desse sistema se deve ao fato de Portugal o ter como único instrumento jurídico para o povoamento do território brasileiro. As terras, até então sob domínio público da coroa portuguesa, passavam a ser privadas, mediante dois deveres: começar a cultivar no prazo de até dois anos e cumprir suas obrigações junto à Igreja. Caso os deveres não fossem cumpridos, a revogação da concessão era consolidada.

Os donatários só poderiam dar as terras de sesmarias a estranhos, em absoluta igualdade de condições, sem outras obrigações que não fossem o aproveitamento da terra e o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo. Poderiam, porém, os ‘donatários’, adquiri-las dos concessionários das sesmarias, por compra e venda e após um período mínimo de oito anos de aproveitamento. (MIRANDA, 1983, p. 05).

Miranda (1983) aponta uma diferença substancial entre os sistemas de sesmaria implantados em Portugal e no Brasil: a existência de terras públicas, com extensões territoriais consideráveis e o povoamento do território brasileiro, e o repovoamento de terras não públicas, mas abandonadas, em Portugal.

A constituição de sesmarias⁴⁰, por volta do século XVII na região de Sorocaba, se deu com a distribuição de terras aos donatários, para a produção de alimentos.

Dentro de um contexto geral, o Brasil enfrentava dois grandes problemas: a luta territorial entre Portugal e Espanha pelo domínio das áreas desocupadas e o declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais. O papel central atribuído à região de Paranapiacaba, nesse momento, foi o de ser uma válvula de

⁴⁰ “O sistema de capitanias, instalado em 1534, sofreu alterações, em 1548, com a criação do Governo Geral. Em 1548, diante do fracasso da maior parte dos donatários, se criou um Governo Geral que, ainda que respeitasse os direitos dos donatários das capitanias, exerceu sobre eles uma supervisão. Com o passar do tempo os poderes e jurisdição dos donatários foram cada vez mais restringidos e absorvidos pelos governadores gerais até desaparecerem completamente, tendo a coroa resgatado, por compra, os direitos hereditários que gozavam.” (GERMANI, 2006, p. 123).

escape dos migrantes mineiros e uma forma de efetivação do domínio, com a ocupação dos sesmeiros portugueses.

No caso específico da região de Paranapiacaba, existiam as sesmarias de Felipe Santiago (Ibiúna), de Vicente Garcia (Piedade) e de Antônio de Almeida Leite (Pilar do Sul), entre outras. Essas doações, realizadas pela coroa portuguesa, por intermédio de funcionários, tinham como contrapartida a utilização da terra para fins produtivos entre seis meses e dois anos e o pagamento à Igreja Católica, por meio do dízimo.

As cessões de terras em sesmaria tornavam-se então simples concessões administrativas sobre o domínio público, gravadas com o encargo de cultivo. Com a medida – que também limitava o tamanho das doações, até então irrestritas, em quatro léguas de comprimento e uma de largo – operava-se uma transformação completa da situação jurídica do solo colonial; o regime das sesmarias gradualmente desligava-se das Ordenações para amparar-se em uma legislação especial, própria, consubstanciada em um conjunto de normas e providências isoladas, com aplicação, assim a todas as capitanias, como só a algumas delas, e, além de tudo, dispersas por inumeráveis alvarás e cartas régias. (NOZOE⁴¹, 2009, p. 7).

No sistema de sesmarias, as terras eram doadas para fins produtivos e para amenizar os acirramentos entre os posseiros; todavia, a doação era excludente e voltada para favorecer a *plantation*⁴². Isso porque,

[...] do regime sesmarial resultara um processo extremamente seletivo de concessão, no qual *somente parasitas, sedentários e poderosos* recebem graciosamente as doações que, uma vez apropriadas, alcançam cifra que *nunca poderá tocar a uma família pobre e laboriosa ...* e, quando isso vinha a ocorrer, tornava-se impagável, o que, por sua vez, ensejava longas e onerosas demandas judiciais. (NOZOE, 2009, p. 15, grifo do autor).

A doação de terras na região se deu com prevalência entre 1690 e 1740 para famílias oriundas, inicialmente, das áreas de mineração, como Ouro

⁴¹ NOZOE, Nelson. Sesmarias e o apossamento de terras no Brasil Colônia. Disponível em <http://bliq.ig.com.br/estudoscoloniais/files/2009/06/artigo-nelson-nozoe-pdf.pdf> Data de Acesso: 29 de agosto de 2009.

⁴² O sistema de Sesmarias, após as Capitanias Hereditárias, foi um dos embriões da concentração fundiária no Brasil e, conseqüentemente, dos conflitos agrários. “[...] o fim do sistema sesmarial – nossa primeira forma de ordenamento jurídico da propriedade fundiária, mediante a qual se ocupou menos de 20% do território nacional –, decidido no bojo das preocupações com a modernização das relações de produção, não conseguiu estancar o apossamento. Tendo originado nos primórdios de nossa colonização, processo de apropriação das terras públicas, associado aos interesses rurais dominantes, sobreviveu à nova lei [Lei de Terras, de 1850], bem como a outras que se seguiram, e dá sinais que não chegou ao seu término nos dias correntes”. (NOZOE, 2009, p. 18).

Preto, Diamantina e São João Del Rey, com a atuação da Igreja São Bento de Sorocaba que era, por sua vez, detentora de grande porção de terras (FELIX, 2005). O objetivo era viabilizar o povoamento das áreas situadas nas proximidades dos Rios Sarapuí e Pirapora.

Em Ibiúna, Felipe Santiago era sesmeiro de uma légua de terras em quadra, entre o Rio Sorocabussu, a sudeste, e Rio de Una, a leste. Com seu falecimento, em 1710, o genro de Felipe, Manoel de Oliveira, demandou a sesmaria, a qual se encontrava disputada por vizinhos e posseiros. No ano seguinte, foi nomeado pela Coroa Real para ocupar o cargo de Capitão da Ordenança da Freguesia de Cotia, antes ocupada pelo Capitão Ignácio Soares (IBIUNA, 2009⁴³).

A sesmaria de Manoel de Oliveira foi transmitida para seu filho, Manoel de Oliveira Carvalho, que construiu uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores de Una. Ao redor da capela surgiram casas, e mascates e tropeiros começaram a parar ali. Em 29 de agosto de 1811, elevou-se o Vale de Una a freguesia, sendo formado com áreas de Sorocaba, Cotia e São Roque.

O processo de ocupação do município de Piedade, por sua vez, data do começo do século XIX, com a instalação de famílias mineiras atraídas pelas doações. As primeiras famílias instalaram-se, segundo as informações coletadas no *Atlas dos Municípios Paulistas*, à margem esquerda do Rio Pirapora. Vicente Garcia era um donatário e, como devoto de Nossa Senhora de Piedade, santa portuguesa, construiu uma capela em sua homenagem, dentro de sua concessão territorial, de onde se originou o nome do município.

O povoamento na área foi lento acompanhando o caminho de Sorocaba, a primeira paragem, logo depois da Serra do São Francisco, foi o Jurupará, povoado por José Vieira Nunes, que também foi povoador do Alto do Pirapora e da paragem do Apereatuba que recebeu como sesmaria (informação *on-line*, 2009.).

O bairro de Piedade, pertencente a Sorocaba, conseguiu ser elevado a freguesia em 03 de março de 1847 e a vila, em 24 de março de 1857. A Vila de Piedade era então habitada por cerca de 3.500 pessoas e seu núcleo compreendia o quadrilátero central em que, na atualidade, está situada a Igreja Matriz.

⁴³ Essas informações foram retiradas do site www.guiaibiuna.tur.br

Já o processo de ocupação e povoamento de Pilar do Sul tem dois marcos: a sesmaria de Antonio de Almeida Leite e o movimento tropeiro, de que trataremos na subseção posterior. O sesmeiro Almeida instalou-se, em 1865, na área que hoje compreende o município, antes ocupado por índios da tribo Tupinambá (FELIX, 2005) e, depois por donatários oriundos de Minas Gerais. Foi construída uma capela (Foto 01) em homenagem ao Senhor do Bonfim (Foto 02), no ano de 1868, com a autorização da Diocese de Sorocaba.

Em 1870, o tenente Almeida veio a falecer e doou, por testamento, suas terras aos seus escravos negros. Estes, de posse da Fazenda do Pilar, dividiram-na em lotes e venderam alguns a estranhos, que aqui vinham em busca de terras para a instalação de lavoura e pecuária, embora o testamento proibisse a venda, contribuindo para aumentar, rapidamente, a população local. (FELIX, 2005, p. 15).



Foto 01: Praça central e coreto em Pilar do Sul na década de 1940, área adquirida pela Diocese de Sorocaba.

Fonte: Felix (2005).



Foto 02: Igreja situada na Praça central em Pilar do Sul, no ano de 2009.

Fonte: www.pilardosul.sp.gov.br

A denominação de Pilar do Sul tem duas versões. A primeira, relaciona-a à atividade de pilar a carne para a confecção da paçoca. A segunda, à devoção dos primeiros habitantes a Nossa Senhora do Pilar. Quanto ao acréscimo do adjetivo *do sul*, sua aplicação ocorreu em 1944, por meio do Decreto nº 14. 334, para diferenciá-la do município de Pilar, já existente no Estado de Alagoas.

O mineiro João Batista Ribeiro, com autorização do Bispo Dom Lino, fundou a Vila de Pilar, elevando-a à categoria de Paróquia, por Lei Civil de nº 57, de 11 de maio de 1877. Em 1891, no dia 12 de maio, através de Decreto, a Vila de Pilar passou à categoria de município e, no dia 20 do mesmo mês, foi instalada uma

intendência⁴⁴, sendo nomeado o Sr. Euzébio de Moraes Cunha como o primeiro prefeito do recém-formado município de Pilar (PET, 2009/ FELIX, 2005).

O crescimento econômico e populacional de Pilar do Sul sofreu estagnação a partir de meados de 1920, com uma população urbana irrisória e problemas nas vias de circulação, sobretudo nos períodos de chuvas intensas. No ano de 1929, o poder local adquiriu do bispo Dom José Carlos Aguirre a área central de Pilar, para a expansão da cidade. Quatro anos depois, o governo federal, na figura de Getúlio Vargas, começou a implantar a SP-250, ligando São Paulo a Capão Bonito. No ano de 1934, Pilar do Sul perdeu sua autonomia política e passou a ser distrito de Piedade. Dois anos depois, em 1936, com a aprovação da Lei nº 2.695, de 05 de novembro daquele ano, Pilar retomou sua autonomia política.

Nesse mesmo ano (1937), a Câmara de vereadores aprovou a lei que doava lotes de terra a todos aqueles que quisessem construir prédios de qualquer natureza. Essa investida serviu para alavancar o desenvolvimento da cidade, que até então tinha apenas 137 prédios. (FELIX, 2005, p. 20).

Em suma, o sistema de sesmaria propiciou o povoamento e a ocupação da região, por tratar-se de uma estratégia territorial, uma “válvula de escape” para os mineiros empobrecidos em virtude da crise da mineração. Os donatários possuíam posseiros e escravos para executar as atividades agrícolas. Entre Pilar do Sul e Salto de Pirapora existem áreas de quilombos, como resquício do período da escravidão.

3.2. O Tropeirismo e a importância da região no cenário nacional

Do ponto de vista histórico, o *tropeirismo* foi um marco no povoamento e na ocupação dessa região interiorana do país, cujo eixo estratégico foi Sorocaba e sua feira de muares, entre meados do século XVII e final do século XIX.

Sorocaba era um local estratégico para o tropeirismo, justamente pela acessibilidade, ainda que precária. Sonoda (2006, p. 08), ao dissertar sobre a estrutura produtiva da cidade, lembra que,

⁴⁴ Os membros ou conselheiros escolhiam o chefe ou intendente para administrar.

[...] apesar desse tipo de comércio ter sido uma atividade mercantil específica de Sorocaba, esteve longe de ser caracterizado como um ciclo econômico regional, pois a maioria dos tropeiros e tropas vinha do sul do país. E o desenvolvimento deste comércio, igualmente às atividades locais, era direta e indiretamente ligado à demanda por animais de carga pelas atividades pujantes dos vários ciclos econômicos do país. (SONODA, 2006, p. 07).

A feira anual de muares, criada em 1770, era um símbolo do tropeirismo na região, permitindo acumular capitais para outras atividades econômicas. Antes da feira, foi criado, em 1750, o registro de nota para cadastrar as tropas. Todavia, muitas rotas foram criadas para burlar a fiscalização e o pagamento desses tributos. E, nessas rotas ou caminhos alternativos, cidades foram criadas nos locais de pouso das tropas.

[...] a região central do município de Sorocaba se transformava num importante entreposto comercial, ao ligar os criadores do sul do país aos compradores das Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SONODA, 2006, p. 08).

[...] Municípios próximos a Piedade, tais como Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, também eram caminhos de contrabando. Durante a primeira metade do século XIX, funcionavam como pontos de abastecimento das tropas vindas do sul por Itapetininga ou Capão Bonito, pretendendo chegar a São Paulo por onde hoje está localizado o município de Cotia (SONODA, 2006, p. 21).

O movimento tropeirista visava à formação de grupos (comitivas) de cavalos e muares em áreas criatórias, para abastecer os centros consumidores, no período precedente, pelos arredores de São Paulo, São Vicente e Rio de Janeiro, principalmente. Essa atividade permitiu o surgimento de vários municípios, como Sorocaba e Taubaté, a partir de 1830.

Justamente para evitar a passagem no registro de Sorocaba e, consequentemente, evitar o pagamento de tributos, muitas tropas optavam pelos caminhos alternativos, como, por exemplo, São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul. E, nessas paradas ou *pousios*, foram instalados estabelecimentos para atender a demanda alimentar e manufatureira.

Por conta da diversidade topográfica, as áreas com presença de pousos de tropeiros na MRG de Piedade se situavam, em sua maioria, na porção norte dos municípios de Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, localizadas numa área

topograficamente menos acidentada (áreas de campo). Encontramos, nesse período entre os séculos XVII e XVIII, outra função da região, como caminhos para passagem e pouso das tropas. Em um contexto geral, podemos apontar que começa a germinar, nessas paradas, pequenos estabelecimentos comerciais. Diante da “decadência da mineração, alguns dos principais negociantes instalados em Sorocaba começaram a fornecer animais de carga à atividade canavieira do oeste paulista” (SONODA, 2006, p. 09).

[...] mesmo que a atividade do muar tenha sofrido os impactos da decadência da mineração a partir da metade do século XVIII e estado relativamente à margem da economia agro-exportadora entre o final do século XVIII e metade do XIX, manteve-se por vários ciclos. Como veremos, além da mineração, a região pôde se inserir timidamente nos processos de expansão da lavoura canavieira, tanto do oeste paulista como do Rio de Janeiro, e também na expansão cafeeira. (STRAFORINI *apud* SONODA, 2006, p.07)

A tradicional feira de muares se intensificou depois de 1830, com a decadência da mineração e o início da expansão cafeeira. “O fornecimento dos muares como meio de transporte passou a ser uma das atividades do complexo cafeeiro”, na região oeste de São Paulo (SONODA, 2006, p. 09).

A partir de então, a região se adaptou a uma nova dinâmica, incorporou-se a um outro contexto econômico. Baseada num novo modo de produção e acumulação de capital, a sua divisão do trabalho passou por reestruturação. O capital regional de maior vulto passou a ser acumulado através do beneficiamento, enfardamento, transporte e intermédio das negociações para a exportação do produto.

[...]

Apesar de ter se constituído como a quarta mais populosa do estado em 1.920, como o visto, a região de Sorocaba não contava com a preexistência de uma complexa estrutura urbana. Foi constituída de acordo com as necessidades das tropas, entre o século XVIII e metade do XIX, e do algodão, durante o final do século XIX. (SONODA, 2006, p. 15.)

O município de Pilar do Sul tem seu processo de ocupação, em grande parte, sob a atuação dos tropeiros, caçadores e mineradores. Segundo Felix (2005, p. 15), os tropeiros utilizavam o local para moer (piloar) as carnes obtidas com a caça para a produção da paçoca e curtir o couro dos animais capturados.

Apesar da influência do tropeirismo na origem do povoamento nos arredores de Botucatu, Itapetininga, Itaporanga e Tatuí, essa área também recebeu o reflexo do declínio da mineração, uma vez que os “vãos das grandes sesmarias” despertaram o interesse dos migrantes paulistas e do sul de Minas Gerais, que costumavam entre eles transitar, ora como caminho alternativo ao fisco, ora como trajeto a Mato Grosso, Goiás ou Minas Gerais em busca de ouro.

As marcas do tropeirismo em Pilar do Sul são fortes. Encontramos nas saídas da sede do município, dois símbolos: o pilão e a figura de um sertanejo tropeiro. Vivenciamos, também, nos finais de semana, grupos de amigos que fazem a cavalgada nos arredores do perímetro urbano. Além disso, anualmente são realizadas cavalgadas festivas ou encontros de tropeiros, para manter a memória desse movimento histórico tão importante para a estruturação econômica do centro-sul brasileiro.

3.3. Lei de Terras e Imigração

Com a Lei de Terras, de 1850⁴⁵, e a Lei Áurea, de 1888⁴⁶, a separação entre propriedade dos meios de produção e força de trabalho ficou evidente. Esse movimento levou à necessidade de mão de obra livre, baseada nos ideais burgueses de acumulação. É nesse contexto que a imigração ganha notoriedade, inicialmente, com trabalhadores italianos, germânicos e espanhóis e, posteriormente, com japoneses.

Segundo o estudo de Martins (1973) sobre a imigração e a crise do Brasil Agrário, a entrada maciça de estrangeiros (italianos, principalmente) ocorreu a partir de 1886, isto é, antes mesmo da promulgação da Lei Áurea que vetou o trabalho escravo, o que comprova o embrião do mercado de trabalho livre. “A crise da sociedade de adoção não decorre da imigração, mas, ao contrário, a imigração é uma das conseqüências da crise” (MARTINS, 1973, p. 17). De acordo com o autor, com a vigência da Lei de Terras de 1850 no Brasil, a terra tornou-se uma mercadoria, isto é, renda territorial capitalizada.

O processo imigratório será um dos marcos históricos da região, em particular, a vinda dos japoneses, pois, a partir de sua chegada, a região ganha

⁴⁵ Em 1822 é extinto o sistema jurídico de sesmaria.

⁴⁶ A Lei Áurea, de 1888, separou a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, constituindo um mercado de trabalho livre.

dinamismo econômico, por meio da agricultura, com a adoção, tanto de sistemas especializados (fruticultura e olericultura), como diversificados (hortifrutigranjeiro).

Políticas criadas pelo governo brasileiro, em meados do século XIX, por meio de acordos firmados entre o Brasil e *países-amigos*, favoreceram a vinda de imigrantes. Segundo o Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, o período compreendido entre 1895 e 1910 foi o ápice da entrada de imigrantes no estado, sendo a maioria constituída por italianos, espanhóis, portugueses e japoneses⁴⁷.

Embora o café figure como o grande incentivador da política imigratória no Brasil, existiram dois tipos de políticas imigratórias: uma voltada ao complexo cafeeiro, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e, outro, no Sul, com a vinda de colonos para ocupar as áreas fronteiriças ou “ocupar os vazios demográficos mediante a criação de núcleos coloniais” (DEZEM, 2008, p. 152).

No caso do Estado de São Paulo, o imigrante pobre só conseguiu se tornar proprietário de terra após se assalariar nas fazendas de café, tanto nas zonas de ocupação recentes, como nas mais antigas.

O Estado, ao financiar a imigração e a localização de trabalhadores, não só ‘socializava’ a força de trabalho, para constituir um mercado de oferta que dela separasse a pessoa do trabalhador, como entendia que a elevação da densidade demográfica, por esse meio, produziria um trabalhador que se oferecesse à grande lavoura nas fases de demanda sazonal e que se automantivesse nas fases de vacâncias (MARTINS, 1973, p. 55).

Em 1883, foi criada a Sociedade Central de Imigração, para facilitar a entrada de imigrantes italianos nas propriedades rurais cafeeiras no Estado de São Paulo. Após três anos, os cafeicultores paulistas fundaram a Sociedade Promotora da Imigração (DEZEM, 2008). Essas sociedades particulares promoviam, com apoio dos dois países, o deslocamento de imigrantes italianos para trabalhar na cafeicultura, como colono ou assalariado (DEZEM, 2008). As famílias italianas pioneiras em Pilar do Sul e Piedade, que desenvolveram diversas atividades, como a silvicultura, a cafeicultura e o cultivo de cereais (FELIX, 2005) foram Paiotti, Scaduto, Di Rado, Todesco, Gigantelli, Tognocchi, Valio e Vergilli.

⁴⁷ Entre 1935-1939, entraram, no Estado de São Paulo, 252.141 imigrantes japoneses, segundo o Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo.

De todas as correntes imigratórias na região de Paranapiacaba, a figura do imigrante japonês, em comparação com as do italiano e do alemão, é a que se destaca. No entanto, essa imigração nipônica não ocorreu por espontaneidade, mas por pressão econômica e política, com a *era Meiji*. A vinda desses imigrantes deveu-se às políticas de ambos os países, de um lado, a consolidação do sistema capitalista no Japão (*Era Meiji*) e, de outro, a proibição do trabalho escravo e o incentivo à mão de obra livre (assalariamento) no cenário nacional.

Algumas datas foram importantes nesse período, a partir de 1868, justamente para situar a relação entre Brasil e Japão, após a *Era Meiji*:

Japão

- 1868: implantação da *Era Meiji*, que instaurava um regime modernizador, em que o papel decisivo passou a ser do Estado (no processo industrial e com a implantação de infraestrutura);
- 1896: promulgação da Lei de Proteção ao Imigrante, justamente pelas políticas expansionistas do Japão na Ásia. Isso ocorreu por dois motivos centrais: 1) foi uma estratégia expansionista japonesa para a modernização do país; 2) o capital enviado pelos imigrantes no Brasil era muito importante para dinamizar a economia japonesa (DEZEM, 2008);
- 1924: o governo japonês passou a arcar com todos os subsídios relativos à imigração;
- 1924: criação da Colônia Aliança (Noroeste de São Paulo), com 5.500 hectares⁴⁸;

Brasil

- 1891: criação da Repartição de Terras, Colonização e Imigração no Estado de São Paulo, com o objetivo de validar os títulos de terras e a fiscalização constante tanto das terras como dos imigrantes;
- 1908: chegada do primeiro grupo de imigrantes japoneses no *Kasato Maru*, com 979 pessoas (170 famílias);
- 1910: chegada do segundo grande grupo de imigrantes, no *Ryojuin-Mar* com 909 pessoas (247 famílias);

⁴⁸ O grande diferencial é que o imigrante vinha para o Brasil como proprietário e não colono-assalariado.

- 1912: são criados no Estado de São Paulo, núcleos coloniais no Vale do Ribeira, para o desenvolvimento da rizicultura. Nesse período foram identificados três tipos de colonização por parte das empresas colonizadoras: *Ijûchi* (colônias dirigidas); núcleos formados pelos próprios japoneses; e loteamentos particulares.

Os imigrantes japoneses, segundo Ono (1973), geralmente filhos não primogênitos⁴⁹, eram oriundos de famílias agricultoras. Uma das exigências das empresas colonizadoras era a presença de pelo menos três membros da família (independente do grau de parentesco, podendo ser irmãos, tios, primos etc.). Além disso, muitas famílias que vieram do Japão, não migraram sem nenhum recurso econômico como os italianos, já que pertenciam à classe rural média (PADILHA, 1989).

Várias companhias de imigração foram criadas no território japonês, seja como iniciativa individual ou coletiva. Embora o governo japonês⁵⁰, que supervisionava todas essas companhias para evitar propagandas enganosas, visasse à permanência dos imigrantes no Brasil, eles mantinham a esperança que o deslocamento seria de caráter temporário. Por isso muitas companhias exigiam o grupo familiar ou pelo menos três membros da família composta. Essa exigência, por sua vez, está vinculada à própria lógica capitalista, em que a exploração da mão de obra familiar era inevitável (DEZEM, 2008). Veremos, no decorrer do trabalho, que a unidade da família foi e permanece sendo estratégia de reprodução econômica e social dos descendentes de imigrantes japoneses nos municípios de Piedade e Pilar do Sul.

No caso das companhias particulares de imigração, duas foram importantes na Região de Paranapiacaba: a K.K.K.K (*Kaikô ou Kaigai Kogyo Kobushiki Kaisha*) e a BRATAC (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.). A primeira foi criada em 1917 e começou a funcionar a partir de 1918, quando “passou a monopolizar as atividades emigratórias, [...] encontravam-se também sob seus auspícios o fornecimento de capitais, organização e administração de colônias”

⁴⁹ Ono (1973) afirma que ser o segundo ou terceiro filho já não garantia um lote de terra, pois a tradição japonesa e as condições existentes não permitiam.

⁵⁰ Os capitais enviados pelos imigrantes japoneses no Brasil davam suporte à economia nipônica.

(DEZEM, 2008, p. 161). A segunda, a BRATAC, foi criada em 1928, com o objetivo de “recrutar e enviar para o Brasil colonos proprietários⁵¹”.

No início, os imigrantes japoneses se dirigiram às “fazendas de café, distribuídas ao longo da Estrada de Ferro Mogiana, a leste do Estado de São Paulo, de proprietários de origem européia, na qualidade de colonos, ou seja, trabalhador contratado” (ONO, 1973, p. 133). Outra parcela se dirigiu para os Vales do Paraíba (cultivo do arroz) e Ribeira (cultivo do arroz, da banana e café) e outra, ainda, se fixou nos arredores de São Paulo, produzindo hortaliças, como melleiros (PADILHA, 1989).

Além do colonato-assalariado, existiram outras formas de trabalho, como a parceria e a empreitada, de maneira hierárquica. O imigrante que conseguia formar uma poupança passava de colono-assalariado para o sistema de parceria após dois anos de trabalho com o fazendeiro. A empreitada consistia numa etapa em que o imigrante dedicava de quatro a seis anos ao cafezal, cujo rendimento era superior ao colonato e à parceria. Todavia, como afirma Ono (1973), muitos imigrantes japoneses não foram tão bem sucedidos nessas etapas e buscaram outras fontes de renda, seja na cidade seja no campo, com o desenvolvimento da horticultura nos arredores da *Grande São Paulo*. Uma minoria conseguiu adquirir terras próprias. Mas, essa aquisição só ocorreu a partir de 1911, mediante alguns critérios: emancipação das famílias (sem contrato e sem dívida) e o acúmulo de algumas economias via poupança.

Com a crise do café, nos anos de 1930 e, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses começaram a se instalar nos arredores de São Paulo, no chamado **cinturão-verde**, com a produção hortifrutigranjeira e de olerícolas. Essas propriedades tinham entre quatro ou cinco alqueires e eram baseadas no trabalho familiar (ONO, 1973).

Os japoneses passaram a contribuir com cerca de 90% da produção olerícola e da batatinha. Isto se deve à concentração, nas cercanias de São Paulo, de japoneses, pequenos produtores, oriundos das fronteiras do desbravamento, a partir do ano de 1930. (ONO, 1973, p. 141).

A efetiva imigração japonesa na MRG de Piedade teve início em 1932, com a chegada em Ibiúna dos primeiros imigrantes, Euriko Iwakawa e, depois,

⁵¹ A BRATAC criou as colônias Três Barras (PR) e Bastos (SP).

Shigemori Maeda. Nos anos seguintes, a presença nipônica se tornaria mais forte, com o assentamento das famílias Samano, Arizono, Muramatsu, Kikonaga, Kawakami, Kaneko, Ideriha, Nakayama, Nakamura, Nakajima, Watanabe, Takafuji, Matsuda, Saito, Saitow, Sassaki (Foto 03), Miyaji, Setoguti, Morita, Miazaki, Murioka, Yoshito, Mikami, Teramae, Sokoda, Sugahara, Suetsugo, Fiiruya, Ogno, Yasuhara, Kitadani etc.

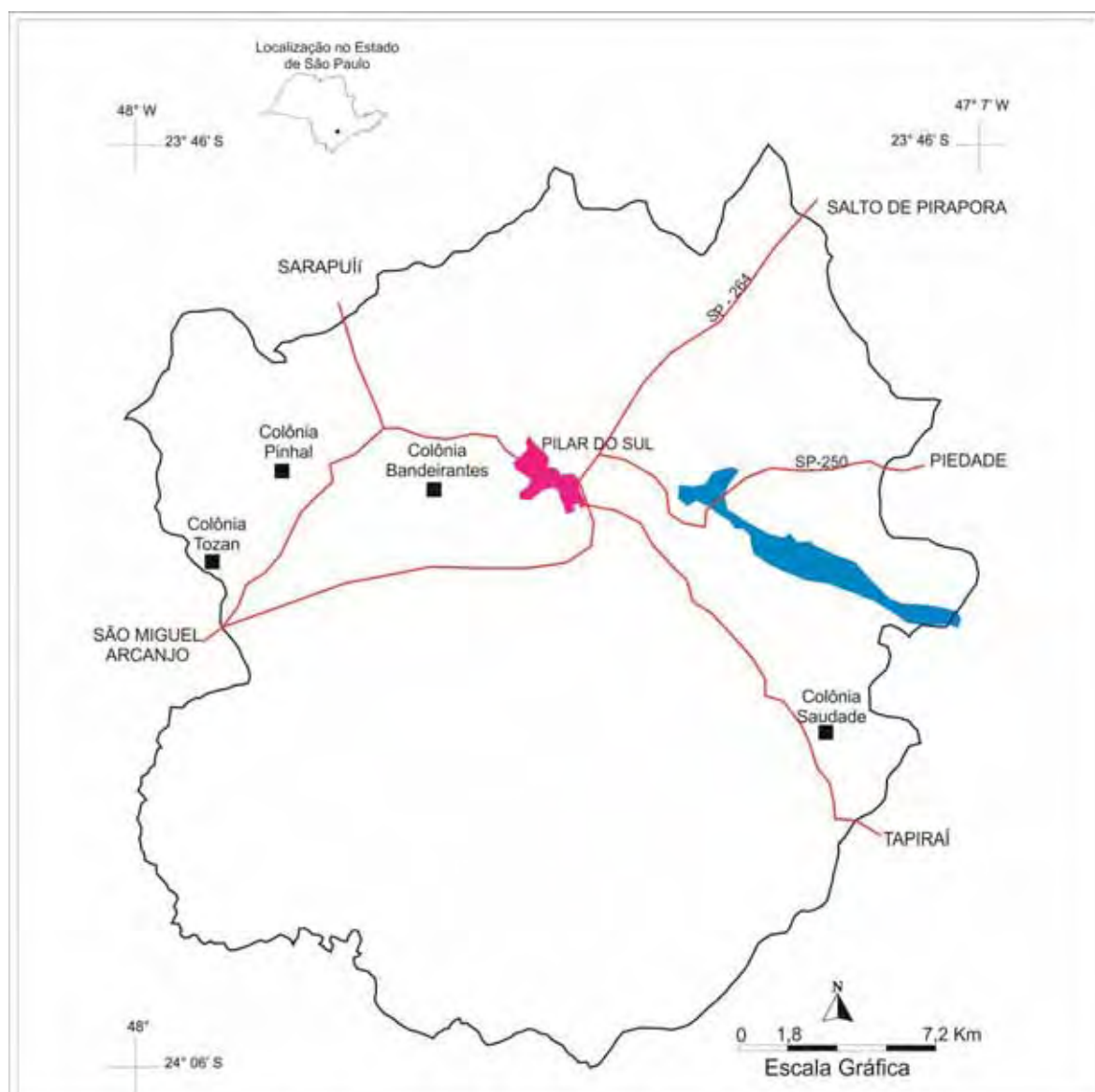


Foto 03: Família de Yoshio Sasaki, de Pilar do Sul. Notamos, por meio desta fotografia, que as famílias japonesas eram numerosas, justamente pela possibilidade de contar com mão de obra para auxiliar nas atividades agropecuárias.
Fonte: Felix, 2005.

Chegada	Famílias de origem japonesa
1945	Nagahama, Zenzo e Yamahata
1946	Fukushima, Okita e Miyamoto (cultivo do tomate)
1948	Takakussa e Kimishi
1949	Sasaki, Kobara, Saheki, Oomori, Hamaiski, Murakami, Yamazaki, Kubota, Taniguchi, Kanetsune, Satomura, Takamatsu, Kuroshima, Kinoshita, Nakagawa, Aoki, Suguimoto e Matsura
anos 1950	Maruya, Yamamoto, Kanayama, Yuri e Nakano
anos 1960	Marioka, Ojima, Oda, Ogawa, Nishimori, Takeyassu, Yamanaka, Okamura, Sanematsu, Kawabata, Yasuda, Waki, Yasuda, Iriyama, Sato, Shimizu, Kawatsu, Hirose, Fujita, Ueda, Tanaka etc.

Quadro 10: As famílias de origem japonesa que se instalaram no Município de Pilar do Sul. **Fonte:** Felix (2005) **Org.:** Erika Moreira (2009).

A vinda de famílias japonesas (Quadro 10) para Pilar do Sul, em especial, permitiu a formação de várias colônias, como Bandeirantes, Pinhal e Tozan (Mapa 05).



Mapa 05: Localização das colônias em Pilar do Sul - SP

Legenda		
 Malha urbana	 Colônias	
 Represa	 Limite municipal	
	 Rodovias	
Fonte Prefeitura municipal de Pilar do Sul, 2009.	Organizadora Erika Vanessa Moreira	Desenhista Leandro Bruno Santos
Instituição 	Grupo de Estudo 	Apoio Financeiro 
Autora: Erika Vanessa Moreira		Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Modalidade de Pesquisa		Tese de Doutorado

Com a chegada dos japoneses, os dois municípios tiveram sua estrutura fundiária e produtiva alterada, porque houve o retalhamento das grandes propriedades em pequenas e, conseqüentemente, a comercialização destas e a diversificação dos cultivos agrícolas. A própria fala do Presidente do Sindicato Rural Patronal de Pilar do Sul, em entrevista⁵², revela a importância da imigração japonesa para o desenvolvimento agrícola da área, com a introdução de novas variedades de frutas, novas técnicas de cultivos e novas formas de organização da família.

As colônias, com exceção da denominada Saudade, que foi iniciativa de ingleses, foram implantadas por intermédio das cooperativas agrícolas – Tozan (CAC), Pinhal (Sul Brasil) e Bandeirantes (Cooperativa Bandeirantes, vinculada ao extinto banco do mesmo nome).

No caso específico da Colônia Pinhal, entre os municípios de São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul, a educação e as práticas lúdico-religiosas são perpetuadas. Formada em 1963, por iniciativa da Cooperativa Sul Brasil, com o apoio dos governos japonês e brasileiro, ela permitiu a instalação de 50 famílias, em uma área de 300 alqueires (726 hectares). No centro do núcleo colonial há uma escola estadual de ensino fundamental e médio, a sede da Associação Cultural e Esportiva da Colônia (fundada em 04/07/1982), um templo budista, um salão, um estabelecimento agropecuário da Cooperativa Sul Brasil e os campos de futebol e de beisebol.

A biblioteca da Colônia Pinhal, que foi criada em 1980, por iniciativa do empresário japonês Tetsuhito Amano, abriga aproximadamente 75 mil livros/revistas/mangá em ideograma japonês, oriundos do Japão e transportados por navio, desde a sua fundação. Nela é oferecido um curso de língua japonesa e grupos de descendentes de japoneses de todo o Estado de São Paulo são recebidos para visita (Fotos 04 e 05).

⁵² Entrevista realizada dia 15 de dezembro de 2009.



Foto 04: Entrada da Biblioteca do Bairro Colônia Pinhal. Há aproximadamente 75 mil livros/revistas/mangá escritos em ideograma japonês.

Fonte: Pesquisa de Campo, Julho de 2010.



Foto 05: Entrada do núcleo da Colônia Pinhal fundada em 1963, com o apoio da Cooperativa Sul Brasil.

Fonte: Pesquisa de Campo, Julho de 2010.

A Colônia é símbolo de valores e representações culturais para os japoneses, uma “entidade simbólica” (WAWZYNIAK, 2008). A constituição das colônias, segunda a autora supracitada, propiciou uma rede de solidariedade e de relações de comunicação e referência, com a manutenção de traços culturais, religiosos e étnicos.

Para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em outra sociedade, eles estabeleceram relações que incluíam valores culturais como família, educação e religião. Portanto, buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras. (WAWZYNIAK, 2008, p. 169).

A escolarização permanece como prioridade nas famílias japonesas, no caso dos produtores rurais visitados em Piedade e Pilar do Sul. Antes dos anos de 1960, nos núcleos de japoneses, existiam a escola agrícola, a escola de língua japonesa, a escola nipo-brasileira e a escola dominical. Após essa data, aumentou o “deslocamento dos descendentes das áreas rurais ou das colônias para os centros urbanos com a finalidade de dar continuidade aos estudos dos filhos” (WAWZYNIAK, 2008, p. 178).

O investimento na educação de seus filhos tomaria, então, outros rumos, que considerariam agora a perspectiva de ascensão social. [...] a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade,

os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social (WAWZYNIAK, 2008, p. 179).

Alguns produtores relataram que o aniversário do Imperador era comemorado na escola, com atividades recreativas que envolviam toda a comunidade.

As comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil foram organizadas, em Piedade e Pilar do Sul, com atividades recreativas entre os descendentes e a construção de símbolos do ideograma japonês nas entradas das colônias e cidades da região, como se observa nas Fotos 06 e 07.



Foto 06: Portal construído na entrada da Colônia Pinhal, entre São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul-SP, em homenagem aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil.

Fonte: Pesquisa de Campo, Julho de 2010



Foto 07: Portal construído na entrada do município de Piedade-SP, no sentido Tapiraí, em frente à Associação Cultural e Desportiva Nipo-brasileira de Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, Julho de 2010

Em toda a região, houve a implantação da Kaikan (Associação Cultural Nipo-Brasileira), com sede e área próprias, para a prática de atividades culturais. Essas associações culturais estavam vinculadas, de certa maneira, com as cooperativas agrícolas existentes na região, com sede em Cotia-SP. O cooperativismo será o nosso foco de contextualização a seguir, com o intuito de mostrar que o fortalecimento da atividade agrícola na região teve o apoio indispensável das cooperativas.

3.3.1. O Cooperativismo e a participação da imigração japonesa na agricultura

O cooperativismo esteve vinculado à figura do imigrante japonês, não por acaso, haja vista que ele foi o pioneiro dessa forma de organização coletiva no estado.

A batata inglesa, planta do tipo tubérculo, originária do Peru (região dos Andes), levada para a Europa no século XVI e disseminada entre os países colonizados pela Espanha, Inglaterra, Portugal e Itália, foi o carro-chefe da produção agrícola dos imigrantes japoneses nos arredores de São Paulo, mais precisamente nos municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista, na década de 1920 (SBCJ⁵³, 1992), já que “a cidade de São Paulo se encontrava em época de rápida expansão com a chegada de imigrantes estrangeiros, necessitando de fornecimento de alimentos” (SBCJ, 1992, p.501).

Incentivada pela Cooperativa Cotia, na região de Cotia e adjacências, a bataticultura era inicialmente realizada no sistema caboclo, com instrumentos de trabalho rudimentares e sem adubação. A compra e a venda eram atividades penosas, pois não havia uma organização entre os colonos. Segundo Padilha (1989), a cooperação surge como uma necessidade e uma alternativa para alcançar resultados favoráveis na agricultura e amenizar os problemas com a mão de obra.

Com a adoção da técnica de adubação (orgânica), os bataticultores da região aumentaram a produtividade, mas enfrentavam problemas na comercialização devido à presença do atravessador. Para contornar tais problemas, criaram, inicialmente, uma associação e, posteriormente, uma cooperativa. As ideias de cooperativismo, emergentes entre os japoneses e oriundas do país natal, fundamentaram a criação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), em 1927, no município de Cotia. Essa forma de organização coletiva foi um marco no Brasil, pela estrutura e organização dos produtores rurais.

Segundo Andô (1973, p. 185), em 1925, o imigrante Kenkiti Simomoto foi ao Japão para estabelecer matrimônio e encontrou no país informações sobre o cooperativismo. “E sem perda de tempo, obtendo a colaboração de amigos moços de 25 e 30 anos de idade, começou o movimento em

⁵³ Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

prol da fundação de uma cooperativa em Cotia”. Para tanto, reuniu dez pessoas⁵⁴, sendo que cada uma deveria contribuir com dez contos, divididos em cinco pagamentos, num total de 100 contos de réis. Em 11 de dezembro de 1927, K. Simomoto fundou a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia S/A, pautada em leis de sociedades anônimas e de sindicatos rurais, justamente pela inexistência de legislação relativa ao cooperativismo no Brasil. Em 1933, passou a ser denominada Cooperativa Agrícola de Cotia e, no ano de 1966, recebeu a designação de Cooperativa Agrícola de Cotia-Cooperativa Central (ANDÔ, 1973). A Cooperativa passou a incorporar produtores de outros cultivos e chegou a abarcar, em 1986, 14 mil cooperados. O incentivo à produção de hortaliças se deu com a crise de 1929. Em 1930, “muitos bataticultores passaram a apelar para o cultivo destas [hortaliças] – embora em pequena escala, mas de rendimento seguro” (PADILHA, 1989, p. 47).

Outra cooperativa importante no Brasil, e também fundada por imigrantes japoneses, nessa região, foi a Cooperativa Sul Brasil. Seu embrião foi a Cooperativa Agrícola Juqueri, de 1927, que passou a ter a atual denominação em 1954. A partir da década de 1990, passou a ser descentralizada, por município, como as existentes em Ibiúna, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo. A Sede da Cooperativa, em Piedade, foi vendida para um estabelecimento comercial de insumos químicos. Em 1986, a Cooperativa Sul Brasil abarcava 10.000 cooperados, distribuídos em vários municípios do Estado de São Paulo.

A partir dos anos 1950, a horticultura passou a substituir a batata nos arredores de São Paulo, dando origem ao cinturão verde (SEABRA, 1971; PADILHA, 1989). “Assim foram se difundindo as plantações de abobrinha, repolho, vagem, ervilha, batata-doce, cebola, pepino, banana, ameixa, pêra, uva e caqui” (PADILHA, 2008, p. 131).

Ao relatar a importância do imigrante japonês para o cultivo de hortaliças nos arredores da Região Metropolitana de São Paulo⁵⁵, Saito (1973),

⁵⁴ São os pioneiros: Seiki Murakami, Masuji Yano, Masayori Chigami, Magoichi Mitsutani, Hidema Mizobuchi, Toshikazu Matsuoka, Tsuruki Mori, Susumu Yoshimoto, Komatsu Kenshima e Kenkiti Simomoto.

⁵⁵ Handa (1973), ao escrever sobre os japoneses no Brasil, comenta que após o declínio da cafeicultura, muitos imigrantes japoneses foram para as regiões Noroeste e Sorocabana, ou para o Triângulo Mineiro, e poucos se fixaram nas áreas periféricas da Grande São Paulo. As propriedades eram arrendadas para o cultivo de hortaliças. A autora destaca que essa atividade vai se distanciando das áreas centrais. “Os agricultores [portugueses] das cercanias que forneciam alimentos à

explica que antes da década de 1930, o mercado de produtos hortifrutigranjeiros era bastante limitado e associado à figura do chacareiro português.

A partir dos 30, o japonês passa gradativamente a substituir o chacareiro, com suas plantações oleri-hortícolas nos arredores da capital [...] Aparecem as cooperativas e congregam centenas e milhares desses pequenos agricultores (SAITO, 1973, p. 191).

O referido autor mostra, em seu artigo, que boa parte dos produtos hortícolas foi introduzida e adaptada pelos japoneses, seja para a comercialização ou para atender as demandas do próprio grupo, quais sejam: acelga japonesa, rabanete, cebolinha, poncã, quincã, chá-verde, caqui, nêspira, ameixa, *gomari* etc. Outras plantas foram melhoradas com técnicas criadas pelos próprios imigrantes japoneses, como a melancia e o tomate. Esses imigrantes trouxeram em suas bagagens novas formas de plantio e variedades de cultivos que, aplicadas nas áreas de produção, foram diversificando e multiplicando-se a ponto de tornar a MRG de Piedade o maior celeiro de produção de hortifrutigranjeiros do Estado de São Paulo e do Brasil atualmente, substituindo os principais centros que abasteciam, até o final do século XIX a então Província de São Paulo, situados na porção norte do estado, mais precisamente Atibaia e Bragança Paulista.

Na MRG de Piedade, a imigração foi, portanto, um movimento social importante para o desenvolvimento da produção hortifrutícola. Os imigrantes tiveram importância não apenas como mão de obra para as lavouras existentes, mas foram ainda essenciais para a introdução de novas culturas (Quadro 11). “Eles trouxeram, cada qual, produtos básicos de seu cotidiano, passando a enriquecer a variedade dos produtos agrícolas” (SBCJ, 1992, p. 463).

população urbana praticavam a agricultura predatória, sem uso de adubos, prejudicando o solo”. (HANDA, 1987, p. 402).

Tipo de Produto	Origem	Adaptação/comercialização
Abacate (55 variedades)	Colômbia, Equador, Peru e México	Em 1921, com a participação da Escola Agrícola de Viçosa e imigrantes japoneses.
Abacaxi (02 variedades)	Regiões norte e centro-oeste do Brasil	Em 1935, no município de Sete Barras (SP), com o tipo sem espinho, pelo Sr. Toyokichi Imai.
Ameixa (03 variedades)	Japão, Europa Oriental e América Latina	Em 1969, com pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas e grupos de japoneses do Estado de São Paulo.
Caqui (200 variedades)	China e Japão	As variedades doces foram introduzidas pelos japoneses, em 1916, com o Sr. Matsumoto.
Goiaba (04 variedades)	América central	Em 1939, com o cultivo em larga escala, pelo Sr. Sazuko Sawabe.
Melão	Europa	Em 1968, Sr Onishi, de Presidente Prudente, introduziu uma variedade amarelo CAC, com apoio da Cooperativa de Cotia.
Maçã	Europa	Foi desenvolvida em Piedade/SP a variedade adaptada ao clima tropical.
Nêspera	China e Japão	A fruta adaptou-se a partir de cultivos experimentais na região sudeste de São Paulo.
Pêssego	Europa e Japão	A difusão ocorreu a partir de imigrantes japoneses, no sudeste do Estado de São Paulo.
Poncã	Norte da Índia	Iniciou-se na década de 1920, voltada à comercialização no Estado de São Paulo.
Morango	Europa	Sua expansão ocorreu na década de 1950, com o apoio das Cooperativas de Cotia e Sul Brasil.
Uvas	Itália	A variedade Itália foi difundida nos anos de 1940.

Quadro 11: A relação entre a fruticultura e a imigração japonesa.

Fonte: SBCJ (1992) **Org.:** Erika Moreira (2009).

É importante esclarecer que a fruticultura (sobretudo as frutas oriundas de clima temperado) foi desenvolvida de maneira intensiva nas áreas próximas à RMSP. A ela os imigrantes japoneses “só passaram a dedicar-se com afinco após a conquista de uma posição econômica mais estável, obtida com a plantação de batata, de horticultura, a criação de aves, e depois de terem conseguido adquirir as suas próprias terras” (SBCJ, 1992, p. 503). A diversificação das atividades agrícolas se deu com a chegada dos imigrantes italianos e japoneses nos dois municípios.

3.3.2. O imigrante japonês e sua participação no cenário agrícola

Tratamos, nas subseções anteriores, do processo imigratório japonês antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No pós-guerra, o Japão deixa a imagem de ‘vilão’ e passa a ser um estrategista na geopolítica internacional.

Para Sakurai (2008, p. 198), “um dos maiores problemas que o Japão viveu com o fim da guerra foi o problema demográfico”. No período entre 1940 e 1947, houve um processo emigratório acentuado no território japonês. Diante desse quadro crítico, o governo adotou medidas econômicas e demográficas para equilibrar sua economia e controlar as taxas de natalidade.

Depois de medidas políticas, acordos internacionais e criação de organismos para cuidar da imigração, o Japão preparou a infraestrutura para encaminhar seus imigrantes, mediante seleção por atividade laborativa e por renda orçamentária. Entre 1958 e 1960, chegaram 20.185 imigrantes japoneses no Brasil, para atuarem na agricultura, na indústria e no setor de serviços (SAKURAI, 2008).

A imigração no pós-guerra não foi direcionada, exclusivamente, para a agricultura. Mas, por meio da carta de chamada, os imigrantes japoneses inseriram nas atividades tipicamente urbanas, um contingente de 50.000 pessoas. “São referências para os empresários privados e o governo japonês dentro do Brasil” (SAKURAI, 2008, p. 220).

Pilar do Sul, além de ser um ponto estratégico para os tropeiros que burlavam o caminho até Sorocaba, por conta dos tributos a serem pagos, também teve a função de fornecer energia elétrica, a partir da década de 1920, para a região, justamente pela existência das potencialidades hídricas e das quedas d’água. Aliado a essas potencialidades, não podemos esquecer o auge da cultura algodoeira na Região de Sorocaba, visto que as manufaturas têxteis e, depois, as indústrias, passaram a ser motores da economia regional. Não há nenhum relato ou passagem nos materiais históricos levantados, que Piedade desenvolveu, maciçamente, o cultivo do algodão.

Durante o final do século XIX, o algodão permitiu a constituição de uma estrutura urbana, com novas instalações de empresas⁵⁶ nas áreas próximas a Sorocaba, e por causa da proximidade com a matéria-prima e da existência dos setores de energia elétrica e transportes (SONODA, 2006).

O novo padrão de acumulação alterou as estruturas produtivas regionais em todo o estado. O capital cafeeiro das demais regiões foi direcionado à expansão da indústria e às outras culturas, dentre as quais, ao cultivo de algodão e à indústria têxtil. O mercado interno, a importação alemã, japonesa e italiana de algodão e o crescimento

⁵⁶ Foram instaladas 19 fábricas têxteis na região de Sorocaba, nas décadas 1920 e 1930.

das indústrias de óleos vegetais motivaram tais investimentos. Porém, Sorocaba não se beneficiou como a região oeste do estado; não foi capaz de atrair capitais estrangeiros e nacionais à industrialização.

[...]

A construção da Rodovia Raposo Tavares ao final da década de 1930, inaugurada em 1954 e das rodovias inter-regionais atraíram novas firmas através da construção de distritos industriais, concessões de terrenos às margens desses investimentos e ofertas de isenções tributárias (SONODA, 2006, p.20)

A batata inglesa no século XIX, e depois, o tomate envarado e o algodão foram produzidos em larga escala na MRG de Piedade, com o apoio das Cooperativas Agrícolas implantadas. A presença de imigrantes japoneses e, em número menor, dos italianos e alemães, permitiu a adoção de novos cultivos, motivada pelas crises econômicas. O cultivo de folhosas é expressivo, em ordem decrescente, nos municípios de Ibiúna e Piedade; as hortaliças são carro-chefe em Piedade; e a fruticultura prospera em Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo. Essa é a realidade desde os anos de 1990. Antes o cenário agrícola era bem diferente.

Concomitantemente ao cultivo da batata inglesa, os produtores rurais cooperados da CAC, buscaram o desenvolvimento do tomate envarado e da cebola, sobretudo nas propriedades com área entre 10 e 15 alqueires.

A Sul Brasil foi descentralizada em 30 de março de 1994 e a Cooperativa Cotia foi extinta em 30 de setembro do mesmo ano, em decorrência da crise que afetou o país nos anos de 1980. Após essa medida, a Cooperativa Sul Brasil hoje existe nos municípios de Ibiúna, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo⁵⁷, com mercados de produtos alimentícios em geral (Foto 08) e estabelecimentos para a revenda de insumos químicos e prestação de assistência técnica, com valores mais baixos que os praticados no mercado.

O descolamento entre as taxas de indexação balizadas pela inflação oficial do período e as taxas de juros efetivamente aplicadas criou uma situação particular e perversa para o endividamento das empresas, em particular das cooperativas. [...] A abertura de mercado também favorece as importações de produtos agrícolas e agroindustriais o que contribui para intensificar as dificuldades das cooperativas (BIALOSKORSKI NETO; FERREIRA JUNIOR, s/data, p. 03).

⁵⁷ A Cooperativa Sul Brasil está presente em 20 municípios paulistas: Araçatuba, Atibaia, Promissão, Bauru, Campinas, Jundiaí, Mairiporã, Grande São Paulo, Bastos, Marília, Dracena, Osvaldo Cruz, Jales, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Itapetininga, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Paraguaçu e Guapiara (BIALOSKORSKI NETO; FERREIRA JUNIOR, s/data)



Foto 08: Mercado e loja de insumos da Cooperativa Sul Brasil em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2009.

O município de Piedade foi, entre 1970 e 1990, o maior produtor de cebola⁵⁸, cuja produção era escoada para todo o país, com apoio e assistência técnica das Cooperativas Sul Brasil e Cotia. Com a abertura da economia do país, no Governo Fernando Collor (1990-1992), houve uma maior competitividade da cebola argentina, o que levou ao declínio da lavoura na região. Com a crise da cebola, muitos produtores não conseguiram sanar financiamentos agrícolas contraídos, o que levou a que muitos hipotecassem maquinários agrícolas.

A produção de cebola vem sendo retomada, ainda timidamente, desde 2006, com base em nova técnica de irrigação – a microaspersão –, produção das mudas em estufa e nova variedade de semente, a Mercedes, proveniente dos Estados Unidos. A fase áurea da cebola permitiu um dinamismo econômico e crescimento populacional em Piedade, sobretudo nas áreas rurais, com a vinda de meeiros do Paraná e de Minas Gerais.

A uva de mesa, símbolo de Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo, foi introduzida na década de 1960, pelas famílias de imigrantes japoneses. A variedade Isabel (ou Isabella) é oriunda de Portugal e chegou ao Brasil no século XVI, com os colonizadores, nas áreas litorâneas da Capitania de São Vicente. Até o final do século XIX, segundo Romero (2004) e Noronha (2008), a vitivinicultura era desenvolvida em manejos tradicionais. A partir desse período, ela se modernizou, com a introdução de variedades norte-americanas e a chegada dos imigrantes italianos nas regiões de Sorocaba, Campinas e Jundiaí.

Segundo relatos de produtores rurais, antigos meeiros dos imigrantes japoneses em Pilar do Sul, a introdução da uva *Itália* ocorreu no início

⁵⁸ A cebola, originária da Ásia, foi trazida pelos portugueses para o país, no início do processo de colonização.

dos anos de 1960, e entre os responsáveis por isso, o nome mais citado foi o do Sr. Fushima, oriundo de São Roque, uma das áreas pioneiras no cultivo da uva de mesa no estado. Com a uva *Itália*, foram criadas outras cultivares, como a *benitaka*, *rubi* e *brasil*. Atualmente, segundo a Casa da Agricultura de Pilar do Sul, são 700 hectares cultivados com uva de mesa no município, cuja produção é de 15 mil toneladas em 300 propriedades rurais. Os dados do IEA, por meio do boletim eletrônico *Camponews*, mostram que São Miguel Arcanjo supera a produção de uva de Pilar do Sul, pois são 1.500 hectares, cinco (5) milhões de caixas produzidas em 600 propriedades rurais. Além da uva de mesa, o referido município produz, em parcela menor, o vinho colonial tinto, da uva produzida na região.

O cultivo da uva é significativo nos municípios de Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo (*Capital da Uva Itália*) e se desdobra em atividades recreativas e festivas, como as festas anuais da uva e do vinho colonial (Fotos 09 e 10). A FAPESP, por meio da modalidade *Programa de Pesquisa em Políticas Públicas*⁵⁹, vem realizando estudo sobre as vinícolas no Estado de São Paulo, em seis municípios: Jundiaí, Jarinu, São Roque, São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul e Capão Bonito. A pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, mostrou que, na região de Jundiaí e São Roque, o maior problema é a especulação imobiliária, pois apenas 292 produtores foram encontrados dos 600 registrados no IEA na década anterior. Já na MRG de Piedade:

O município de São Miguel do Arcanjo e os municípios vizinhos de Pilar do Sul e Capão Bonito constituem uma região vinícola em expansão de grande potencial para o setor no Estado de São Paulo. O menor valor da terra serve como fator de estímulo para o deslocamento de muitos produtores de outros municípios paulistas, por exemplo, e de outros Estados. Muitos vêm do norte do Paraná (AGÊNCIA FAPESP, 2010, informação *on line*).

A vitivinicultura é uma lavoura que carrega além de fatores econômicos, a dimensão cultural, pois muitos parreirais foram instalados há quase 40 anos, pelos patriarcas, no período de sua implantação e no auge da produção de uva no Estado de São Paulo.

⁵⁹ De acordo com Adriana Renata Verdi, pesquisadora do IEA e coordenadora do projeto, o estudo mapeou os quatro principais municípios paulistas produtores de uva e vinho: Jarinu, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e São Roque. Além do censo vitivinícola, o projeto realizou avaliação microbiológica e química dos vinhos produzidos por pequenos vinicultores paulistas e desenvolveu avaliação do comportamento edafo-climático de doze variedades de uvas para vinho (AGENCIA FAPESP, 2010).



Foto 09: Produção da uva *benitaka* em Pilar do Sul. O município é um dos principais produtores de uva de mesa do Estado de São Paulo.

Fonte: www.estadão.com.br



Foto 10: Parte interna da Vinícola Torre Alta, em São Miguel Arcanjo. A produção do vinho colonial é comercializada diretamente com os consumidores.

Fonte: Pesquisa de Campo - dezembro de 2009.

Uma flor exótica e comestível foi a alternativa de um grupo de produtores rurais japoneses para substituir o cultivo da cebola e do alho, em Piedade, após o governo Collor e, conseqüentemente, a crise da cebola. A alcachofra, hoje símbolo do município de Piedade, era (e continua) sendo produzida nos municípios de São Roque e Ibiúna. Atualmente, 16 produtores de alcachofra da variedade *roxa de são roque*⁶⁰, em Piedade, pertencem à Associação de Produtores de Alcachofra⁶¹, e a inclusão de novos membros se dá apenas mediante a aprovação dos associados. Por meio de uma nova técnica (injeção de ácido giberélico), há, em média, uma produção de 600 mil caixas (em média de 20 flores cada uma), ao menos duas vezes ao ano.

A alcachofra é originária da região do Mediterrâneo. Sua chegada ao Brasil ocorreu por meio dos portugueses e, depois, pelos italianos, na região de São Roque, onde recebeu o nome de *roxa de são roque*. Diferentemente desta, a produção da alcachofra de Piedade não é consumida no próprio município, mas escoada para São Paulo, Sorocaba, Campinas e São Roque. As flores pequenas, que antes eram descartadas, há cinco anos passaram a ser agroindustrializadas, como, por exemplo, pela família Osako, proprietária da *Conservas Regina*, no Bairro do Funil, em Piedade.

⁶⁰ Município pioneiro na produção de alcachofra em escala comercial.

⁶¹ Entrevistamos o Presidente da Associação, o agricultor S. M, no Bairro Caetezal, em Piedade.

A alcachofra é produzida, majoritariamente, por descendentes de imigrantes japoneses (Fotos 11 e 12). Por não ser produzida em larga escala e se situar como *nicho de mercado*, a flor é uma atividade rentável aos produtores rurais.



Foto 11: Cartaz de divulgação do 2º Roteiro gastronômico da alcachofra em Piedade. A flor é o símbolo do município, desde a década de 1990.
Fonte: Assessoria de Imprensa, 2010



Foto 12: Flor de alcachofra, na época da colheita. Atualmente, a flor é um nicho de mercado.
Fonte: www.estadão.com.br

Outras olerícolas folhosas e não folhosas comparecem, com maior grau de participação e diversificação, nos municípios de Ibiúna e Piedade. Trataremos, com maior riqueza de detalhes, no capítulo 4, do tema *o agrícola no rural*.

Como evidenciamos ao longo deste capítulo, a agricultura foi o carro-chefe da economia da MRG de Piedade, desde a batata inglesa, passando pelo tomate, algodão, cebola, alho, uva e, até o contexto atual, com a alcachofra, a fruticultura de mesa e a diversificação de hortícolas. Em todas as fases ou períodos históricos retomados, no decorrer da tese, corroboramos o papel de produtor agrícola exercido pela região na divisão territorial do trabalho, no âmbito nacional.

A forte participação da agricultura na MRG de Piedade, mais especificamente em Pilar do Sul e Piedade, mostra que o espaço rural é, sem dúvida, produtivo, tanto no sentido laborativo como econômico. Ressaltamos, ainda, que a própria atividade agrícola, aliada à localização geográfica favorecida, permitiu o surgimento de outras funções – ambiental, lazer, moradia e serviços – vinculadas

direta ou indiretamente a ela. E essa característica é um atrativo muito utilizado pelo poder local para consolidar as atividades turísticas e de lazer. Assim, é nessa pluralidade de formas, de múltiplas funções e de paisagens diversas que temos o fundamento da ruralidade contemporânea.

Tratar o rural além de seu caráter econômico e setorial é o ponto central do capítulo a seguir, cuja discussão situa-se numa compreensão do rural como unidade contraditória entre a urbanidade e a ruralidade.

Vimos, até aqui, como a MRG de Piedade se insere na divisão territorial do trabalho, desde o sistema de sesmarias até a consolidação do *cinturão verde metropolitano*. O papel que a MRG de Piedade ocupou e vem ocupando no contexto nacional mostra que a agricultura nunca perdeu sua força econômica e social, mas se fundamenta, atualmente, em novos canais espaciais de comercialização e novas redes estabelecidas no âmbito regional.

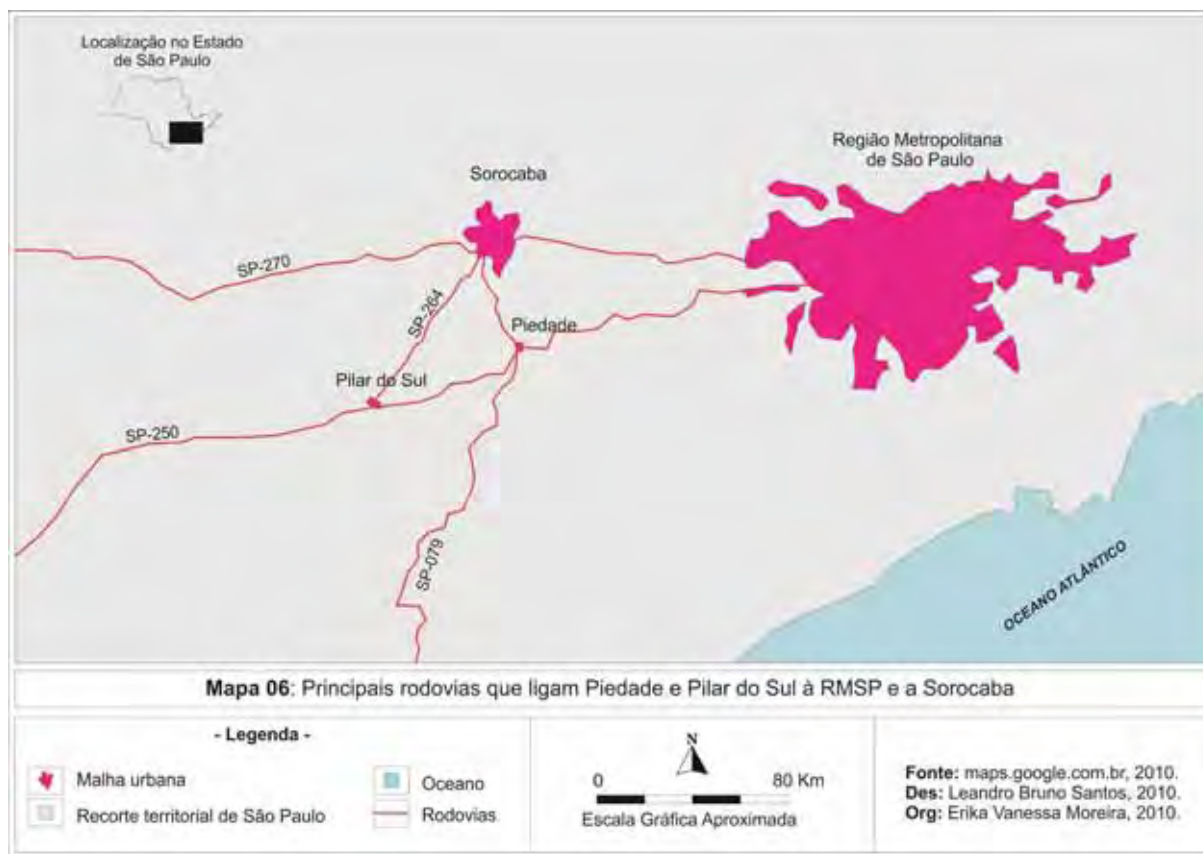
Abordaremos, na sequência, o perfil demográfico e a relação existente entre a MRG de Piedade, Sorocaba e a RMSP, com o objetivo de contemplar os dados sobre a população e o grau de urbanização.

3.4. A população rural e o processo de urbanização na MRG de Piedade

Buscamos, nesta parte do trabalho, compreender o processo de urbanização e a dinâmica populacional na MRG de Piedade. Pretendemos também apresentar, teoricamente, as discussões sobre as demandas urbanas para as áreas rurais⁶².

O Mapa 06 mostra a proximidade geográfica entre os municípios de Piedade e Pilar do Sul, Sorocaba e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Apesar de situados próximos a Sorocaba e à RMSP, os dois municípios em estudo apresentam uma população rural significativa, segundo os dados do Censo Demográfico referente ao ano de 2010.

⁶² As demandas urbanas estão relacionadas às novas exigências dos cidadãos, tanto no aspecto produtivo (produção orgânica, nichos de mercado e agroartesaniais), como do ponto de vista das atividades recreativas (pousadas, turismo de aventura, ecoturismo etc.) e do *habitat* (condomínios de chácaras ou segunda residência).



Cabe, neste ponto, uma discussão sobre a urbanização e suas consequências – *materiais* e *imateriais*. Muitos trabalhos enfocam a urbanização do campo⁶³ com base na teoria do *continuum* rural-urbano. Entretanto, é importante relativizarmos o que entendemos por *urbanização*, cujo processo envolve não apenas a expansão urbana (via loteamentos ou condomínios residenciais) no sentido material e concreto, mas, também, a formação de redes de poder local e a difusão de valores e modo de vida.

É preciso ainda marcar a diferença entre condição de vida e modo de vida. Além de Costa (2005), utilizamos também Sant' Ana (2003) e Sant' Ana (2004) como referências para tal distinção. Modo de vida, na perspectiva dos autores e a concepção aceita neste trabalho, é um conjunto de expressões materiais e simbólicas construído por meio de práticas cotidianas e do trabalho. Para Gazolla (2009), o modo de vida dos agricultores é afetado pela crescente mercantilização de algumas esferas de reprodução social, isto é, muitas famílias rurais estão reduzindo a produção para o autoconsumo, em virtude dos cultivos comerciais. Assim, o modo de vida abarca os elementos objetivos (alimentação, agricultura etc.) e os elementos

⁶³ Graziano da Silva (1999); Veiga (2001); Miranda (2002), por exemplo.

subjetivos (religião, práticas, lúdico etc.). Não podemos considerar o modo de vida uma estrutura fechada, haja vista que, ultimamente, vivenciamos a coexistência de práticas e valores rurais e urbanos no espaço rural. Neste trabalho de doutorado, um dos objetivos é compreender que a agricultura permite construir um modo de vida, ainda que exista uma forte vinculação com os grandes centros urbanos consumidores.

O processo de urbanização difusa que vem ocorrendo nas áreas situadas próximas à RMSP e à Sorocaba demonstra a possibilidade real de novas demandas de consumo, de lazer e de moradia que, por sua vez, não levou à integração total do modo de vida dos agricultores à esfera econômica urbana. Pelo contrário, propiciou a coexistência de modos tradicionais e contemporâneos.

Sobre a incorporação das áreas rurais à cidade, Miranda (2002), no seu estudo de caso em Campinas, enfatiza que a expansão urbana nos grandes centros ocasiona mudanças na própria dinâmica do uso do solo rural, pois este vem sendo utilizado para fins diversos: industrial, residencial diferenciada (condomínios de alto padrão e chácaras de lazer) e loteamentos destinados à população de baixa renda. A autora mostra, também, com base em Graziano da Silva (1999) e Veiga (2001), que as demandas urbanas nos espaços rurais são mais visíveis nas proximidades das grandes cidades⁶⁴, têm como ponto comum o *caráter imobiliário* e se expressam em:

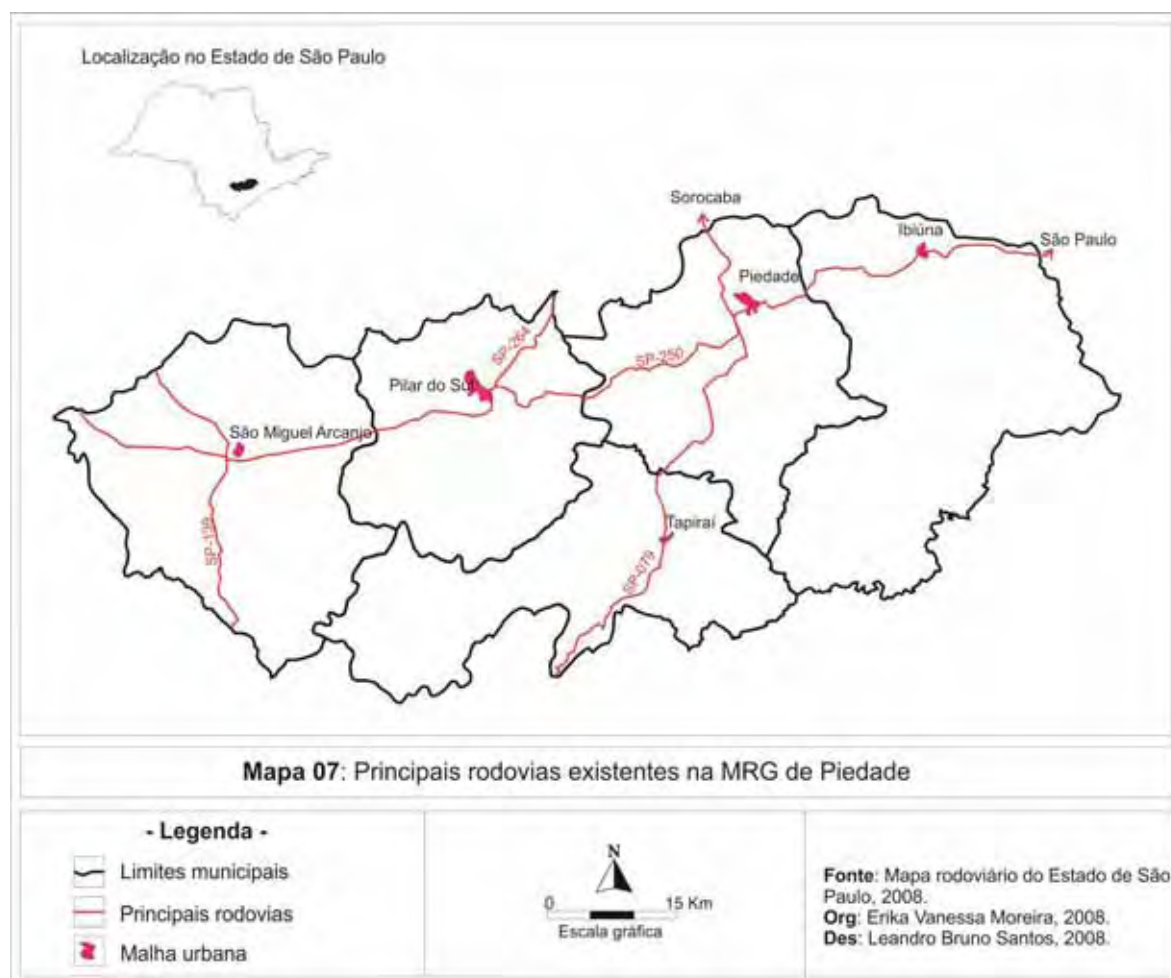
[...] demanda da população rural não-agrícola de altas rendas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio, bem como os serviços a eles relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.); demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem infra-estrutura mínima de transporte e serviços públicos, como água e luz elétrica; demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como alternativa favorável de locação para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição etc.) (GRAZIANO DA SILVA *apud* MIRANDA, 2002, p.25).

Pires (2008, p. 38), ao retratar a conversão das áreas agricultáveis em condomínios de chácaras em Vinhedo-SP, mostra que o rural, por possuir a

⁶⁴ A dissertação de mestrado de Elias Oliveira Noronha, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, no ano de 2008, mostra a relação entre o processo de urbanização difusa e as atividades desenvolvidas no espaço rural do município de Jundiaí.

função agropecuária, é visto como local de consumo de bens e serviços. Esse consumo é praticado “por determinados estratos sociais, especialmente as classes média e alta de origem urbana, que passam a valorizar o meio rural”.

A realidade da MRG de Piedade demonstra que as demandas urbanas – cidadãos da RMSP e de Sorocaba – afetaram direta e indiretamente a configuração espacial dos municípios. É notável a presença de atividades turísticas e recreativas localizadas nas principais vias de acesso a esses dois grandes centros urbanos consumidores, como a SP-250 e SP-079 (Mapa 07).



Os municípios dessa microrregião fazem parte do *cinturão-verde paulistano*. Portanto, além da demanda por atividades turísticas e recreativas, há também a procura por produtos diferenciados de origem animal e vegetal, como animais exóticos e plantas como a alcachofra (Foto 14), flores (Foto 15) e alimentos hidropônicos e/ou agroprocessados (Fotos 13 e 16).



Foto 13: Polpas de frutas comercializadas em uma propriedade rural de Pilar do Sul. Este é um exemplo de agregação de valor, em que o produtor rural consegue auferir uma renda maior se comparada ao produto *in natura*.

Fonte: SUDEC (2009).



Foto 14: Produção de alcachofra em Piedade. O município consegue ter duas safras anuais, graças ao hormônio utilizado para acelerar seu crescimento.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Piedade (2009).



Foto 15: Flores produzidas em estufa na propriedade da família Kadota, em Piedade. Toda a produção é escoada para a Cooperativa de Holambra e depois comercializada na rede Pão de Açúcar, em São Paulo. É feito diariamente um rígido controle de higienização, por parte dos seis funcionários contratados e da responsável.

Fonte: pesquisa de campo – julho de 2010.



Foto 16: Hortaliças produzidas em sistema de estufa, no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul, por uma família de origem japonesa que migrou do Município de Alvares Machado-SP e possui uma das maiores propriedades do bairro, com mais de 100 alqueires.

Fonte: pesquisa de campo – julho de 2010.

O processo de urbanização propicia a (re)valorização de práticas e valores rurais, com uma mercantilização do *savoir-faire*. Essa revalorização do rural ocorre pautada em novos contextos e novas demandas, isto é, articulada cada vez mais com o urbano. Não podemos negar que, atualmente, há supremacia urbana e idealização das cidades⁶⁵. A sociedade urbana⁶⁶ abarca a cidade e o campo, mas

⁶⁵ A dissertação de mestrado desenvolvida por Bagli (2006a) mostra, por meio da revisão de uma vasta bibliografia, como o mito da dicotomia entre a cidade e o campo foi fundamentado.

isso não implica pensar o campo fadado ao inexorável processo de urbanização, mas à incorporação de valores urbanos e à urbanidade (subjetividade)⁶⁷ no cotidiano dos moradores rurais.

Segundo Gazolla (2009)⁶⁸, a partir do momento em que o agricultor passa a depender do mercado para a sua reprodução, ocorre a *mercantilização da agricultura*. Esse processo materializa-se a partir de três elementos: a externalização (a relação de dependência dos fatores externos à unidade familiar); a cientifização da produção (a incorporação de técnicas à atividade agropecuária tradicional); e a dependência estrutural dos agricultores em relação aos mercados. O interessante no trabalho desenvolvido por Gazolla (2009, p.89) é que a mercantilização afetou “o saber-fazer das famílias em relação aos produtos para consumo próprio”, diferentemente da presente área de pesquisa, onde essa mercantilização do *savoir-faire* foi uma estratégia econômica adotada pelos produtores em momentos de crise, como por exemplo, em Piedade, a substituição da produção de cebola e alho pela alcachofra.

3.4.1 Perfil Demográfico e Urbanização na MRG de Piedade

A participação expressiva da população rural nos municípios que pertencem à MRG de Piedade está intimamente relacionada ao peso social e econômico do setor agropecuário. Embora os tipos de lavouras sejam diferenciados no interior da microrregião, é notável o desenvolvimento de produtos hortifrutigranjeiros, especialmente nos municípios mais próximos à RMSP, como Ibiúna e Piedade.

A própria reestruturação da RMSP e de Sorocaba, por meio de mudanças significativas nos sistemas produtivos, financeiros e logísticos, ocasionou, ainda que de maneira não tão acentuada, mudanças nos espaços rurais, como, por exemplo, a implantação de loteamentos de chácaras para lazer ou para residência principal. Cabe esclarecer que os indivíduos que adquirem um desses lotes

⁶⁶ Disciplina ministrada pela Profª Martine Guibert, da Universidade de Toulouse, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, entre os dias 26 e 29 de outubro de 2009.

⁶⁷ Rua (2005; 2006) discute as urbanidades no rural, tendo como recorte a realidade rural do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁸ Gazolla (2009) estudou o processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar, na Região do Alto Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul.

enquadram-se como residentes urbanos e, por conseguinte, pagam IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano⁶⁹. Para termos um panorama do perfil demográfico da MRG de Piedade, entre 1950 e 2010, apresentamos a Tabela 01.

Tabela 01: População rural e urbana na MRG de Piedade, entre 1970 e 2010.

MRG Piedade	1970		1980		1991		2000		2010	
	Rur	Urb	Rur	Urb	Rur	Urb	Rur	Urb	Rur	Urb
Ibiúna	17.871	6.520	12.801	19.025	31.489	17.698	43.028	21.356	46.278	24.950
Piedade	20.712	6.928	22.793	13.105	25.254	18.327	28.074	22.057	28.432	23.782
Pilar do Sul	5.697	4.550	5.768	8.071	5.875	13.613	6.476	17.472	5.821	20.590
São Miguel Arcanjo	8.648	5.216	9.206	7.944	11.767	13.615	12.813	17.985	9.948	21.504
Tapiraí	4.539	726	3.593	1.511	2.953	2.781	2.783	5.787	2.287	5.728

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Org.: Erika Moreira (2010).

⁶⁹ O Zoneamento do Município de Piedade, mediante a Lei nº 3.935, de 20 de junho de 2008, aprovado pelo poder executivo, prevê as seguintes diretrizes aos espaços rurais:

Art. 15. Na Macrozona Rural, constituída como Zona de Uso Disciplinado - ZUD, Zona de Ocupação Controlada – ZOC e Zona Rural - ZOR, caracterizadas nos termos da Lei nº 3.740, de 9 de Outubro de 2.006, que aprovou o Plano Diretor do Município, áreas poderão ser transformadas em urbanas por meio de legislação municipal específica, onde as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo deverão:

I - limitar a variedade de usos permitidos nos terrenos, bem como a intensidade e extensão da respectiva ocupação, de forma a minimizar os riscos de poluição dos cursos d'água em cujas bacias estão inseridas;

II - estimular a formação e manutenção de amplas áreas ajardinadas e arborização intensa, garantindo altas taxas de permeabilidade dos terrenos;

Art. 37. Na Área Rural, qualquer parcelamento do solo deverá observar o módulo mínimo rural, definido pelo INCRA.

Parágrafo único: Os bairros rurais, com características urbanas e núcleos de edificações definidos, poderão ser elevados à categoria de expansão urbana, mediante estudos e levantamentos cadastrais, dentro de um raio de abrangência, após audiência pública com os moradores e aprovação de projeto específico pela Câmara Municipal.

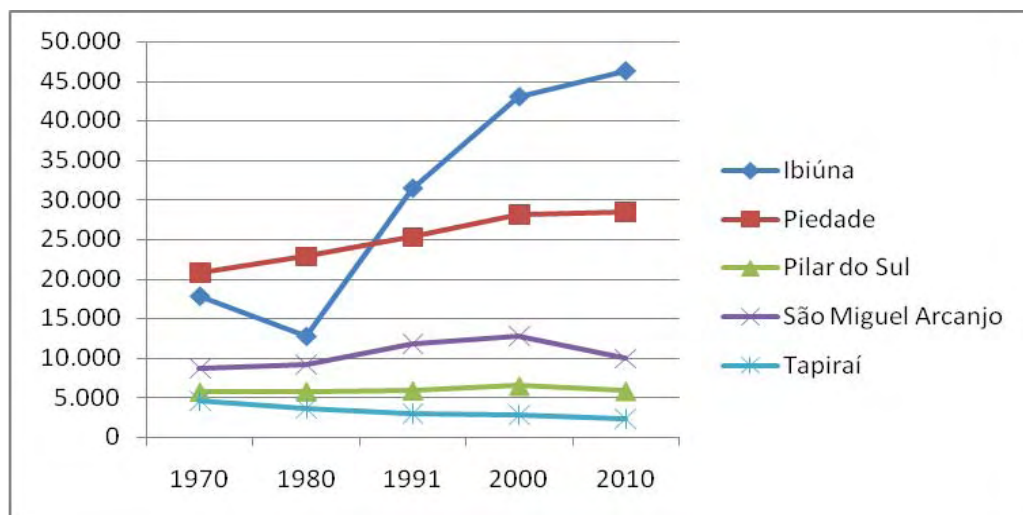


Gráfico 01: Dinâmica da População Rural, entre 1970 e 2010, na MRG de Piedade.
Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

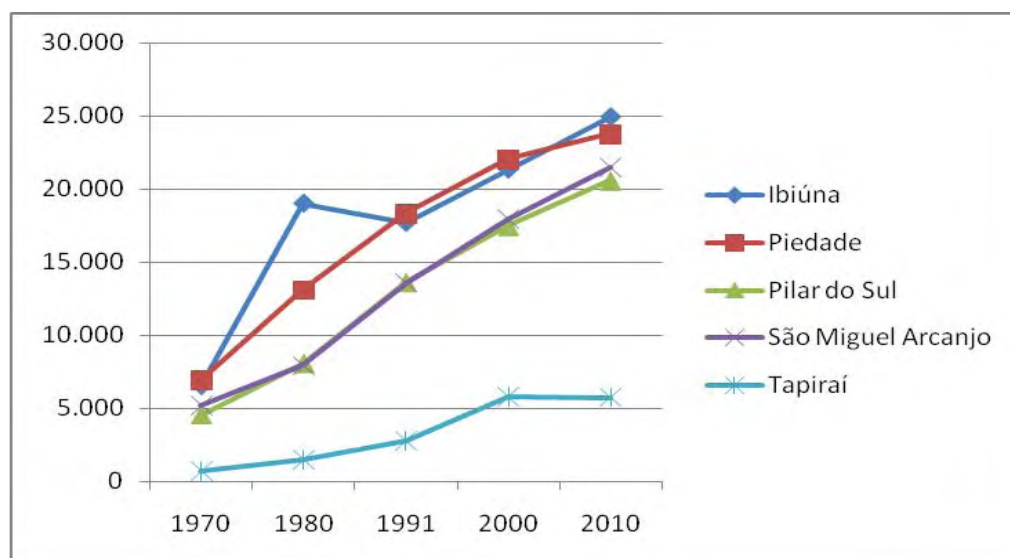


Gráfico 02: Dinâmica da População Urbana, entre 1970 e 2010, nos municípios da MRG de Piedade.
Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

O perfil demográfico dos municípios que compõem a MRG de Piedade revela diferenças entre eles, no período de 1970 a 2010. Na Tabela 01, podemos verificar que apenas o município de Tapiraí teve redução na população rural nos últimos períodos (1991 - 2010, de 2.953 habitantes para 2.287). Isso está relacionado com a redução da área destinada à prática agrícola, sobretudo com a decadência da teicultura⁷⁰ e a implantação da reserva legal (Biosfera) no início da

⁷⁰ Cultivo de chá.

década de 1990. Nos demais municípios ocorreu crescimento tanto da população rural quanto da urbana.

Chama nossa atenção o salto quantitativo da população rural no município de Ibiúna, entre 1980 e 1991. Como se verifica claramente no Gráfico 01, a população residente no espaço rural quase triplica, passando de 12.801, em 1980, para 31.489, em 1991. Esse aumento está, de certa maneira, vinculado à expansão das lavouras temporárias, incluindo a horticultura, a olericultura e a floricultura. Couto (2007), ao analisar as normas e as técnicas nos usos agrícolas do território de Ibiúna, enfatiza que a partir de 1970, com a chegada maciça dos descendentes de japoneses, há um maior dinamismo no setor agropecuário, com ênfase no setor hortifrutigranjeiro.

Embora a década de 1980 seja considerada um período de estagnação do mercado agrícola em decorrência da crise econômica e política no âmbito nacional, Ibiúna apresentou um aumento considerável de residentes rurais. Essa é uma realidade que difere da apresentada na maior parte dos municípios situados nas regiões sul e sudeste do país, onde o declínio da população rural é marcante.

No Gráfico 02, referente à população urbana dos municípios da MRG de Piedade entre 1970 e 2010, é possível observar que há um crescimento vertiginoso dos residentes urbanos, com a expansão do perímetro urbano e a migração de situação de domicílio rural-urbano. Um aspecto que presenciamos em Piedade e Pilar do Sul é a mudança de domicílio de agricultores do campo para a cidade, isto é, eles continuam exercendo a atividade laborativa no campo, mas em virtude da falta de segurança, da perspectiva de acessibilidade dos filhos à escolaridade ou por motivos de saúde, instalam-se na sede do município e deslocam-se todos os dias para as propriedades rurais. Embora não tenhamos dados estatísticos sobre esse fenômeno, ele é citado apenas como informação qualitativa que, em algum momento, pode esclarecer esse crescimento dos residentes urbanos.

O estudo de Ueno (1989) aponta o *porquê* desse aumento expressivo da população rural: o deslocamento do cinturão verde, de áreas próximas à Grande São Paulo (cerca de 30 km), para municípios situados a 50 km de distância da capital paulista. Outro fator a ser considerado é a migração laborativa oriunda dos estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Paraíba, como mostra o

levantamento realizado a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991, para as áreas rurais de Ibiúna.

No caso de Piedade, a população rural apresentou crescimento entre 1950 e 2000, sendo que o período mais expressivo foi entre 1970 e 1980, em que a produção, tanto de cebola como de alho, estava no seu auge. Em 1970, a população rural representava 75% do total de residentes, decrescendo para 56% no ano de 2010, mas ainda superando a população urbana. Assim como Ibiúna, Piedade também se enquadra como um dos municípios responsáveis pela produção de hortaliças direcionada às Centrais de Abastecimento - CEASA de Sorocaba e de São Paulo.

A realidade de Pilar do Sul já é bem diferente, pois embora haja um aumento do número de residentes urbanos e rurais, há proeminência da população urbana, sobretudo entre 1980 (8.076 habitantes) e 1991 (13.613 habitantes). O mesmo ocorre no município de São Miguel Arcanjo, no qual o crescimento significativo situa-se entre os residentes urbanos.

Quanto ao grau de urbanização, verificamos, por meio dos dados da Fundação Seade no ano de 2006, que embora Ibiúna e Piedade estejam situadas mais próximas à Região Metropolitana de São Paulo, apresentaram as menores taxas de urbanização, como se vê no Quadro 12.

Município	Grau de urbanização	Grupo pertencente	Extensão territorial
Ibiúna	33%	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.	1.059 Km ²
Piedade	44%	Grupo 5 - Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.	745 Km ²
Pilar do Sul	72%	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.	682 Km ²
São Miguel Arcanjo	52%	Grupo 5 - Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.	930 Km ²
Tapiraí	67,5%	Grupo 4 - Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.	755 Km ²

Quadro 12: Grau de urbanização e tipologia, segundo a Fundação SEADE.

Fonte: Fundação SEADE (2006).

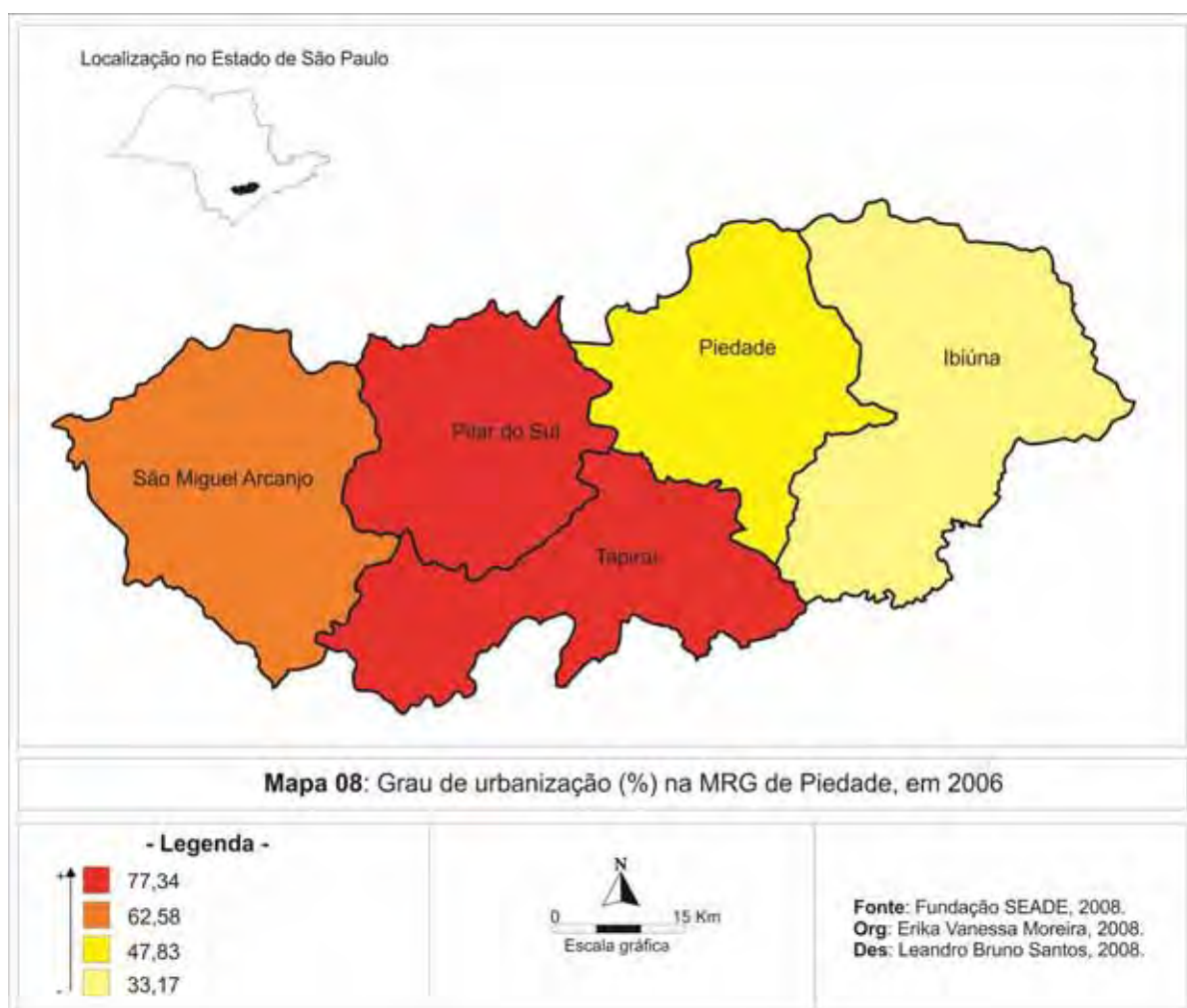
Org. Erika Moreira (2009).

Antes de comentarmos o Quadro 12, é importante salientarmos que o grau de urbanização apresentado refere-se ao cálculo efetuado entre a relação da

população urbana com a população total. Não há, por parte da Fundação SEADE, uma preocupação teórica efetiva, mas uma tipologia pautada em valores quantitativos.

Esse quadro ajuda-nos a evidenciar que, de certa forma, o processo de urbanização não está associado diretamente à melhoria social e econômica dos seus moradores. Os municípios que apresentaram considerável taxa de urbanização vêm, nos últimos anos, ampliando tanto o número de estabelecimentos como a área ocupada pela agropecuária.

A partir do Quadro 12 e do Mapa 08, verificamos que os municípios que compõem a MRG de Piedade apresentam graus de urbanização diferenciados, desde 33%, em Ibiúna, até 72%, em Pilar do Sul.



Esses dados refletem o peso econômico que as atividades agropecuárias exercem no contexto regional e que, mesmo próximos

geograficamente da RMSP, o processo de urbanização não é homogêneo, como é o caso de Ibiúna, situada a 60 km de São Paulo, considerada integrante do *cinturão verde metropolitano*. Outra constatação importante se refere ao considerável tamanho da área ocupada pelos municípios, sobretudo por Ibiúna e São Miguel Arcanjo, que abarcam, respectivamente, 1.060 e 930 Km².

No artigo de Ueno (1989) sobre o deslocamento do cinturão verde paulistano ocorrido no período de 1979 a 1984, evidenciamos, na MRG de Piedade (antiga região de Paranapiacaba), a predominância de produtos hortícolas para o abastecimento das CEAGESP e CEASA de São Paulo e Sorocaba, todavia, com decréscimo no período estudado pela autora.

Segundo Kageyama (1998), as áreas com pequenas propriedades rurais e próximas às regiões metropolitanas se destacam pela produção de hortifrutigranjeiros e de leite. A combinação entre alta urbanização e pequenas propriedades agrícolas familiares permite desenvolver a pluriatividade e reter, de maneira significativa, a população no campo.

Cada município tem sua produção agropecuária voltada para atender as demandas citadinas. Assim, enquanto uns produzem olerícolas folhosas e não-folhosas, outros se organizam em torno da fruticultura. No caso da MRG de Piedade, embora a fruticultura seja importante tanto em relação ao valor da produção quanto à quantidade produzida, há uma diversidade na produção, desde hortaliças até plantas ornamentais⁷¹. Historicamente, a região sempre esteve voltada à produção agrícola destinada ao abastecimento interno, sobretudo da RMSP.

A reestruturação produtiva da RMSP, entendida aqui como uma transformação nos sistemas produtivos, técnicos e financeiros, ao ocasionar alterações nos mercados de trabalho com a competitividade e a seletividade, afetou também a relação rural-urbano no contexto regional. De um lado, tem-se uma classe de poder aquisitivo alto, interessada em adquirir produtos destinados a *nichos* de mercado, como alcachofra e alimentos orgânicos, por exemplo, e, de outro, a maioria da população, numa situação intermediária (média) e baixa, que consome uma produção agrícola indiferenciada, mas com preços menores.

⁷¹ O Secretário da Casa da Agricultura do Município de Piedade, o Sr Alberto Masao, quando entrevistado, repassou uma listagem com 140 tipos de produtos agropecuários existentes no referido município. Em Pilar do Sul, o engenheiro responsável pela Secretaria da Agricultura Municipal informou que há, atualmente, 80 tipos de produtos agropecuários sendo cultivados.

O crescimento da população rural na MRG de Piedade está vinculado, de certa maneira, à migração de pessoas residentes na RMSP, sobretudo de classe média e média alta, para condomínios fechados situados nas áreas rurais, com o objetivo de fugir da violência e dos problemas existentes na metrópole.

Depois dessa análise do perfil populacional e do grau de urbanização na MRG de Piedade, abordaremos o setor agrícola a partir de uma análise conjuntural (de 1970 a 2006), baseada em dados de fonte secundária, como Censos Agropecuários, Levantamento Censitário do LUPA, Secretaria do Comércio Exterior etc.

3.5. Resumo do capítulo

A partir do exposto, podemos pontuar quatro aspectos-síntese deste capítulo:

1. A *região* é um conceito adotado como instrumento político para compreender a contextualização histórica da MRG de Piedade;
2. A imigração japonesa foi importante para a consolidação da agricultura comercial;
3. A fruticultura é expressiva em Pilar do Sul, com destaque para a produção de uva de mesa;
4. As olerícolas folhosas e não folhosas se destacam em Piedade, com uma variedade de cultivos para atender a RMSP.

4. O AGRÍCOLA NO RURAL DA MRG DE PIEDADE

Todos os municípios da MRG de Piedade estão, com base no estudo de Ueno⁷² (1985; 1989), dentro do *cinturão verde metropolitano*, haja vista que a partir do final da década de 1970, houve um deslocamento da produção de *hortifruti* para locais mais distantes da capital do estado (DE LA CORTE, 1985; SANTANA, 2006).

A institucionalização do cinturão verde, segundo o estudo de Noronha; Hespanhol (2004), ocorreu com a criação do Serviço de Fomento Agropecuário da Capital, por meio do Plano Quadrienal Administrativo, em 1952, com Lucas Nogueira Garcez, cujo objetivo era melhorar o abastecimento alimentar da capital paulista.

Sobre o cinturão verde, Couto (2007, p. 116) afirma que:

O deslocamento do cinturão verde na década de 1980 esteve associado principalmente ao crescimento urbano da cidade de São Paulo, pois se, de um lado, fora aumentada a demanda por produtos hortícolas, de outro, esse processo empurrou para lugares mais distantes as atividades agrícolas (como foi o caso de Ibiúna) que antes eram realizadas nos arredores da região metropolitana. Os produtos com menor durabilidade afastaram-se menos, como é o caso da alface que, nos últimos anos, é um dos produtos mais cultivados em Ibiúna, enquanto os legumes como tomate e pimentão, foram para áreas mais distantes.

Diante da expansão urbana acentuada (desordenada) e os problemas dela decorrentes e, também, da acessibilidade criada a partir da construção de novas rodovias (pavimentação) entre as áreas mais afastadas e a capital, Ueno (1985) classifica, pautada na teoria de Von Thünen, seis anéis (concêntricos) a partir da capital, sendo que Ibiúna e Piedade estão no anel B (entre 50 e 80 km), Pilar do Sul e Tapiraí, no anel C (entre 80 e 120 km) e São Miguel Arcanjo, no anel E (acima de 120 km).

A referida autora conclui que houve uma participação crescente de hortaliças nos municípios distantes a mais de 80 km e uma elevação no preço das

⁷² A tese de Ueno (1985) é baseada na teoria do Estado Isolado de Von Thünen. Contudo, não seguimos a teoria da autora e muito menos consideramos que apenas o fator de transporte afeta a dinâmica econômica. O que nós buscamos nos trabalhos de Ueno (1985 e 1989) é a compreensão e a constituição do cinturão verde após o final da década de 1970, frente à reestruturação produtiva da RMSP.

terras naqueles situados até 80 km, fato que pode explicar o deslocamento dessa produção para áreas mais afastadas e a alta dos preços desses alimentos devido aos gastos com transporte. Todavia, não seguimos a teoria do Von Thünen por dois motivos principais: sua hipótese é centrada em um modelo hipotético e a organização espacial dos cultivos não dependem, exclusivamente, dos custos com transporte, mas de um complexo circuito econômico, que inclui a especulação imobiliária, núcleos de abastecimento etc.

Evidenciamos, com base nos trabalhos de Seabra (1971) e Ueno (1985; 1989), que a dinâmica econômica da MRG de Piedade, pautada na agropecuária, está vinculada à demanda da região metropolitana de São Paulo (RMSP) e de Sorocaba, ou seja, do *cinturão verde metropolitano*. A formação deste cinturão está atrelada não somente à imigração japonesa, mas às demais correntes imigratórias – de italianos e de portugueses, por exemplo. De todo modo, foram os japoneses que “definiram o caráter comercial e especulativo (pelo menos de início) de muitas atividades agrícolas do cinturão-verde de São Paulo e voltadas, fundamentalmente, ao abastecimento alimentar dela e, ainda, do Rio de Janeiro” (SEABRA, 1971, p. 9).

Vimos, no Capítulo 2, o contexto histórico e geográfico da MRG de Piedade e o papel produtivo que a microrregião exerceu na divisão territorial do trabalho, que teve, como agente social mais importante, o imigrante japonês. A consolidação do cinturão verde ocorreu por duas grandes razões: econômica (atender à demanda urbana da RMSP e de Sorocaba) e social (alternativa para os produtores de batata inglesa).

Buscamos, nas subseções posteriores, caracterizar a estrutura fundiária e produtiva da MRG de Piedade, com o fito de investigar a importância social e econômica da agricultura e dos agricultores (capitalizados ou tradicionais) após a década de 1970, já que a contextualização histórica foi trabalhada no capítulo anterior.

4.1. Estrutura fundiária: predominância de propriedades com até 50 hectares

Antes de tecermos qualquer comentário sobre a estrutura fundiária, é importante não correlacionar pequena propriedade com pequena produção. A primeira está vinculada à estrutura fundiária e a segunda concerne à estrutura produtiva. Além disso, a produção de olerícolas folhosas, de frutas de mesa e de

flores não é medida pela escala de cultivo, mas pela quantidade produzida e, sobretudo, pelo valor da produção. Portanto, a rentabilidade de um hectare de hortaliças é totalmente distinta da de um hectare de soja, por exemplo. Essa relação equivocada ainda persiste em muitas análises da geografia rural, sobretudo nas áreas em que há a predominância de propriedades com até 50 hectares.

Houve mudanças na estrutura fundiária dos municípios que compõem a MRG de Piedade, entre 1970 e 2006, como podemos observar na e nos Gráficos 03 e 4 e na tabela 2. Essas mudanças são mais perceptíveis na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários nos municípios de Ibiúna e São Miguel Arcanjo.

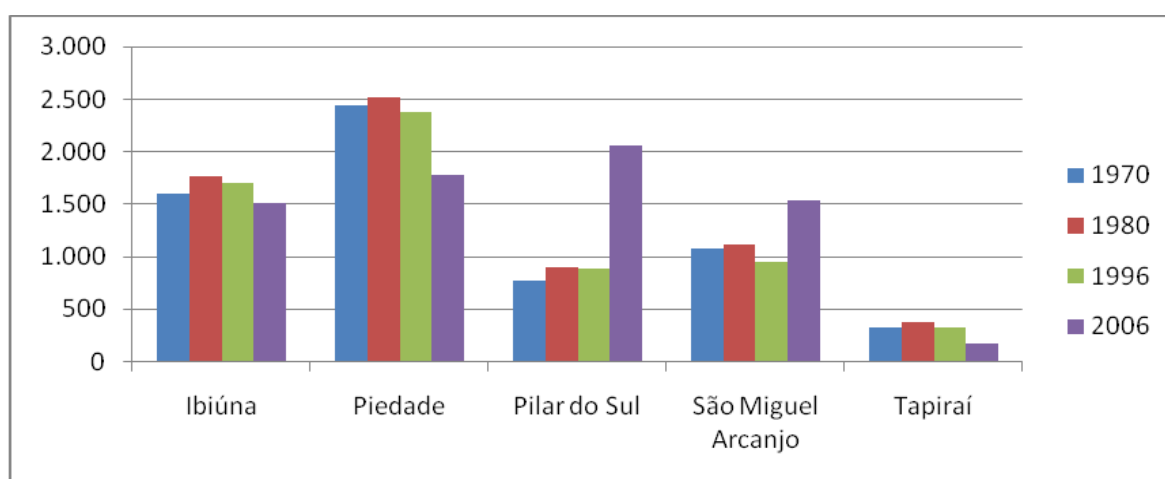


Gráfico 03: Número total de estabelecimentos agropecuários, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade.

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2006 - IBGE.

Org: Erika Moreira (2010).

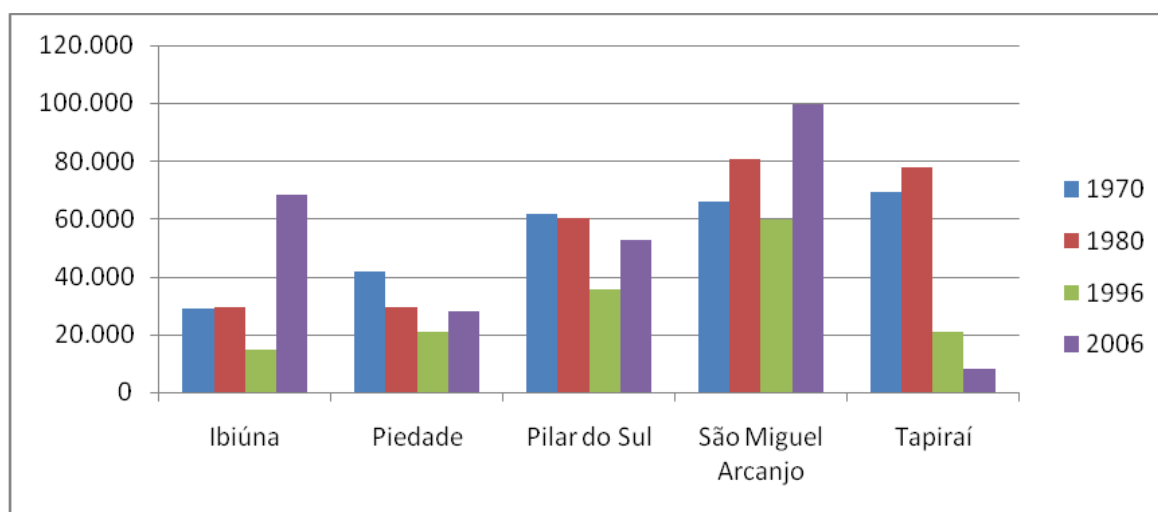


Gráfico 04: Área dos estabelecimentos agropecuários, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade.

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2006 - IBGE.

Org: Erika Moreira (2010).

Tabela 02- Número total de estabelecimentos e área total ocupada, entre 1970 e 2006.

MRG de Piedade	Número de estabelecimentos (unidades)				Área dos estabelecimentos (hectares)			
	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006
Ibiúna	1.603	1.764	1.709	1.518	29.082	29.209	14.543	68.331
Piedade	2.443	2.515	2.376	1.775	41.761	29.442	20.884	27.951
Pilar do Sul	772	904	895	2.053	61.550	60.234	35.784	52.491
São Miguel Arcanjo	1.080	1.114	949	1.539	66.161	80.455	59.734	99.566
Tapiraí	335	379	331	181	69.227	77.670	20.999	8.020

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2006 - IBGE.

O município de Ibiúna apresentou, entre 1970 e 2006, pequena alteração no número de estabelecimentos que, de 1.603 caiu para 1.518. A área, todavia, apresentou expansão, passando de 29.082 hectares, em 1970, para 68.331 hectares, segundo o Censo de 2006. Nesse período, ocorreram mudanças na estrutura produtiva, sobretudo com a incorporação de áreas localizadas na porção sul do município, até então não utilizadas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Piedade manteve na mesma proporção o número de estabelecimentos entre 1970 e 1996, sofrendo uma redução no último Censo Agropecuário (2006), para 1.775 unidades. A área também apresentou queda, passando de 41.761 hectares (1970) para 27.951 hectares (2006). Como será possível observar posteriormente, tem havido nos últimos anos uma proliferação de sítios de lazer ou chácaras utilizadas para moradia, em que o cultivo agrícola fica restrito àquele destinado ao autoconsumo.

Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo demonstraram comportamentos semelhantes entre 1970 e 2006 quanto à ampliação do número de estabelecimentos (de 1970 a 1980) e redução no período subsequente (de 1980 a 1996), haja vista que as lavouras apresentaram estagnação frente à crise da década de 1980. No tocante à área ocupada, o movimento foi diferente: enquanto Pilar do Sul apresentou redução de 61.550 hectares, em 1970, para 52.491, em 2006, o município de São Miguel Arcanjo, por sua vez, ampliou significativamente a área de 66.161 hectares, em 1970, para 99.566 hectares, em 2006. Essa ampliação está vinculada

diretamente à expansão do cultivo das seguintes lavouras: uva Itália, batata inglesa, feijão e tomate.

No caso de Tapiraí, a redução da área ocupada pelos estabelecimentos foi drástica, passando de 77.670 hectares, em 1980, para 8.020 hectares, no ano de 2006, uma queda, portanto, de quase 90% da área utilizada para o cultivo de chá, gengibre, cebola e batata inglesa. O município de Tapiraí, embora esteja na MRG de Piedade, também, faz parte do Vale do Ribeira⁷³. Segundo os dados da Fundação SOS Mata Atlântica, coletados em Todesco (2006), Tapiraí contém 75.685 hectares de mata atlântica, ou seja, 87% da área total do município, na qual está inserida uma parte do Parque Estadual Carlos Botelho, criado em 1982. Outra parte da mata atlântica é protegida como Área de Preservação Ambiental - APA, criada em 1984, por meio de decretos estaduais de 1984 e 1987.

O estudo de Chabaribery (1999) sobre o desenvolvimento espacial da inovação na agricultura paulista agrupa os 609 municípios (33 foram excluídos por falta de dados) do Estado de São Paulo em 12 classes, a partir de variáveis predeterminadas. Assim, o município de São Miguel Arcanjo pertence à classe 05 (cujo índice de modernização em médios e grandes estabelecimentos é baixo e tem a presença de agricultura patronal e familiar); Tapiraí se enquadra na classe 07 (presença de agricultura familiar de baixa renda, com condições naturais restritivas); Piedade e Ibiúna estão na classe 08 (forte participação da agricultura familiar em minifúndios e alta produtividade e rentabilidade); Pilar do Sul, por sua vez, está inserido na classe 09 (elevado índice de modernização agrícola e alto valor de produção e dinamismo econômico). Essa tipologia nos ajuda a pensar como cada município da MRG de Piedade se insere na divisão territorial do trabalho e no processo de modernização agrícola.

As Tabelas 03 e 04 foram elaboradas a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2006, com o intuito de mostrar as mudanças na estrutura fundiária dos municípios da MRG de Piedade.

⁷³ A Região do Vale do Ribeira abrange 22 municípios paulistas e possui resquícios de mata atlântica e área litorânea ainda pouco explorada pelo turismo.

Tabela 03- Número de estabelecimentos agropecuários, entre 1970 a 2006, segundo grupos de área, na MRG de Piedade.

Estabelecimentos agropecuários	Ibiúna				Piedade				Pilar do Sul				São Miguel Arcanjo				Tapiraí			
	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006
De 0,1 a 10 ha	962	1.256	1.400	1.251	1.613	1.902	1.957	1.285	226	316	487	684	454	444	431	913	115	104	159	79
De 10 a 20 ha	247	253	156	123	436	319	212	229	145	169	124	222	174	190	167	224	65	68	54	38
De 20 a 50 ha	277	167	87	85	277	211	135	168	175	219	147	369	225	259	154	190	85	101	64	30
De 50 a 100 ha	80	56	56	27	85	53	53	50	122	108	80	68	121	112	85	90	29	36	18	11
De 100 a 500 ha	36	26	10	17	28	23	17	28	95	81	50	65	120	81	95	96	29	43	24	15
De 500 a 1.000 ha	1	3	-	-	3	7	2	8	5	5	4	6	8	10	8	10	5	13	9	2
De 1.000 a 10.000	-	3	-	12	1	-	-	-	4	6	3	3	8	10	9	11	4	13	3	1
Acima de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	3	1	-	-
Produtor sem área	-	-	-	3	-	-	-	5	-	-	-	13	-	-	-	3	-	-	-	5
Total	1.603	1.764	1.709	1.518	2.443	2.515	2.376	1.773	772	904	895	2.053	1.080	1.114	949	1.539	335	379	331	181

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 e 1980 - IBGE.

Org.: Erika Moreira (2009)

Verificamos, de maneira geral, a concentração de estabelecimentos agropecuários no estrato de até 50 hectares. Em Ibiúna, 92% deles (1.486) apresentavam essa dimensão, sendo que a área ocupada equivalia a 57% do total em 1970. Em 2006, o número de estabelecimentos com até 50 hectares elevou-se para 96% (1.459 unidades). Isso está, de certa maneira, relacionado à expansão da área cultivada com olerícolas folhosas e não folhosas e ao crescimento acentuado da população rural.

A concentração de estabelecimentos de até 50 hectares em Piedade não teve grandes oscilações entre 1970 e 2006, pois a média, em termos percentuais, manteve-se entre 95% e 97%. O que houve, em dados absolutos, foi a redução do número total de estabelecimentos agropecuários, de 2.515, em 1980, para 1.773, no ano de 2006. A maior mudança na área ocupada pelos estabelecimentos ocorreu entre 1970 e 1980, reduzindo-se de 41.761 para 29.442 hectares. Desde 1980, o município não tem em sua estrutura fundiária nenhum estabelecimento acima de 1.000 hectares, denotando a participação expressiva de estabelecimentos agropecuários classificados no estrato prevalente.

Em Pilar do Sul, a participação dos estabelecimentos com até 50 hectares é significativa apenas em números absolutos, pois eles ocupam área relativamente irrisória se comparada à área total dos estabelecimentos agropecuários do estrato entre 1.000 e 10.000 hectares. Para termos uma noção dessa desigualdade, em 1970, eram 546 estabelecimentos com até 50 hectares, representando 71% do total, cuja área ocupada era de apenas 15% do total da destinada à agropecuária. A maior participação, em termos de área, ocorreu nos estratos entre 500 e 10.000 hectares, ou seja, nove estabelecimentos ocupavam 65% (39.888 hectares) em 1970. Entre 1980 e 1996, a área total diminuiu drasticamente, passando de 60.234 para 35.784 hectares, e se refletiu na distribuição dos estabelecimentos, com a ampliação da área daqueles situados até 50 hectares, de 78% (1980) para 85% (1996). O último Censo Agropecuário registrou uma ampliação no número total de estabelecimentos agropecuários, de 895 para 2.053; destes, 62% (1.275 estabelecimentos) possuem até 50 hectares e ocupam 32% da área total (16.828 hectares).

No município de São Miguel Arcanjo, os estabelecimentos com até 50 hectares ocupam menos de 20% da área total. É forte a concentração fundiária,

pois, em 1970, apenas um estabelecimento abarcava 13.068 hectares, ou seja, 16% da área total. Em 2006, os estabelecimentos com até 50 hectares representavam 86% (1.327), ocupando uma área de 12.481 hectares (13%).

Tapiraí, até a década de 1980, teve sua economia pautada predominantemente na teicultura e no cultivo do gengibre. A estrutura fundiária do município é altamente concentrada, pois em 1970, 265 estabelecimentos com até 50 hectares (79%) ocupavam apenas 6% da área total, enquanto três estabelecimentos abarcavam 46.566 hectares, ou seja, 67% do total.

No intuito de mostrarmos o número total de UPAs, entre 1996 e 2006, por estrato de área, foi elaborada a Tabela 05.

Tabela 05- Número total de unidades produtivas e área ocupada na MRG de Piedade, entre 1996 e 2007.

MRG de Piedade	Número de UP (unidades)		Área de UP (hectares)	
	1996	2007	1996	2007
Ibiúna	*	1.378	*	43.348,4
Piedade	2.052	2.843	46.593,50	47.685,4
Pilar do Sul	645	984	21.788,60	56.476,7
São Miguel Arcanjo	1.350	2.491	66.305,60	95.066,9
Tapiraí	224	323	16.835,40	18.345,9

* Não há dados relacionados ao município de Ibiúna, no ano de 1995/6.

Fonte: LUPA 1996 e 2007

Org.: Erika Moreira (2009)

Os critérios utilizados para a definição de UPA (Unidades de Produção Agropecuária) são: conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencentes ao(s) mesmo(s) proprietário(s), com área igual ou superior a 0,1 hectare e não destinada exclusivamente ao lazer. O levantamento envolveu os 645 municípios paulistas e abarcou as unidades com exploração animal e vegetal, excluindo o extrativismo. No caso do município de Ibiúna, não foi possível coletar informações referentes ao levantamento realizado em 1996/7, devido à inexistência de dados.

Notamos, por meio da Tabela 05, que, com exceção de Ibiúna - como explicado anteriormente - os demais municípios apresentaram aumento considerável no número de unidades de produção agropecuária e na área por elas ocupada. Em Piedade, eram 2.052 UPAs em 1995/6 e, num período de onze anos,

passaram para 2.843 unidades. Houve nesse município o aumento considerável do número de UPAs e não da área ocupada por elas.

Já no caso de São Miguel Arcanjo, a situação foi diferente, pois houve um aumento, tanto no número de UPAs, como na área ocupada. Em 1995/6, o município registrava a existência de 1.350 unidades agropecuárias e, no levantamento posterior, eram 2.491 unidades, ocupando uma área de 95.066 hectares.

A área total ocupada pelas UPAs em Pilar do Sul, em 1995/6, era de 21.788 hectares, e mais que duplicou, em 2007/8, passando para 56.476 hectares. Essa ampliação esteve intimamente relacionada à expansão de algumas lavouras comerciais, como a batata inglesa, o feijão, o milho, a tangerina e a uva de mesa; pois a área era utilizada anteriormente para pastagem.

Tapiraí apresentou um tímido aumento no número de UPAs e na área total ocupada, pois em 1995/6 eram 224 unidades, ocupando área de 16.835 hectares e, no ano de 2007/8, foram contabilizadas 323 unidades numa área total de 18.345 hectares.

Essas mudanças, perceptíveis tanto nos dados do IBGE (número de estabelecimentos), como no levantamento censitário do LUPA (unidades produtivas agropecuárias), afetaram, direta e indiretamente, o valor da terra nua no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Sorocaba (Tabela 06), que abarca quatro dos cinco municípios da MRG de Piedade – Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul e Tapiraí. Apenas o município de São Miguel Arcanjo faz parte do EDR⁷⁴ de Itapetininga.

⁷⁴ Existem, no Estado de São Paulo, 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), que abarcam os 645 municípios paulistas.

Tabela 06- Valor do hectare da terra, segundo os EDRs.

EDRs	Valor em R\$ da terra nua por hectare		
	1996	2006	2008
Campinas	3.719,01	7.024,79	13.429,75
São José do Rio Preto	1.095,04	8.099,17	11.239,65
Barretos	3.099,17	6.887,05	10.192,84
Araraquara	1.678,72	5.785,12	10.330,58
Botucatu	1.328,22	6.641,09	9.986,23
Fernandópolis	1.528,93	6.611,57	9.664,42
Limeira	1.818,18	4.663,52	9.641,87
Catanduva	1.487,60	7.954,55	9.504,13
Mogi-Mirim	3.305,79	7.300,28	9.297,52
Sorocaba	5.333,16	4.637,28	9.288,65
Ribeirão Preto	1.809,92	7.260,92	8.780,99
Avaré	1.162,19	4.155,19	8.087,37
Araçatuba	1.239,67	5.785,15	7.841,24
Orlândia	-	1.239,69	7.162,53
São Paulo	7.851,24	8.729,34	5.372,93
Assis	1.651,12	3.453,36	3.305,79

Fonte: CATI – www.cati.sp.gov.br

Org.: Erika Moreira (2009).

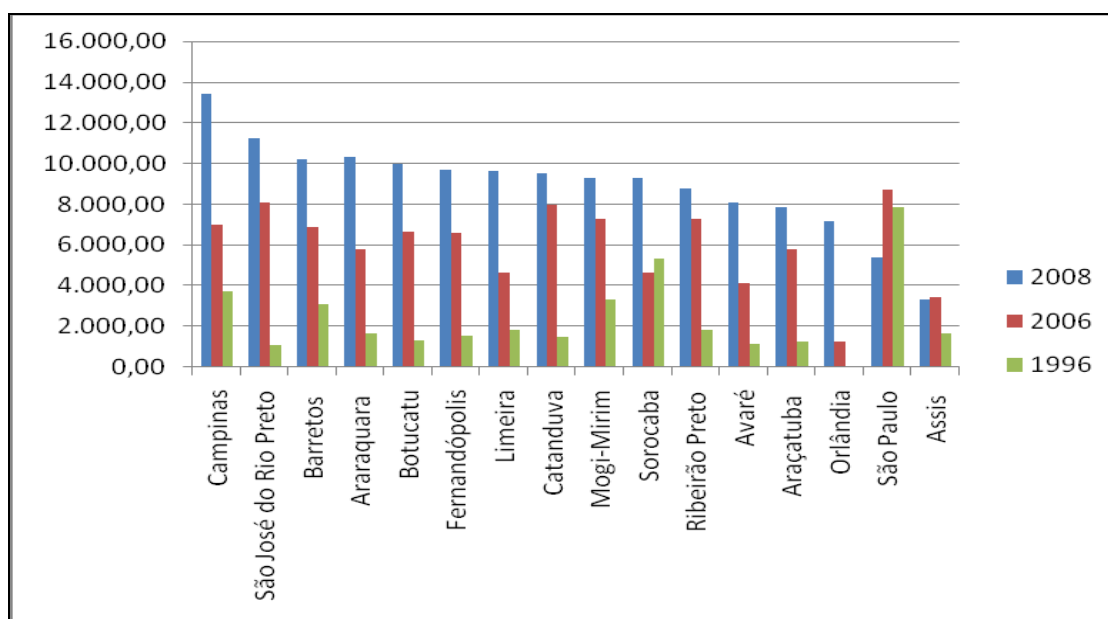


Gráfico 05: Comparação dos preços da terra nua em diferentes EDRs nos anos de 1996, 2006 e 2008.

Fonte: CATI – www.cati.sp.gov.br

Org.: Erika Moreira (2009)

Os dados apresentados na Tabela 06 e no Gráfico 05 retratam as mudanças no valor do hectare da terra nua, segundo os EDRs, entre 1996 e 2008. É notável que o EDR de Sorocaba, no ano de 1996, apresentava o segundo maior valor médio do hectare da terra nua, ficando atrás apenas do EDR de São Paulo.

Mas, a situação no ano de 2008 mudou, pois os EDRs de Campinas, São José do Rio Preto, Barretos e Araraquara lideraram o valor do hectare.

Com exceção de Campinas, os demais EDRs tiveram, nos últimos cinco anos, a expansão da lavoura de cana-de-açúcar. Este tipo de lavoura não teve peso econômico no EDR de Sorocaba, pois as áreas com declividade acentuada e a forte participação dos municípios da região na horticultura não favoreceram o desenvolvimento dessa monocultura.

4.2. Utilização das terras: *diversificação e especialização produtiva*

Ao longo da história da MRG de Piedade, evidenciamos, desde a instalação das sesmarias, passando pelo movimento do tropeirismo, até chegar ao período da imigração, que a terra foi utilizada para a extração de recursos naturais e a obtenção de diversos produtos agrícolas. Em decorrência da topografia, com declives, e da presença de muitos cursos d'água, há distintas formas de utilização das terras. As Tabelas 07 e 08, a seguir, tratam das mudanças ocorridas na MRG de Piedade.

Diante das mudanças ocorridas na estrutura fundiária nos últimos 36 anos, a produção ou os sistemas de produção não ficaram alheios, pois uma interfere diretamente na outra.

Tabela 07- Utilização das terras em lavouras temporárias e permanentes na MRG de Piedade, entre 1970 e 2006, segundo o número de informantes e área ocupada em hectares, na MRG de Piedade.

MRG de Piedade		Lavouras							
		1970		1980		1996		2006	
		temp	perm	temp	perm	temp	perm	temp	perm
Ibiúna	n	102	1.494	146	1.665	37	1.640	123	2.241
	área	671	6.990	337	8.079	198	9.358	7.781	30.901
Piedade	n	104	2.371	131	2.440	86	2.147	224	2.940
	área	270	7.625	343	10.842	304	8.241	1.284	8.280
Pilar do Sul	n	88	674	168	780	615	350	1.368	1.061
	área	808	6.013	1.273	11.396	2.343	5.213	15.228	6.228
São Miguel Arcanjo	n	107	963	320	833	661	408	933	1.296
	área	278	8.895	1.032	10.905	4.201	5.952	18.243	36.305
Tapiraí	n	107	243	178	227	94	197	181	294
	área	1.506	925	1.753	752	630	577	8.020	950

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 a 2006 - IBGE.

Org.: Erika Moreira (2009)

*Em decorrência das mudanças na metodologia do Censo Agropecuário de 2006, nesta tabela incorporamos, nas lavouras temporárias, tanto as áreas plantadas com forrageiras para corte, como as destinadas à floricultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação.

Tabela 08 - Utilização das terras em pastagens, matas e inutilizadas, na MRG de Piedade, entre 1970 e 2006 segundo o numero de informantes, na MRG de Piedade.

MRG de Piedade		Pastagens								Matas								Inutilizadas		Aquicultura e benfeitorias
		1970		1980		1996		2006		1970		1980		1996		2006				
Ibiúna	n	261	79	176	29	96	23	201	46	494	62	593	81	32	510	34	606	201	101	880
	área	1.599	698	2.353	313	465	266	2.399	868	8.796	640	9.715	2.131	152	10.684	1.936	3.542	1.017	789	13.184
	n.	501	33	240	43	233	119	265	137	565	109	433	59	33	843	83	729	694	224	1.586
Piedade	área	6.117	1.045	2.944	640	1.754	1.811	3.643	3.342	10.483	465	4.363	1.304	253	7.746	1.132	5.672	3.345	879	1.660
	n	519	49	397	108	138	363	588	300	193	70	235	119	112	769	55	380	120	101	1.753
Pilar do Sul	área	29.322	1.609	11.009	5.181	2.473	11.654	7.811	4.536	10.269	2.438	8.564	9.172	3.754	11.981	3.492	5.808	1.294	299	3.010
	n	523	154	454	346	270	310	788	161	400	72	354	89	100	755	83	320	294	175	1.440
São Miguel Arcanjo	área	20.761	8.516	11.294	20.139	4.199	20.240	13.423	8.453	5.093	2.716	6.613	21.059	7.144	9.416	6.492	4.848	3.131	4.911	1.671
	n	110	24	138	29	84	128	78	28	167	14	251	78	22	154	63	262	118	35	199
Tapiraí	área	1.077	428	2.067	764	622	2.312	1.801	302	61.611	345	63.074	1.810	1.125	3.408	1.238	3.177	371	141	182

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 e 2006 - IBGE.

Org.: Erika Moreira (2009)

*Em decorrência das mudanças na metodologia do Censo Agropecuário de 2006, incorporou-se, nesta tabela, nas lavouras temporárias, tanto as áreas plantadas com forrageiras para corte como as áreas destinadas à floricultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação.

**Abarca as pastagens degradadas e em boas condições.

*** Abarca as matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente e as em sistemas agroflorestais.

***Abarca as florestas plantadas com essências florestais e as usados em sistemas agroflorestais.

As Tabelas 07 e 08 apresentam as mudanças na utilização das terras dos municípios que compõem a MRG de Piedade. Ibiúna, entre 1970 e 1980, tinha como carro-chefe a bataticultura e a produção de frutas, como uva de mesa, ameixa e caqui. Em 1970, se destacava no cenário estadual, em termos de lavouras permanentes, com a produção de pêssago (109 mil frutos), uva, ameixa (343 mil) e caqui (42 mil). A batata inglesa liderava entre as lavouras temporárias, com 1.177 hectares colhidos e 15.015 toneladas produzidas. O feijão também era expressivo, pois, em 1970, seu cultivo ocupava 546 hectares. Nesse período, o município era o principal produtor de alcachofra do país, com uma produção anual de 520 toneladas.

Em relação às pastagens (naturais e plantadas), entre 1970 e 1980, Ibiúna apresentou uma redução no número de estabelecimentos, com queda de 340 (1970) para 280 (1980). A área ocupada para pastagem cresceu, de 2.297 hectares (1970), para 2.666 hectares (1980). No que se refere a matas e florestas, o que chamou a atenção foi a ampliação da área ocupada pelas matas plantadas, que passou de 640 hectares, em 1970, para 2.131 hectares, em 1980.

A produção de olerícolas folhosas e não folhosas é a principal justificativa para a ampliação do número e da área ocupada de lavouras temporárias entre 1980 e 1996. Essa ampliação se deu até o último censo realizado (2006). As pastagens naturais cresceram, entre 1996 e 2006, tanto no número como na área ocupada, o que, de certa forma, está vinculado à exportação de carne bovina e de miúdos para países do Oriente Médio e da África (Angola e Moçambique). Há, também, a manutenção das pastagens apenas para efeito de valorização das terras, pois os proprietários não residem no local. Quanto às matas naturais, registrou-se a expansão considerável de 1.953 hectares, em 1996, para 10.684 hectares, em 2006, abarcando as áreas de preservação permanente.

Em Piedade, as lavouras temporárias e permanentes, entre 1970 e 1980, apresentaram ampliação, tanto no número de informantes, quanto na área ocupada, com destaque para os cultivos temporários, dentre os quais podemos mencionar: o arroz (91.132 toneladas produzidas); a batata inglesa; a batata-doce, que ampliou de 2.134 toneladas, em 1970, para 2.415, em 1980; o feijão e a cebola, cuja produção de 1980 superou a da década anterior, de 17.987 toneladas

para 63.419, em área cultivada de 4.654 hectares. A cebola⁷⁵ ocupou quase 57% da área total destinada às lavouras temporárias, sendo que 32% foram utilizados para os cultivos de milho e de feijão.

No caso das lavouras permanentes, a ampliação, entre 1970 e 1980, ocorreu pautada nos seguintes produtos: caqui, na Foto 18; laranja (210 mil frutos); maçã (de 451 mil frutos para 1.198 mil); pêssego (de 2.341 mil frutos para 5.303 mil) e, ainda, ameixa e nêspera.

Quanto a Piedade, entre 1980 e 2006, a área destinada às lavouras permanentes aumentou, com destaque para as frutas (caqui, laranja, pêssego, pera etc.) - Foto 17 - e, na área das lavouras temporárias, houve uma sutil ampliação (hortaliças, olerícolas, milho, feijão e cebola). As pastagens, tanto naturais como plantadas, tiveram redução em suas áreas ocupadas entre 1970 e 1980, e ampliação considerável no período de 1980 e 2006, com destaque à pecuária de corte. Entre 1970 e 1980, a área ocupada pelas matas plantadas se ampliou de 465 hectares para 1.304 hectares. Já as matas naturais, por sua vez, sofreram decréscimo entre 1970 e 1980, e aumento entre 1980 e 2006, sendo boa parte destinada a preservação permanente e florestas.



Foto 17: A diversificação de cultivos agrícolas em Piedade.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Piedade (2009).



Foto 18: O caqui *fuyu* em Piedade é um dos tipos mais resistentes e menos vulneráveis às adversidades climáticas.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Piedade (2009).

Pilar do Sul, atualmente conhecido como município produtor de frutas, como uva de mesa, caqui e frutas cítricas, apresentou, entre 1970 e 1980, ampliação da área cultivada. Dentre as lavouras temporárias destacam-se a produção de milho (de 3.680 hectares para 4.953), de feijão (de 860 hectares para

⁷⁵ Nesse período, Piedade era chamada de capital nacional da cebola.

3.730) e de cebola (424 hectares), correspondendo a 80% do total da área destinada a esse fim. No que concerne às lavouras permanentes, as frutas cítricas lideraram (laranja, limão e tangerina), seguidas pelo pêssego, maçã (Foto 19), caqui e uva de mesa (Foto 20).



Foto 19 : Plantação de maçã, em Pilar do Sul, na época da limpeza. O tipo cultivado no município, chamado de *red globe*, é um cruzamento realizado pela Embrapa, mais resistente ao tempo quente.

Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2010.



Foto 20: Instalação de um parreiral no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul. Nos meses de junho, julho e agosto, os produtores rurais realizam a poda e a limpeza dos vinhedos.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010

Entre 1996 e 2006, o município de Pilar do Sul ampliou aproximadamente sete vezes a área destinada às lavouras permanentes, com destaque para a uva (Foto 21), o caqui (Foto 22), o pêssego e as frutas cítricas.



Foto 21: Cultivo de uva *Itália* no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo/dezembro de 2009.



Foto 22: Cultivo de caqui no Bairro Roseiras, em Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo/dezembro de 2009.

As pastagens naturais e plantadas apresentaram comportamentos diferentes em Pilar do Sul entre 1970 e 1980. De um lado, com a redução

acentuada das pastagens naturais, de 29.322 para 11.009 hectares, e, de outro, a ampliação das pastagens plantadas, de 1.609 para 5.181 hectares. Entre 1996 e 2006, as pastagens naturais foram reduzidas e as plantadas apresentaram ampliação pautada na expansão da bovinocultura mista (corte e leite).

No que se refere às matas e florestas, verificamos que, entre 1970 e 1980, a área com matas plantadas cresceu, enquanto a de matas naturais diminuiu acentuadamente. Esse comportamento foi diferente entre 1996 e 2006, quando a área com matas plantadas caiu de 3.754 (1996) para 3.492 hectares (1980), e a de matas naturais subiu de 7.246 (1996) para 11.981 hectares, no ano de 2006. No município de Pilar do Sul, verificamos a atuação de empresas de silvicultura e de produção de papel e celulose (Fotos 23 e 24).



Foto 23: Área de silvicultura da VCP - Votorantim Celulose e Papel, na Rodovia José de Carvalho, entre Piedade e Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de campo (dezembro de 2009)



Foto 24: Fazenda pertencente ao Grupo Suzano - Papel e Celulose, no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de campo (dezembro de 2009)

Em São Miguel Arcanjo, entre 1970 e 2006, houve a expansão das áreas com lavouras temporárias e permanentes e não se registraram mudanças consideráveis.

Ao longo desses 36 anos, as pastagens naturais sofreram redução, entre 1970 e 1980, de 20.761 para 11.294 hectares, e as plantadas, passaram de 8.516 para 20.139 hectares. Com a expansão das lavouras, ocorreu a substituição de muitas áreas, até então ocupadas com pastagens naturais, pela agricultura. Em período mais recente, de 1996 a 2006, as pastagens naturais tiveram sua área ampliada e, em contrapartida, as plantadas com lavouras foram reduzidas.

Entre 1970 e 1980, as matas plantadas tiveram ampliação de 2.716 para 21.059 hectares, com a silvicultura. No período subsequente, 1996 e 2006,

tanto as matas naturais como as plantadas apresentaram redução significativa das suas áreas.

O município de Tapiraí é o menor da MRG de Piedade em extensão territorial e o mais novo em emancipação político-administrativa. Até os anos de 1980, o município era conhecido nacionalmente como a capital da teicultura, em virtude da presença da empresa do Grupo Minori. Entre 1970 e 1980, Tapiraí teve ampliada sua área de cultivos permanentes, com a produção de chá, caqui e laranja. Com o deslocamento da empresa responsável pelo processamento do chá para o município de São Miguel Arcanjo, essas áreas apresentaram queda substancial, de 1.753 hectares para 630 (1996). As áreas das lavouras temporárias, entre 1980 e 1996, também foram reduzidas, em virtude da criação da Reserva da Biosfera em Tapiraí. Em 2006, as lavouras temporárias ampliaram-se com os cultivos de milho, batata-doce e feijão.

No município de Tapiraí, a pecuária não constitui uma atividade de importância significativa. No caso das matas, houve ampliação da área - com destaque às naturais, de 61.611 para 63.074 hectares entre 1970 e 1980. Em 2006, a área com matas naturais registrava 3.408 hectares e as plantadas, 1.238.

Os Gráficos 06 e 07 retratam o comportamento das lavouras temporárias e permanentes nos municípios da MRG de Piedade, nos anos de 1996 e 2006.

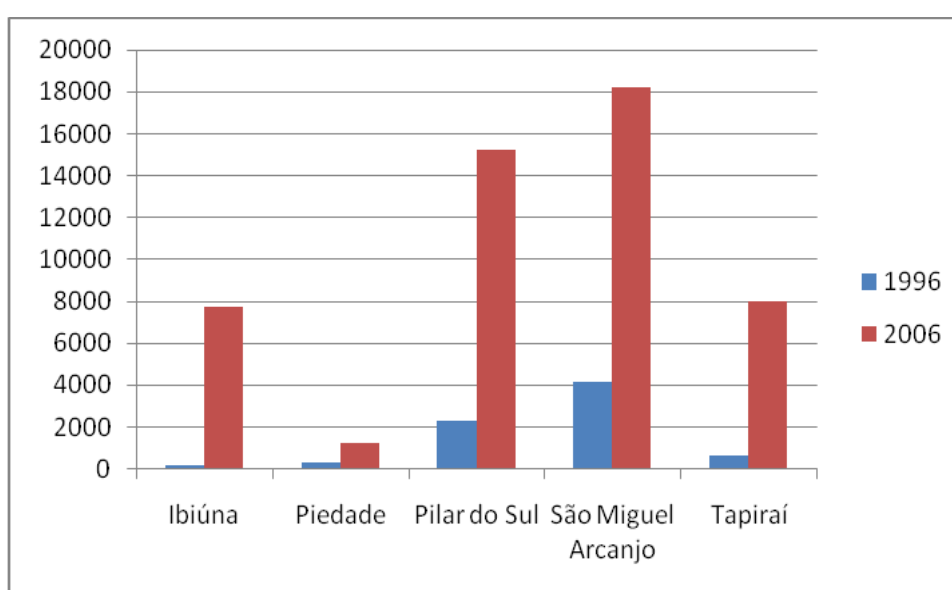


Gráfico 06: Área (ha) destinada a lavouras temporárias nos municípios da MRG de Piedade, nos anos de 1996 e 2006.

Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 – IBGE.

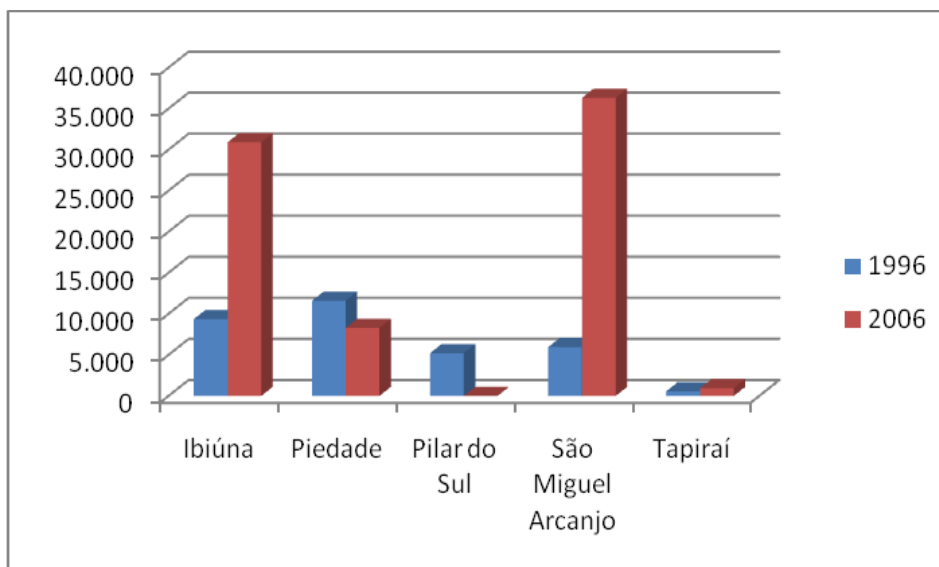


Gráfico 07: Área (ha) destinada a lavouras permanentes nos municípios da MRG de Piedade, nos anos de 1996 e 2006.

Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 – IBGE.

É notável que, no caso das lavouras temporárias, o aumento foi considerável em todos os municípios. Em Ibiúna, a área foi ampliada de 123 para 7.781 hectares, com destaque para a produção de alface, cebola, feijão, batata inglesa, milho, repolho, brócolis, cenoura e couve-flor, ou seja, uma grande diversidade de hortaliças. Quanto às lavouras permanentes, Ibiúna também teve sua área ampliada quase três vezes, de 9.358 para 30.901 hectares (2006), com a fruticultura - caqui, pera, pêsego e uva.

No município de Piedade, a área destinada às lavouras temporárias cresceu de 304 para 1.284 hectares, sendo: 154 hectares de cebola, 743 hectares de milho em grãos, 183 hectares de feijão e 67 hectares de batata inglesa. Em contrapartida, as áreas destinadas às lavouras permanentes foram reduzidas de 11.586 para 8.280 hectares, sobretudo com a diminuição dos cultivos de tangerina e de ameixa.



Foto 25: Cultivo de milho verde no Bairro Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul. O produto é direcionado à CEAGESP de São Paulo.

Fonte: Pesquisa de Campo/dezembro de 2009.



Foto 26: Cultivo de feijão no Bairro Pinhal de Cima, em Pilar do Sul. Essa lavoura é geralmente desenvolvida por produtores rurais com área acima de 100 alqueires.

Fonte: Pesquisa de Campo/dezembro de 2009.

As lavouras temporárias no município de Pilar do Sul, entre 1996 e 2006, tiveram suas áreas expandidas com a produção da batata (377 hectares), feijão (1.665 hectares) - Foto 26 -, milho em grãos (2.946 hectares) - Foto 25 -, trigo em grãos (503 hectares) e milho forrageiro (85 hectares). No caso das lavouras permanentes, o Gráfico 07 mostra que a expansão da área não foi tão acentuada, se comparada com a dos demais municípios.

Entre todos os municípios da MRG de Piedade, São Miguel Arcanjo foi o que mais ampliou sua área agricultável, com os cultivos temporários e permanentes. As lavouras temporárias ampliaram sua área cultivada em mais de quatro vezes, de 4.201 (1996) para 18.243 hectares (2006). As principais lavouras temporárias cultivadas em termos de área são: 4.914 hectares de milho em grãos, 1.768 hectares de feijão, 862 hectares de trigo preto em grãos; 775 hectares de soja em grãos; e 612 hectares de batata inglesa.

Em Tapiraí, a ampliação das áreas destinadas às lavouras temporárias foi de 630 hectares, em 1996, para 8.020, em 2006. Esse aumento foi pautado nas lavouras de palmito, inhame, milho em grãos, gengibre e cana forrageira. A banana e o chá são os dois principais produtos permanentes.

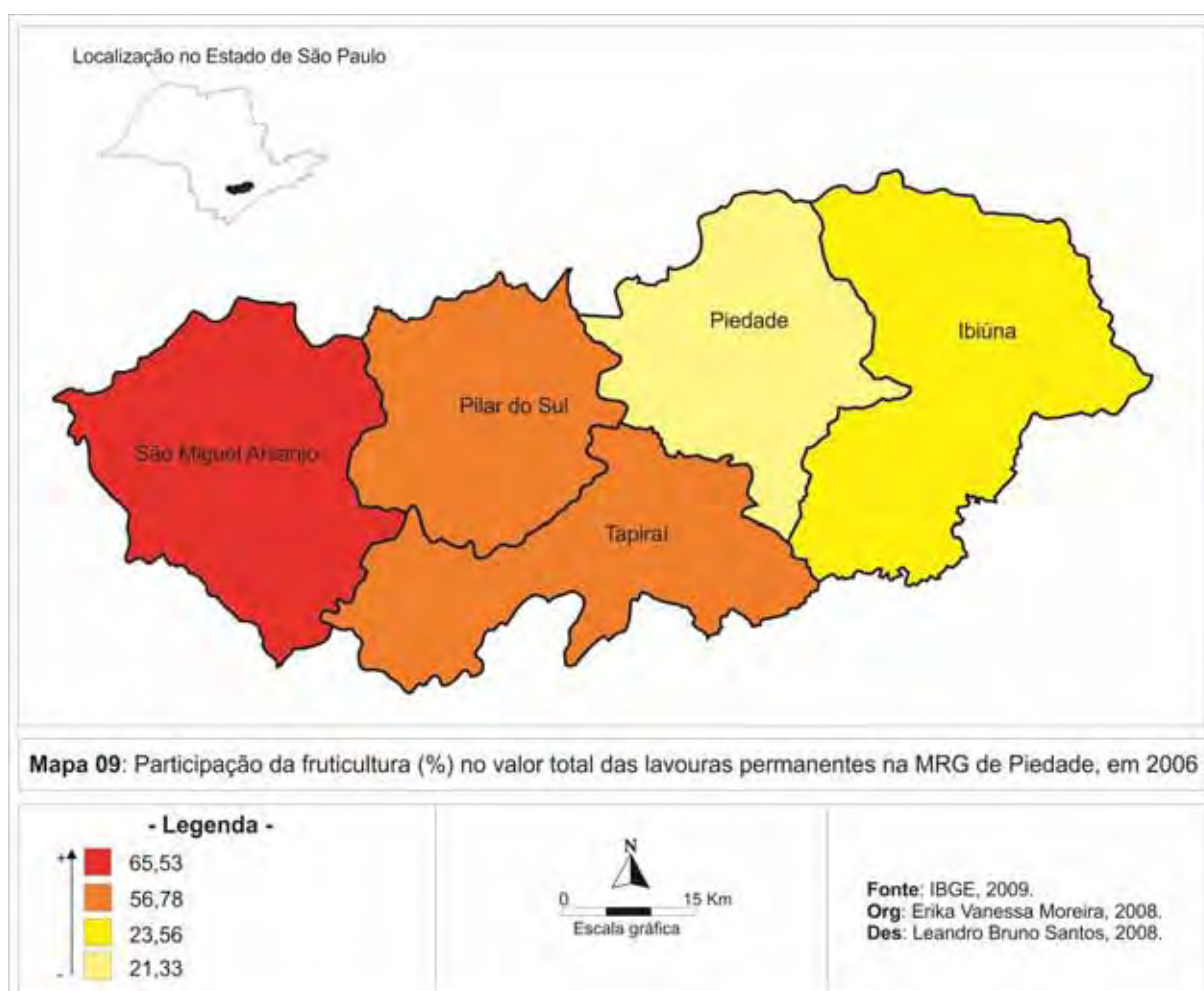
Como foi possível observarmos, a fruticultura tem uma participação significativa em todos os municípios dessa microrregião. A Tabela 09 apresenta a participação absoluta e o Mapa 09, a participação relativa da fruticultura dentre as demais lavouras nos municípios que compõem a MRG de Piedade.

Tabela 09- Valor total da produção e a participação econômica da fruticultura, entre 1996 e 2006, na MRG de Piedade.

MRG de Piedade	Valor da Produção (mil reais)					
	Total das Lavouras Permanentes e Temporárias			Frutas		
	1996	2006	%	1996	2006	%
Ibiúna	27.246	12.230	2,7	728	2.881	23,6
Piedade	20.795	18.184	4,8	1.003	3.878	21,3
Pilar do Sul	14.873	54.365	48,9	7.270	30.871	56,8
São Miguel Arcanjo	13.104	118.740	34,8	5.181	77.815	65,5
Tapiraí	2.126	5.728	70,9	1.507	3.403	59,4

Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006 - IBGE.

Org: Erika Moreira (2009)



Em termos de valor da produção, a participação da fruticultura é significativa em todos os municípios e, com exceção de Tapiraí, apresenta crescimento em termos da sua participação no conjunto das lavouras cultivadas. As condições climáticas favoráveis, com a ocorrência de chuvas em todas as estações

do ano, a topografia, com altitude acima de 700 metros, a estrutura fundiária marcada pelo expressivo número de pequenas propriedades a situação geográfica estratégica da MRG levaram à expansão da fruticultura na área, especialmente os cultivos da uva de mesa, do caqui, do pêsego e das frutas cítricas.

Por meio do Mapa 09 e da Tabela 09, percebermos que no município de Pilar do Sul a fruticultura correspondia, em 1996, por aproximadamente 57% do valor obtido com a produção agrícola, sendo que só a uva representou 85% da produção total de frutas em 2006. Em São Miguel Arcanjo, a fruticultura é responsável por 65,5% do valor total arrecadado com as lavouras, com ênfase no cultivo da uva de mesa e das frutas cítricas (especialmente a tangerina). No caso de Tapiraí, a participação da fruticultura se baseia, essencialmente, na produção da banana, fruta predominante na região do Vale do Ribeira, mas que vem apresentando uma diminuição acentuada na quantidade produzida. Tanto em Ibiúna como em Piedade a participação da fruticultura cresceu no intervalo entre 1996 e 2006, com predomínio do caqui, do morango, da laranja, do pêsego, da atemoia e da uva.

Já no caso das áreas ocupadas pelas lavouras permanentes, a situação é diferente, uma vez que Pilar do Sul apresenta uma tímida diminuição da área total, de 6.507 hectares, no ano de 1996, para 6.205, em 2006. Essa mudança está associada à redução da área cultivada com maçã e laranja.

Atualmente, o município de Tapiraí produz gengibre e banana, sendo que esta ocupou 257 hectares em 2006. O município de Ibiúna foi o que ampliou mais significativamente a área ocupada com lavouras permanentes, quase dez vezes em 10 anos, sendo o Censo Agropecuário de 2006.

A ampliação da área com lavouras permanentes em São Miguel Arcanjo está vinculada à expansão da uva de mesa e de frutas cítricas (laranja, limão e tangerina). Piedade, por sua vez, teve, entre 1996 e 2006, redução da área ocupada por lavouras permanentes, sobretudo com o cultivo de pêsego.

A silvicultura, em expansão no Estado de São Paulo, é uma atividade agrícola significativa que visa ao reflorestamento para fins industriais (Fotos 27 e 28). A Tabela 10 mostra os tipos de produtos florestais obtidos na MRG de Piedade entre 1996 e 2007, a partir dos dados de produção da extração vegetal e da silvicultura.



Foto 27: Cultivo do eucalipto em fase de crescimento no Bairro do Turvinho, em Pilar do Sul, de propriedade da VCP.

Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2009.



Foto 28: Cultivo do eucalipto em fase de corte no Bairro do Turvinho, em Pilar do Sul, sob responsabilidade da VCP.

Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2009.

Tabela 10- Quantidade produzida na silvicultura, por tipo de produto, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.

Produtos florestais	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Carvão vegetal (toneladas)	470	550	899	1.019	6.320	481	4.430	249	2.650	2.644
Lenha (m ³)	98.885	287.483	11.210	129.558	156.910	198.822	155.090	223.180	22.850	42.057
Madeira em tora (m ³)	-	-	18.540	22.363	604.110	743.192	645.700	838.925	2.790	4.916
Madeira em tora para papel e celulose (m ³)	-	-	17.860	21.548	460.140	486.928	480.290	508.010	2.510	4.246
Madeira em tora para outras finalidades (m ³)	-	-	680	815	143.970	256.264	165.410	330.915	280	670
Outros produtos (ton.)	-	-	-	-	570	434	541	405	-	-
Resina (ton.)	-	-	-	-	570	434	541	405	-	-

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura nos anos de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009).

A extração vegetal e a silvicultura têm um peso econômico significativo na microrregião, com destaque para o corte de madeira em tora para fins industriais. Em Ibiúna, houve, entre 1996 e 2007, a extração do carvão vegetal e da lenha, utilizados para gerar energia em indústrias, com uma produção que triplicou, de 98.885 m³ para 287.483 m³.

Piedade registrou expansão da produção de extração vegetal e silvicultura⁷⁶, principalmente da lenha para fins industriais, de 11.210 m³ para 129.558 m³. Segundo informações coletadas junto à Casa da Agricultura do

⁷⁶ Extração vegetal refere-se à utilização da madeira ou outro produto de origem vegetal, como o látex. Já a silvicultura é uma atividade econômica que visa ao cultivo de determinada espécie vegetal para fins comerciais.

município, na figura do Sr. Alberto Massao, houve nos últimos anos a expansão das áreas com eucalipto, sobretudo na porção norte e nordeste de Piedade. O cultivo é feito pelo próprio produtor e não por meio de grupos industriais, mas, diretamente, há um acordo para a compra da matéria-prima pelos grupos que atuam no setor.

No município de Pilar do Sul, a extração da madeira em tora para fins industriais e para a fabricação de papel e celulose apresentou expansão, entre 1996 e 2007, com forte presença nas áreas limítrofes à mata atlântica, ou seja, na porção sul. O Sr. Isac Antunes de Proença⁷⁷, Presidente do Sindicato Rural Patronal de Pilar do Sul, nos informou, em entrevista, que a silvicultura, praticada atualmente com a atuação de grupos industriais como a VCP (Votorantim Papel e Celulose), a Suzano e a Eucatex, gera problemas socioeconômicos (menos emprego no campo) e ambientais (grande quantidade de água utilizada). A entidade busca, com o poder local, uma regulamentação para essa atividade no município, mediante a implantação de uma lei municipal, visando disciplinar o reflorestamento para fins industriais em sua área de abrangência.

Nos últimos anos, ocorreu o arrendamento de muitas áreas (sobretudo aquelas propriedades com mais de 50 hectares e situadas nas áreas mais planas) para a prática da silvicultura. Esse processo levou a mudanças na estrutura produtiva de vários bairros rurais, sobretudo em direção a Piedade e a Salto de Pirapora, com a substituição da diversificação produtiva pela especialização. O plantio e a colheita (a cada cinco anos) são mecanizados e realizados por empregados contratados pelas empresas, oriundos de outros municípios; e a manutenção do cultivo é feita sob supervisão de técnicos residentes em outras cidades, o que interfere na absorção da mão de obra local. Além disso, as áreas utilizadas para o cultivo dos eucaliptos são planas e situadas próximas aos cursos d'água e principais estradas, justamente para favorecer a mecanização e o transporte das toras.

Por meio de relatório de 2008 sobre o plano de manejo, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) divulgou que é responsável pela produção de celulose, papéis revestidos e não revestidos, contando com uma área total cultivada que chega a 530 mil hectares. Só em Pilar do Sul, a área que pertence ao Grupo é de

⁷⁷ A entrevista foi realizada no dia 14 de dezembro de 2009.

3.062,87 hectares, dos quais 1.798,23 são utilizados no plantio do eucalipto e 1.007,09, destinados à preservação ambiental.

Quanto ao Grupo Suzano, não obtivemos dados sobre a área total ocupada com eucalipto e a área destinada à conservação. Sabemos que o Grupo é proprietário de duas fazendas: Pilar I (Bairro Ponte Alta) e Pilar II (Pinhal de Cima).

São Miguel Arcanjo é o município que se destaca nessa microrregião na extração do eucalipto, por meio da atuação maciça dos grupos Suzano e VCP. Entre 1996 e 2006, houve crescimento na produção de madeiras, tanto das toras, como daquelas destinadas à fabricação de papel e celulose. É comum, às margens das rodovias Raposo Tavares e SP-250, a presença de caminhões carregados de toras com destino a Sorocaba e a Votorantim.

A prática da silvicultura não é tão acentuada no município de Tapiraí no que concerne à extração do eucalipto para fabricação de papel e celulose. Destaca-se, no entanto, a extração do carvão vegetal e da lenha, ambos destinados à geração de energia para as indústrias localizadas na região de Sorocaba e na Região Metropolitana de São Paulo.

Dentro da discussão sobre a estrutura produtiva a Tabela 11 apresenta o efetivo de animais existentes na MRG, com destaque para o bovino e o suíno.

Tabela 11- Efetivo de animais, entre 1996 e 2006, na MRG de Piedade.

Efetivos	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2007	1996	2007
Bovinos	731	2.335	3.651	7.054	12.779	14.296	32.004	27.100	1.707	1.734
Bubalinos	-	-	-	209	1.045	2.296	247	1.323	-	-
Caprinos	-	576	91	817	101	283	77	166	117	31
Ovinos	-	-	185	3.094	473	766	773	2.856	89	1.295
Suínos	6.500	7.329	2.762	4.811	3.196	958	1.773	1.737	450	204

Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006

Org.: Erika Moreira (2009).

A pecuária (bovina, bubalina, caprina, ovina e suína) tem um peso secundário nos municípios de Ibiúna, Tapiraí e Piedade, justamente pela presença de topografia com declividade e a predominância de pequenas propriedades, o que dificulta a criação extensiva e gera baixa rentabilidade.

Em Ibiúna, a criação de suínos é a mais significativa e, voltada, principalmente, para o autoconsumo. O que chama a atenção é o fato de que o

carro-chefe das exportações de produtos agropecuários é a carne bovina desossada congelada e/ou resfriada, com uma participação, em valores absolutos, não tão expressiva.

Em Piedade, entre 1996 e 2006, a ovinocultura apresentou crescimento do número de cabeças, de 185 para 3.094, e os demais efetivos de animais também se ampliaram nesse período, sobretudo os suínos e bovinos. A pecuária, em Pilar do Sul, comparece de maneira mais expressiva, com a criação de bovinos e bubalinos, fato visível nas áreas limítrofes com São Miguel Arcanjo.

O município de São Miguel Arcanjo apresenta o maior efetivo de pecuária, sobretudo de bovinos. Isso se justifica pela presença de terras com pouca declividade nas áreas de campos. A pecuária mista - corte e leite - se destaca nesse tipo de criação.

Os dados de fontes secundárias apresentados demonstram que a agropecuária é importante do ponto de vista econômico em todos os municípios da MRG de Piedade.

Na Tabela 12 são destacados os produtos voltados para o mercado externo e a participação dos produtos agropecuários no montante exportado.

Tabela 12- Principais produtos agropecuários exportados pela MRG de Piedade, em 2006, segundo a Secretaria do Comércio Exterior do Ministério das Relações Internacionais - SECEX.

MRG de Piedade	Balança Comercial*			
	Valores Absolutos (US\$)		Valores Relativos (%)	
	Total	Produtos Agropecuários	Total	Produtos Agropecuários
Ibiúna	30.770,52	28.021,05	100,00	96,11
Piedade	4.528,91	1.203,78	100,00	26,57
Pilar do Sul	1.955,54	1.955,54	100,00	100,00
São Miguel Arcanjo	1.454,11	1.454,11	100,00	100,00
Tapiraí	*	*	*	*

* Não há dados referentes ao município de Tapiraí.

Fonte: Secex (2009).

Org.: Erika Moreira (2009).

É importante comentar que, entre os municípios que compõem a MRG de Piedade, Pilar do Sul é o que mais exporta produtos agropecuários *in natura*, isto é, do total de US\$ 1.955,54 arrecadados com as exportações, a cera de abelhas representou 37,47% do total escoado, seguida, em ordem decrescente, por frutas frescas (34, 67%), batata-doce (12,69%), gengibre (9,59%) e uvas frescas

(3,4%). Os principais destinos dessa produção são os Países Baixos (Holanda), que recebem 42,37% dos produtos, vindo na sequência China (37,10%), Canadá (11,73%) e Alemanha (2,45%), conforme os dados da SECEX, referente ao ano de 2006.

Segundo o gerente administrativo⁷⁸ da Associação Paulista de Produtores de Caqui e da empresa de Exportação APPC Ltda.⁷⁹, com sede em Pilar do Sul, de 72 produtores associados, aproximadamente 20 deles podem exportar as frutas porque atendem as exigências fixadas pelo Selo *GlobalGap*⁸⁰. A empresa negocia, inicialmente, com os interessados na compra das frutas (ameixa, uva, atemoia, maçã, nêspira, lichia, nectarina, *decompon- tipo de ponkan sem sementes*- etc.), faz uma estimativa de volume, consulta os produtores cadastrados e estabelece o intercâmbio.

Pelos dados coletados na SECEX, é possível afirmarmos que a produção agrícola de Piedade é destinada ao mercado interno, já que o município é responsável por 70% do abastecimento da CEASA de Sorocaba e 35% da CEAGESP de São Paulo, o que a torna um centro de distribuição de hortícolas (ver Fotos 29 e 30).



Foto 29: Pátio da CEASA de Piedade e, ao fundo, o Galpão cedido para o funcionamento da Escola Técnica de Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2009.



Foto 30: Área de carregamento dos produtos agrícolas. O maior fluxo ocorre nas terças e quintas-feiras, no final da tarde.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2009.

Os produtos de origem vegetal para a exportação têm uma participação pequena em Piedade, ou seja, 26,57% do total. Entre eles estão os

⁷⁸ Entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2009, com Fábio Válio de Camargo, Assistente Administrativo/Exportação.

⁷⁹ A APPC tem um site: www.appc.com.

⁸⁰ Selo comercial de uma organização privada para certificação internacional. Para a obtenção do selo é realizada, anualmente, a inspeção dos produtos químicos utilizados.

cogumelos secos, óleo de fígado de bacalhau e mel natural, cujos destinos são Chile (40,0%), EUA (17,78%), Argentina (17,99%), Alemanha e Japão (2,99%).

Tapiraí foi, durante alguns anos, um dos maiores produtores de chá da Região Sudeste do país, mas a teicultura deu lugar ao cultivo de vários tubérculos, justamente pelo deslocamento da indústria de processamento de chá para São Miguel Arcanjo, por motivos econômicos. Atualmente, o maior exportador da teicultura é o município de São Miguel Arcanjo, pois o chá verde, produzido pela Empresa Midori, numa área própria de 52 hectares, responde por 93,5% do total exportado, sendo seus principais compradores os Estados Unidos (60,3%) e o Japão (33,3%). Esses dados mostram como as articulações externas estão consolidadas na agricultura, seja em produtos *in natura* ou agroprocessados.

4.3. Pessoal Ocupado e Condição do Produtor Rural na MRG de Piedade

No decorrer de 36 anos (1970 e 2006), ocorreram modificações importantes na estrutura produtiva dos municípios dessa microrregião geográfica, que afetaram significativamente a dinâmica econômica regional. Essas mudanças tiveram como causas as crises política e econômica nos anos de 1980, a abertura da economia no início da década de 1990 e a alta dos juros no final dos anos 1990, entre outras. Em decorrência desses fatores, nesse período surgiram problemas, como a venda de propriedades rurais para produtores mais capitalizados e a expansão da silvicultura, que impede o crescimento das áreas destinadas ao cultivo agrícola. As mudanças nas estruturas produtiva e fundiária alteraram a condição do produtor em todos os municípios, como se pode observar na Tabela 13.

Em Ibiúna, o número de proprietários aumentou consideravelmente de 916 (1970) para 1.142 (2006). É possível observar que o número de arrendatários, parceiros e ocupantes foi reduzido significativamente nas décadas de 1970 e 1980. Essa redução está relacionada ao declínio da produção da cebola, do alho e da batata-inglesa. O sistema de parceria era tão presente no cultivo da cebola, que os custos com a produção e os lucros auferidos eram repartidos entre o proprietário da terra (70% a 50%) e o parceiro (30% a 50%).

Tabela 13 - Condição do Produtor, entre 1970 e 2006, na MRG de Piedade

MRG de Piedade		Proprietários				Arrendatários				Parceiros				Ocupantes				Assentados em titulação	Produtor sem área
		1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006		
Ibiúna	No.	916	1.054	859	1.142	216	224	224	178	167	234	459	10	304	252	167	183	2	3
	Área	24.083	25.679	9.123	65.459	1.388	1.246	1.296	918	1.224	690	2.640	23	2.386	1.592	1.484	1.928	*	*
Piedade	No.	1.431	1.148	960	1.311	431	250	235	195	207	716	351	33	374	401	830	227	2	5
	Área	37.709	24.680	14.574	25.219	1.968	1.203	1.032	1.384	546	1.898	1.159	184	1.538	1.478	4.119	963	*	*
Pilar do Sul	No.	642	607	544	1.877	97	98	34	89	32	69	180	13	1	130	137	51	-	13
	Área	57.847	55.257	32.689	50.036	3.429	2.581	742	1.487	272	443	494	65	2	1.957	1.858	903	-	*
São Miguel Arcanjo	No.	788	880	767	1.352	73	99	40	94	126	53	43	65	93	82	99	25	-	3
	Área	62.275	75.920	56.920	96.556	1.102	3.058	984	2.640	866	553	311	233	1.918	922	1.520	136	-	*
Tapiraí	No.	204	311	261	149	13	28	69	6	25	8	-	8	93	32	1	13	-	5
	Área	64.038	76.027	20.593	7.874	3.281	661	404	43	122	75	-	14	1.786	906	2	89	-	*

Fonte: Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996 e 2006 – IBGE.

Org.: Erika Moreira (2009).

No município de Piedade, constatamos a forte participação de parceiros⁸¹ na década de 1980 (716), justamente pela expansão do cultivo da cebola nacional. A parceria era a relação contratual mais utilizada neste tipo de lavoura. No último Censo (2006), foram registrados apenas 33 parceiros, fato relacionado ao declínio do cultivo da cebola, devido à competitividade com o produto argentino que tem abastecido o mercado interno. De maneira geral, todas as categorias de produtores tiveram redução entre 1970 e 2006.

Em contrapartida, o município de Pilar do Sul apresentou ampliação no número de proprietários rurais de 642 (1970) para 1.877 (2006). A categoria de ocupante também apresentou crescimento, passando de apenas um, na década de 1970, para 137, em 1996.

No município de São Miguel Arcanjo, o número de proprietários saltou de 788 (1970) para 1.352 (2006). No caso dos arrendatários, constatamos que houve um tímido aumento, de 73 (1970) para 94 (2006). A maior participação dos parceiros nesse município ocorreu na década de 1970, tendo sido registrada a existência de 126 produtores nessa condição.

Em Tapiraí, entre 1970 e 2006, houve redução em todas as categorias de produtores rurais, sobretudo os proprietários e ocupantes. Esse decréscimo é decorrente da própria redução da área agricultável e dos cultivos agrícolas menos intensivos em mão de obra.

Por meio do LUPA, traçamos uma análise da mão de obra familiar e permanente na MRG, no período de 1996 e 2007. A Tabela 14 apresenta o número de pessoas que trabalham e/ou residem na unidade produtiva. Como não há dados referentes ao município de Ibiúna no ano de 1996, é difícil estabelecermos uma comparação com 2007. Outra questão a ser destacada é o caráter familiar das unidades de produção, pois a coexistência do trabalho familiar e de trabalhadores externos é evidenciada na MRG de Piedade.

⁸¹ Segundo Instrução Normativa INSS/PR Nº 11, de 20 de setembro de 2006 DOU DE21/09/2006, *parceiro* é aquele que, comprovadamente, tem contrato de parceria com o proprietário da terra, desenvolve atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, partilhando os lucros, conforme pactuado. E *meeiro* é aquele que, comprovadamente, tem contrato com o proprietário da terra, exerce atividade agrícola, pastoril ou hortifrutigranjeira, dividindo os rendimentos ou custos obtidos.

Tabela 14- Mão de obra nas UPAs, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade

	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Mão de obra familiar	*	2.189	4.152	4.697	1.582	2.155	2.299	4.352	302	417
Trabalhadores permanentes	*	2.037	2.985	2.567	912	728	1.585	3.800	323	366
Trabalhadores Temporários	*	*	997	*	250	*	600	*	81	*
Proprietários que residem na UPA	*	667	818	1.288	281	434	591	1.369	83	133
Arrendatário	*	*	244	*	89	*	317	*	33	*

Fonte: LUPA de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009).

Em todos os municípios da MRG de Piedade houve ampliação de mão de obra familiar inserida na atividade agrícola na própria UPA, com destaque para São Miguel Arcanjo, cujo aumento foi de 2.053, entre 1996 e 2007. Nesse período, com base nos dados da Tabela 14, observa-se que em todas as unidades produtivas houve um expressivo aumento de pessoas da família, fato do qual podemos inferir que a agricultura ainda é uma estratégia econômica para os filhos dos produtores, sobretudo o primogênito do sexo masculino.

Quanto aos trabalhadores permanentes, apenas o município de São Miguel Arcanjo teve ampliação significativa dessa categoria de empregados, dado esse relacionado à expansão das lavouras permanentes e temporárias. Por conta da viabilidade da agricultura de caráter intensivo, o contingente de trabalhadores permanentes nos estabelecimentos agropecuários é expressivo em todos os municípios, sobretudo naqueles em que a fruticultura de mesa é forte, como São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul.

Em relação às contratações temporárias, a comparação fica prejudicada pela ausência dessa informação no levantamento censitário no ano de 2007. O mesmo fato ocorre com as unidades que possuem arrendatários.

Essa ampliação expressiva de mão de obra familiar e contratada nos municípios da MRG não levou, necessariamente, ao aumento dos filiados a um tipo de organização coletiva, como será possível observar na subseção que se segue.

4.4. Crédito Agrícola e Formas de Organização Coletiva

O acesso ao crédito agrícola é restrito aos produtores rurais que possam provar a propriedade jurídica da terra e a obtenção de renda mínima em atividades agropecuárias, e apresentar um projeto previamente elaborado. Além

desses requisitos, exige-se o relatório de comprovação de proteção ambiental das matas ciliares e de manutenção de área de preservação permanente (APP), de mananciais etc. Segundo informações obtidas junto a um líder sindical, no Banco do Brasil, tais exigências são estabelecidas para evitar problemas de pagamento ou mau gerenciamento do recurso concedido.

Os tipos de crédito rural se subdividem em três eixos, como se observa no Quadro 13: *custeio* (despesas com a produção); *investimento* (aquisição de bens ou serviços necessários à produção); e *infraestrutura*.

Linha	Tipo	Criado	Características	Limite de crédito	Juros e amortização
PRONAF Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Custeio, investimento e infraestrutura	Criado em 1995 e implantado em 1996	Destinado ao agricultor familiar, em diferentes grupos para investimento em atividades agropecuárias e não agrícolas.	Renda bruta anual de R\$ 110.000,00, proveniente da agropecuária; Crédito de até R\$ 50.000,00	Juros variam de 1,5% a.a. até 4,5% a.a. para custeio e de 1% a.a. até 4% a.a. para investimento. Prazo para começar a pagar: três anos (agricultura).
BNDES/FINAME AGRÍCOLA ESPECIAL	Investimento	-	Aquisição, manutenção ou recuperação de diferentes maquinários, sistema de irrigação	Pagamento semestral ou anual, até cinco anos	12,35% a.a.
PROAGRO Programa de fomento agrícola	Seguro rural	1973	Garantir um valor complementar para pagamento do custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.	Renda bruta anual de até R\$ 550.000,00	6,75 % a.a.
MODERAGRO- Programa de modernização da agricultura e conservação de recursos naturais	Investimento		Apoiar a fruticultura, apicultura, aquicultura, floricultura, horticultura etc.	Crédito de até R\$ 250.000,00	6,75% a.a.
MODERFROTA Programa de modernização da frota de tratores agrícolas, implementos associados e colheitadeiras	Investimento		Aquisição de tratores, colheitadeiras e pulverizadores tratorizados.	90% do valor do maquinário	9,5% a.a.

Quadro 13: Principais linhas de crédito rural do governo federal utilizadas pelos produtores rurais da área de pesquisa.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010).

Org.: Erika Moreira (2010).

Destacam-se, em termos de número de contratos firmados na MRG de Piedade, dois tipos de créditos, nos últimos anos: o PRONAF e o PROAGRO. A diferença substancial entre ambos é a renda anual total dos estabelecimentos agropecuários, pois o PRONAF é direcionado aos produtores rurais com renda até R\$ 110.000,00 e o PROAGRO é um seguro rural, de até R\$ 550.000,00.

Para se ter uma noção do acesso ao crédito rural das unidades de produção agrícolas - UPAs, elaboramos a Tabela 15, com o objetivo de averiguar o peso do crédito rural na MRG de Piedade.

Tabela 15- Acesso ao crédito rural, em 1996 e 2007, na MRG de Piedade, por meio das UPAs

Crédito rural	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Sim	*	140	825	296	161	120	167	522	-	07
Não	*	1.238	1.227	2.547	484	864	1.183	1.969	224	316
Total	*	1.378	2.052	2.843	645	984	1.350	2.491	224	323

Fonte: LUPA de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009) *não há dados.

A partir dos dados da Tabela 15, verificamos que o acesso ao crédito rural varia nos municípios da MRG de Piedade e que as unidades produtivas que não utilizam esse recurso são predominantes em todos os municípios.

A redução mais significativa ocorreu em Piedade, onde o número de unidades que acessava o crédito rural em 1996 era de 825 (40%) e, onze anos depois, caiu para 296 (10,5%), mesmo aumentando o número total de UPAs. O declínio da produção de cebola e, conseqüentemente, as dívidas contraídas, as exigências do Banco do Brasil e o receio do endividamento são alguns fatores que podem ter levado a essa redução do acesso ao crédito rural.

Os mesmos fatores se aplicam a Pilar do Sul, que também teve redução do número de UPAs a acessar o crédito rural, passando de 161 (25%), em 1996, para 120 (12%), em 2007.

Em São Miguel Arcanjo, aumentou o número de UPAs que acessaram o crédito rural, entre 1996 e 2007, de 167 (12%) para 522 (21%), tendo como objetivo investir na produção da uva de mesa e da batata inglesa.

Em Tapiraí, pelas características já comentadas, não há uma participação expressiva de unidades produtivas com acesso ao crédito rural, pois apenas sete (2%) utilizam algum tipo de financiamento. De um modo geral, o acesso ao recurso, independente do tipo e finalidade, ainda, pelos dados do LUPA, é restrito a um pequeno grupo de produtores rurais.

Outra característica que está, de certo modo, vinculada ao financiamento via crédito rural é a aquisição de trator e de outros maquinários agrícolas. Para tanto, a Tabela 16 apresenta o número de UPAs que possuem trator e o total de veículos existentes.

Tabela 16- Número de UPAs que possuem trator e número total de tratores, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.

Trator	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Sim	*	639 (977)	882 (1.365)	820 (1.262)	270 (590)	347 (551)	511 (808)	1.021 (1.461)	53 (57)	80 (97)
Não	*	739	1.170	2.023	375	637	1.039	1.470	171	243
Total de UPAs	*	1.378	2.052	2.843	645	984	1.350	2.491	224	323

Fonte: LUPA de 1996 e 2007

Org.: Erika Moreira (2009).

O mesmo quadro concernente ao acesso ao crédito rural se repetiu em relação à aquisição de trator na MRG de Piedade, entre 1996 e 2007. Em Piedade, nesse período, houve redução, tanto do número de unidades de produção agropecuária com trator, como também do número de tratores. Em Pilar do Sul, a situação foi diferente, pois o número de UPAs com trator aumentou e caiu o número total de tratores. Já em São Miguel Arcanjo e Tapiraí, a aquisição de tratores por UPA e o número total de veículos aumentaram.

A utilização de diferentes tipos de irrigação é importante na MRG de Piedade, considerando as características e o uso intensivo do solo, o relevo e os tipos de cultivos. A Tabela 17 apresenta os sistemas de irrigação implantados nas UPAs da MRG de Piedade.

Tabela 17- Número de UPAs que utilizam sistema de irrigação, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.

Tipos de irrigação	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Convencional-aspersão	*	1.014	1.485	1.032	198	177	122	121	46	51
Autopropelido	*	2	62	10	-	1	8	6	1	2
Gotejamento	*	134	62	42	14	3	16	61	-	-
Pivô central	*	13	45	8	6	4	8	9	1	-
Não possui	*	215	398	1.751	427	799	1.196	2.294	176	270
Total	*	1.378	2.052	2.843	645	984	1.350	2.491	224	323

Fonte: LUPA de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009).

O sistema de irrigação convencional (aspersão⁸²) é o mais utilizado, principalmente nas hortícolas folhosas e não folhosas. Embora seja predominante, entre 1996 e 2007 houve redução no uso desse tipo de irrigação em todos os municípios. O sistema autopropelido consiste no uso de cabos de aço para realizar a irrigação e é pouco utilizado na microrregião, por conta das áreas pequenas e dos declives acentuados das áreas agricultáveis. A irrigação por gotejamento aparece com predominância em Ibiúna.

Ao analisarmos os dados sistematizados na Tabela 18 sobre as diferentes técnicas de cultivo e a assistência técnica, verificamos que os municípios tiveram comportamentos distintos ao longo de onze anos (1996 a 2007). No que se refere à análise do solo, embora importante para reconhecer as estruturas físico-químicas do terreno, essa técnica teve redução em três municípios: Piedade, Pilar do Sul e Tapiraí. Só o município de São Miguel Arcanjo teve aumento no número de análises, que se elevou de 433 (1996) para 700 (2007).

⁸² Consiste na utilização de aspersor e uma mangueira de alta pressão para irrigar.

Tabela 18- Número de UPAs que utilizam diferentes tipos de técnicas, entre 1996 e 2007, na MRG de Piedade.

Técnicas	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Análise do solo	*	400	918	570	339	256	433	700	64	27
Adubação mineral	*	798	1.219	1.601	468	652	729	1.393	86	11
Adubação orgânica e verde	*	1.352	1.604	2.040	323	859	589	1.648	72	145
Sementes melhoradas	*	907	1.719	1.790	357	521	484	906	88	90
Plasticultura	*	148	71	109	19	24	95	258	01	06
Hidroponia	*	13	**	03	**	02	**	01	**	01
Assistência técnica privada e/ou pública	*	775	447	972	344	241	1.259	1.485	09	248
Total	*	1.378	2.052	2.843	645	984	1.350	2.491	224	323

Fonte: LUPA de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009).

Complementando a análise da Tabela 18, observamos que os números referentes às diferentes técnicas de adubação e à utilização de sementes melhoradas, no geral, apresentaram crescimento. Vimos também, durante a pesquisa de campo realizada nos anos de 2009 e 2010, que o sistema hidropônico vem sendo adotado pelos produtores rurais, sobretudo de Piedade, com o cultivo de rúcula e de alface. Todavia, é uma técnica ainda incipiente, pois, além de sua implantação ser recente, é também muito cara, haja vista que a construção de uma estufa para o desenvolvimento do cultivo hidropônico custa aproximadamente R\$ 250.000. Embora exija a compra das mudas de terceiros e o controle intensivo da água utilizada, o maior benefício, porém, é o tempo de produção, pois, a rúcula, por exemplo, que num sistema convencional levaria 40 dias, em média, para se desenvolver, no sistema hidropônico, é colhida em 21 dias. O maior número de UPAs que se dedicam ao sistema hidropônico se encontra em Ibiúna, onde foram registradas 13 unidades que o adotam.

O outro sistema adotado pelos produtores rurais é a plasticultura, que consiste na utilização de telas de proteção nos cultivos agrícolas. Entre 1996 e 2007, houve ampliação de seu uso em todos os municípios, com destaque para Ibiúna, forte na produção de hortícolas folhosas, e para São Miguel Arcanjo, com o cultivo de hortícolas não folhosas.

Um aspecto que nos chamou a atenção foi o aumento do número de UPAs com assistência técnica, seja privada ou pública. A assistência privada está

vinculada a um estabelecimento comercial, que disponibiliza um agrônomo ou técnico em agronomia para ouvir os problemas relatados pelos produtores e indicá-los, conseqüentemente, os insumos ou produtos químicos de que necessitam. O número irrisório de agrônomos e técnicos é um fator que limita a adoção de novos sistemas de produção menos nocivos aos recursos naturais. A maior ampliação de assistência técnica ocorreu em Piedade, onde foi registrado, entre 1996 e 2006, um aumento de 525 UPAs que contam com esse recurso - privado e/ou público.

Outra variável importante na análise conjuntural das estruturas fundiária e produtiva refere-se às organizações coletivas de produtores rurais, como as associações e cooperativas, as quais podem ser compreendidas como estratégias utilizadas, tanto para garantir uma renda maior com a comercialização dos produtos, quanto para a aquisição de insumos e maquinários por preços mais acessíveis e com melhores condições de pagamento. A princípio, pensamos que as organizações coletivas de produtores rurais eram significativas do ponto de vista dos interesses dos agricultores e do número expressivo de produtores rurais na MRG de Piedade. Contudo, a partir dos dados da Tabela 19, é visível que a filiação é pequena.

Tabela 19- Número de produtores rurais filiados a associação, cooperativa e sindicato, em 1996 e 2007, na MRG de Piedade.

Tipos de organização	Ibiúna		Piedade		Pilar do Sul		São Miguel Arcanjo		Tapiraí	
	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007	1996	2007
Fazem parte de cooperativa de produtores	*	210	122	47	103	137	94	168	17	24
Fazem parte de associação de produtores	*	350	88	196	138	171	156	218	4	26
Fazem parte de sindicato de produtores	*	458	350	271	192	150	278	414	14	44
Total	*	1.378	2.052	2.843	645	984	1.350	2.491	224	323

Fonte: LUPA de 1996 e 2007.

Org.: Erika Moreira (2009).

*não há dados referentes.

Em Ibiúna, os dados de 2007 mostram que apenas 15% (210) dos responsáveis pelas UPAs estavam engajados em cooperativas; 25% (350) em associações; e 33% (458) em sindicatos rurais. O número maior de proprietários de UPAs filiados aos sindicatos está ligado à busca por serviços burocráticos e

assistência jurídica como, por exemplo, requerimento de aposentadoria, declaração de Imposto Territorial Rural (ITR), de Imposto de Renda (IR) etc.

É perceptível a redução do número de UPAs vinculadas a cooperativas e sindicatos rurais, entre 1996 e 2007, no município de Piedade. Ficou evidente, durante as entrevistas com representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e da Casa da Agricultura, que a extinção da Cooperativa de Cotia e a descentralização da Cooperativa Sul Brasil refletiram negativamente em toda a região, desmotivando muitos ex-cooperados a participar de outra organização coletiva. A própria filiação a uma entidade que representa a classe, no caso o sindicato rural, é bem modesta, ou seja, apenas 9% das UPAs possuem algum sindicalizado. Já o aumento do número de responsáveis pelas UPAs vinculados a uma associação se deve ao fato desta forma de organização coletiva⁸³, procurar agregar produtores que enfrentam as mesmas dificuldades e que estão envolvidos com os mesmos objetivos ou cultivos, como o caqui, a alcachofra, o morango etc.

Em números absolutos, podemos dizer que houve um acréscimo no número de UPAs vinculadas a uma associação ou cooperativa em Pilar do Sul, entre 1996 e 2007. As duas cooperativas mais representativas no município são a Cooperativa Agrícola de Pilar do Sul e a Cooperativa Sul Brasil. No ano de 2007, 17% dos responsáveis pelas UPAs eram filiados a uma associação de produtores rurais, sendo as principais delas: Associação Paulista de Produtores de Caqui, com sede em Pilar do Sul; Associação dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul; e aquelas formadas nas áreas atendidas pelo PEMBH⁸⁴. Houve, também, redução no número de UPAs vinculadas ao sindicato, o que, segundo as informações obtidas no Sindicato Patronal Rural de Pilar do Sul, se deve à expansão da silvicultura, via atuação da empresa Suzano Papel e Celulose.

Com o fito de apreendermos a situação das associações de produtores rurais e das cooperativas agropecuárias existentes nos dois municípios em estudo, aplicamos junto aos responsáveis um roteiro de entrevista estruturado no mês de dezembro de 2009, cujos resultados foram sistematizados no Quadro 14.

⁸³ Algumas associações não funcionam atualmente, e outras tiveram redução drástica do número de associados.

⁸⁴ Programa Estadual de Microbacia Hidrográfica. Foram duas microbacias selecionadas para a consecução do programa, quais sejam: Piraporinha e Sarapuí.

Nome da organização	Ano de Fundação	Número de Associados	Presidente	Produtos trabalhados/mensalidade ou anuidade	Municípios abrangidos	Dificuldades	Serviços prestados
Associação Paulista de Produtores de Caqui - APPC	2000 e a APPC exportação foi criada em 2005, em convênio com a JICA.	72 associados e 20 produtores com direito a exportar suas frutas	Carlos Akira Morioka	Caqui A empresa alterou o estatuto para abranger outros produtos: ameixa, uva, atemoia, maçã, nêspera, lichia e dekopon.	Pilar do Sul, Itapeva, Piedade, Ibiúna, São Miguel Arcanjo, Apiaí, Mogi das Cruzes e Jundiá	Carência de infraestrutura; falta de uma sede própria; pouca participação dos associados nas reuniões; juros altos na contratação dos financiamentos	Assistência técnica; compra coletiva de insumos e embalagens. (A empresa compra os produtos mediante uma negociação antecipada com o país interessado.)
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Pilar do Sul	2005	54	Odair José Ribeiro	Hortifrutas e olerícolas – não há mensalidade, mas uma cota inicial de R\$ 341,00	Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Ibiúna e Sarapuí.	Infraestrutura deficiente	Comercialização dos produtos por meio do convênio do MDS e Fome Zero
Associação dos Produtores de Caqui de Piedade	1997	42	Saissato	Caqui – anuidade de R\$ 60,00	Piedade	Baixa participação dos associados nas assembleias e reuniões; canal de comercialização incipiente	Aquisição de insumos com preços mais acessíveis
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade – APRUP	1996 Reativação em 2009, com a possibilidade de estabelecer a compra direta	Atualmente 53 Chegou a ter 180 associados	Lindaura Pinto	147 produtos (olerícolas e frutas) O valor da mensalidade seria discutido no dia 19 de dezembro de 2009.	Piedade	Falta de equipamentos; deficiência na parte de informática; baixa qualificação do produtor rural	A associação tinha como meta estabelecer parceria com a ETEC, a COAP, Sebrae e a Prefeitura Municipal para o ano de 2010
Cooperativa Agrícola de Pilar do Sul	1995	23	Ernesto Naoki Abuno	Frutas e legumes – a anuidade não foi informada. A cooperativa aluga três salas no seu estabelecimento e obtém uma renda mensal.	Pilar do Sul	Falta de incentivo ao produtor rural	Compra de adubos e sementes
Cooperativa Sul Brasil de Pilar do Sul	Década de 1960. A rede nacional e a descentralização ocorreram em 2001	80	Shinsaku Horikoshi	Não há cota participação – produtores rurais variados (participação majoritária de fruticultores)	Pilar do Sul	Comercialização dos produtos e ampliação de crédito para os cooperados	A cooperativa tem uma sede com loja de produtos agropecuários, supermercado e galpão para armazenamento dos produtos; assistência técnica e recolhimento da produção para negociação

Cooperativa Agrotécnica de Piedade	2009, em fase de implantação	12	Aluísio	São técnicos em agropecuária – ainda será discutido o valor da cota	Piedade	Em fase de implantação e organização	com o comércio.
Sindicato Rural Patronal de Piedade	1972 se formalizou o sindicato	No início chegou a ter 3.000 sindicalizados, hoje são 80	Eduardo	Diversos produtos agropecuários – valor anual: um salário mínimo	Piedade	Pouca participação dos associados	Assistência burocrática: declaração de impostos e assessoria jurídica
Sindicato Rural Patronal de Pilar do Sul	1968, como Associação Rural de Piedade	400	Isac Antunes de Proença	Diversos produtos agropecuários	Pilar do Sul	Necessidade de novos canais de comercialização; falta de uma política mais eficiente na fixação dos preços e em relação ao avanço da silvicultura por meio da atuação de grandes grupos industriais de papel e celulose	Assistência jurídica, médica e burocrática ao produtor rural; parceria com o Senar e Sebrae para realização de cursos de qualificação ao produtor rural.

Quadro 14: Caracterização das organizações coletivas visitadas em Piedade e Pilar do Sul/SP.

Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2009.

Org: Erika Moreira (2009).

A partir das falas dos entrevistados, verificamos que algumas associações e cooperativas surgiram a partir de iniciativas externas, o que culminou em desativações ou numa existência apenas formal.

A mesma situação descrita anteriormente ocorreu em São Miguel Arcanjo, onde, embora tenha ocorrido aumento do número de responsáveis pelas UPAs vinculados a alguma organização coletiva, em termos relativos houve redução, porque o número total de UPAs aumentou de 1.350, em 1996, para 2.491 (2007). Em Tapiraí também se ampliou o número total de UPAs filiadas a organizações coletivas. No entanto, mesmo registrando-se um aumento na filiação de UPAs a associação, cooperativa e sindicato rural, ela ainda é muito baixa.

As visitas a associações de produtores rurais, cooperativas agrícolas e sindicatos rurais de Piedade e Pilar do Sul foram essenciais para a delimitação dos bairros rurais e os critérios estabelecidos para a aplicação dos formulários, já que são organizações fundamentadas nas relações interpessoais e nos interesses comuns (ver Quadro 14). Foi possível absorver das visitas e entrevistas realizadas junto às organizações coletivas, que as associações de produtores rurais e as cooperativas agrícolas que se estruturam com base em mais de um produto agrícola estão mais aptas a enfrentar alguns problemas, como superprodução, acessibilidade ao fomento agrícola etc.

Em resumo, essas organizações estão vivenciando um período bastante problemático em relação à realidade pesquisada, em decorrência da baixa participação dos associados nas reuniões, da falta de perspectiva do produtor em relação à participação coletiva, da ausência de apoio do Estado⁸⁵, da expansão da silvicultura para papel e celulose e do consequente arrendamento das áreas para tal fim.

A discussão apresentada neste capítulo, que teve como objetivo analisar o rural a partir da ótica agrícola, permitiu mostrar que a agricultura teve, e ainda tem, um peso econômico expressivo na MRG de Piedade, e que

⁸⁵ Esse aspecto é contraditório: se o Estado atua na organização e na implantação de uma organização coletiva, pode ocasionar uma forma de manipulação política e levar à sua extinção; agora, se o Estado não fornece infraestrutura, por meio de políticas direcionadas para tal fim, também pode acarretar a sua desativação.

essa expressividade econômica e social do setor agrícola acompanhou as mudanças econômicas do cenário nacional.

No próximo capítulo procuramos enfatizar, de maneira mais profícua, as múltiplas funções existentes no espaço rural de Piedade e Pilar do Sul, cuja análise se pautou em visitas e aplicação de roteiros semiestruturados junto aos responsáveis pelos estabelecimentos. Todas as funções têm, direta ou indiretamente, um vínculo com a atividade agrícola, seja à montante (antes do plantio) seja à jusante (depois da colheita).

4.5. Resumo do capítulo

A partir das análises contextualizadas sobre o setor agropecuário na MRG de Piedade, constatamos:

1. A estrutura fundiária em Pilar do Sul tende a uma concentração fundiária, mediante o arrendamento e a expansão da silvicultura.
2. A proeminência de propriedades rurais com até 50 hectares é visível em Piedade. No entanto, embora não sejam grandes do ponto de vista da sua extensão (tamanho) territorial, elas não podem ser consideradas pequenas, pois sua classificação não é feita pelo tamanho, mas pelo valor e quantidade produzidos.
3. A mão de obra familiar é predominante, associada ou não à contratação temporária, em todos os municípios, sobretudo nas fases de colheita e limpeza.
4. A fruticultura é o carro-chefe em Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo.
5. A olericultura folhosa e não folhosa é forte em Piedade e Ibiúna.
6. Tapiraí, nos últimos anos, apresentou declínio em sua produção agrícola; entretanto, há no município uma política voltada à preservação ambiental, mediante a implantação de uma área de Reserva da Biosfera.

5. A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E DO ESPAÇO RURAL

As discussões sobre a multifuncionalidade no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul estão centradas nas dinâmicas contemporâneas das demandas urbanas de alimentos e de lazer e têm como elemento articulador e dinamizador, a agricultura. A construção desta tese surgiu com a necessidade de mostrar que no espaço rural há uma diversidade de funções, de atividades, de agentes e de processos, os quais, embora tenham na agricultura o seu elemento aglutinador, abrangem não apenas a vocação produtiva econômica, mas um conjunto de atividades associadas ao turismo rural.

Para situarmos nossa preocupação teórica, tratamos, na primeira parte, das diferenças conceituais e geográficas entre a chamada multifuncionalidade da agricultura (MFA), no âmbito das reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e da Conferência do Meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e a multifuncionalidade dos territórios rurais, abordada como um dos pilares do Programa *Leader*, criado em 1991. Procuramos, no momento posterior, abordar a multifuncionalidade existente no espaço rural, enfatizando as políticas públicas e as questões teóricas envolvidas. Buscamos, a partir dos dados e das informações obtidas, compreender as atividades existentes nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul, com o objetivo de debater a equivocada ideia das múltiplas atividades e da decadência da agricultura, haja vista que o setor agrícola é o principal articulador das funções e das atividades não agrícolas. A escala de análise, nesta tese, é a dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, independentemente dos bairros rurais pesquisados para a aplicação do questionário. Isso é justificado pela possibilidade de contemplar o maior número de atividades e funções.

5.1 Diferenças conceituais e geográficas da noção de multifuncionalidade da agricultura

Antes de tecermos qualquer comentário a respeito da temática, é preciso distinguir a multifuncionalidade da agricultura e a multifuncionalidade no espaço rural. Para isso, recorreremos a Remy (2007), que aponta, inicialmente, três

grandes riscos: 1) que a MFA (Multifuncionalidade da Agricultura)⁸⁶ passe a ser vista pelo Estado como algo secundário; 2) que o turismo e o lazer sejam compreendidos como panaceia e a agricultura, como algo residual; e 3) que a [multifuncionalidade] se dilua no discurso do desenvolvimento sustentável (REMY, 2007). Este terceiro risco é o mais discutido recentemente. A multifuncionalidade, portanto, não é sinônimo de desenvolvimento sustentável, pois existem possibilidades de pensar a agricultura no sentido produtivo, social e ambiental. Já o desenvolvimento sustentável, por seu turno, é mais amplo do que simplesmente fomentar uma prática agrícola menos predatória. A MFA está vinculada, atualmente, a três direcionamentos: segurança alimentar, desenvolvimento rural e sustentabilidade (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009 e ALMEIDA; SOUZA, 2003).

A utilização pioneira da noção de multifuncionalidade da agricultura (MFA) ocorreu na França, mais precisamente com as reformas da PAC, em 1992⁸⁷. Entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, as políticas agrícolas europeias visavam amenizar os problemas decorrentes da saturação progressiva dos estoques agrícolas e dos custos financeiros com o protecionismo da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento⁸⁸ (OCDE). Sabourin (s/d) destaca que as propostas da PAC se resumem em três grandes eixos: sistema de política de preços (com subsídios agrícolas); controle direto à produção; e medidas ambientais (medidas de acompanhamento)⁸⁹.

Bonnal *et al.* (2004, p. 65) relatam que “la réforme de la PAC de 1992 a marqué une rupture en instaurant le découplage des aides”, colocando como eixo central de discussão o desenvolvimento rural, mais especificamente, o desenvolvimento rural sustentável. A noção apareceu pela primeira vez na declaração de Cork, em 1996, no encerramento da Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (GUYOMARD; BUTAULT; LE MOÜEL, 2004), que foi realizada na Irlanda, em 1996, com o objetivo de discutir as diretrizes para o desenvolvimento rural dos países europeus para os anos 2000⁹⁰.

⁸⁶ A sigla MFA será utilizada para se referir à multifuncionalidade da agricultura.

⁸⁷ Segundo Bonnal *et al.* (2004), a multifuncionalidade é o produto das mudanças rápidas que conheceu o setor agrícola depois da Segunda Guerra Mundial. Ela está profundamente imbricada na construção da Política Agrícola Comum.

⁸⁸ *Organization for Economic Co-operation and Development.*

⁸⁹ Refere-se a ações de proteção ambiental e preservação do *savoir-faire*.

⁹⁰ Informação extraída do site < <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/cork/intro.html>

Lima (2007), ao discorrer sobre a noção de multifuncionalidade em Portugal e a sua relação com o desenvolvimento rural, afirma que tal noção comporta dois aspectos: a) a diversificação econômica da agricultura e dos territórios rurais, baseada na valorização dos seus recursos materiais e imateriais; b) o preenchimento de funções sociais não materiais por parte da agricultura e do espaço rural – as designadas “novas” funções da agricultura e do rural.

Para Sabourin, com base nas ideias de Laurent (1999)⁹¹, a MFA define o “conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade” (LAURENT (1999) *apud* SABOURIN, s/d, s/p). A partir da Conferência do Meio Ambiente (Eco-92), a multifuncionalidade foi caracterizada como o reconhecimento, por parte da sociedade, das funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária.

A partir da primeira reforma da PAC, a temática da diversificação e preenchimento de outras funções – que não fundamentalmente as econômicas – por parte da agricultura, inicia o seu percurso, reforçando-se através das sucessivas reformas de 1992 e instituindo-se como uma das temáticas centrais quer em termos do discurso da UE [União Européia], quer em termos da tentativa de adopção de um conjunto de outro e diferente tipo de políticas para o sector (LIMA, 2007, p. 03).

A OCDE define como multifuncionalidade da agricultura a “existência de múltiplos *outputs* mercantis e não mercantis que são conjuntamente produzidos pela agricultura” (LIMA, 2007, p. 219). Entre 1997 e 2003, a noção de MFA esteve presente nas discussões sobre a agricultura na Europa e na Ásia. Mas, foi nas reformas da PAC que a noção teve forte impacto, sobretudo para os países pobres. “Na U.E., o conceito teve forte repercussão e chegou a constituir um dos alicerces da reforma da PAC conhecida como *agenda 2000*, com a criação do segundo pilar dedicado ao desenvolvimento rural” (BONNAL; MALUF, 2009, p. 219).

Os autores explicam que, a partir do limiar do século XXI, a noção de MFA “desapareceu” das agendas internacionais e dos discursos nacionais, devido a ter sido colocada nas negociações da Organização Mundial do Comércio

⁹¹ Catherine Laurent é referência no estudo da multifuncionalidade na França, desde o final dos anos 1990. Vimos, a partir das leituras sobre a temática, que é citada e discutida em muitos artigos, todavia, não pudemos ter acesso a suas obras e, por isso, as ideias da autora são reproduzidas por meio de outros pesquisadores.

(OMC) como “considerações não comerciais sobre a agricultura” e com forte viés político (BONNAL; MALUF, 2009, p. 219).

Bonnal ; Maluf (2009, p. 220) distinguem as concepções positiva e normativa da MFA no âmbito da OCDE. A concepção *positiva* “considera a MFA em termos dos múltiplos produtos da agricultura com vistas a elevar o grau de conjunção entre a atividade agrícola e suas externalidades positivas na forma de produtos não-mercadoria”. E, no caso da concepção *normativa*, a agricultura “é considerada como um setor específico cuja orientação não-mercantil deve ser definida pela sociedade”. Essas duas possibilidades de entender a MFA permitem adotar tanto ações para viabilizar a multifuncionalidade da agricultura familiar, quanto atividades destinadas ao meio ambiente e às questões sociais.

Bonnal (2004, p. 70), ao distinguir a multifuncionalidade da agricultura das novas ruralidades, aponta que os contextos históricos e regionais distintos fundamentaram o surgimento das duas noções, cujo eixo comum é a atenção ao desenvolvimento rural e às diferentes atividades desenvolvidas no espaço rural. A MFA é definida pelo referido autor como “l’ensemble des produits, services et externalités créés par l’activité agricole ayant un impact direct ou indirect sur l’économie et la société dans leur ensemble”.

Perraud (2004, p. 52), ao discorrer sobre as análises das transformações na agricultura e as implicações para as políticas públicas, explica que a MFA se originou numa fase de regulação econômica, isto é, “réguler le secteur agricole dans des domaines et selon des critères autres que ceux de la compétitivité”. Não existem políticas públicas multifuncionais nos países desenvolvidos, mas políticas que veem a agricultura além de sua função produtiva. Perraud (2004) cita a PAC como exemplo de uma política setorial, intra e extracomunitária que, nos últimos anos, buscou fomentar projetos com *viés sustentável*.

A MFA considera que a agricultura não tem apenas a função produtiva, mas desempenha também outros três papéis – o *econômico* (geração de renda), o *ecológico* (preservação da biodiversidade) e o *social* (emprego no campo) – considerados externalidades positivas da atividade agrícola (NEUMANN, 2006).

Maluf (2002), com base na realidade brasileira, propõe a agricultura multifuncional aliada a sistemas agroalimentares (familiares, artesanais e de

pequena e média escala), para promover o chamado *desenvolvimento territorial rural* no Brasil. Com base no trabalho de Laurent, o autor aponta que a noção de MFA se caracteriza por três abordagens: funcionalista, retórica e de estratégia política.

O viés *funcionalista* do estudo da MFA é criticado pelo autor, pois essa vertente, além de não abordar as tensões e os conflitos entre o rural e a “sociedade que ele integra”, enfatiza demasiadamente o caráter econômico da agricultura (MALUF, 2002, p. 252).

Quanto ao caráter *retórico*, o autor assinala que essa noção está sujeita as controvérsias, pois o espaço rural não engloba apenas as atividades agrícolas, mas também as não agrícolas. Esse viés tem sua base na FAO⁹² - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Existem duas grandes contribuições da MFA, tanto como instrumento analítico quanto como referência para a formulação de políticas públicas, ao possibilitar “uma melhor apreensão da dinâmica de reprodução das unidades econômicas e das famílias rurais nos espaços (territórios) em que elas estão localizadas” (MALUF, 2002, p. 254).

A terceira visão se fundamenta no viés *estratégico político*, com base nas diretrizes existentes na PAC. As intenções foram promover a produção de alimentos sob distintas formas que contemplem as várias funções, além de “unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem” (MALUF, 2002, p. 255).

O autor supracitado distinguiu claramente a MFA que se instituiu no contexto europeu, especificamente no caso francês, e a noção aplicada à realidade brasileira⁹³. Para ele, enquanto na Europa a MFA pretende “adaptar as prestações de serviços (funções) da agricultura às exigências da sociedade”, com base em relações contratuais entre agricultores e Estado, no Brasil, a MFA tem como principal viés, a dimensão econômica. “A experiência francesa mostra que a materialização da multifuncionalidade enfrenta desafios, porque esta noção tem ligação ‘indissociável’ à pluriatividade e impõe o reconhecimento administrativo e cultural desta última” (MALUF, 2002, p. 256).

⁹² Food and Agriculture Organization of the United Nations.

⁹³ Carneiro (2009) esclarece que a MFA e a multifuncionalidade do território rural apareceu pela primeira vez na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a ECO-92, no Rio de Janeiro.

A realidade brasileira, marcada pela heterogeneidade e pela desigualdade social, coloca dois fatores que interferem no enfoque da MFA, na concepção de Maluf (2002, p. 257): a) ainda há dificuldade no acesso à terra, o que ocasiona deslocamento de agricultores sem titulação da propriedade para os centros urbanos e restringe cada vez mais o acesso aos recursos, inviabilizando uma agricultura *multifuncional*; b) existem carências “na institucionalização do estatuto profissional do agricultor” (direitos trabalhistas).

Em seu artigo sobre redes de reciprocidade no rural, Sabourin (2009, s/p) defende a implantação de políticas de “reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais fundada na reciprocidade e não no intercâmbio capitalista”. A proposta do autor é direcionar essa política de viés puramente econômico, como ocorreu na Europa, para uma ação coletiva dos agricultores numa rede de reciprocidade, entendida como relações mútuas, compartilhamento de recursos, confiança no outro e responsabilidades.

A construção de projetos para o desenvolvimento rural, pautados numa visão multidimensional e territorial, tem como marco operacional o Programa *Leader* – Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural – criado em 1991, na Europa. Esse programa se fundamenta numa visão territorial do desenvolvimento rural e se contrapõe ao modelo setorial da PAC (Política Agrícola Comum). Neumann (2006), ao questionar a existência de dois modelos de desenvolvimento – agrícola e rural – entende que eles devem ser vistos não como antagônicos, mas complementares.

Em suma, a MFA foi difundida pela PAC, e a multifuncionalidade dos territórios rurais foi um dos objetivos do Programa *Leader*⁹⁴. Entre 1991 e 1994, foi desenvolvido o *Leader I*, com ênfase nos 217 projetos de enfoque territorial e com vistas a alcançar o desenvolvimento rural. Entre 1995 e 1999, entrou em funcionamento o *Leader II*, que apoiou as ações diversificadas – cerca de 1.000 projetos. Entre 2000 e 2004, foi implantado o *Leader +*.

⁹⁴ Esse Programa foi criado em 1991, a partir de iniciativas dos países membros da Comunidade Europeia e também das inquietações decorrentes da visão setorial e produtivista da PAC. A ênfase no território, no capital social, nas potencialidades (materiais ou imateriais) e na liderança exercida no âmbito local são as diretrizes do *Programa Leader*. O referido programa passou por algumas fases, *Leader I* (1991-1994), depois *Leader II*, *Leader +* (2000-2004), cada etapa com seu plano de trabalho, de acordo com as especificidades dos países membros e seus enfoques prioritários (FAVARETO, 2008).

A forte repercussão da temática nos países europeus teve influência também nos estudos agrários no Brasil, a partir de 2000, da qual o projeto “O Novo Rural Brasileiro” é um dos exemplos. A multifuncionalidade, portanto, ganha espaço nas investigações científicas brasileiras, com a participação de pesquisadores franceses, como Phillipe Bonnal, Eric Sabourin, Catherine Laurent, Antony Fuller, entre outros. Entendemos que a transposição teórica de uma determinada noção, de um país para outro, é perigosa, pois as diferenças e as especificidades podem ser ocultadas. Numa realidade agrária distinta como a brasileira, em que os problemas básicos ainda não foram plenamente resolvidos, a multifuncionalidade da agricultura é discutida no plano produtivo.

No Brasil, alguns autores são referência para o estudo da MFA na agricultura familiar e no desenvolvimento territorial, entre eles Cazella, Bonnal; Maluf (2009) e Carneiro (2004). Com exceção de Carneiro, os demais organizaram um livro sobre a temática, em que é debatida a noção de MFA na realidade brasileira.

A análise da multifuncionalidade da agricultura familiar não coloca a agricultura, do ponto de vista produtivo, como elemento central, mas compreende quatro níveis: famílias rurais, território, sociedade e políticas públicas. “A unidade de observação deixa de ser a agricultura *stricto sensu* e passa a ser a família rural considerada uma unidade social e não apenas unidade produtiva” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 48).

Os referidos autores enumeram as funções que foram apontadas para a MFA: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais (a agricultura ainda tem um peso importante no campo); b) promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade em geral (importância do autoconsumo); c) manutenção do tecido social e cultural (a agricultura continua sendo o fator definidor da identidade, embora a continuidade dos filhos na agricultura é veementemente colocada em xeque); d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Cazella; Bonnal; Maluf (2009) vinculam a MFA ao enfoque territorial e explicam que a noção de multifuncionalidade da agricultura, e não do território (espaço) rural, é mais abrangente para tal realidade.

Para Froehlich *et al.* (2008), a noção de MFA permite o reconhecimento das funções social, cultural, econômica e produtiva da agricultura, no seu sentido territorial e não apenas setorial.

Todavia, pode-se entender a polêmica européia em torno da tentativa de atribuir à *agricultura* todas estas múltiplas funções como a expressão de disputas no âmbito do processo de integração da União Européia, no qual está em jogo a existência de subsídios agrícolas, pautas de exportação de gêneros alimentícios, as regulamentações para o exercício profissional e suas consequências para o sistema previdenciário etc. (LAURENT, 2000 *apud* FROELICH *et al.*, 2008).

A noção de MFA atrelada à de território permite compreender as potencialidades de um determinado território e amenizar as dualidades existentes nos debates sobre desenvolvimento territorial x desenvolvimento agrícola.

No *novo mundo rural* de Graziano da Silva, segundo Moreira (2003), existe a tendência da criação de novas redes sociais e econômicas regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais. Essas redes articuladas englobam diversos segmentos, como o produtivo, o tecnológico, o fundiário, além do turismo rural, do ecológico e do cultural.

Não podemos compreender as múltiplas funções existentes no espaço rural sem contemplar a atividade agrícola, haja vista que ela ainda continua sendo a atividade econômica mais importante. A realidade de Piedade e Pilar do Sul, por exemplo, mostra-nos que a agricultura articula as demais funções – prestação de serviços, lazer, turismo, moradia, preservação ambiental e cultural – e, portanto, coloca em xeque a ideia de que as ‘novas’ funções do rural substituem a atividade agrícola.

No próximo item, buscamos enfatizar a multifuncionalidade do espaço rural na perspectiva da relação rural-urbano, cujas demandas urbanas alimentam essas diversas funções.

5.2. Multifuncionalidade no espaço rural

Durante o levantamento bibliográfico, observamos a utilização dos termos multifuncionalidade da agricultura e multifuncionalidade no espaço rural. A primeira refere-se às possíveis funções da agricultura, discutidas tanto na Conferência da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, como nas reformas da PAC. Já no que concerne à segunda, embora não haja consenso entre os pesquisadores, está presente uma vinculação entre as funções agrícolas e não agrícolas existentes no rural, como o turismo, a prestação de serviços, a preservação cultural e ambiental

etc. No caso de nossa área de pesquisa, a agricultura é a atividade articuladora dessa multifuncionalidade.

Ao discutirmos a multifuncionalidade no espaço rural, deparamo-nos com uma ampliação de estudos sobre a temática no Sudeste (Grupo de Pesquisadores do CPDA - Programa interdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio em Ciências Sociais no Rio de Janeiro e, em Rio Claro, no Estado de São Paulo) e no Sul (Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Federal do Rio Grande do Sul) do Brasil.

Num dos artigos mais recentes, Ferreira *et al.* (2010) abordam as diferenças entre as noções de multifuncionalidade da paisagem e da agricultura, consubstanciadas numa análise a partir da realidade do espaço rural de Rio Claro, no Estado de São Paulo.

A primeira noção, segundo os autores, está vinculada à ação conjunta do poder privado e público no ordenamento e no planejamento territorial, sendo suas características centrais a preservação dos recursos naturais e a articulação das diferentes funções do uso do solo. No caso da segunda, a multifuncionalidade da agricultura, a ação do poder público é preponderante (Estado), e suas características básicas são a preservação ambiental, a segurança alimentar e a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Ambas têm em comum a preocupação ambiental e social, em que o papel do Estado como organizador e financiador é imprescindível. Mesmo em fase de desenvolvimento, este trabalho de investigação caminha com as mesmas proposições contidas nesta tese, de que a multifuncionalidade não incorpora apenas a dimensão produtivista e que o Estado tem papel importante na formulação de políticas públicas que viabilizem as estratégias multifuncionais para a reprodução das famílias rurais. A intrínseca relação com a cidade e a acessibilidade proporcionada pelos meios de transporte são outros elementos importantes desta pesquisa.

Carneiro (2004), ao discorrer sobre as novas inserções econômicas da população residente no rural do município de Nova Friburgo/RJ, aponta que a agricultura foi por um determinado período a atividade central de seus moradores rurais. Com a introdução de novas atividades, mais a chegada de novos moradores e novas funções, a agricultura perdeu a sua centralidade. Há, no âmbito da família, a pluriatividade, e no plano do espaço, a multifuncionalidade. A noção de

multifuncionalidade permite combinar as práticas e os valores sociais, culturais e econômicos diversificados. “Resulta daí um olhar que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção” (CARNEIRO, 2004, p. 35).

Em outro artigo, a autora (CARNEIRO, 2009) faz uma abordagem comparativa – teórico e espacial – da ruralidade, da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura. A articulação de um projeto de sociedade às diversas dimensões da atividade agrícola dá visibilidade ao que Carneiro & Maluf (2003) chamam de multifuncionalidade da agricultura. A integração das diversas esferas sociais e econômicas permite dar visibilidade à dimensão social e não apenas econômica dos agricultores.

Carneiro; Maluf (2003) afirmam que as noções de pluriatividade, multifuncionalidade e ruralidade, que não devem ser vistas como segmentadas, surgiram a partir de reflexões políticas e, depois, acadêmicas. A autora questiona: como é possível pensar a ruralidade no contexto da multifuncionalidade agrícola?

Em suas conclusões, Carneiro; Maluf (2003, p. 236) assinalam que a “noção de multifuncionalidade é operacional, um instrumento metodológico para abordar e compreender o meio rural”. É um instrumento analítico, também, porque favorece a implantação de uma agricultura articulada à preocupação ambiental e social. E a grande contribuição dessa noção reside na possibilidade de compreender a relação da agricultura com as outras esferas sociais, as quais incorporam as funções não diretamente produtivas.

Nessa perspectiva de aceitar as múltiplas funções no espaço rural, Carneiro (2009, p. 237) utiliza a multifuncionalidade do território como noção mais abrangente que MFA, haja vista que possibilita abarcar as “diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas”.

Rivera; Campos (2008, p. 82) enfatizam que a multifuncionalidade dos territórios rurais é o eixo central para entender a nova ruralidade, pois permite a coexistência de “diversas formas de producción, comercialización y consumo de productos agrícolas y no agrícolas, un sistema de servicios ambientales y una institucionalidad reformada”, em que o capital social se fortalece.

Se a agricultura é apenas uma ocupação do rural, por que então se lhe atribui a multifuncionalidade? Carneiro (2009, p. 184) responde que “essa noção induz a uma visão mais integradora na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais na sociedade local”. Todavia, a utilização da noção de MFA nos meios acadêmicos e político apresenta certa ambiguidade, como a vinculação da agricultura a atividades/serviços remunerados, já que algumas vezes as funções desenvolvidas no rural não têm essa característica.

Para Kageyama (1998, s/p), “a multifuncionalidade do rural brasileiro parece estar ainda concentrada na pluriatividade (trabalhos agrícolas e não-agrícolas) e, em pequena medida, como espaço de moradia para uma fração da elite urbana”.

As características das múltiplas funções existentes no espaço rural variam de região para região, dependendo das potencialidades naturais, da distância dos centros urbanos e das necessidades socioeconômicas. A agricultura com base no trabalho familiar é a principal articulação com as demais funções. Assim,

Grande parte da geração dessas novas funções ocorre na agricultura familiar. Seja pelo seu caráter conservacionista (que lhe atribui um maior retorno econômico no longo prazo), seja pelas características de seus itinerários técnicos e pela quantidade de mão-de-obra utilizada na produção, a unidade familiar de produção consegue fornecer serviços ambientais, sociais e econômicos o que corrobora seu caráter multifuncional. (SANTOS; COUTO; ROCHA, s/d, p. 05)⁹⁵

Por isso, as políticas públicas multifuncionais, segundo Santos; Couto; Rocha (s/d), visam garantir o mínimo necessário para a alimentação das famílias da zona rural, sendo, portanto, pautadas no viés da segurança alimentar, disseminado pela PAC, nos anos de 1990.

Os autores apontam como exemplos de políticas públicas multifuncionais o *Bolsa Família* e a *aposentadoria rural*, programas de transferências de renda que visam garantir o mínimo necessário para a reprodução das famílias. Todavia, não há, no Brasil, nenhum projeto “de estímulo à demanda por produtos socioecologicamente sustentáveis”, de forma que as iniciativas são pontuais e,

⁹⁵ Este artigo foi publicado no endereço eletrônico: <http://www.sober.org.br/palestra/2/1031.pdf> e acessado em outubro de 2010.

muitas vezes, parte das organizações de produtores não tem acesso ao recurso financeiro público (SANTOS; COUTO; ROCHA, s/d, p. 06).

Adotamos a nomenclatura *multifuncionalidade no espaço rural*, devido a dois aspectos: o espaço rural não se resume ao caráter setorial, pois, como já foi explicado, a agricultura não tem apenas a função produtiva e econômica, mas também as funções cultural, social e ambiental; o espaço rural não é sujeito, portanto, não gera ou produz nada, e suas funções são desenvolvidas pelos sujeitos que nele residem (ou trabalham), os quais, por sua vez, estão vinculados a distintas funções e atividades.

5.3 A multifuncionalidade construída na agricultura de Piedade e Pilar do Sul

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas *in loco* e por encaminhamento de roteiros de entrevistas, por *e-mail*, aos proprietários dos empreendimentos, a fim de obter informações que os empregados contatados não puderam oferecer. Buscamos contemplar a diversidade existente em cada município⁹⁶. Com base na pesquisa de campo, verificamos que as atividades desenvolvidas no espaço rural dos dois municípios são distintas.

Em Piedade, as atividades vinculadas ao lazer e ao turismo⁹⁷ ecológico e rural são mais perceptíveis enquanto que em Pilar do Sul, a preservação ambiental e cultural (religiosa) são aspectos peculiares aos empreendimentos de lazer e turismo. Com base em levantamentos de fontes primárias e secundárias, elaboramos um quadro que demonstra os empreendimentos existentes em Piedade e Pilar do Sul.

Ao realizarmos a coleta e a sistematização dos dados sobre as funções existentes no espaço rural de Piedade e de Pilar do Sul, agrupamos nove conjuntos de atividades (Quadro 15): lazer (mais amplo que a atividade turística, envolvendo passeios, atividade esportiva etc.) e turismo (as diferentes modalidades); moradia (principal ou secundária); prestação de serviços (casas de mudas para cultivos hidropônicos, casas agropecuárias, marcenarias, serralherias etc.); *nichos de mercado* e novos sistemas de produção (hidropônico ou orgânico); preservação

⁹⁶ Na página 36 encontra-se o quadro dos estabelecimentos visitados para a aplicação do roteiro de entrevista e inventário turístico.

⁹⁷ Consideramos o lazer, o ócio, bem mais amplo que a atividade turística.

ambiental e cultural. As atividades não podem ser estudadas de maneira isolada, mas a partir de uma visão integradora em que a agricultura tem a função primaz.

Atividades	Características principais	Público	Exemplos
Lazer	Atrativos naturais e consumo da paisagem	Citadinos de Sorocaba, da RMSP e da MRG de Piedade	Chácaras de lazer, pesqueiros e festas regionais
Turismo rural	Convivência com a rotina no campo, valorização dos pratos típicos, artesanato etc.	Citadinos de Sorocaba e da RMSP	Atividade do “Colhe e Pague” do caqui fuyu
Turismo no espaço rural	Atrativos naturais e consumo da paisagem (artificializada ou não)	Citadinos de Sorocaba e da RMSP	Pousadas, hotéis-fazendas e restaurantes temáticos
Agroindustrial	Processamento de frutas e legumes	Clientes de diversos estados brasileiros	Compotas e conservas
Silvicultura para fins industriais	Atuação de grupos industriais e proprietários imobiliários	Exportação de papel e celulose	Grupos Suzano e Votorantim
Preservação ambiental	Preservação dos resquícios de mata atlântica e educação ambiental	Moradores da própria região	Programas financiados pelos governos estadual e municipal
Preservação cultural	Preservação de bens culturais, como festas, comidas, monumentos etc.	Moradores da própria região e cidadãos de Sorocaba e RMSP	Vila da Saudade, em Pilar do Sul, e Vila Élvio, em Piedade
Novas práticas agrícolas	Sistemas hidropônico e orgânico; nichos de mercado	Consumidores de Sorocaba e RMSP	Flores ornamentais, erva-doce, alcachofra, morango orgânico e hortaliças orgânicas
Comércio e prestação de serviços privados	Estabelecimentos vinculados ao setor agrícola	Moradores da própria região	Casas de produtos agropecuários, serrarias, estufas de mudas e transportadoras.

Quadro 15– As atividades existentes nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

Na área de pesquisa, a relação da atividade turística com a secundarização da agricultura é uma falácia, pois as pousadas e as festas tradicionais divulgam como ponto-chave a importância da diversificação produtiva agropecuária, no caso de Piedade. A hipótese defendida, de que a agricultura é a principal articuladora das múltiplas atividades existentes no espaço rural, pode ser comprovada no Quadro 15.

Defendemos, com base teórica e empírica, que as múltiplas funções apresentadas – *habitat*, lazer, turismo, preservação ambiental, preservação da religiosidade, consumo e produção para nichos de mercado, serviços e pequeno comércio – estão direta ou indiretamente vinculadas à dinâmica agrícola. O

elemento comum são as novas demandas de consumo dos produtos agrícolas *in natura* ou agroindustrializados, assim como as de lazer e de atividades turísticas ecológicas e rurais.

Em nossa reflexão teórica sobre o espaço rural e a ruralidade, no contexto histórico da área pesquisada apresentado no segundo capítulo, mostramos que a agricultura sempre foi o elemento motivador da economia e das mudanças sociais nos municípios, seja como estruturadora de novas relações sociais – migrantes e imigrantes – seja na constituição de novas redes espaciais produtivas, como novos canais de comercialização da produção agrícola.

Nas subseções que se seguem, procuramos apresentar as funções de lazer e turismo, de preservação ambiental, de moradia, de serviços e comércio e de novas práticas agrícolas, tendo como referência a análise de todo o material coletado na pesquisa de campo.

5.3.1 Turismo e lazer: tipos e modalidades

As atividades turísticas e de lazer, considerando suas diferentes modalidades, vêm sendo pesquisadas no espaço rural, sobretudo por geógrafos (RODRIGUES, 2001; PORTUGUEZ, 2006).

O lazer, em seu sentido amplo, passa a ser cooptado pelo consumo em nossa sociedade, tornando-se uma necessidade (CARLOS, 2002). O turismo, como uma das formas de lazer, não cria lugares, mas cenários e *simulacros*⁹⁸ (reprodução artificial de um lugar). O lugar, compreendido como produto das relações humanas e emerso na identidade, não se constrói a partir do turismo. E como se desenvolve a atividade turística no espaço rural, onde a identidade e a sociabilidade são características centrais? Buscamos responder essa indagação considerando duas diretrizes: a) o turismo se apropria do modo de vida e tenta reproduzir o cotidiano do rural e/ou; b) a atividade turística é colocada para o poder local (regional) como a possibilidade de desenvolvimento econômico, impondo a visão de progresso *versus* atraso.

A referência para o estudo do turismo no campo geográfico, ou numa visão multidisciplinar, com ênfase no espaço rural, é Rodrigues (1997; 2001).

⁹⁸ Em Bagli (2006 e 2006a), há uma discussão sobre a existência de simulacros nas áreas rurais e periurbanas dos municípios paulistas de Presidente Prudente, Mirante do Paranapanema e Álvares Machado.

As modalidades de turismo no espaço rural abarcam: ecoturismo ou turismo de aventura, turismo rural, agro-turismo, turismo educativo, turismo cultural e turismo de negócio (nas áreas do agronegócio da soja, da cana-de-açúcar etc.). Em suma, temos três grandes modalidades de turismo: agroturismo; turismo no espaço rural; e turismo rural (SILVA; BRACERAS; ANDRADE, 2004).

De modo geral, o turismo rural surge “sobre uma estrutura de marketing”, um nicho específico de mercado, cuja raiz é oriunda dos Estados Unidos (TAMANINI; FERRETI, 2006, p. XVII). No Brasil, o turismo rural apresenta diversidade (estrutura, acessibilidade, estilos etc.) justamente pela configuração territorial distinta. Os autores supracitados apontam duas facetas do turismo rural: 1) a revalorização do espaço rural em áreas não tão favoráveis ao desenvolvimento da atividade agrícola e 2) a expansão da atividade nas áreas rurais próximas aos grandes centros urbanos.

As atividades turísticas, do ponto de vista econômico, estão presentes nos países europeus desde o século passado, sobretudo em Portugal e Espanha. No Brasil, começam a ganhar notoriedade no final dos anos 1980 e, em 1994, são aprovados dois decretos: o primeiro, criando a Comissão Especial de Turismo, e o segundo, instituindo a Comissão Interministerial Permanente para Instauração e Coordenação da Política Nacional de Turismo, Histórica-Cultural dos Fortes e Fortalezas (MONTENEGRO, 2001).

O turismo é uma das atividades que vem despontando nas áreas rurais, sobretudo naquelas com potenciais naturais ou culturais. Segundo a definição da Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, o turismo, juntamente com o adjetivo *rural*, vincula-se a “toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional”. Segundo a carta de Joinville (2004), anexada em Tamanini; Ferreti (2006, p. XX), o turismo rural

[...] é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivência da cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida [...]

Esse trecho ilustra que a implantação do turismo deve ser uma estratégia traçada a partir de agentes locais e regionais, em que a cultura local e

rural seja valorizada e não recriada (artificial). Todavia, os trabalhos desenvolvidos sobre dessa temática mostram, em sua maioria, justamente o oposto, ou seja, uma revalorização de novas práticas e a artificialização (simulacros) da vida no campo.

Bedim; Tubaldini (2006, p.7), a partir de um estudo em que o enfoque foi a relação do turismo com os atores sociais (internos e externos) na Serra de Ibitipoca, no Estado de Minas Gerais, apontam que a degradação da qualidade de vida dos cidadãos os leva à busca de

[...] refúgios como alternativa à fuga do cotidiano das metrópoles, sendo que, para alguns autores, a especificidade do rural é definida em oposição à imagem da cidade, e suas representações são construídas a partir do olhar urbano sobre o rural.

Pontuam, ainda, que “nas últimas décadas, inúmeras pesquisas se propuseram a apreender e interpretar os significados econômicos das múltiplas funções que o rural vem apresentando” (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p. 7).

No artigo, os autores demonstram as alterações ocorridas na vida rural da Serra de Ibitipoca. Um aspecto citado é a mudança do uso do calendário agrícola para o do calendário turístico, pois “se antes os agricultores guiavam suas ações pela observação das estações do ano e das fases da lua, agora é o “calendário turístico” que conduz o tempo de trabalho” (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p. 22, *grifos do autor*). Outro elemento cultural afetado foi a religião, ou melhor, as práticas religiosas, pois nos feriados religiosos nacionais, os turistas vão para a Serra, e os moradores buscam seguir as atividades turísticas, o que ocasiona uma redução da frequência de católicos às missas dominicais.

Em suma, os autores atribuem ao turismo a ocorrência de dois elementos reestruturadores na área, primeiro, a “desfiguração física e cultural de suas características arquitetônicas e paisagísticas”, com a construção de chalés em estilo europeu e, segundo, mudanças na legislação municipal, com a implantação do Código de Postura, implantado no ano de 2000, proibindo a criação de animais (porcos) na área urbana, sob a alegação da necessidade de eliminar o mau odor (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p. 23).

Conclui-se, assim, que há um processo de reconfiguração de identidades com os moradores, os migrantes e os turistas, que os autores chamam de “novas relações entre grupos e indivíduos”. Há, portanto, uma coexistência de valores e práticas antigas e contemporâneas. “A população local se ajusta ao novo

contexto, assimilando elementos culturais externos sem necessariamente perder seus aspectos culturais básicos” (BEDIM; TUBALDINI, 2006, p. 34). A contribuição deste artigo para a tese é justamente refletir que o turismo pode desestruturar a vida local e reestruturar a base econômica de uma área agrícola. Os autores mostraram, a partir das informações *in loco*, que o cotidiano dos moradores rurais foi alterado pela atividade turística, mas isso não levou à descaracterização total da vida rural, pois os valores e as práticas tradicionais permanecem, como atrativos para o turismo.

A dimensão cultural é um elemento importante na compreensão do turismo rural e da atividade turística desenvolvida no espaço rural, pois as potencialidades naturais não podem ser utilizadas de maneira isolada, como parâmetros para explicá-lo. Todavia, as práticas culturais não estão estagnadas e engessadas, mas convivem num incessante processo de adaptação.

No trabalho de Gonçalves (2003) sobre o turismo rural e sustentável na Serra da Mantiqueira, encontramos algumas características do turismo rural, entre os quais: o caráter sazonal, o que ocasiona a pluriatividade; a proximidade com o local de residência do público alvo; a oferta de atividades em propriedades rurais com tamanho de até 50 hectares; e a necessidade de planejamento e organização coletiva dos proprietários e responsáveis pelo turismo. Entretanto, o caráter cultural não é evidenciado nesse trabalho, pois o foco da análise é o desenvolvimento do turismo rural sustentável como um caminho para o desenvolvimento rural.

São importantes também as contribuições de Schneider; Verardi (2000) sobre as atividades não agrícolas no Rio Grande do Sul.

A atividade turística no meio rural que se desenvolva harmoniosamente com a agricultura e, em regiões que apresentem características compatíveis às necessárias ao desenvolvimento desta atividade, pode alavancar a economia local gerando aumento na oferta de emprego e conseqüentemente elevando o nível de vida da população atingida. O turismo rural sendo planejado, organizado e administrado, com coerência e responsabilidade, tem condições de ser um instrumento valioso para promover o desenvolvimento de regiões que estão às margens do crescimento econômico (SCHNEIDER; VERARDI, 2000, p.46).

Segundo as proposições desses autores, as atividades turísticas podem ser “complementares à atividade agrícola da propriedade. Tendo em vista a

sazonalidade da atividade agrícola e dependendo da estação do ano, o fluxo de turistas pode sofrer variações devido às características climáticas de cada região” (SCHNEIDER; VERARDI, 2000, p.46). Assim,

O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde é explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural (SCHNEIDER; VERARDI, 2000, p. 35).

O turismo rural, associado à diversificação produtiva, pode, em determinadas localidades, propiciar melhorias na infraestrutura, nos serviços prestados à população residente e na preservação ambiental das matas nativas.

Todavia, segundo os referidos autores, o turismo rural deve ser uma atividade planejada, articulada a diferentes atores sociais e, principalmente, fiscalizada pelos poderes públicos e privados. Se não for assim, ela poderá levar a algumas consequências negativas, tais como:

1. aumento da poluição das águas;
2. descaracterização da cultura local;
3. aumento do tráfego de pessoas e carros, com consequente impacto para a população local;
4. ampliação dos desequilíbrios regionais/locais, mediante crise e problemas econômicos;
5. aumento do custo de vida das populações residentes;
6. valorização das terras, com aumento do assédio às pequenas propriedades rurais.

O desenvolvimento do turismo rural (com ênfase no aspecto ambiental ou não) é uma das alternativas escolhidas pelas famílias rurais para viabilizar a sua reprodução econômica no campo. No entanto, as escolhas não devem ser derivadas apenas de interesses individuais e pontuais, mas principalmente de decisões coletivas e articuladas.

Uma contribuição válida para entender o turismo rural é de Rodrigues (2001), em particular pela tipologia e pela metodologia empregada para definir os tipos de turismo desenvolvidos em áreas rurais e periurbanas. Para a autora, o turismo rural envolve atividades agrárias (paisagens) marcadas pela fisionomia natural e biodiversa (RODRIGUES, 2001, p. 55). O elemento cultural (seja

pelos roteiros históricos, seja pela religião) é central em algumas áreas do Estado de São Paulo, sendo utilizado para o turismo rural, como ocorre, por exemplo, em Pirapora do Bom Jesus.

Outro aspecto apontado pela autora é a intrínseca relação do turismo rural com o ecoturismo. Assim, “torna-se bastante difícil distinguir turismo rural de ecoturismo” (RODRIGUES, 2001, p. 56).

A autora critica a utilização da expressão *turismo* referente ao espaço rural, para caracterizar as propriedades ou estabelecimentos utilizados para esse fim, como pousadas, hotéis, resorts, pois, embora estejam em área rural, não estabelecem um vínculo com o modo de vida rural.

[...] não é convincente, uma vez que as confusões não terminam apenas por conceber e aceitar, como é norma, que existem dois espaços distintos: o espaço rural e o espaço urbano. Classificações que são usadas para fins estatísticos e para recolhimento de impostos [...] Denominaremos essas modalidades de ‘turismo peri-urbano’, quando ocorre pernoite e de ‘lazer peri-urbano’, quando acolhe apenas visitantes, não se configurando como turismo [...] (RODRIGUES, 2001, p. 58-59).

A classificação utilizada para o turismo rural, segundo Rodrigues (2001), envolve o turismo rural tradicional, seja de origem agrícola seja de colonização europeia, e o turismo rural contemporâneo, de hotéis-fazendas, pousadas ou *campings*.

Marrafon (2006) apresenta uma reflexão sobre a estratégia do turismo rural e questiona até que ponto as atividades a ele relacionadas beneficiam os produtores familiares com a oferta de empregos. Em nossa área de pesquisa, constatamos que são beneficiados diretamente com o turismo, tanto produtores, como no caso da família Sakaguti, quanto aqueles indiretamente vinculados com o fornecimento de hortaliças.

O turismo rural contribui, em muitos casos, para “a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não”, dependendo da localização geográfica e da entrada ou não de novos agentes sociais (MARRAFON, 2006).

Pires (2008), por sua vez, ressalva que nem sempre a atividade turística no espaço rural tem uma relação direta com a agropecuária. Alguns empreendimentos, apesar de localizados no espaço rural, não estabelecem com ele

nenhuma relação, tampouco com o agrícola, como acontece nos casos dos parques aquáticos temáticos, *spas*, centros de estética etc.

Atualmente, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o turismo rural recebeu um incentivo, ainda que de maneira indireta. “Em novembro de 1999, foi assinado no Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar, o Convênio de Cooperação Técnica e Integração de Ações entre o PRONAF e o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo)”, que estabeleceu uma linha de financiamento denominada “Linha Agregar”, visando ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais, bem como à exploração do turismo rural (MONTENEGRO, 2001).

Além das atividades agropecuárias, as atividades de turismo, de lazer e agroindustriais são significativas na MRG de Piedade. Para apontar as atividades econômicas existentes no espaço rural desses municípios (Tabela 20 recorreremos aos dados do LUPA, de 2007/2008.

Tabela 20- Atividades econômicas nas UPAs, 2007/8, na MRG de Piedade

Tipos	Ibiúna	Piedade	Pilar do Sul	São Miguel Arcanjo	Tapiraí
Adega ou cantina	-	1	-	2	2
Esporte e lazer	186	43	4	6	2
Extração mineral	3	-	-	1	-
Hotel fazenda, pousada e SPA	2	2	-	2	5
Pesque-pague	4	5	-	-	1
Restaurante	3	4	-	1	4
Transformação artesanal	-	1	-	1	-
Turismo	1	2	-	-	1
Outras atividades econômicas	13	17	-	217	1
Agroindústrias	-	-	-	-	1

Fonte: LUPA de 2007/8.

Org.: Erika Moreira (2009).

As atividades econômicas apresentadas na Tabela 20 são bem distintas, incluindo desde estabelecimentos voltados ao lazer e à prática turística, até outras atividades econômicas. Os que oferecem a prática de esporte e de lazer⁹⁹ –

⁹⁹ **Esporte e lazer** - Existência na UPA de alguma atividade econômica ligada à prática de esportes e/ou lazer (desde que a UPA não se constitua num Hotel Fazenda ou Pousada), como por exemplo, aluguel de embarcações para passeio, de quadras ou campos para a prática de esportes, de animais para passeio, de equipamentos para a prática de esportes, de estrutura para a prática de arborismo etc.

turismo de aventura – são predominantes em Ibiúna e, em Piedade, foram contabilizados 43 empreendimentos nessa área. As atividades econômicas de diferentes naturezas não especificadas em nenhum dos itens anteriores, como fábricas, estacionamentos etc., são numerosas em São Miguel Arcanjo.

De maneira mais específica, a realidade de Piedade e de Pilar do Sul mostra-nos a proeminência do turismo no espaço rural como mostrado no Quadro 16.

Municípios	Estabelecimentos contatados e/ou pesquisados por fontes <i>on line</i>
Pilar do Sul	Pesqueiro Yasuda
	Sítio Sonia Maria
	Pousada Ilha do Pombal
	Pousada Recanto Acampamento dos Pôneis
	Pousada Recanto dos Pinheiros
	Pousada Monte das Oliveiras
	Pousada Recanto Dourado
	Parque da Água Santa
	Parque Nascente das Águas
	Camping Rugine
	Engenho Velho
	Cachoeiras Pinhalzinho, Claro Grande, Alemão, Taquaruvu, Grotta do Chico e Paineiras*
	Vila da Saudade
Piedade	Pousada Recanto Primavera
	Pousada Recanto Dourado
	Pousada Vale dos Eucaliptos
	Ecopousada Cheiro da Terra**
	Pousada Ronco do Bugio
	Pousada Estalagem das Rosas
	Sítio Criação de Javali
	Pousada Vale do Funil**
	Pousada Bem-te-vis**
	Sítio Caminho das Águas
	Pousada Recanto Primavera
	Sítio Sakaguti – Colhe e Pague do caqui
	Vila Elvio
	Lilika Doce**
	Conservas Regina
	Pesqueiro Kiri
	Recanto Bandeirante

Quadro 16: Estabelecimentos e pontos turísticos identificados e contatados em Piedade e Pilar do Sul.

Org: Erika Moreira (2010).

** em processo de mudança e desativação.

Todos os estabelecimentos foram direta ou indiretamente contatados, seja pela visita *in loco*, seja por encaminhamento de *e-mail* ou por meio da Secretaria Municipal de Cultura de cada localidade.

Graziano da Silva (1999) mostra que, a partir da década de 1990, o espaço rural brasileiro, em particular, o paulista, passa a contar com “novas” atividades agrícolas e não agrícolas, com a atuação maciça dos “novos” agentes, os chamados neorrurais.

Ao entrevistar os proprietários dos empreendimentos recreativos de Piedade e de Pilar do Sul, verificamos que eles se inserem na categoria dos neorrurais, pois todos atuavam em diferentes setores da economia.

No caso da Pousada *Ronco do Bugio*, os proprietários, das famílias Majolo, Murad e Duó, trabalhavam no setor financeiro, mais precisamente, J.L. M. era vice-presidente do Banco Real AMRO e, em 2002, decidiu investir na pousada, em Piedade. A ideia de sustentabilidade é utilizada para a organização e estrutura da propriedade: a alimentação é adquirida diretamente dos produtores rurais; não há utilização de produtos químicos para a limpeza; os resíduos são reciclados; e a água é reaproveitada para diversos fins.

Essa pousada integra a Associação de Hotéis do Roteiro de Charme no Brasil, com 55 unidades em todo o país, e possui “selo de seriedade”, tanto da Organização Mundial do Turismo - OMT, quanto do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

O projeto arquitetônico privilegiou materiais reciclados, utilizando madeira e os demais componentes da construção vindos de antigas fazendas de café de Minas Gerais, de forma a criar um ambiente colonial.

Além da pousada, o proprietário implantou, em 2007, a TerpenOil, uma empresa de tecnologia orgânica de produtos à base de terpenol, oriundo de substâncias naturais de plantas (pinus, por exemplo) e de frutas cítricas, que desintegram odores, gorduras e sujeiras.

Em uma reportagem publicada na revista *Isto é*, em formato digital, o Sr. Majolo destacou que a ideia de sustentabilidade não deve ser pautada numa visão idílica de preservação, mas de inovações tecnológicas em prol do desenvolvimento sustentável. “O desafio, porém, era ser grande com uma companhia verde. Mas, sem capital externo, não teria jeito. Por isso, para

experimentar voos mais arriscados, Majolo criou um novo negócio com sua área mais promissora, o desengraxante. ‘Sabíamos que, para ganhar corpo, seria preciso foco e investimento de novos sócios’” (www.istoedinheiro.com.br).

Voltando ao empreendimento, a *Pousada Ronco do Bugio* (Fotos 31 e 32), localizada no bairro rural dos Pires, adotou a ideia de sustentabilidade que compreende, desde a construção com materiais reutilizados e cuidados com alimentação, até a limpeza com produtos sem aditivos químicos. Segundo o gerente, os principais clientes são turistas da RMSP e estrangeiros (EUA e Canadá).

O *folder* fornecido pelo gerente informa que 30% da alimentação dos hóspedes é oriunda do próprio local, ou seja, dos produtores rurais do bairro que cumprem a exigência de não utilizar produtos químicos. “O *cardápio do restaurante foi desenvolvido a partir dos ingredientes produzidos pelas hortas locais*”. É importante enfatizar que a ideia de “ecologicamente correto” é vendida como mercadoria, voltada a um público diferenciado (classe alta).



Foto 31: Vista do restaurante da Pousada.
Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012.



Foto 32: Vista interna da pousada.
Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012.

Ao observarmos os estabelecimentos e as áreas dedicadas ao lazer e ao turismo em Pilar do Sul (como mostra o Mapa 10), constatamos que nove (40,9%) dos proprietários possuem outro empreendimento turístico ou de prestação de serviço/comércio na região RMSP ou em Sorocaba. A combinação de turismo e atividade agrícola está presente em sete (35,0%) dos estabelecimentos, sendo destinados ao desenvolvimento do turismo rural, de passeios ecológicos e de gastronomia.

Um aspecto bem peculiar de Pilar do Sul é a presença significativa de potencialidades hídricas (cachoeiras e grutas), utilizadas para a prática do lazer e do turismo muito vinculada ao caráter religioso (herança do processo de ocupação). São exemplos as cachoeiras e as grutas apresentadas, sendo parte situada em propriedades rurais particulares, cujo acesso é realizado mediante autorização dos responsáveis. Na porção sul (foto 34), na região de Mata Atlântica, as cachoeiras são preservadas pelo poder público municipal, com recursos oriundos do governo estadual e federal.

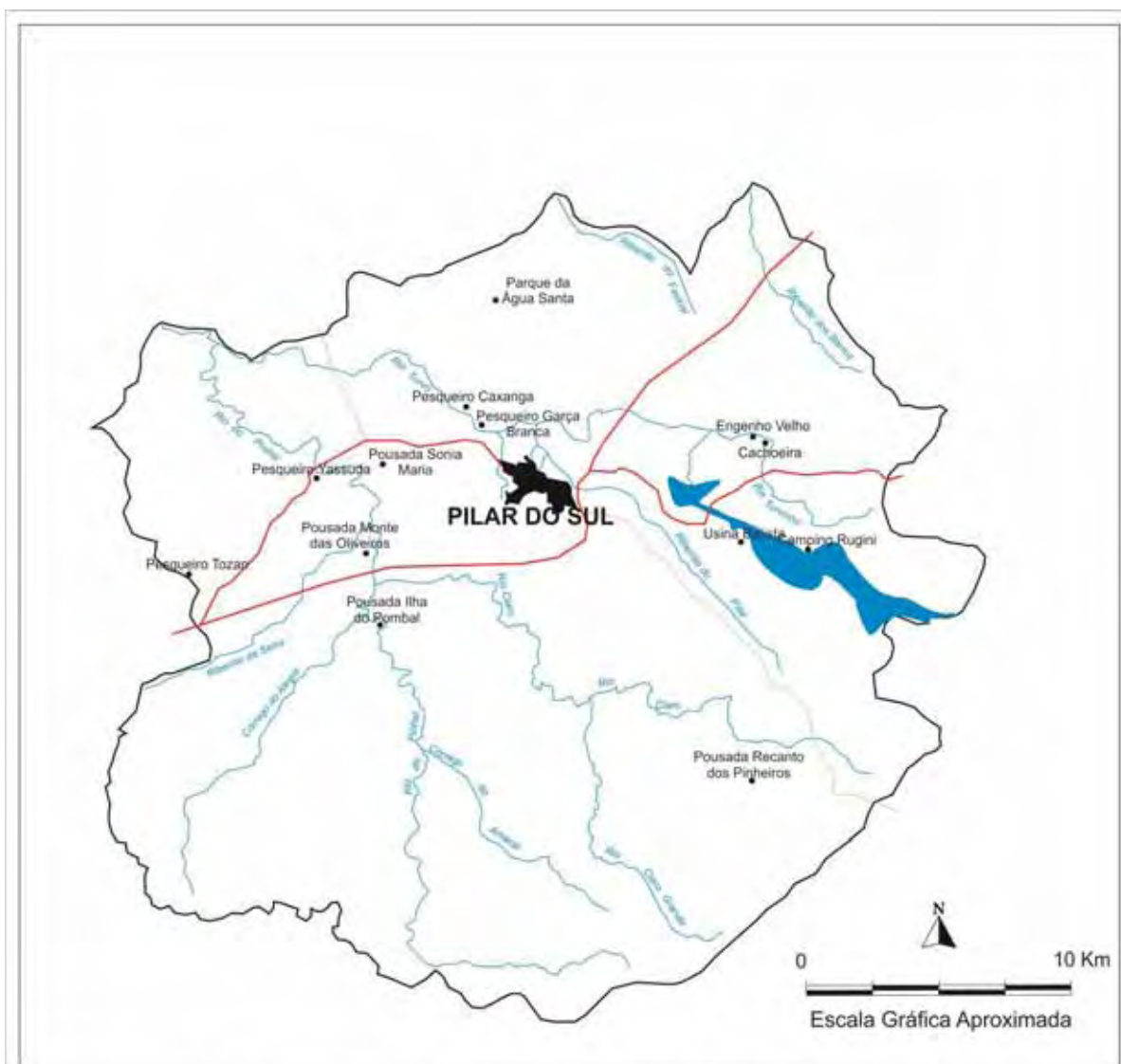
Em Pilar do Sul, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, há cinco pesqueiros: Garça Branca (Bairro do Turvo); Água Viva (Bairro Pinhal – foto 33); Tozan (Bairro Pinhal, na Colônia Tozan, divisa com o município de São Miguel Arcanjo); Caxangá e Abrigo (Bairro Turvo). O potencial hídrico é forte no município, sendo oriunda do Planalto Atlântico, a nascente dos principais rios, como o Turvo (possui a represa das Paineiras), o Pinhal e o Claro, afluentes do Rio Itapetininga e tributários do Rio Paranapanema (ROSA, 2006).



Foto 33: Pesqueiro Água Viva, Pilar do Sul
Fonte: SUDEC (2009).



Foto 34: Vista aérea da pousada Vale dos Eucaliptos, em Piedade.
Fonte: www.valedoseucapiltos.com.br



Mapa 10:Localização dos pontos de lazer e turismo em Pilar do Sul - SP

Legenda		
Rodovias	Limite municipal	Malha urbana
Rodovia municipal pavimentada	Drenagem	Pontos turísticos
Fonte Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, 2012.	Organizadora Erika Vanessa Moreira	Desenhista Leandro Bruno Santos
Instituição 	Grupo de Estudo 	Apoio Financeiro
Autora: Erika Vanessa Moreira		Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Modalidade de Pesquisa		Tese de Doutorado

A realidade de Piedade é um pouco distinta da de Pilar do Sul, seja no tipo de empreendimento, seja pela forma de divulgação midiática. Dos 17

estabelecimentos de lazer e de turismo contatados, três foram implantados antes de 1990; seis foram criados entre 1991 e 2000; oito começaram a funcionar depois de 2001. Destes, a grande maioria busca combinar lazer, gastronomia e preservação ambiental, constituindo a modalidade de turismo no espaço rural (ecoturismo) e não precisamente de turismo rural.

Um exemplo é o *Sítio Caminho das Águas*, localizado no Bairro Limal, em Piedade, em que há a combinação de gastronomia e turismo, voltada para conhecer as etapas da produção de camarão de água doce. Tivemos a oportunidade de entrevistar o proprietário, o Sr. S. R. Ticianelli, que prontamente nos informou sobre a organização interna e as questões inerentes ao empreendimento.

O sítio possui 15,5 hectares, localiza-se a 15 km da sede do município e é baseado em três frentes: laboratórios, roteiros turísticos e restaurante. O carro-chefe de todas as frentes é a criação de camarão de água doce que, além de dois membros da família, emprega quatro funcionários permanentes e nove temporários. O empreendimento, antes dedicado apenas à criação de camarão, tem agora oito anos. O maior fluxo de turistas ocorre nos finais de semana, sobretudo oriundos de Sorocaba. A gastronomia é especializada em massas, peixes e camarão, não havendo nenhum prato no cardápio com carne vermelha, e as hortaliças consumidas são cultivadas no próprio local, no sistema orgânico.

No sítio (Fotos 35 e 36), o responsável oferece cursos de engorda de camarão para interessados de todo o país. A divulgação ocorre por meio de programas de televisão (Globo, SBT), *outdoors* e *folders*.

Quando questionado sobre os problemas, o responsável apontou: as péssimas condições das estradas, pois em um trecho não há pavimentação e como a área apresenta um verão bem chuvoso, nos meses de dezembro a fevereiro ficam intransitáveis; e o inverno rigoroso, porque afeta diretamente a criação de camarão.



Foto 35: Entrada do restaurante do Sítio Caminho das Águas.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012.



Foto 36: Parte externa do sítio utilizado para roteiros técnicos e de lazer.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012.

No caso de Pilar do Sul, foram encontrados empregados permanentes na parte administrativa nos seguintes empreendimentos: Camping Rugine, Sítio Sonia Maria, Pousada Ilha do Pombal, Recanto Monte das Oliveiras e Pousada Recanto dos Pinheiros. Já em Piedade, encontramos os donos das propriedades: Pesqueiro Kiri, Pousada Estalagem das Rosas, Conservas Regina, Pousada Vale dos Eucaliptos, Recanto Dourado, Caminho das Águas e Sítio do Javali. Todas as propriedades já existiam anteriormente, mas eram voltadas a outra função, a produtiva.

A Prefeitura Municipal de Piedade, em particular, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, elaborou quatro roteiros turísticos (Figuras 1, 2, 3 e 4), contemplando as porções norte, sul, leste e central.



Figura 01: Roteiro Branco, que abarca a área central de Piedade.
Fonte: Folder Guia turístico de Piedade.

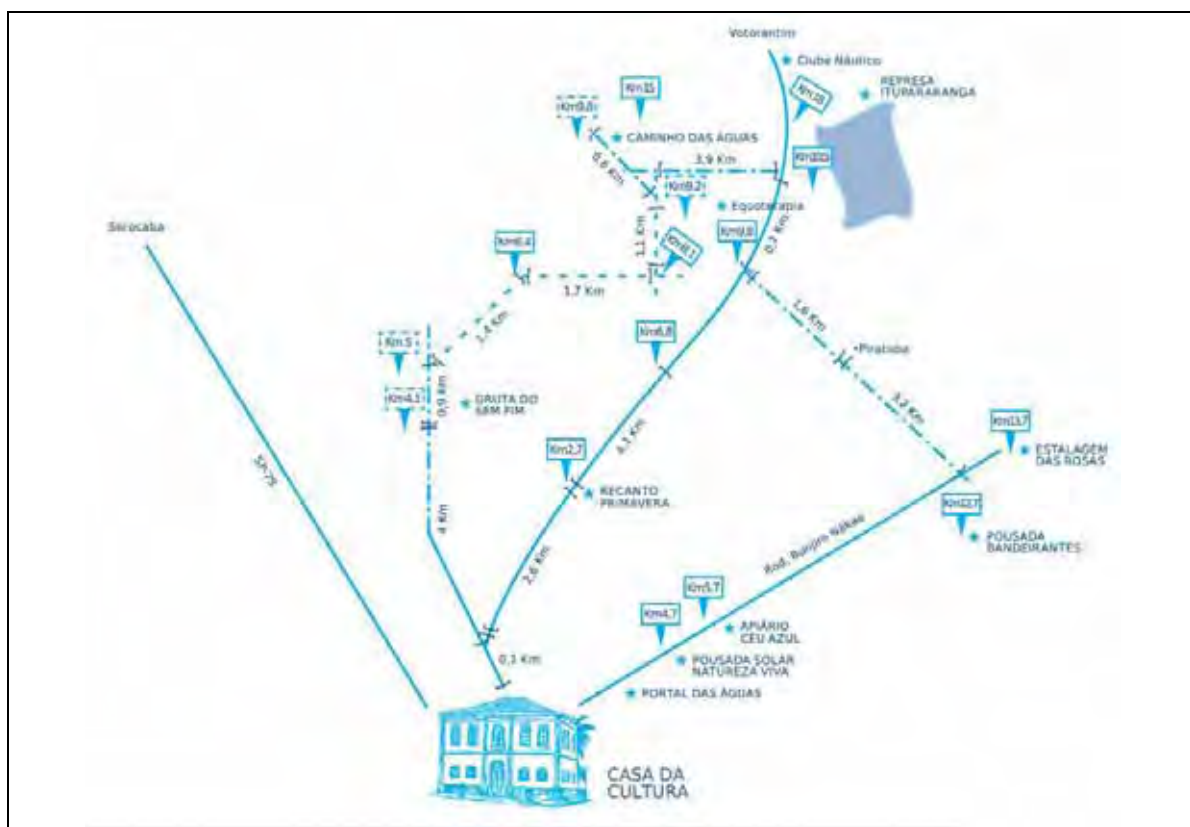


Figura 02: Roteiro Azul, que abarca a porção norte do município de Piedade.
Fonte: Folder Guia turístico de Piedade



Figura 03: Roteiro amarelo, que abarca a porção oeste do município de Piedade.
Fonte: Folder Guia turístico de Piedade.

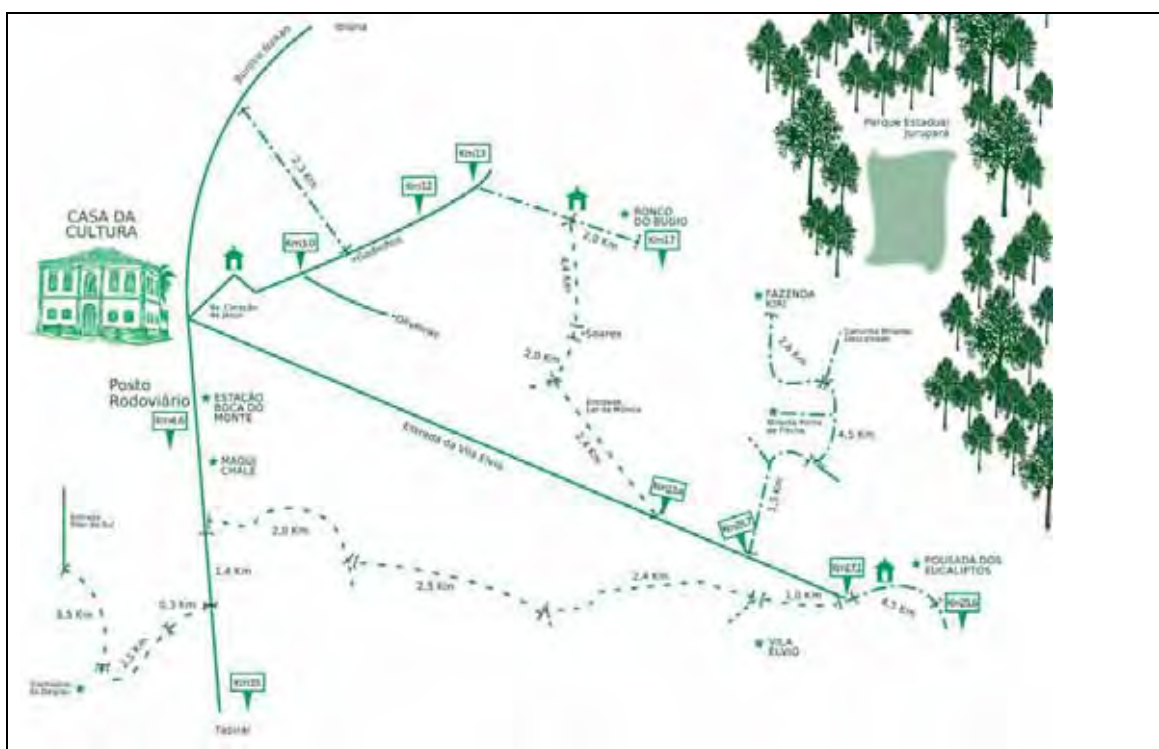


Figura 04: Roteiro Verde, que contempla a porção sul do município de Piedade.
Fonte: Folder Guia turístico de Piedade.

Os roteiros planejados (Figuras 01 a 04) pelo poder local de Piedade buscaram contemplar os pontos turísticos, os bairros rurais e os empreendimentos

voltados ao lazer e turismo. Em todos os bairros abrangidos pelos roteiros turísticos há uma placa indicativa padronizada (Foto 37). Todavia, não há padronização de indicações quanto aos empreendimentos turísticos, o que foi apontado por todos os entrevistados como um dos pontos frágeis para o desenvolvimento turístico no município. Assim, os responsáveis pelos estabelecimentos recreativos fixam as placas de localização conforme suas necessidades, com indicativo de distância (Foto 38).



Foto 37: Exemplo de placa indicativa: Cicloturismo no Bairro Limal.
Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012



Foto 38: Exemplo de placa indicativa particular: Pousada Vale dos Eucaliptos.
Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2012

O turismo rural e o turismo no espaço rural vêm sendo “explorado” pelo poder local por meio de guias impressos e *sites* na internet. Dos 11 estabelecimentos e pontos turísticos contatados em Pilar do Sul, seis possuem *site* para divulgação e, em Piedade, dos 17 estabelecimentos apontados, 10 tem endereço eletrônico e contatos na sede do município para reservas de vagas.

A localização geográfica, as potencialidades naturais e a acessibilidade são fatores que podem favorecer a atividade turística e de lazer na região. Segundo o estudo de Silva; Bracerias; Andrade (2004), os recursos naturais constituem um dos fatores primordiais para o turismo em geral e, em especial, para o rural. Resumindo, as atividades turísticas e de lazer valorizam a paisagem (Fotos 39 e 40), as potencialidades naturais e os traços de uma época próspera (como as fazendas de café).



Foto 39: Folder de divulgação do tropeirismo.

Fonte: Departamento de Turismo de Piedade



Foto 40: Vila Élvio, em Piedade.

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro de 2012.

No caso específico da *Pousada Nascente das Águas*, local onde se situa o símbolo do município de Pilar do Sul, o casal de proprietários já possuía o sítio e, para atender a demanda de pessoas interessadas, decidiram investir no lazer ou turismo de um dia, pois não há chalés para pernoitar. Os responsáveis (motorista aposentado e professora da rede pública) aproveitaram a cachoeira para promover o chamado turismo rural, e construíram um minizoológico e uma pequena exposição de peças de antiguidade, oriundas da própria família.

A Cachoeira Nascente das Águas (Foto 41) é aberta ao público, mas está dentro de uma propriedade particular, e o preço por pessoa, incluindo o uso da piscina, dos quiosques (Foto 42) e demais instalações, é de R\$10,00 por dia.



Foto 41: Cachoeira Nascente das Águas.
Fonte: Pesquisa de campo em janeiro de 2012.



Foto 42: Quiosques alugados nas proximidades da cachoeira.
Fonte: Pesquisa de campo em janeiro de 2012

Há uma discussão, ainda que limitada, sobre a aproximação da sustentabilidade, da multifuncionalidade e da preservação do patrimônio cultural. Por patrimônio cultural, entendemos tanto as formas materiais (edificações, instrumentos de trabalho, obras de arte etc.) quanto as imateriais (práticas, festas, rituais, alimentação etc.) de um determinado grupo ou de uma comunidade.

Neste momento, não pretendemos aprofundar as questões que envolvem o patrimônio cultural. Em um artigo sobre a relação entre turismo rural, patrimônio cultural e desenvolvimento local, Fonseca (2001) esclarece que a noção de patrimônio envolve a construção de uma identidade diferente do outro, destacada pela possibilidade de relacionar arquitetura, gastronomia, festas, crenças e bens imateriais. A autora explica que é equivocado estabelecer uma relação direta entre valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento rural, haja vista que uma função está vinculada a uma série de fatores, como logística, recursos externos, vias de circulação etc.

Muitas vezes, os festejos religiosos e lúdicos reúnem moradores das áreas rurais e, no caso de cidades pequenas, os cidadãos, como é o caso dos dois municípios (ver Quadros 17 e 18). A preservação cultural não envolve apenas a dimensão cultural/simbólica, mas contempla a preocupação ambiental (no caso do Vale do Ribeira, por exemplo) e social (sociabilidade).

Janeiro Festa da cata castanha	Fevereiro Carnaval de rua
Março	Abril Festa do Colhe e Pague do Kaki Fuyu
Maio Aniversário de Piedade Festa do Kaki Fuyu (exposição de produtos e artesanato do município, comidas típicas, danças japonesas etc.)	Junho
Julho Festa da cerejeira (comercialização de produtos e artesanatos tipicamente japoneses)	Agosto Festival de esporte de aventura
Setembro Festival da Primavera Festa do mel Festa do Bon Odori Roteiro Gastronômico da Alcachofra	Outubro Final do Festival da Primavera Homenagens ao tropeirismo e eventos relacionados à música sertaneja
Novembro Baile do Hawai	Dezembro Festival de Dança Sheila's Ballet

Quadro 17: Calendário festivo de Piedade.

Fonte: Folder do Guia turístico de Piedade de 2010.

Org: Erika Moreira (2012).

Janeiro Oficinas Culturais e infraestrutura	Fevereiro Carnaval
Março Feira Agrícola de Pilar do Sul Feira Literária	Abril Festa do Parque da Água Santa
Maio Encontro de Tropeiros	Junho Festa junina
Julho Festa julina	Agosto Festival de Folclore – Encontro de cultura popular
Setembro Semana da Pátria	Outubro Arte na praça
Novembro Aniversário do município, Apresentação Oficinas Culturais, Projeto Guri e Consciência Negra	Dezembro Show de final de ano

Quadro 18: Calendário festivo de Pilar do Sul.

Fonte: Blog da secretaria municipal de cultura de Pilar do Sul

Org: Erika Moreira (2012).

No espaço rural, é visível a articulação entre o lúdico e o religioso, por meio de festas beneficentes, quermesses e festejos religiosos, como se observa, por exemplo, no calendário festivo dos dois municípios.

A chamada cultura caipira (CANDIDO, 2003) revela que a manutenção de traços culturais está vinculada à memória coletiva e à identidade construída no lugar.

O tropeirismo é o símbolo cultural de Pilar do Sul, haja vista que sua fundação se deu com a figura do tropeiro. Em uma das entradas da sede do município, há uma representação do Chico Mineiro, uma lenda no imaginário dos pilarenses. Segundo a história, o apelido de Mineiro foi dado ao Sr. Francisco

Antonio de Carvalho, pelo fato de ter sido casado com uma mineira. O interessante é que os descendentes do casal são chamados na cidade de “os mineiros”, embora não tenham nenhuma relação com os moradores do Estado de Minas Gerais.

A forte influência tropeira em Pilar do Sul levou à implantação de um Centro de Tradições Tropeiras (CTT), apresentado na Foto 43, onde são realizadas as atividades festivas do grupo tradicional, bem como outras, abertas ao público em geral.



Foto 43: Centro de Tradições Tropeiras (CTT) em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de campo em janeiro de 2012.

Todesco (2007), ao dissertar sobre a relação entre o Terceiro Setor (ONG) e o Estado, no turismo no Vale do Ribeira, enfatiza que a preservação cultural não se desvincula da preservação ambiental. Citamos como exemplo as aldeias indígenas, as comunidades quilombolas remanescentes e as comunidades caiçaras existentes na área e que praticam o manejo agrícola menos agressivo ao meio ambiente. Essas comunidades são consideradas patrimônio cultural do Vale do Ribeira, devido a suas festas, rituais, danças, músicas, comidas etc. Em Pilar do Sul, há uma comunidade quilombola que luta pelo reconhecimento jurídico da área central, doação do Tenente Almeida aos escravos, no período que antecedeu a Lei de Terras (1850).

A preservação cultural, no município, está pautada na manutenção das festas religiosas (influência do catolicismo e do budismo), das cavalcadas (influência do tropeirismo), na preservação das antigas colônias etc.

O *Colhe e Pague* da família Sakaguti é uma atividade que reúne turismo, serviço e lazer em geral¹⁰⁰. O sítio da família está localizado no Bairro

¹⁰⁰ As informações mais detalhadas foram extraídas do endereço eletrônico <http://www.colhaepaguecaqui.com.br/evento/> e notícias impressas nos jornais o Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

Sarapuí de Cima, na porção sudeste do município de Piedade, onde há uma produção expressiva de frutas (caqui, morango, ameixa e maçã). O evento *Colhe e Pague Kaki Fuyu* disponibiliza aproximadamente 1.000 pés da fruta, cultivados no sistema orgânico, sendo que o preço cobrado pelo quilo é de R\$ 3,50, valor abaixo do cobrado nos mercados, no período de safra.

A atividade consiste na degustação do caqui *in natura*, além da possibilidade de os visitantes consumirem também derivados e produtos obtidos a partir dele, como geleias, tortas, sucos etc. A oportunidade de poder escolher e comer a fruta colhendo-a diretamente da árvore é uma atividade já realizada em outros países, como Japão (morango cultivado no sistema hidropônico), França e Alemanha, onde o turismo rural busca “simular” um dia de campo para os cidadãos.



Foto 44: Abertura do Colhe e Pague no ano de 2011.

Fonte: site da festa, 2012



Foto 45: Turista participando do Colhe e Pague em Piedade.

Fonte:

<http://www.colhaepaguecaqui.com.br/evento/>

No caso da família Sakaguti, segundo informações coletadas, a necessidade e o encarecimento da mão de obra (nos períodos de safra), aliados ao baixo preço do produto devido à grande oferta, foram os motivos que os levaram a “criar” essa atividade de lazer. O evento já faz parte, desde 2007, das atividades festivas de Piedade, quando a produção de caqui consumida é de aproximadamente 50 toneladas. A partir de 2010, a atividade passou a abarcar também os sítios próximos ao da família Sakaguti, em virtude da demanda e da expressividade obtida com a divulgação midiática. No evento, realizado nos meses de março e abril de

2010, o Sítio Sakaguti recebeu aproximadamente 6 mil visitantes, oriundos, sobretudo, da RMSP e da região de Sorocaba¹⁰¹.

Durante a realização do evento *Colhe e Pague* (Fotos 44 e 45), há a contratação de pessoas para serviços gerais e atendentes, sendo gerado um total de 19 empregos, além da utilização da mão de obra de 23 membros da família para auxiliar na festa. Segundo as informações obtidas, em sua quarta edição, ocorrida em 2010, foram comercializados 12 mil quilos de caqui do tipo fuyu (mais produzido para o escoamento comercial).

Em Piedade, no mesmo ano, foi realizada a 10ª Festa do Kaki Fuyu, com o apoio dos produtores rurais e do poder público local. Foram organizados roteiros históricos e gastronômicos no município, tendo a fruta como carro-chefe. Ao conversarmos com os produtores e expositores rurais, percebemos que a festa ainda é mais uma atividade recreativa e não há nenhuma identidade com a atividade festiva.

Outra atividade realizada no município é o Roteiro Gastronômico da Alcachofra, cuja segunda edição ocorreu também em 2010. Essa festividade é realizada entre setembro e outubro e tem como objetivo possibilitar aos visitantes conhecer a flor e, assim, ampliar o seu consumo, por meio de uma variedade de receitas ofertadas pelos restaurantes e pousadas de Piedade.

O poder local e a Associação dos Produtores de Alcachofra de Piedade organizaram roteiros e indicações de pontos turísticos e gastronômicos para a apreciação da flor, haja vista que esta se tornou, desde meados de 1990, o símbolo da economia local. Todavia, a produção da alcachofra está restrita a um grupo de 16 produtores, todos eles imigrantes ou descendentes de japoneses. Ibiúna e São Roque disputam com Piedade o título de maior produtor anual de alcachofra, sendo boa parte da produção piedadense escoada para restaurantes de São Roque e São Paulo.

¹⁰¹ De acordo com os organizadores, o evento recebeu excursões de várias cidades da região de Sorocaba e de São Paulo, num total de 15 ônibus. “Recebemos muitos grupos da terceira idade”, menciona. Fumiko considera o evento como uma referência para o Turismo Rural em Piedade e destaca a importância do local como fonte de estudo. “Percebemos que o evento atraiu estudantes de escolas do município, como foi o caso da Escola Cônego, e até de universitários de uma faculdade de turismo da cidade de São Bernardo”, comenta. “Recebemos também a presença de autoridades municipais, como prefeitos e vereadores, e visitantes do Japão, Bolívia e Portugal e das cidades do Rio de Janeiro, Rondônia e Mato Grosso”, ressalta. Informação extraída de www.estadao.com.br.

A vinculação entre agroindustrialização, *nicho de mercado*, pesquisa, conhecimento e turismo está presente na família Osako. Produtores de alcachofra, desde os anos 1990, eles buscaram, a partir de 1996, aproveitar as flores de alcachofra descartadas para a venda *in natura*. Em 2001, conseguiram montar uma agroindústria na propriedade e desenvolver a produção de conserva, que se mantém até hoje.



Foto 46: Flor da alcachofra
Fonte: www.piedade.tur.gov



Foto 47: Conservas Regina de alcachofra.
Fonte: Pesquisa de campo em janeiro de 2012.

O Sr. George Osako desenvolve, além da agroindustrialização da alcachofra, o cultivo da flor e o roteiro turístico (Fotos 46 e 47), em que o interessado conhece todas as etapas de produção e os processos de transformação. É importante esclarecer que a iniciativa do Sr. George contou com apoio técnico da Unicamp, com aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a produção de outros produtores da alcachofra. Atualmente, o sítio recebe, em suas instalações, turistas que desejam adquirir os produtos e conhecer a saga dessa família.

A preservação dos bens materiais e imateriais está no próprio modo de vida rural, seja por meio da alimentação seja pelo *savoir-faire* na agricultura. A religiosidade, tão presente no rural, é marcada pelo lúdico, e suas manifestações ocorrem em datas específicas (padroeiro, festa junina etc.) com a participação de um grupo de moradores.

Em Pilar do Sul, o turismo se mescla com a religião, do que são exemplos as citadas *Grutas*, num esforço de preservação material (potencialidades naturais) e imaterial (devoção).

5.3.2. Prestação de serviços

A prestação de serviços no espaço rural tem uma forte vinculação com as atividades turísticas, de lazer, de moradia e de agroprocessamento. Graziano da Silva; Campanhola (2000) apontam que, a partir da demanda turística, alguns empregos podem ser criados no rural, entre eles:

1. os diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;
2. os resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos etc.;
3. os indiretos, criados pelo turismo e derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

O crescimento de atividades não agrícolas entre os residentes rurais ocorreu nos anos de 1990, em virtude da queda dos preços das *commodities* agrícolas e da crise agrícola dos anos de 1980/90 (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Os principais ramos de atividade da População Economicamente Ativa (PEA) rural não metropolitana paulista, em 1999, foram os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, indústria da construção e serviços sociais, que responderam por cerca de 90% do total das ocupações (KAGEYAMA, 2003).

Na pesquisa desenvolvida por Franca *et al.* (2009) sobre o turismo e o lazer rural nas áreas periurbanas de proteção de mananciais da RMSP, é defendida a hipótese de que essas atividades são adequadas à preservação dos mananciais, possibilitando gerar emprego e renda para a população local. As atividades turísticas no espaço rural envolvem as seguintes modalidades: turismo rural; turismo ecológico ou ecoturismo; turismo de aventura e turismo cultural (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000); *spas* rurais; parques naturais; caminhadas; visitas a parentes e amigos; museus; igrejas, monumentos e construções históricas; paisagens cênicas e ambientes naturais; gastronomia regional; hotéis-fazenda; fazendas-hotel; esportes ligados à natureza; pesque-

pague; segundas residências e condomínios rurais de segunda moradia (FRANCA *et al.*, 2009).

Para o desenvolvimento dessas atividades, podemos identificar, no espaço rural, os empreendimentos relacionados ao setor agroindustrial, à prática do lazer, à prestação de serviços públicos e/ou privados, como: lazer rural pedagógico; centros de convenções e shows; clubes recreativos; clínicas especializadas em emagrecimento (*spas*), cerealistas; distribuidoras de alimentos; restaurantes; pesque-pagues; parques; haras; etc.

É interessante observar que a valorização do rural se deu por meio da “revalorização urbana do rural”, ou seja, as demandas urbanas impulsionaram, de certo modo, a agricultura diferenciada, o incentivo aos nichos de mercado e o desenvolvimento do turismo e do lazer.

Os bairros rurais de Piedade e de Pilar do Sul contemplam serviços públicos e de caráter privado, desde postos de saúde até casas de comercialização de mudas adaptadas ao sistema hidropônico.

As discussões acerca do lazer e das atividades turísticas rurais ou no espaço rural buscaram articular o turismo com a atividade agrícola, no sentido de mostrar que um não anula a outra, no caso específico das cidades estudadas.

Durante nossa pesquisa empírica, verificamos que ainda não há uma consonância entre poder público local, produtores rurais e responsáveis pelos empreendimentos de lazer e turismo. De um lado, constatamos que os representantes públicos das secretarias municipais da agricultura, cultura e meio ambiente, trabalham separadamente e apresentam objetivos distintos. De outro, os agricultores não recebem informações nem estímulos para investir ou ao menos conhecer o turismo no espaço rural. Paralelamente, os estabelecimentos vinculados ao lazer e ao turismo são administrados e gestados por pessoas de outros municípios, que já estão atuando no ramo hoteleiro.

Essa realidade dual é mais visível em Piedade, já que em Pilar do Sul há um plano estratégico, que abrange as secretarias municipais de cultura, meio ambiente e agricultura, voltado à exploração das potencialidades naturais (cachoeiras e grutas) e culturais (cavalgadas, festejos) do município. Em suma, o turismo é mais forte, do ponto de vista do número de estabelecimentos e do fluxo de pessoas, em Piedade.

5.3.3. Novas formas de habitat: loteamentos de chácaras e chácaras de finais de semana

A incorporação das áreas agricultáveis ao circuito imobiliário, por meio de loteamentos para residência principal ou secundária, vem despontando como uma nova forma de *habitat*. Muitos trabalhos enfocam essa função não produtiva do espaço rural, como, por exemplo, os de Miranda (2002), sobre Campinas/SP, de Vale (2006), sobre a plurifuncionalidade das áreas periurbanas de Araraquara/SP, de Pires (2008), sobre Vinhedo/SP e de Noronha (2008), sobre Jundiaí/SP.

A função de moradia comparece, de maneira significativa e visível, nas áreas próximas aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Isso ocorre porque muitos habitantes optam por residir em loteamentos situados fora do espaço urbano, servidos, porém, por vias de circulação.

A participação dos agentes privados (empreendedores, proprietários rurais, especuladores imobiliários etc.) promove a instalação de condomínios de chácaras e loteamentos destinados às classes média e alta. Sposito (2006), ao debater a questão cidade-campo a partir das descontinuidades territoriais, ressalta que os loteamentos não são formados pela somatória de pequenas iniciativas, mas por várias ações planejadas para o parcelamento de terras e a transformação, no plano jurídico, de uso rural para urbano. Após o parcelamento, são estabelecidas as áreas públicas e de uso comum e há a aprovação do poder municipal, mediante o cumprimento da legislação.

O circuito imobiliário especulativo é criado, segundo Neumann (2006, p. 104), quando as áreas rurais são valorizadas e transformadas em condomínios, contrariando as exigências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), já que existe um *módulo mínimo* para o retalhamento da área. Essa especulação promove “elevação substancial do valor da terra, que acaba por deslocar desses espaços os usos agrícolas tradicionais”.

Na pesquisa realizada por Caiado; Santos (2003), os autores constataram que cerca de 75% dos maiores municípios paulistas (acima de 500 mil habitantes) possuíam alguma ocupação urbana em suas áreas rurais. A instalação de loteamentos irregulares, ou seja, sem autorização do poder público municipal e o aval da promotoria do meio ambiente, por exemplo, correspondia a

aproximadamente 1.051, no ano de 1999, no Estado de São Paulo. Mas, passados dez anos (1999-2009), é provável que essa cifra tenha triplicado.

Pires (2008, p. 109) se apoia nas ideias de Marsden, ao considerar que a conversão das áreas agricultáveis em moradia é um processo de mercantilização, em que o valor de uso se transforma em valor de troca, ou seja, há a ressignificação do “valor de troca de certas mercadorias a fim de desenvolver novas necessidades e novos mercados”, no que a atuação do Estado é fundamental. Segundo Pires (2008, p. 109), a terra - que era contabilizada a partir de suas características voltadas à produção - tem outro parâmetro, com a valorização da paisagem, das potencialidades naturais, das vias de circulação etc. Assim, “bens intangíveis, tais como ar puro, contato com a natureza, passam a ser ‘mercantilizados’, trazendo à tona, por exemplo, disputas em torno da autenticidade de determinadas áreas”. Os municípios de Piedade e Pilar do Sul são exemplos dessa mercantilização dos bens intangíveis, embora a proliferação de loteamentos para residência seja menos expressiva que as propriedades particulares adquiridas para veraneio.

Em suma, a lógica de produção do espaço urbano se estende para além da cidade, transformando terras rurais em urbanas, principalmente as áreas próximas ao perímetro das cidades, as quais são mais facilmente incorporadas ao uso urbano (SPOSITO, 2006).

Em Pilar do Sul, com uma população total de aproximadamente 25 mil habitantes, existem três loteamentos residenciais nas áreas rurais e um loteamento fechado em fase de implantação no perímetro urbano.

Em Piedade, não foi constatado nenhum loteamento, mas há inúmeras propriedades rurais utilizadas para finais de semana ou períodos de férias. O número de moradias alugadas no rural está diretamente vinculado ao preço baixo auferido. Encontramos, nos bairros rurais, pequenas aglomerações de casas onde residem empregados temporários e aposentados, em sua maioria. Na sede dos bairros há casas de alvenaria que são utilizadas como moradia principal.

Franca *et al.* (2009) realizaram uma pesquisa sobre os sítios de lazer e os empreendimentos não agrícolas localizados nas áreas periurbanas da RMSP. São denominados sítios de lazer, os domicílios de uso ocasional ou segunda residência, dos quais os autores elaboraram uma tipologia (Figura 05), dividindo-os

em individuais (dispersos) ou coletivos (condomínios de chácaras), sendo que estes se subdividem em três categorias: loteamentos, condomínios ou parcelamento (pagam Imposto Territorial Rural).

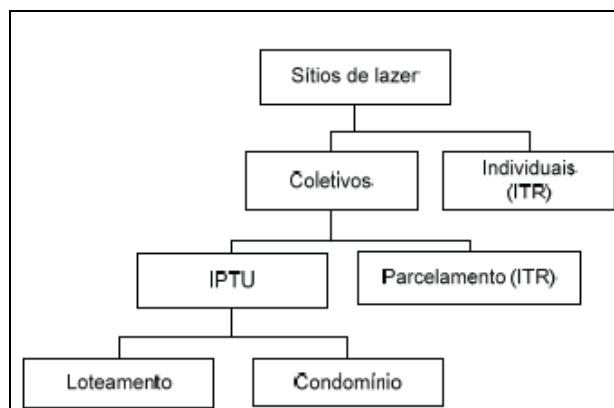


Figura 05: Tipologias de sítios de lazer.

Fonte: Franca et AL. (2009).

No caso dos condomínios de chácaras, existe uma indefinição, pois são formas de *habitat* frequentemente instaladas longe do perímetro urbano, com utilização tanto como residência principal quanto secundária. A própria cobrança de impostos é questionada, haja vista que o ITR (Imposto Territorial Rural) determina uma área mínima de acordo com o módulo fiscal, e o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) incide sobre os estabelecimentos situados nas categorias definidas pelo IBGE como urbanos. Se os loteamentos de chácaras não estão nas áreas de perímetro urbano e não há a produção agropecuária, além de não ter uma área mínima, a definição quanto à jurisdição também é ambígua.

Contemplamos, no decorrer desta tese, que no espaço rural há múltiplas atividades que interagem e se articulam com a atividade econômica principal – a agricultura. Entretanto, o espaço rural não é apenas o depositário dessas atividades, mas o reflexo das relações estabelecidas entre os agentes que atuam no rural, independente de ter vínculos com a agricultura.

5.4. Resumo do capítulo

A partir do exposto, identificamos como aspectos importantes:

1. A noção da multifuncionalidade da agricultura tem dois marcos: a preocupação ambiental aliada ao discurso da sustentabilidade na Conferência

do Meio Ambiente (ECO-92) e a necessidade de se repensar as funções da agricultura com as reformas da Política Agrícola Comum, em 1992;

2. A multifuncionalidade no espaço rural deve ser compreendida a partir das especificidades regionais e políticas, haja vista que o contexto brasileiro é distinto do da realidade francesa e, portanto, as atividades e as demandas são diferentes;
3. A ruralidade contemporânea ou nova ruralidade tem como reflexo a existência dessas múltiplas atividades no espaço rural;
4. Em Pilar do Sul, o turismo está associado à preservação cultural e ambiental, mas não é, no momento atual, uma atividade que tenha um retorno econômico rentável, tampouco uma ampla divulgação na mídia regional;
5. Já a realidade de Piedade mostra uma presença significativa do turismo e turismo gastronômico, cujo dinamismo é impulsionado pela demanda urbana da RMSP e de Sorocaba.

6. OS BAIRROS RURAIS DE PILAR DO SUL E PIEDADE

Ao adotar o bairro rural como unidade de análise, não decidimos realizar uma descrição ou mesmo uma caracterização por bairro, mas utilizá-lo como parâmetro metodológico para a compreensão dos municípios de Piedade e Pilar do Sul. Para tanto, no decorrer deste capítulo, tratamos o agrícola e o rural como pares e não como sinônimos, haja vista que o espaço rural abarca modos de vida cujos valores têm uma vinculação muito forte com a terra.

Considerando que o espaço rural apresenta distintas funções, buscamos compreender a organização econômica, social, cultural e espacial dos bairros rurais, a fim de mostrar como esse espaço é multifacetado e integrado num complexo jogo de relações de conflito e cooperação. Todavia, predomina em nossa análise a dimensão econômica, tendo em conta os referenciais utilizados para a consecução da tese.

6.1. Caracterização e delimitação dos bairros rurais

Buscamos abordar, teoricamente, o bairro rural, já que tal nomenclatura é utilizada com maior frequência no Estado de São Paulo, devido à influência da cultura caipira (MULLER, 1966; QUEIROZ, 1973; FUKUI, 1979; CANDIDO, 2003).

Com base em autores clássicos - Muller (1951, 1966), Fernandes (1971; 1972), Queiroz (1973), Fukui (1979), Candido (2003) - e contemporâneos - Santos (1999), Paulino (2003), Bombardi (2004), Souza (2004), Wanderley (2004), Moreira (2007) e Noronha (2008), podemos afirmar que os bairros rurais são considerados unidades geográficas heterogêneas, baseadas nas relações de vizinhança, na identidade e na vinculação com o lugar (MOREIRA, 2007). Essa característica remete-nos a pensá-los como embriões ou pontos estratégicos para a formação de distritos, patrimônios e sedes de municípios paulistas.

Candido (2003), no seu estudo sobre o caipira paulista, teve como principal objetivo compreender os meios de vida no bairro rural, constituído por sujeitos, desenvolvendo uma descrição qualitativa de casos individuais do município de Bofete, tendo como recorte temporal o período de 1948 a 1954.

O sedentarismo e a adoção de técnicas para sobrevivência fazem parte da sociedade caipira tradicional, tendo em vista que a elaboração de meios de produção e instrumentos de trabalho permitiu a estabilidade e as relações do grupo no meio.

É notável, nos trabalhos de Candido (2003), realizados no final dos anos de 1940, e nos de Queiroz (1973), da década de 1960, a descrição de bairros rurais constituídos de caipiras, cujo nível de vida é próximo ao mínimo necessário para garantir a sobrevivência¹⁰². As casas eram ranchos rústicos¹⁰³, a alimentação¹⁰⁴, baseada nos produtos cultivados pela família, e as roupas e os utensílios, fabricados na propriedade ou adquiridos mediante trocas entre os vizinhos. Atualmente, o quadro é bastante diverso, pois a maioria das casas é de alvenaria e todos os bairros rurais de Piedade e Pilar do Sul têm acesso aos serviços de energia elétrica e água. Outras diferenças referem-se à alimentação, pois boa parte dos itens da cesta básica é adquirida no mercado local, bem como às roupas e utensílios domésticos e de trabalho que não são, muitas das vezes, produzidos no âmbito da propriedade, mas comprados no núcleo urbano.

No tocante à origem dos bairros rurais paulistas, Fernandes (1971) fez um levantamento sobre o processo histórico de formação dessas unidades. Os bairros rurais das áreas mais antigas de povoamento no Estado de São Paulo iniciaram-se, em sua maioria, com a ocupação da terra pelas famílias, às quais, com o decorrer do tempo, iam se agrupando outras famílias¹⁰⁵, além dos novos núcleos que se formavam a partir dos casamentos dos filhos e da chegada de parentes e de imigrantes. À medida que cresciam as famílias e ocorria o casamento dos descendentes, surgiam novos bairros, normalmente nas áreas do “sertão” (distantes da capital e onde o processo de ocupação ainda era incipiente). Por isso, verificamos que a nomenclatura de muitos bairros rurais em Piedade, dentre os

¹⁰² Brandão (1983) pontua que os caipiras paulistas mantinham uma relação de equilíbrio com a natureza, adaptando-se às transformações sociais, econômicas e simbólicas que os cercavam.

¹⁰³ As casas eram chamadas de ranchos e feitas de palhas, barro ou madeira.

¹⁰⁴ De acordo com Candido, os principais alimentos presentes nas casas dos caipiras, entre o século XVIII e início do século XX, eram arroz, mandioca, feijão, milho, açúcar, tubérculos (batata-doce), carne de porco, banha e toucinho.

¹⁰⁵ Para Brandão (1983, p. 13), o Estado de São Paulo teve uma grande parte de seu território tomado por “caipiras lavradores de frente pioneira de ocupação do território paulista” que iam formando bairros rurais, povoados maiores, abarcando o litoral paulista, o Vale do Paraíba, a Zona Bragantina, Depressão Periférica Paulista, a região de Sorocaba, Franca, ou seja, até o centro-oeste do Estado.

quais os bairros dos Prestes, dos Buenos, dos Corrêas, dos Paula e Mendes, é oriunda dos sobrenomes das famílias pioneiras.

Os bairros rurais permitiram, pois, o surgimento de várias cidades paulistas. A princípio, geralmente se construía uma capela, ao redor da qual, ao longo do tempo, se instalavam alguns armazéns e casas, surgindo a então chamada freguesia. Mais tarde, esse tipo de povoamento dava lugar a um povoado, posteriormente uma vila, e então, a constituição de um município. São exemplos desse processo, a formação de Piedade e Pilar do Sul.

Segundo Brandão (1983), onde o bandeirante desbravava, o caipira ocupava e o senhor civilizava. A chegada do fazendeiro em uma área constituída de bairros rurais ocasionou o surgimento de várias cidades paulistas. Esse autor demonstra que os bairros rurais paulistas, no início do século XX, eram unidades quase autônomas de produção e beneficiamento dos seus produtos básicos (vestimentas, alimentos, utensílios etc.).

Candido (2003) considera os bairros rurais como configurações sociais intermediando o indivíduo/família e a cidade, e os define como grupo de vizinhança, uma estrutura fundamental da sociabilidade caipira, que consistia no agrupamento de algumas ou muitas famílias de nível social semelhante, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Esses eram os aspectos fundamentais para a configuração socioespacial dos bairros rurais no Estado de São Paulo¹⁰⁶. O autor, com base nas relações existentes entre os vizinhos, classifica os bairros rurais em dois tipos: os *centrífgos*, com uma unidade frouxa e interação inexpressiva, e os *centrípetos*, cujas relações e grupos de vizinhança são consolidados. Aponta, ainda, duas características que identificam os bairros rurais: a base territorial e o sentimento de localidade (CANDIDO, 2003).

O próprio autor salienta que o bairro não é uma unidade rígida e exclusiva, mas susceptível a mudanças e também à resistência ao novo¹⁰⁷. A

¹⁰⁶ Brandão (1983) faz uma distinção entre caipira e sitiante, caracterizando o primeiro como sujeito sem a posse legal da terra, trabalhando e morando de favor nas terras do fazendeiro, e o segundo, como o produtor rural que mora e trabalha na sua terra e, juntamente, com a família desenvolve as atividades agrícolas.

¹⁰⁷ A cultura caipira exprime um equilíbrio mínimo, mas a penetração da economia capitalista propicia uma mudança ou um desequilíbrio, e essa conjuntura de crise pode levar a duas reações principais: a persistência e a alteração. A persistência está relacionada, sobretudo, aos equipamentos culturais [...] “estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação”. As

influência de novos bens de consumo no mundo “rural caipira” fez surgir, nas palavras de Candido, “a necessidade de um orçamento”, pois os bens que até então eram supérfluos, passaram a ser indispensáveis¹⁰⁸ (CANDIDO, 2003, p. 203).

A relação dos bairros rurais com a cidade é o eixo central do livro de Queiroz (1973), que objetivou a identificação e a análise dessa intrínseca e complexa ligação denominada por ela de interdependente e complementar. Para a autora, os bairros rurais se caracterizam mais pelas relações sociais (relações interpessoais) do que econômicas.

Fernandes (1972, p.02) aponta que o termo bairro “é largamente difundido entre a população”, abrangendo genericamente toda porção determinada de território com limites não precisamente definidos. O sentimento de localidade é acentuado pela presença da igreja, da escola, da venda, enfim, de elementos que permitem reforçar a coesão social entre os moradores do bairro. Para a autora, muitas vezes o bairro rural é confundido e utilizado como sinônimo de grupo de vizinhança, mas pontua que o bairro é uma área com características próprias, onde os grupos sociais mantêm relações e laços de solidariedade. Para Rodrigues (1973), o que realmente configura os bairros rurais é a identidade que o indivíduo tem com o lugar ou, em outras palavras, o sentimento de a ele pertencer.

A organização espacial e as relações entre os bairros e o município parecem ser os aspectos fundamentais na reflexão de Rodrigues (1973). E, diferentemente de outros sociólogos (CANDIDO, 2003), ela não atribui aos bairros rurais o caráter de grupo de vizinhança, mas demonstra que no interior dos bairros pode existir mais de um grupo de vizinhança, aceção que consideramos pertinente.

Na década de 1990 e no limiar do século XXI, notamos que os estudos de bairros rurais são escassos, sobretudo na *Geografia Rural*. A perspectiva contemporânea analisa os bairros rurais numa visão dialética e preocupada com os problemas sociais e econômicos.

Na concepção de Bombardi (2004), o bairro rural constitui uma unidade territorial, oriunda de uma identidade territorial, em cujo interior é possível verificar as relações desiguais existentes, já que o capitalismo ocorre de maneira

alterações são [...] formações novas, geradas no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajustes do seu funcionamento (CANDIDO, 2003, p. 203).

¹⁰⁸ “[...] a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou, na maioria, desconhecidos. Surge assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar vínculos com a vida das cidades [...]” (CANDIDO, 2003, p. 207).

combinada e desigual. “As relações de vizinhança, porém, constituem entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira” (BOMBARDI, 2004, p. 58).

Nessa mesma perspectiva teórica se inclui o trabalho de Paulino (2003) sobre os bairros rurais localizados no Norte do Paraná. A autora caracteriza-os como territórios, permeados de relações de apropriação e de luta pela sobrevivência. “É a expressão maior de uma combinação singular de estratégias, com vistas à reprodução de classe.”

Partindo de uma visão sociocultural, Souza (2004, p. 145) concebe os bairros rurais como “unidades que se caracterizam através da convicção das relações simbólicas e das relações sócio-econômicas na perpetuação da tradição e da memória”. Destacamos a importância dos bairros rurais como “componente da geografia e da história local” e também como “expressão da resistência no campo material”.

Os bairros rurais já não se configuram apenas como o local da produção agrícola, tampouco da economia de subsistência, pois a inserção de “novas” atividades não agrícolas e a valorização econômica de outras funções, como o local do lazer, da moradia, da preservação cultural e ambiental, são características que denotam as transformações pelas quais eles têm passado. Essas funções compõem nos bairros rurais dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, ainda que o setor agrícola seja proeminente.

Com a penetração dos valores urbanos e a racionalidade mercantil, o “caipira” pesquisado por Candido (2003) tenderia, segundo o autor, a três caminhos distintos: enquadrar-se ao máximo às novas condições; conciliar a vida tradicional às situações novas; ignorar os novos valores vigentes, incapaz de se ajustar a eles. Os fatores de preservação cultural constituem fatores de preservação grupal, haja vista sua importância para a permanência dos grupos de vizinhança frente ao processo de urbanização.

“Resistência”¹⁰⁹ é a palavra-chave do trabalho de Souza (2004) sobre os bairros rurais do município de Martinópolis/SP, seja no campo simbólico, seja no material. A resistência dos moradores dos bairros rurais está atrelada à própria sobrevivência do grupo, à afirmação da identidade, à preservação dos

¹⁰⁹ A resistência não ocorre como algo isolado, mas está imersa numa conjugação coletiva de bem comum, isso é, um meio de identificação, reprodução e sobrevivência (SOUZA, 2004).

valores culturais (adquiridos através dos idosos) e à defesa de seu próprio ritmo, de seu tempo e trabalho.

A busca de alternativa para resistir ao processo estrangulador do capital faz a diferença entre os que se reestruturaram e os que não conseguem inserção. A conjugação dos campos de resistência simbólica e material é vista na objetividade de permanecer na comunidade, participando das ações culturais e preservando algumas tradições, bem como na preservação da propriedade rural, estabelecendo relações de trabalho para o grupo, promovendo transformações, dando continuidade ao processo econômico, porém, não perdendo a tradição e os vínculos culturais com o campo (SOUZA, 2004, p. 128).

De fato, a busca de atividades fora das propriedades rurais, em empregos não agrícolas, não conduz, necessariamente, à deterioração do modo de vida rural ou, como defendem alguns autores, ao fim do rural. Seria ingênuo afirmar que o espaço rural não sofreu influências de valores urbanos. Portanto, os valores e modo de consumo urbanos de fato estão presentes nos bairros rurais, mas, nem por isso, desapareceram as tradições, os costumes, enfim, os valores rurais.

Pilar do Sul, conhecida como *Nascente das Águas* pela presença de muitos cursos d'água, ribeirões, córregos e mananciais¹¹⁰, busca, por meio de planos e projetos locais, viabilizar economicamente o turismo rural. Com a elaboração de material institucional pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o poder local procura incentivar as atividades turísticas e de lazer no município. Já em Piedade, nosso contato na Secretaria do Turismo e Meio Ambiente permitiu o acesso a um guia impresso sobre as potencialidades naturais e culturais do município.

Depois dessa breve conceituação sobre os bairros rurais, pretendemos, por meio das informações colhidas *in loco*, contextualizar como ocorreu o processo de ocupação da área pesquisada e como se encontra hoje sua organização espacial e social.

6.2. História e memória nos bairros rurais

A história de ocupação dos municípios se confunde com a da formação dos bairros rurais pesquisados, em decorrência do papel do migrante

¹¹⁰ Os principais rios são: Pinhal, Ribeirão do Pilar, Turvo, Claro e Turvinho.

mineiro, seguido depois pelo imigrante italiano e, no pós-guerra, da chegada maciça dos imigrantes japoneses.

Defendemos que o bairro rural é um lugar de singularidade e não de estagnação, onde valores rurais e urbanos coexistem, e a religiosidade e os laços de parentesco atuam fortemente na coesão do grupo. No entanto, a diversidade econômica, social e religiosa não permite a aglutinação de todos em um único grupo, daí não ser possível considerar a existência de apenas um grupo de vizinhança, mas de alguns. Há neles relações de poder, afinal, o poder existe com, sobre e entre os indivíduos (no convívio social). Aceitamos que há bairros rurais que se configuram como território por duas razões: o processo de ocupação e a estruturação econômica. Todavia, trabalhamos na perspectiva do lugar, entendido como local da copresença e das relações espaciais diretas.

Sendo o bairro um lugar, trabalhamos com a escala do espaço local, sem, contudo, desvinculá-lo do contexto regional e também nacional. Essa opção metodológica subscreve as ideias de Wanderley (2001), quando aborda o espaço local como a escala em que as relações rural-urbanas podem ser apreendidas com maior nitidez.

A contextualização histórica se pautará nas informações obtidas junto aos produtores rurais pesquisados, sendo apenas registradas de forma escrita e não gravadas. Não utilizamos a transcrição direta, porque consideramos tratar-se de uma técnica ou um método que não deve ser subutilizado ou empregado sem as devidas preocupações do ponto de vista verbal e das análises subjetivas. Entretanto, não podemos afirmar que as transcrições indiretas das informações também não sejam carregadas de induções.

Em Pilar do Sul, começaremos pela história de ocupação do Bairro Pombal, no qual a família Ferreira de Moura é a pioneira. Segundo os relatos de “Seu” João do Jango, de 76 anos, o seu bisavô, Joaquim Ferreira de Moura, foi o pioneiro e o ‘desbravador’ da área, cuja posse, ainda no século XIX, era de 4.500 alqueires (10.890 hectares) e se estendia entre os rios Claro e Pinhal. Com a morte do patriarca, em 1917, as terras foram divididas entre quatro herdeiros, entre eles o seu pai. Inicialmente, foram cultivados milho e feijão e, recentemente, observamos a predominância da uva e da pecuária leiteira bubalina. Boa parte das terras herdadas e divididas foi adquirida por engenheiros e agrimensores. A propriedade rural

também teve suas dimensões originais mudadas, como resultado das sucessivas transmissões hereditárias. Atualmente, a maior parte dos produtores e moradores é composta pelas famílias Ferreira, Proença, Moura e Antunes, que se uniram por laços de casamento entre seus membros, sendo comum a formação de famílias Ferreira de Proença ou Proença de Moura.

A família Brisola também é pioneira no Bairro Pombal e forte no cultivo da uva. Conversamos com seis produtores rurais da família e, segundo as informações coletadas, cada um tem sua propriedade no bairro, com uma área que varia de 1 a 19,5 hectares, destinada ao cultivo de uva. Os demais produtores do bairro classificam a família como “forte na uva”, pela expansão do cultivo e pela aquisição de terras dos vizinhos.

Encontramos, também, a família Campos, cujo patriarca é o Sr. Gabriel Ferreira de Campos, um dos herdeiros da família Ferreira de Moura. “Seu” Gabriel dividiu a propriedade de quatro alqueires (oito hectares) em oito partes. Segundo “Seu” João Ferreira de Campos, o seu tetravô possuía muitas pombas, o que explica a origem do nome do bairro.

Apenas um produtor rural descendente de imigrantes japoneses foi encontrado, membro da família *Ariga* (da Colônia Pinhal, em São Miguel Arcanjo), que arrenda terras no bairro há quase 15 anos, mas mora na sede do município e participa das atividades da Cooperativa Sul Brasil, na Colônia Pinhal, da qual seu filho é o presidente.

Estas são algumas famílias pioneiras que residem no bairro: Ferreira, Proença, Campos, Brisola, Domingues, Rodrigues, Vieira, Gonçalves e Gomes Ribeiro. No núcleo do bairro existem chácaras que são utilizadas apenas para moradia e, esporadicamente, para o cultivo de alguma olerícola não folhosa. Não é propriamente um loteamento, pois os moradores não pagam o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), sendo o ITR (Imposto Territorial Rural) dividido entre os partistas, ou seja, não há registro de compra e venda, mas direito de usufruir (chamado popularmente de registro de gaveta). No bairro rural não há famílias descendentes de italianos e japoneses, mas encontram-se herdeiros da família sesmeira.

O processo de formação dos Bairros Pinhal de Cima e Pinhal de Baixo é semelhante entre si e tem como embrião o retalhamento de propriedades

rurais e a venda de lotes para os imigrantes japoneses na década de 1960. Do Rio Pinhal advém a nomenclatura dos bairros, e o limite físico que os divide é a Rodovia José de Carvalho, daí o Pinhal de Cima e o Pinhal de Baixo. Essa divisão surgiu porque o bairro tem uma extensão territorial considerável, o que dificultava a entrega de maquinário ou mesmo a referência para alguma visita, e foi efetivada também com a construção das Rodovias Nestor Seabra e Massashiro Ariga.

O Bairro Pinhal de Baixo apresenta diversidade do ponto de vista fundiário, já que encontramos três propriedades com áreas acima de 100 alqueires (242 hectares), pertencentes às famílias Murioka, Yassuda e Massaito. A imigração japonesa é forte, composta por antigos colonos das fazendas de café. Segundo o Sr. Kadota, os pais vieram do Japão direto para o município de Cotia, na década de 1960, e naquele período existia a figura do coletor (vendedor de lotes rurais) que fazia propaganda de Pilar do Sul e, ao mesmo tempo, financiava a propriedade rural com prazos de alguns anos para quitar a dívida.

No bairro, deparamo-nos com uma parcela de ex-meeiros de imigrantes japoneses, como as famílias Alves, Carvalho e Farias. As propriedades rurais, na década de 1960, foram divididas de maneira que cada uma tivesse acesso à água e à estrada, pois a irrigação dos parreirais e o acesso eram imprescindíveis. As famílias Kadota, Kokaya, Maruya, Yassuda, Kababata, Murioka, Tanaka, Ferreira e Gomes são pioneiras no bairro.

No caso da família Kokaya, o patriarca e familiares saíram do Japão com a Companhia Holanda, em 1956, e com o apoio financeiro do governo japonês, rumo ao Paraguai (Pedro Juan Cabalero), para o cultivo de cereais, numa viagem de aproximadamente sessenta dias. Ficaram três anos no Paraguai e decidiram adquirir terras em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, visando investir no cultivo de tomate, feijão e cebola. Em 1962, a família foi para Ibiúna, depois Piedade e, em seguida, para Pilar do Sul, também com intenção de plantar tomate e cebola. Quando a família migrou de Piedade para Pilar, a área do bairro era coberta de mata e havia poucas áreas que eram exploradas economicamente. Atualmente, a fruticultura é o carro chefe da propriedade, com a produção de uva, maçã e caqui.

Já a família Maruya se instalou no bairro com a vinda dos patriarcas das províncias japonesas de Hokkaido e Kumamoto, diretamente para Pilar do Sul, por meio da companhia de emigração e da Cooperativa Sul Brasil.

Segundo os relatos de alguns produtores mais idosos, a produção da uva Itália teve como pioneiro o Sr. Fukuyshi Tanaka, cuja propriedade situava-se nas proximidades da igreja do bairro do Pinhal de Baixo, no final da década de 1950. Os filhos do Sr. Tanaka vieram do Japão para o cultivo da fruta, expandindo, depois, para as demais variedades – benitaka e rubi.

Há, no bairro, a Fazenda Pilar II, do Grupo Suzano – um dos principais produtores de papel e celulose do país, além de propriedades que se dedicam à silvicultura, em fase inicial e intermediária.

No caso do Bairro Pinhal de Cima, encontramos muitas famílias descendentes dos pioneiros Ferreira, Proença e Domingues. Também evidenciamos a existência das famílias Domingues Ferreira, Antunes da Proença, Ribeiro Gomes, Rodrigues da Silva, Góes, Gomes, Sato e Carvalho de Paiva. Dentre os meeiros, destacamos as famílias Silva, Santos e Rosa. Percebemos que a instalação dos imigrantes japoneses ocorreu entre os Rios Pinhal e Pinhalzinho, no Bairro Pinhal de Baixo. Um dos problemas notados foi a falta de legalidade das suas propriedades, pois, com a morte do patriarca e a sucessão dos herdeiros, muitas delas foram divididas verbalmente sem o devido registro no cartório.

O Bairro Bandeirantes foi formado por agricultores associados à Cooperativa Bandeirantes, do Vale do Ribeira, na década de 1960. É um bairro rural pequeno e com forte tradição na fruticultura. Segundo um dos herdeiros da família Shimoda, o pai, que veio do Japão para Cotia, e a mãe, que se instalou na Colônia de Assaí, no Paraná, conheceram-se em Ibiúna. O tio, Sr. Jorge Shimoda, nos contou que, em 1968, a Cooperativa Bandeirantes fez o loteamento e o financiamento da área, para o cultivo de tomate e pimentão. Oriunda da Província de Kumamoto, no Japão, a família Shimoda chegou ao Brasil em 1962, para trabalhar como camaradas e, depois, como meeiros na lavoura de tomate no município de Cotia, onde permaneceu um tempo, migrando depois para Registro, no Vale do Ribeira, para cultivar olerícolas, devido aos incentivos dos amigos e conhecidos que lá estavam. Em Registro, a Cooperativa escolhia os produtores japoneses para trabalhar em suas terras, em particular no Bairro Bandeirantes, em Pilar do Sul.

A família Kosaki também veio da Província de Kumamoto, Japão, para o município de Itatiba e, depois, para Mairiporã, em São Paulo, na década de 1960. Os membros familiares ficaram sabendo que em Pilar do Sul existiam famílias

vindas da mesma província e resolveram se instalar no bairro, desde o início da década de 1970, mediante acordo com a Cooperativa. Lá estão tanto as famílias pioneiras, Kozaki, Kababata, Proença, Shimoda e Nagahama, como muitos meeiros que trabalham com a fruticultura e recebem entre 30% e 50% da produção agrícola.

O Bairro das Paineiras tem uma organização social bastante peculiar, com a existência da *core area*¹¹¹ e serviços públicos como asfalto nas principais vias, escola de ensino infantil e fundamental, posto de saúde, abastecimento de água pela empresa Sabesp e transporte escolar. A princípio, o bairro tem uma estrutura semelhante à de uma vila distrital, mas detém esse vínculo com o município. A função agrícola aglutina todas as demais atividades econômicas, seja por meio do pequeno comércio, seja pela prestação de serviços (transportadora, marcenaria etc.). A nomenclatura deriva da existência de muitas paineiras, árvore produtora de paina, muito utilizada em tempos remotos para enchimento de almofadas e travesseiros. O processo de formação do bairro data da chegada de donatários portugueses para ocupar a área e, depois, de mineiros (descendentes também de portugueses). A presença de imigrantes japoneses é irrisória, sendo predominante a ocupação pelos descendentes de famílias portuguesas, espanholas e italianas. A formação dos bairros tem uma relação estreita com os donatários portugueses, haja vista que toda a área pertencia à família Ferreira de Moura.

O bairro, como unidade geográfica que estabelece o elo entre as famílias rurais e a cidade (sede do município), necessita de uma nomenclatura para construir a identidade com os moradores e produtores rurais. Em Piedade, o nome dos bairros rurais tem uma vinculação direta com a toponímia (rios) e com a presença das famílias tradicionais (sesmeiros). O rio Sarapuí percorre vários bairros e, em cada um, há uma alusão ao sobrenome da família pioneira, por exemplo, Sarapuí dos Antunes, Sarapuí dos Pereira, Sarapuí dos Luzes etc. O lugar tem sua delimitação marcada por elementos físico-naturais ou não, como rios, pontes, árvores, morrotes etc.

Os Bairros Caetezal de Cima e de Baixo são mais altos, do ponto de vista topográfico, com uma altitude que pode chegar a mais de 1.000 metros. O nome é decorrente da existência de árvores de caeté pela área. Por meio das

¹¹¹ Core área expressão utilizada para caracterizar a área central ou o núcleo de um bairro rural.

indicações dos produtores e moradores, conversamos com um dos moradores mais antigos, o Sr. Lázaro Alves, com 74 anos, popularmente chamado de “Seu” Lazico. Segundo seu relato, o avô, o português Salvador Alves, ocupou e começou a cultivar cereais e mantimentos (arroz, feijão, milho, batata, cebola etc.) numa aguada (área delimitada por cursos d’água), cuja área era de 200 alqueires e sobre a qual não detinha propriedade legítima, mas o direito de cultivar no sistema sesmarias. Passado algum tempo, o “Seu” Salvador comprou a terra e a dividiu entre os filhos e, depois, os netos. Durante a nossa entrevista com “Seu” Lazico, percebemos o forte sentimento de pertencimento ao lugar, pois no bairro nasceu, viveu, e ainda trabalha, produzindo olerícolas (sobretudo a beterraba, desde os anos de 1990). As famílias Alves, Domingues, Myasaki e Teixeira são pioneiras no bairro. Em período mais recente, famílias de origem japonesa, como Osako, Okamura e Kano, lá se instalaram também.

Encontramos quatro núcleos no Caetezal: dois formados por grupos familiares e dois, pelo retalhamento e venda de lotes a moradores. Neles, há dois tipos de organização econômica: os produtores que residem na *core area* e exercem suas atividades em área distante no máximo um quilômetro; e os empregados temporários ou permanentes que dependem dessas atividades para custear as despesas da família. As casas dos trabalhadores temporários são simples, sendo a maioria sem reboque e mista (parte construída em madeira e parte em alvenaria).

A família Bueno de Camargo deu nome ao Bairro dos Buenos, em Piedade, cujo pioneiro foi o Sr. Izalmir Bueno de Camargo, que se instalou na área há muitos anos, numa data não precisada pelos atuais herdeiros (netos). A área do Sr. Izalmir compreendia todo o limite entre os bairros dos Corrêas, Leite e Funil. Após sua morte, o herdeiro direto foi seu filho Argenor Bueno de Camargo que, depois, transmitiu a terra aos seus nove filhos, os quais ainda hoje desenvolvem economicamente a agricultura (olerícolas folhosas). O principal núcleo do bairro é a aglomeração de casas da família genitora, onde encontramos sete residências, além do curral e da horta para o autoconsumo. Tivemos muita dificuldade para percorrer esse bairro, pois as estradas estavam em mau estado de conservação, o que vem sendo agravado pela utilização dos aspersores de irrigação que são colocados às margens das vias, ocasionando a abertura de ravinas e, conseqüentemente, o início do processo erosivo.

No Bairro do Funil, não nos foi apresentada uma explicação plausível para a nomenclatura. Até mesmo produtores rurais mais antigos não foram localizados, pois residem na sede do município e a continuidade da atividade rural foi transmitida aos herdeiros. Observamos que o núcleo é composto de um bar, um espaço para a atividade religiosa e um campo de futebol. As festividades religiosas e lúdicas são realizadas nos bairros próximos, Corrêas e Leite. Todavia, esse foi o bairro em que mais nos deparamos com uma gama diversificada de agentes sociais, desde caseiros, administradores, empregados temporários, até moradores, empresários, aposentados e agricultores. Ao percorrermos o bairro, conseguimos identificar 31 chácaras, utilizadas tanto para moradia como para lazer, situadas ao longo da estrada principal. A paisagem predominante no Funil é a olericultura folhosa. A mesma dificuldade vivida no Bairro dos Buenos se repetiu também no Funil, onde muitos trechos foram percorridos a pé em virtude das péssimas condições das estradas.

O Corrêas é o bairro rural que mais nos chamou a atenção, pela diversidade de agentes, paisagens e atividades, bem como pela organização social e a importância de sua centralidade comercial. A memória do bairro já foi escrita em livro com o apoio da comunidade católica, mas infelizmente não tivemos o êxito de obtê-lo. A família Corrêas, como o nome sugere, foi a primeira a se instalar na área. Foram apontados como pioneiros, os Sr. Higino Corrêas da Silva, Manoel Corrêas da Silva e Reinaldo Corrêas da Silva. A maior parte das famílias residentes tem relação com os pioneiros, os *Corrêas*, sendo que, dos 25 produtores rurais entrevistados, 20 possuíam esse sobrenome. A área onde foram construídos a escola de ensino médio, a igreja, o posto de saúde, o campo de futebol e a sede da associação foi doada pelo Sr. Manoel Corrêas da Silva. Registramos também, em nossas anotações de campo, que muitas casas existentes no bairro são utilizadas apenas como moradia de aposentados e de filhos de produtores rurais, que desenvolvem outra atividade na sede do município.

No núcleo do bairro, há uma intensa atividade comercial e de prestação de serviços que atende os moradores do próprio bairro e das adjacências. A pavimentação das principais ruas ocorreu há quinze anos, como resultado das reivindicações dos moradores ao poder local. Nos finais de semana, observamos um

grande fluxo de veículos na *core area*, justamente pela presença, nas proximidades, de um ponto turístico, a Cachoeira do Alemão.

No Corrêas, diferentemente dos demais bairros rurais pesquisados, a maior parte dos produtores mora na sede do bairro e não na propriedade rural. Conversando com os moradores (não apenas produtores), verificamos que nos últimos cinco anos vem crescendo o número de filhos de produtores que deixam o bairro para exercer atividades não agrícolas, sobretudo na sede do município e na Região Metropolitana de São Paulo.

Esse panorama histórico dos bairros rurais pesquisados em Piedade e Pilar do Sul permitiu concluir a presença de elementos comuns na sua origem, basicamente a instalação de famílias e a sucessão hereditária. Na próxima seção, mostraremos a infraestrutura dos bairros - equipamentos e serviços de uso coletivo.

6.3. Infraestrutura e serviços de uso coletivo nos bairros rurais

O que caracteriza um bairro rural? O isolamento, o sentimento de pertencimento ou a formação de uma coesão social? Esses aspectos denotam características do ponto de vista cultural, do ponto de vista organizacional ou espacial? Como conceituar um bairro que apresenta equipamentos urbanos, ao mesmo tempo em que a economia e a vida social giram ao redor da agricultura?

O bairro rural não tem, na realidade estudada, o isolamento, a autonomia ou mesmo a prevalência da cultura caipira como características centrais. Devido a uma maior proximidade física e econômica com a sede do município e com a região, verificamos que os bairros rurais se fundamentam na predominância da atividade agropecuária, na força dos laços de parentesco e compadrio e na coexistência da ruralidade com os valores urbanos.

A configuração geográfica dos bairros não se restringe a um único grupo de vizinhança, seja por razões religiosas, seja pelo tipo de cultivo, seja pela proximidade física. As relações de vizinhança não são estabelecidas apenas na dimensão do lúdico, mas sobretudo no cotidiano, nas atividades laborativas. Existe, portanto, dentro de um bairro rural, mais de um grupo de vizinhança.

O tempo no espaço rural não é apenas marcado pelo tempo da natureza, mas também pelo tempo da sociedade. Os agricultores têm seus prazos

para a colheita e a entrega, para o pagamento das contas e para o estabelecimento de novas estratégias de mercado, ou seja, para eles existem dois tempos - o lento e o rápido. A produção para o autoconsumo é marcada por um ritmo e uma lógica, ao passo que a produção comercial é ditada pelas regras do mercado e dos agentes econômicos, como o atravessador, o dono das barracas dos Centros de Abastecimento, o proprietário das lojas de varejo etc. São duas lógicas ditadas por dois tempos que se combinam, embora alguns autores apontem que a produção voltada ao autoconsumo vem, nos últimos anos, dando lugar à produção de *commodities* agrícolas.

O pequeno comércio (bares, mercearias, serrarias, marcenarias, casas de materiais de construção etc.) fica situado às margens da estrada, onde se formam pequenos aglomerados de casas, como retratamos no Quadro 19.

Município	Bairro Rural	Propriedades visitadas	Chácaras para moradia	Comércio e lazer	Acima 50 ha	Serviços públicos
Piedade	Caetezal de Baixo e de Cima	27	20	03 serrarias 02 mercearias 01 borracharia 01 mecânica 04 bares 01 barracão em fase de conclusão	-	01 escola 01 posto de saúde 01 associação transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo patrulha agrícola
	Funil	08	03 aglomerações com 08 a 10 casas	02 bares 02 chácaras de lazer 02 chácaras de lazer desativadas	02	01 escola transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Sarapuí dos Antunes	16	02	01 mercado 01 bar 01 salão de cabeleireiro	01	transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Leite	08	Núcleo com aproximada-mente 40 casas; 10 chácaras de lazer	01 mercado 01 borracharia 03 transportadoras 01 estufa de mudas	-	01 escola pavimentação parcial das ruas transporte coletivo transporte escolar energia elétrica coleta de lixo
	Buenos	06	05	01 bar 01 salão de cabeleireiro	-	transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Corrêa	25	Núcleo com aproximada-mente 30 casas	01 mercado 03 bares 01 casa de materiais de construção 01 oficina mecânica	-	01 escola 01 posto de saúde 01 associação transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	-	90				
Total		19	19	02 – mercearia e bar	04	01 escola 01 posto de saúde
	Pombal					

Pilar do Sul				01 pousada e 01 cachoeira		01 associação transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Pinhal de Cima	25	03	01 oficina mecânica 01 pesqueiro 01 depósito	05	transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Pinhal de Baixo	10	04	01 transportadora 02 pousadas 01 pesqueiro	05	transporte escolar energia elétrica coleta de lixo
	Paineiras	07	05	02 minimercados 01 transportadora 01 depósito de água 01 depósito de materiais de construção 01 borracharia alguns bares 02 pousadas	-	01 escola 01 cemitério 01 posto de saúde 01 associação transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
	Bandeirantes	05	02	01 transportadora 01 pousada	-	transporte escolar transporte coletivo energia elétrica coleta de lixo
Total	-	67	-	-		

Quadro 19: Principais equipamentos de uso coletivo e serviços existentes e identificados nos bairros rurais pesquisados

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 48: Mercado no Bairro Paineiras, em Pilar do Sul, na *core area* localizada às margens da Rodovia José de Carvalho.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 49: Supermercado no Bairro Correias, em Piedade. Os moradores de outros bairros rurais – Amola Faca, Buenos, Funil, Sarapuí dos Antunes – frequentam a sede do bairro para adquirir produtos em geral.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 50: Minimercado no Bairro Caetezal de Baixo, em Piedade. A clientela é, majoritariamente, do próprio bairro.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 51: Mercado no Bairro dos Leites, em Piedade. Os moradores dos bairros rurais próximos frequentam o mercado.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Os pequenos estabelecimentos voltados ao comércio (Fotos 48 a 51) e à prestação de serviços existentes nos bairros rurais, como mercados, serrarias, casas de materiais de construção, oficina mecânica, borracharia, estufas de mudas, casas agropecuárias, transportadoras, bares etc., atendem as necessidades da população local. Embora a distância até a sede do município seja relativamente curta, os produtores rurais e os moradores dos bairros rurais pesquisados informaram comprar nesses estabelecimentos. Eles estão localizados no núcleo, ou *core area*, de cada bairro e, na sua ausência, os estabelecimentos situam-se nas proximidades das estradas ou das rodovias.



Foto 52: Uma das *core areas* do Bairro Caetezal, em Piedade. Identificamos quatro núcleos, formados tanto de produtores rurais como aposentados e moradores rurais.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 53: *Core area* do Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

A diversidade coexiste com a unidade. A unidade, neste caso, é o bairro rural, e a diversidade está nas diferentes formas de uso da terra e nos diversos agentes sociais presentes. A paisagem também é distinta, com a existência de áreas de campos, no bairro Pombal, em Pilar do Sul, por exemplo, até de outras com declives extremamente acentuados, como a maioria dos bairros de Piedade. Um dos bairros rurais com maior altitude é o Caetezal de Cima, em Piedade, que se situa a 1.000 metros acima do nível do mar.

Apesar da distinta organização espacial dos bairros, podemos destacar três formas predominantes: a) com uma *core area* e distribuição das propriedades rurais próximas às estradas e rodovias; b) com mais de uma *core area* e distribuição longitudinal, com acesso a algum curso d'água; e c) sem *core area* e organizado linearmente às estradas rurais. No primeiro caso, encontramos, em Pilar do Sul, os bairros rurais, Pombal (Foto 53), Paineiras, Pinhal de Cima, Pinhal de Baixo; e em Piedade, Funil, Corrêas, Leite e Sarapuí dos Antunes. Nos Bairros Caetezal de Baixo e de Cima (Foto 52), existem quatro núcleos, com um pequeno aglomerado de chácaras de moradia, bar, igreja e escola, sendo, portanto, exemplo do segundo grupo. Já os Bairros Bandeirantes e Buenos, respectivamente, em Pilar do Sul e Piedade, se enquadram no terceiro tipo.

A diversidade na paisagem rural e agrícola é perceptível, com a predominância de cinco principais tipos: a) fruticultura de mesa; b) fruticultura de *citrus*; c) folhosas e não folhosas (Foto 55); d) silvicultura; e) milho e batata inglesa (Foto 54). Nos bairros rurais em que encontramos a diversificação ou a

semiespecialização em frutas de mesa, as relações sociais e culturais (lúdico) estão vinculadas aos fortes laços de parentesco e de vizinhança, haja vista que são propriedades com até 50 hectares obtidas por meio de transmissão hereditária.



Foto 54: Preparação do solo para o cultivo de milho e feijão, em uma propriedade com mais de 100 alqueires (242 hectares) no Bairro do Pinhal de Baixo, em Pilar do Sul.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 55: Cultivo de folhosas e leguminosas no sistema tradicional, numa área de morro com topos ondulados, no Bairro Caetezal, em Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Quanto aos serviços públicos de uso coletivo existentes nos bairros rurais, encontramos a coleta semanal do lixo doméstico, a iluminação pública nas estradas próximas aos núcleos, o transporte coletivo municipal (Foto 56), o transporte escolar, o Programa Saúde da Família - embora em alguns bairros não haja posto de atendimento -, o Programa Luz para Todos (Foto 57) e a patrulha agrícola. No caso do Posto de Saúde (Fotos 58 e 59) do Bairro dos Corrêas, o atendimento abrange os moradores dos bairros Sarapuí dos Antunes, Funil, Leite, Buenos e Roseiras. E, na unidade do Bairro Pombal, em Pilar do Sul, são atendidos os moradores dos bairros rurais Claro, Lavrinhas e Ponte Alta.

Quanto ao transporte coletivo, verificamos que o fluxo de passageiros entre os bairros rurais e a sede do município é intenso e tem como referência o Mercado, localizado na área central de Piedade. Observamos, durante nossa estadia na região, que tal área centraliza os principais serviços (compras alimentícias, uso do transporte coletivo, uso do banheiro público, presença de açougue, peixaria, redes varejistas etc.), e os moradores dos bairros rurais esperam o transporte coletivo, depois de realizar os serviços médico, bancário, comercial etc., na sede do município. Percebemos a existência de várias agências bancárias no

centro comercial de Piedade – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, Bradesco, Itaú – além de lojas de franquias, como Boticário, Cacaushow, Sumirê, lojas de departamentos, como Casas Pernambucanas, Casas Bahia e outros tipos de estabelecimentos que comercializam utensílios em geral.

Todavia, não há nenhum hotel na sede, apenas um *flat* hotel utilizado para permanências mais longas, por exemplo, de mais de uma semana. Esse *flat* é utilizado, em geral, por professores que trabalham em Piedade e moram ou tem suas famílias fixadas em outras cidades, como Sorocaba e São Paulo. Talvez essa ausência de um hotel na sede do município de Piedade seja uma estratégia do poder local e dos donos de pousadas para favorecer a hospedagem nesses locais às margens das rodovias. Entretanto, essas pousadas apresentam custos elevados de pernoites, em média, acima de 100 reais. A alternativa mais viável e econômica para os viajantes é hospedar-se em hotéis localizados nos municípios vizinhos, como Ibiúna, Salto de Pirapora ou Pilar do Sul.

Um elemento que também deve ser apontado é o fluxo constante de caminhões, utilitários e carretas no centro da cidade, vindos de diversas partes do próprio território paulista como dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, carregados com produtos hortifrutigranjeiros. Isso significa que Piedade além de ser um centro de produção agrícola, é também um centro de distribuição agrícola.

No caso de Pilar do Sul, os produtores residentes nos bairros rurais frequentam de duas a três vezes por semana a sede do município, tanto para serviços bancários e médicos quanto para a aquisição de produtos para a agricultura e consumo próprio. O comércio de Pilar do Sul é bem menos expressivo que o de Piedade, as opções são menores e a área de abrangência também.

O que chama a atenção é o número relativamente expressivo de estabelecimentos de revenda de produtos relacionados à agricultura, tendo sido contabilizados 16 estabelecimentos nessa categoria, inclusive um grande galpão do grupo Agromaia, a que foi atribuído o nome de Shopping de Produtos Agropecuários.



Foto 56: Transporte Coletivo Urbano no Bairro Caetezal, em Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 57: Placa do *Programa Luz para Todos* no Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 58: Posto de Assistência Médica no Bairro do Pombal, em Pilar do Sul. Existe no bairro o Programa Saúde da Família, que oferece assistência médica e acompanhamento de agentes de saúde e enfermeiros.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 59: Posto de Saúde do Bairro dos Corrêas, em Piedade. O local presta atendimento aos moradores dos bairros próximos.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

As escolas existentes nos bairros rurais (Fotos 60 e 61) são de ensino fundamental, mantidas pelo governo estadual, não havendo mais as antigas escolas rurais, financiadas pelo poder local. Em alguns bairros rurais, o prédio em que funcionava a antiga escola, agora desativada, é utilizado para outros fins, como salão comunitário, associação de dependentes químicos etc. Geralmente, os alunos cursam o ensino médio na sede do município, sendo o transporte escolar custeado pela prefeitura municipal.



Foto 60: Escola do Bairro das Paineiras, Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

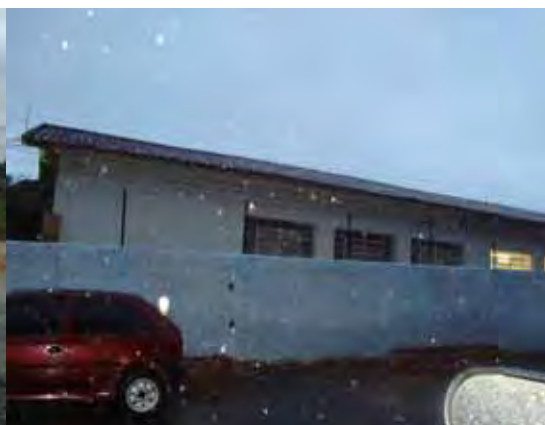


Foto 61: Escola do Bairro das Roseiras, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Nos Bairros Corrêas (incorpora o Roseiras) e Leite, em Piedade, tivemos conhecimento da existência de duas associações de moradores. Já em Pilar do Sul, não existe nenhuma, nos bairros rurais pesquisados, e as reivindicações aos órgãos responsáveis são encaminhadas individualmente.



Foto 62: Sede da Associação dos Moradores do Bairro dos Corrêas, vista parcial da entrada do bairro e placa indicativa.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



A Associação dos Moradores do Bairro dos Corrêas existe desde 1999 e funciona em sede própria instalada no núcleo do bairro (Foto 62). Segundo relatos de alguns produtores rurais pesquisados, ela tem duas linhas de trabalho: de um lado, presta assistência funeral e social, com o custeio de velório e enterro de moradores que não têm condições econômicas, além da ajuda financeira e doação de alimentos; de outro, encaminha ao poder público municipal pedidos de melhorias na infraestrutura do bairro, sobretudo na manutenção das estradas vicinais, na coleta de lixo etc.

Em relação à Associação de Moradores do Bairro do Leite, a sua existência é apenas *formal*, pois alguns produtores rurais afirmaram que a consolidação de uma associação é extremamente complicada.

Nos demais bairros rurais, as reivindicações são realizadas individualmente junto à prefeitura municipal de ambos os municípios.

A partir dos questionários aplicados, verificamos, em Pilar do Sul, que a maioria (88,1%) está satisfeita com o bairro e nenhum problema ou reivindicação de melhorias a serem realizadas foram citados. Para 7,5% dos pesquisados, a estrada precisa ser recapeada ou mesmo receber manutenção permanente, devido à existência de alguns trechos com erosão, principalmente no Bairro Pinhal de Baixo. A falta de segurança é apontada como principal problema para 4,5% dos produtores rurais, pois os ladrões assaltam ou roubam no período de safra, quando o produtor adquire algum bem ou guarda dinheiro em casa. Apenas 1,5% reivindica telefone público e manutenção dos aparelhos já existentes. Em Piedade, 77,8% (70) dos produtores rurais pesquisados responderam que não há nenhum problema quanto aos serviços públicos; a situação ruim das estradas rurais sem pavimentação é apontada por 11,1% dos pesquisados como principal dificuldade; para 3,3% dos produtores rurais pesquisados, a falta de um posto de saúde é citada como o maior problema; a carência de maquinários e a extensa lista de espera para a utilização da patrulha agrícola são salientadas por 3,3%, seguidos por 2,2% que reivindicam segurança e ronda policial permanente.

De todo modo, a maioria dos produtores pesquisados nos dois municípios está satisfeita com a infraestrutura dos bairros rurais. Observamos, no entanto, que as estradas precisam de manutenção nos bairros rurais de Piedade (Foto 63), em virtude da presença de ravinas e erosão; em Pilar do Sul, elas estão em melhores condições (Foto 64).



Foto 63: Estrada rural em boa condição no Bairro Pinhal de Baixo, Pilar do Sul.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 64: Estrada rural com ravinas no Bairro do Funil, em Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Muitos produtores recordaram que, em tempos remotos, havia falta de equipamentos e serviços, como transporte coletivo, água encanada (no caso do núcleo), acesso à assistência médica, pavimentação em alguns trechos das estradas Antônio José Ayud (Bairro Sarapuí dos Antunes, Corrêas), Benedito A. Brizola (Pombal), Das Paineiras (Paineiras), José de Almeida Rocha (Bandeirantes) e Estrada Municipal do Caetezal (Caetezal).

De acordo com notícia publicada no Jornal do Município de Piedade, editado pela prefeitura municipal, o poder público local e o governo estadual estabeleceram convênio, desde julho de 2009, para o desenvolvimento do Programa *Melhor Caminho*, que faz manutenção das principais estradas rurais.

A política do *Orçamento Participativo* em Piedade está em fase de desenvolvimento (a partir de julho de 2009), de modo que não podemos ainda apontar as dificuldades ou os progressos, pois os produtores e moradores estão conhecendo agora essa forma de organização participativa. Segundo a prefeitura municipal de Piedade, o principal objetivo do *Orçamento Participativo*, como se vê em seu sítio eletrônico, é “oferecer condições para que a população civil organizada possa conhecer como funciona o orçamento público”. Cada grupo, no geral são 20 rurais e 01 urbano, tem seus representantes por bairro (rural ou urbano), escolhidos pelos moradores. São realizadas plenárias para as indicações de propostas e solicitações por grupo e, também, para ter uma noção abrangente do recurso orçamentário municipal. Após análises e consultas *in loco*, a administração local transforma as reivindicações em obras.

Muitos produtores rurais nasceram no bairro ou lá residem há mais de 40 anos, tendo herdado do patriarca a posse da propriedade. Quanto ao tempo de residência, a Tabela 21 mostra, a partir das respostas obtidas, a distribuição dos produtores nos períodos estabelecidos.

Tabela 21 – Tempo de residência do produtor rural no bairro rural

Faixas de tempo (anos)	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Menos de 1 ano	01	1,5	00	0,0
Entre 1 e 10 anos	16	23,9	08	8,9
Entre 11 e 20 anos	05	7,5	07	7,8
Entre 21 e 40 anos	20	29,8	28	31,1
Entre 41 e 50 anos	12	17,9	28	31,1
Acima de 51 anos	13	19,4	19	21,1
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

O tempo de residência no bairro indica a vinculação com o lugar e a propriedade rural, a partir do trabalho. Na Tabela 21, observamos que, em Pilar do Sul, 29,8% dos entrevistados encontram-se na faixa de tempo entre 21 e 40 anos, sendo que metade desse total é constituída de filhos de produtores rurais e a outra parte de meeiros. O Bairro Pombal apresentou o maior número de produtores na faixa entre 41 e 50 anos, pois, entre os 17,9% que responderam residir por esse período nos bairros rurais de Pilar do Sul, 8% são oriundos do Pombal. São herdeiros da família Ferreira de Moura e Proença. Nos Bairros Pinhal de Cima e de Baixo, devido à sua formação ter ocorrido na década de 1960, a maioria dos produtores se enquadra no período entre 21 e 40 anos, e uma minoria, entre 1 e 10 anos, sendo esta constituída de ex-meeiros. Dos produtores rurais pesquisados, 43,3% nasceram no bairro e o restante, 56,7%, são oriundos de outro bairro rural, de outros municípios e até mesmo de outros estados da federação.

A realidade dos bairros rurais de Piedade mostra que a maioria dos produtores rurais se agrupa nas faixas entre 21 e 40 anos (31,1%) e entre 41 e 50 anos (31,1%) de residência no local. No caso dos produtores rurais mais recentemente instalados, encontramos, no Bairro Caetezal, 1,1% proveniente de Cotia, 4,4% no Bairro de Sarapuí dos Antunes que residiam em outro município, no Estado do Paraná, e 3,4% que viviam em outros bairros do próprio município. Do total de produtores rurais visitados, 66,7% são nascidos no bairro, por serem herdeiros dos patriarcas imigrantes japoneses e/ou italianos, e 33,3% são oriundos

de outros bairros rurais, outros municípios paulistas e até mesmo de outro estado, como o Paraná (Maringá, Santo Antonio da Platina e Assaí).

Tabela 22- Local de residência do produtor rural pesquisado

Local	Pilar do Sul		Piedade	
	N.	%	N.	%
Na propriedade	63	94,0	81	90,0
No núcleo do bairro rural	00	0,0	06	6,7
Na sede do município	04	6,0	02	2,2
Em outro município	00	0,0	01	1,1
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

A propriedade rural é o local de moradia e de trabalho para 94% (63) dos produtores rurais de Pilar do Sul, reforçando o vínculo laborativo entre a unidade de produção e de moradia. Para 6% dos produtores rurais, a propriedade rural é apenas o local de trabalho, pois residem na sede do município, ou por razões de saúde, ou para facilitar o acesso dos filhos à escola. Em Piedade, a situação não é distinta da de Pilar do Sul, uma vez que 90% (81) dos produtores moram na propriedade onde exercem a atividade agrícola. Apenas 6,7% têm sua casa na sede do bairro rural, sobretudo os residentes no Bairro dos Corrêas. No Bairro do Funil, encontramos 1,1% que reside em São Paulo e vem semanalmente à propriedade, tendo um empregado permanente para administrar a produção agrícola (administrador) e outro, para cuidar da casa (caseiro).

A maioria das casas construídas nos dois municípios é de alvenaria (Fotos 65, 67 e 68), atingindo, em Pilar do Sul e Piedade, 92,5% e 95,6%, respectivamente. Percebemos, claramente, que as casas de madeira (Foto 66) ou de alvenaria sem acabamento são destinadas à moradia do caseiro ou do meeiro. Verificamos, também, que a preocupação com a estética da casa fica restrita aos produtores que conseguem sanar as dívidas do crédito rural, pois os gastos com o acabamento das casas estão em segundo plano. As cores fortes utilizadas na pintura externa das residências refletem o ‘modismo’ apresentado em programas de televisão e a influência da cidade. Os jardins frontais e a presença de animais soltos (galinhas, patos) são característicos nessas residências. Nas sedes dos bairros, os terrenos são divididos por cercas de madeira ou ferro, as calçadas são pavimentadas, na maioria das vezes, e muitas casas possuem uma horta para o autoconsumo.



Foto 65: Casa da década de 1940, reformada, no Bairro Turvinho, em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 66: Antiga construção de barro, no Bairro dos Buenos, em Piedade. Atualmente, a casa está desocupada e, possivelmente, será demolida.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 67: Casas de alvenaria construídas no alto do morro, no núcleo do Bairro dos Corrêas, em Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 68: Casa de alto padrão, no núcleo do Bairro do Pombal, em Pilar do Sul.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Diferentemente de Queiroz (1973) e Candido (2003), que demonstraram em seus trabalhos a quase inexistência de estratificação social nos bairros rurais, a realidade de Piedade e Pilar do Sul revela que a estratificação econômica é evidente entre os bairros e no interior deles, principalmente entre o fruticultor-proprietário e o fruticultor-meeiro. Outro contraste que verificamos foi em relação aos moradores não produtores rurais que, em sua maioria, são trabalhadores volantes nas atividades agrícolas. Geralmente, suas casas são simples, de madeira ou de alvenaria sem reboque, situadas no núcleo do bairro ou em pequenas aglomerações. Portanto, a noção de um padrão igualitário e sem

desigualdades não se apresenta como característica dos bairros rurais desses municípios, em que as diferenças entre os produtores não proprietários, moradores e proprietários rurais foram evidenciadas.

Quanto às formas de obtenção de água, a Tabela 23 mostra como os produtores rurais a adquirem tanto para consumo familiar, como para a irrigação das lavouras.

Tabela 23 – Formas de obtenção da água

Formas	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Não reside na propriedade	04	6,0	03	3,3
Poço comum	40	59,6	68	75,6
Mina	19	28,4	12	13,4
Poço artesiano	01	1,5	04	4,4
Poço semiartesiano	00	0,0	01	1,1
Via Sabesp	03	4,5	02	2,2
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

A obtenção da água por meio de poços comuns (chamados popularmente de *poços caipiras*) é predominante nos dois municípios. Em Pilar do Sul, depois do poço comum (59,6%), a mina é o segundo expediente mais utilizado (28,4%), sobretudo no Bairro Pinhal de Cima. Para 4,5% dos pesquisados, a SABESP (Serviço de Água e Abastecimento do Estado de São Paulo) é a responsável pelo fornecimento, em especial no Bairro Paineiras. O município de Pilar do Sul é conhecido como nascente das águas, devido aos vários ribeirões, rios e córregos, com ou sem quedas d'água, existentes nessa localidade. Cerca de 80% das propriedades rurais visitadas possuem um curso d'água que é utilizado tanto na irrigação como nas atividades de lazer.

O poço comum também é a forma mais utilizada para obtenção da água em Piedade: 75,6% dos produtores rurais. Em 13,4% das propriedades rurais, a água é obtida de mina. Em 4,4% das propriedades rurais, o poço comum não estava mais adequado para o uso, tendo sido substituído, então, por um poço artesiano. A água utilizada na irrigação é escoada e levada para os cursos d'água com resíduos dos produtos químicos aplicados na agricultura. Em 58,2% (39) das propriedades visitadas em Pilar do Sul, há um curso d'água que é utilizado para a irrigação, ao passo que em Piedade, 67,8% (61) das propriedades possuem algum curso d'água em sua unidade produtiva para uso geral. Ao indagarmos sobre a

qualidade da água, todos responderam que é limpa, embora ela não tenha passado por uma análise físico-química que comprovasse sua adequação para ser utilizada tanto para o consumo próprio da família como na agricultura. Em ambos os municípios, 100% das propriedades rurais utilizam fossa séptica, e todas contam com banheiro interno e energia elétrica.

Embora a coleta de lixo ocorra semanalmente nos bairros rurais nos dois municípios, antigas práticas, como a queimada e o enterrio do lixo doméstico, permanecem (Tabela 24).

Tabela 24 – Destino do lixo doméstico

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Não reside na propriedade	04	6,0	03	3,3
Coletado	50	74,6	60	66,7
Coletado e queimado	01	1,5	23	25,6
Enterrado	10	14,9	03	3,3
Queimado	02	3,0	01	1,1
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Percebemos, por meio da Tabela 24, que a armazenagem do lixo para a coleta realizada pela prefeitura municipal é a forma predominante do destino dos resíduos, ou seja, 74,6% dos produtores rurais em Pilar do Sul afirmaram realizar essa prática (Foto 69). Todavia, os 14,9% de pesquisados que enterram o lixo, alegaram que uma coleta semanal não é suficiente, pois o lixo exala um odor muito forte quando exposto nas caçambas localizadas às margens das estradas. Para 3%, a queimada é a forma mais praticada para eliminar os resíduos domésticos, sendo apenas uma pequena parcela coletada.

A realidade de Piedade não é diferente, pois 66,7% das propriedades rurais armazenam o lixo e o levam para as caçambas de coleta (Foto 70), embora uma parcela significativa (25,7%) queime uma parte dos resíduos. O enterrio em valas rasas é realizado em 3,3% das propriedades rurais pesquisadas, sobretudo nos Bairros Funil e Sarapuí dos Antunes.



Foto 69: Os tambores de lixo, em Pilar do Sul, ficam expostos nas estradas rurais para serem coletados uma vez por semana pelo serviço de limpeza municipal.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 70: Caçamba para coleta de lixo em Piedade. Os bairros rurais de Piedade são abrangidos pela coleta semanal de lixo doméstico.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Quanto aos problemas ambientais, percebemos a presença de erosão em vários trechos das estradas rurais e também nas propriedades, porém, ela não foi apontada como problema durante a aplicação dos questionários. Apenas 7,5% (5) dos produtores de Pilar do Sul e 16,7% (15) dos de Piedade pontuaram pelo menos um problema de ordem ambiental; a maioria não mencionou nenhum, mesmo sendo perceptível o início de erosão nos trechos utilizados para o tráfego de caminhões e veículos em geral. Daqueles que responderam haver algum problema ambiental na propriedade, em Pilar do Sul, quatro deles protegem a área contra a erosão, realizando o plantio do tipo rasteiro (capim), e um nada faz contra a erosão e a poluição. No caso de Piedade, dos 16,6% que apontaram algum problema: um construiu bacias de contenção; um limpou os córregos; e dois realizaram curvas de nível. Os demais (11) não desenvolveram nenhuma ação contra a erosão ou a poluição dos cursos d'água.

A legislação ambiental estabelece que as propriedades que tenham cursos d'água e nascentes dentro de seus limites devem manter Áreas de Preservação Permanente (APP). Já para as Áreas de Reserva Legal (ARL), a lei determina que seja preservada uma área de 20% do total da propriedade. O que evidenciamos é que a sensibilização ambiental é muito baixa ou ausente, pois a presença de APPs está vinculada mais à lei do que à consciência da suas necessidades por parte dos produtores rurais.

Em Pilar do Sul, a porção sul do município é coberta pela Mata Atlântica, em virtude da presença da Serra de Paranapiacaba, com declividade bem acentuada, superior a 40%, e relevos interfluviais médios (ROSA, 2006).

A abundância de cursos d'água tem uma forte relação com a proteção das áreas de várzeas. Dos 67 produtores rurais pesquisados em Pilar do Sul, enquanto 20,9% não possuíam nenhuma área preservada, a maioria deles tinha até cinco hectares de área preservada. Em 79,1% dos pesquisados, as APPs variavam de menos de um hectare (28,4%) até nove hectares (56,7%), sendo que as áreas preservadas são as de várzeas (brejos).

No caso de Piedade, as APPs ocorrem em 85,6% das propriedades pesquisadas, e suas extensões variam de menos de um até dez hectares, abrangendo comumente as áreas de fundo de vale.

Os manejos citados pelos produtores rurais para atenuar os problemas que ocasionam a degradação do solo e a contaminação da água estão na Tabela 25.

Tabela 25– Os tipos de manejos utilizados*

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Nenhum	17	25,4	21	23,3
Curvas de nível	04	6,0	15	16,7
Plantio direto	30	44,8	44	48,9
Adubação verde	34	50,7	52	57,8
Rotação de cultura	11	16,4	18	20,0
Irrigação por gotejamento	05	7,5	05	5,6
Calagem	60	89,6	87	96,7

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010 * Múltiplas respostas.

Notamos que a técnica mais utilizada pelos produtores rurais dos municípios pesquisados é a calagem, que consiste na utilização de calcário para realizar a correção do **ph** (acidez) do solo e a elevação de cálcio e magnésio, resultando em um solo mais equilibrado e satisfatório para o cultivo agrícola (Foto 71). A maioria dos produtores de Pilar do Sul e de Piedade, respectivamente, 89,6% (60) e 96,7% (87), tem esse cuidado com a terra. O solo, nos dois municípios, apresenta diferenças, desde a presença de latossolos vermelho-amarelo (com a presença de relevo com ondulado suave) até argissolos vermelho-amarelo (relevo com ondulado significativo).



Foto 71: Preparo do solo com calcário e pulverização das mudas, no Bairro do Funil, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 72: Uso do arado mecânico e adubação orgânica e química no Bairro dos Buenos, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Cabe aqui distinguir a adubação orgânica da adubação verde. O tipo orgânico consiste na utilização de esterco de animais e restos de materiais orgânicos vegetais para a preparação do solo (Foto 72). Já a adubação verde é a forma de preparo em que plantas cultivadas são depois fragmentadas, decompostas e incorporadas no solo. É uma forma econômica de preparação do solo e também menos agressiva, haja vista que as plantas trituradas e decompostas contêm minerais e nutrientes e, além disso, mantêm a umidade do solo, minimizando, em muitos casos, a utilização constante de água. A adoção dos dois tipos de adubação é bem acentuada entre os produtores rurais de Pilar do Sul (50,7%) e de Piedade (57,8%).

A utilização de curvas de nível não é tão visível em Pilar do Sul, pois apenas 6% dos produtores pesquisados realizam o plantio com essa técnica. Entretanto, em Piedade, 16,7% dos produtores rurais fazem uso dela, pois estão em áreas com declives superiores a 40%.

O plantio direto é incentivado pelos agrônomos das Casas da Agricultura e dos estabelecimentos comerciais de revenda de produtos agropecuários dos dois municípios. É uma técnica adotada pelos produtores rurais de Pilar do Sul (44,8%) e de Piedade (48,9%). Quando conversamos com eles, muitos disseram que estão plantando como no *passado*, só roçando e plantando em seguida, adotando tanto o plantio direto, como a adubação orgânica e verde.

Essas ações são importantes para atenuar os problemas vinculados ao solo e à água, porque minimizam o desgaste e o empobrecimento do solo. O

saber-fazer dos produtores rurais é um elemento que permite conciliar os novos sistemas de produção com antigas práticas agrícolas, como, por exemplo, a permanência de algumas técnicas – adubação orgânica – e a incorporação do uso de sementes melhoradas, da mecanização etc. A ruralidade contemporânea construída na agricultura ocorre a partir dessas estratégias em que os valores culturais são mesclados com os valores econômicos.

Em suma, a infraestrutura dos bairros rurais, os equipamentos de uso coletivo e as questões relacionadas ao uso menos predatório dos recursos naturais são elementos indicativos de que a concepção de bairros rurais tradicionais não dá mais conta da realidade. O espaço rural não é apenas o lugar do negativo (do não ter), mas da coexistência de equipamentos e serviços de uso coletivo presentes nos espaços urbanos com modo de vida rural. A simples existência de serviços públicos, equipamentos de uso coletivo e pequeno comércio não são indicadores de uma urbanização do campo, haja vista que os valores, as práticas e as funções se articulam em torno da agricultura e da identidade fomentada pelo cotidiano e pela proximidade dos indivíduos com a terra.

Não menos importante em nossa discussão sobre os bairros rurais é a dimensão cultural. Nesta tese serão enfocados dois elementos: a religiosidade e os valores tradicionais.

6.4. O rural e o cultural: *religiosidade e valores nos bairros rurais de Pilar do Sul e Piedade*

O espaço rural não é o local apenas da produção, mas da reprodução econômica, social e cultural de valores e práticas. A trajetória dos patriarcas é muito importante, pois, desde que uma parte significativa deles é oriunda de distintas províncias do Japão à qual se juntam também imigrantes italianos e sesmeiros portugueses, as estratégias fundiárias estão diretamente relacionadas à estas origens. A partilha igualitária das terras é visivelmente a forma mais utilizada para a transmissão hereditária, mas a falta da regularização legal na repartição das terras é apontada como um obstáculo para o acesso ao crédito rural, em suas diferentes modalidades.

A origem dos patriarcas é importante para conhecer como algumas práticas culturais são perpetuadas. As Tabelas 26 e 27 retratam os municípios, os diferentes estados da federação e até os países de origem dos patriarcas (pai do produtor) e das matriarcas (mãe do produtor).

Tabela 26 – Origem do pai do produtor rural entrevistado

Origem	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Cotia-SP	00	0,0	01	1,1
Estado de Minas Gerais	01	1,5	00	0,0
Estado de Pernambuco	01	1,5	00	0,0
Estado de Alagoas	00	0,0	02	2,2
Estado do Ceará	01	1,5	00	0,0
Estado do Espírito Santo	01	1,5	00	0,0
Estado do Paraná	05	7,5	03	3,3
Garça - SP	00	0,0	01	1,1
Itapetininga-SP	03	4,5	01	1,1
Japão	10	14,8	18	20,0
MRG de Piedade	04	6,0	01	1,1
Paraguaçu Paulista-SP	00	0,0	01	1,1
Porto Feliz –SP	00	0,0	01	1,1
Próprio município	34	50,7	61	67,8
RMSP	02	3,0	00	0,0
Sarapuí-SP	01	1,5	00	0,0
Sorocaba-SP	02	3,0	00	0,0
Região do Vale do Ribeira	02	3,0	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

Uma parcela significativa dos patriarcas nasceu no próprio município, como os 50,7% que são oriundos de Pilar do Sul e 67,8% de Piedade. São descendentes das famílias Ferreira, Ferreira de Proença, Ferreira de Moura e Brizola, em Pilar do Sul, e das famílias Alves, Ferreira, Corrêas, Buenos de Camargo e Andrade, em Piedade.

Os imigrantes japoneses correspondem a 14,8%, em Pilar do Sul, e 20%, em Piedade, sendo oriundos das províncias de Hokkaido, Kumamoto, Okinawa e Nagasaki. São as famílias Miyasaki, Toyouemura, Osako, Nozaki, Murioka, Yasuda, entre outras. Quanto aos migrantes, há uma diversidade de locais de origem, desde estados do Sul (Paraná) até do Nordeste (Pernambuco) brasileiro.

No caso das matriarcas, a maioria também é do próprio município, sendo 53,8% de Pilar do Sul e 72,3%, de Piedade. A participação de descendentes de japoneses corresponde a 14,7% em Pilar do Sul e 20% em Piedade.

Tabela 27 – Origem da mãe do produtor rural entrevistado

Origem	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Avaré-SP	01	1,5	00	0,0
Estado de Alagoas	00	0,0	02	2,2
Estado de Minas Gerais	02	3,0	00	0,0
Estado de Pernambuco	03	4,5	00	0,0
Estado de Santa Catarina	00	0,0	01	1,1
Estado do Paraná	03	4,5	00	0,0
Guareí-SP	00	0,0	01	1,1
Itapetininga-SP	04	6,0	00	0,0
Japão	10	14,7	18	20,0
MRG de Piedade	04	6,0	01	1,1
Paraguaçu Paulista-SP	00	0,0	01	1,1
Próprio município	36	53,8	65	72,3
RMSP	03	4,5	00	0,0
Salto de Pirapora-SP	00	0,0	01	1,1
Vale do Ribeira-SP	01	1,5	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Essas duas Tabelas (26 e 27) revelam que a presença de famílias descendentes de sesmeiros é predominante, vindo, em seguida, os descendentes de imigrantes japoneses. Os demais migrantes (mineiros, paranaenses, alagoanos, pernambucanos, catarinenses) vieram para a região na década de 1970 com o intuito de adquirir uma propriedade para o cultivo de cereais (Pilar do Sul) e olerícolas (Piedade), tendo em vista que, nesse período, e de maneira expressiva, se iniciou o processo de deslocamento do cinturão verde. Os migrantes nordestinos, em sua maioria, se deslocavam para as áreas agricultáveis próximas à RMSP, a fim de trabalhar como temporários e meeiros. Alguns dos atuais proprietários rurais pesquisados foram meeiros de produtores japoneses.

Os imigrantes japoneses e migrantes nordestinos de modo geral não se deslocaram de seus locais de origem diretamente para os municípios de Pilar do Sul e Piedade, como mostra a Tabela 28.

Tabela 28– Último local de moradia dos produtores rurais antes do deslocamento para o atual.

Origem	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Atibaia-SP	00	0,0	01	1,1
Batatais-SP	00	0,0	01	1,1
Campinas-SP	00	0,0	01	1,1
Cotia-SP	02	3,0	04	4,4
Estado de Minas Gerais	02	3,0	00	0,0
Estado de Pernambuco	02	3,0	00	0,0
Estado do Alagoas	00	0,0	01	1,1
Estado do Pará	00	0,0	01	1,1
Estado do Paraná (Assaí, Londrina, Cambará, Cascavel)	14	20,9	12	13,3
Itapetininga-SP	03	4,5	00	0,0
Itatiba-SP	01	1,5	00	0,0
Japão (Hokkaido, Kumamoto)	03	4,5	03	3,3
Lins-SP	00	0,0	01	1,1
Mairiporã-SP	01	1,5	00	0,0
Marília-SP	00	0,0	01	1,1
Mococa-SP	01	1,5	00	0,0
Mogi das Cruzes-SP	00	0,0	02	2,2
MRG de Piedade	10	14,8	04	4,4
Nunca mudou	40	59,7	60	66,7
Paraguai (Pedro Juan)	01	1,5	00	0,0
Salto de Pirapora-SP	01	1,5	05	5,6
São José do Rio Pardo-SP	01	1,5	00	0,0
São Paulo-SP	03	4,5	02	2,2
Sorocaba-SP	01	3,0	05	5,6
Vale do Ribeira (Registro, Juquiá, Sete barras)	03	4,5	04	4,4
Vargem Grande Paulista-SP	02	3,0	00	0,0
Total	67	*	90	*

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010 *múltiplas respostas

Podemos afirmar, com base nos dados apresentados na Tabela 28, que há uma combinação de valores culturais de diferentes regiões brasileiras (sul e nordeste, por exemplo) e de distintos países (Japão e Itália). Ao indagarmos sobre os três últimos municípios em que residiam antes de se fixarem no atual, 20,9% dos produtores de Pilar do Sul e 13,3%, de Piedade afirmaram ter trabalhado no Estado do Paraná, mais precisamente no norte paranaense, nas lavouras de café, feijão e milho.

A maior parte dos produtores pesquisados dos dois municípios não mudou para nenhuma outra localidade, deslocando-se apenas entre bairros rurais no âmbito do mesmo município.

A religiosidade está presente em todos os bairros rurais, do que são exemplos as igrejas católicas e evangélicas encontradas em todos os bairros com ou sem *core area*, como mostramos no Quadro 20. Observamos a forte influência que a religião exerce na vida comunitária dos grupos de vizinhança. Nos Bairros Paineiras e Pinhal de Cima, onde as igrejas evangélicas são mais numerosas, há uma proporção de evangélicos bem superior à daqueles bairros onde o catolicismo se apresenta majoritário.

Tabela 29 – Religião predominante na família

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	03	4,5	05	5,6
Católica	42	62,6	55	61,0
Evangélica	18	26,9	24	26,7
Budista	04	3,0	06	6,7
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

A religião católica comparece com expressividade em 62,6% das famílias dos produtores rurais pesquisados em Pilar do Sul e 61%, em Piedade (Fotos 73 e 74), o que remete ao fato de, historicamente, configurar como religião principal no processo de ocupação, com a instalação de migrantes mineiros e imigrantes portugueses.



Foto 73: Igreja Católica no Bairro Leites, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 74: Igreja Católica no Bairro Funil, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

A expansão do protestantismo no espaço rural é pautada nas religiões pentecostais, como a Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, e nas não

pentecostais, como a Presbiteriana e a Batista. Em torno de 26,9% das famílias dos produtores de Pilar do Sul e 26,7% de Piedade afirmaram professar a fé evangélica (Fotos 75 e 76).



Foto 75: Igreja evangélica no Bairro dos Corrêas, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 76: Igreja evangélica no Bairro Caetezal, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Município	Bairro Rural	Igreja ou capela
Pilar do Sul	Pombal	Igreja Católica
	Pinhal de Cima	Igreja Católica e Cristã do Brasil
	Pinhal de Baixo	Igreja Católica e Cristã do Brasil
	Bandeirantes	Não há
	Paineiras	Igreja Católica, Assembleia de Deus, Cristã do Brasil e Presbiteriana.
Piedade	Caetezal de Baixo e de Cima	Igreja Católica, Assembleia de Deus (02), Cristã do Brasil e Evangélica.
	Funil	Igreja Católica, Assembleia de Deus
	Sarapuí dos Antunes	Igreja Católica, Assembleia de Deus e Cristã.
	Buenos	Não há
	Corrêas	Igreja Católica e Cristã do Brasil.
	Leites	Igreja Católica, Assembleia de Deus e Cristã do Brasil.
	Cavalheiros	Igreja Católica.

Quadro 20: Número de igrejas nos bairros rurais.

Fonte: Pesquisa de Campo – julho de 2010.

O budismo foi a religião informada por 3% de famílias de Pilar do Sul e 6,7%, de Piedade. A religião budista é praticada, em sua maioria, por asiáticos e seus descendentes, que cultuam o grande mestre religioso, *Buda* (Suddhartha Gautana), nascido no século 500 a.C., na Ásia. Sua prática está vinculada à chegada dos imigrantes japoneses que se instalaram no Brasil no início do século XX. A filosofia budista prega a reencarnação e a sabedoria/conhecimento para viver

a vida, descolada da ambição material. A humildade, o respeito, o silêncio, o conhecimento e a verdade são considerados elementos inerentes à religião. Muitos produtores rurais descendentes de japoneses afirmaram ser budistas, enquanto suas famílias se declararam católicas, por isso o baixo índice de budistas refletidos na Tabela 29. Várias famílias que compartilham as atividades da Associação Kainkan e do templo budista em Piedade, participam, ao mesmo tempo, das atividades lúdico-religiosas católicas do bairro em que moram.

Os católicos praticantes frequentam aos domingos as igrejas instaladas nos bairros rurais. Verificamos que cada bairro tem um grupo de famílias que assume a administração das igrejas (limpeza, divulgação etc.) e a organização das festas. A ruralidade, enquanto identidade e valores construídos na relação sujeito-espaco-cotidiano, está firmemente vinculada à religião ou às tradições religiosas. A festa do padroeiro é referência para todos os bairros, sendo menos frequente apenas no Bairro das Paineiras, em Pilar do Sul, onde o processo de ocupação se deu com a instalação de famílias presbiterianas e, portanto, as festas tradicionais são o rodeio e as apresentações, sem referência aos santos católicos.

No Bairro do Pombal, em Pilar do Sul, a Festa de Bom Jesus, que era realizada anualmente, agora não acontece mais, ocorrendo apenas a festa junina. As famílias do bairro são convidadas a participar da organização, da arrecadação de prendas e alimentos e da divulgação. Nos bairros Bandeirantes e Paineiras não há manifestações lúdico-religiosas.

As missas dominicais, as quermesses e as novenas são atividades realizadas nos bairros rurais de Piedade. As famílias responsáveis se revezam para organizar e limpar a igreja, servir o jantar (para o padre e seus assistentes aos domingos) e outras atividades inerentes às atividades religiosas. Observamos que a expansão das igrejas evangélicas, sobretudo a Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, reduziu o número de fieis católicos praticantes, mas não anulou as relações de vizinhança no bairro.

Não é do escopo deste trabalho realizar um estudo antropológico da religião (ROSENDAHL, 1996) ou da religiosidade no espaço rural. O que pretendemos é mostrar como o aspecto religioso interfere na construção da ruralidade contemporânea. Vimos, ao longo das estradas rurais, dois símbolos bastante presentes, as *cruzes* e os *santos*. Nas encruzilhadas (bifurcações),

encontramos pequenas imagens de santos (Foto 77), com flores, cruzes e velas, como símbolo da proteção e de lembranças. Esses pequenos altares simbolizam a passagem de procissões de santos padroeiros ou a memória religiosa da morte accidental de alguma pessoa naquele local. Atualmente, a participação das atividades religiosas se restringe aos mais idosos, pois a obrigação dominical não é imposta como em tempos passados.



Foto 77: Minissantuário construído na principal estrada do Bairro Caetezal, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

A religião é um fator importante que interfere até na organização espacial do bairro. No Bairro das Paineiras, em Pilar do Sul, a Igreja Presbiteriana possui um cemitério ao lado do seu prédio. Rosendahl (1996) destaca que as religiões buscam materializar os seus valores, principalmente a Igreja Católica, com as pequenas capelas construídas nos bairros, os pequenos oratórios e os cemitérios, entre outros.

Outro elemento cultural que observamos é a utilização de *remédios caseiros*. Ao longo das entrevistas, muitas receitas caseiras com ervas medicinais, para combater desde uma simples gripe até problemas renais, foram citadas pelos produtores rurais.

O uso de remédios caseiros não é uma prática cotidiana apenas das famílias rurais, pois na cidade, é visível entre os mais idosos o emprego de ervas medicinais. Em Pilar do Sul, 53,7% dos produtores utilizam, para fins diversos, algum tipo de remédio caseiro, feito com ervas, principalmente o boldo, a camomila, a erva-cidreira, o quebra-pedra, a hortelã, a cavalinha e a arruda. As ervas são coletadas na propriedade ou no vizinho, e a forma de preparo é diferenciada, conforme o grau da enfermidade. No caso de Piedade, 40% utilizam remédios

caseiros¹¹² combinados ou não com a medicação alopática, mas a maior parte (60%) dos produtores pesquisados não os emprega, sob a alegação de que os alopáticos apresentam eficácia mais rápida e que os médicos não recomendam.

As relações de vizinhança são estabelecidas a partir de três elementos: confiança, parentesco e trabalho. Os laços de parentesco e de compadrio se estreitam na confiança, no cotidiano do trabalho na agricultura e, muitas vezes, nas manifestações lúdico-religiosas. As visitas entre vizinhos ocorrem em três circunstâncias principais: doença/morte, oferta de alimentos e/ou para o esclarecimento de alguma dúvida sobre a prática agrícola. Dos 67 produtores rurais pesquisados em Pilar do Sul, a maior parte (64,1%) informou que raramente visita os vizinhos, sendo mais comum a ida à casa de parentes, em casos de doença, comemoração e oferta de alimentos, pois o encontro ocorre durante a *roça*. A mesma situação ocorre em Piedade, onde 65,6% dos produtores rurais declararam que as visitas aos vizinhos (parentes ou não) são raras, pois já se encontram durante a semana nos horários de trabalho.

Aliás, tanto em Pilar do Sul como em Piedade, as atividades agrícolas consomem mais de doze horas de jornada diária, durante todos os dias da semana. O cuidado permanente com a uva, em Pilar do Sul, exige atenção a qualquer problema de deformidade dos frutos ou das folhas. As olerícolas, em Piedade, exigem também atenção diária, pois as hortaliças (com exceção do alho-poró) são colhidas no dia da entrega. Assim, o produtor acorda normalmente às 5h00, quando começa a colher, lavar, separar e embalar o produto para carregar os caminhões, que saem antes das 9h30 em direção ao CEAGESP de São Paulo. O alho-poró é colhido durante todo o dia, depois é lavado, separado em maços e encaixotado para a entrega. devido a essas atividades rotineiras e diárias, as relações de vizinhança são alicerçadas nas práticas agrícolas.

A linguagem é um aspecto a ser destacado. Há uma influência da *cultura caipira*, de descendentes mineiros e portugueses. O 'e' final das palavras é forte e bem pronunciado e, algumas vezes, tivemos que questionar o significado de palavras utilizadas pelos entrevistados. O alqueire e o hectare são substituídos pela medida da *tarefa* (700 metros). Algumas expressões são frequentemente utilizadas, como: piá (menino); cheé (não); Deusolivre (evocação divina) etc.

¹¹² Não coletamos informações sobre a prática de simpatias e superstições como estratégias culturais para essas famílias.

O uso do fogão à lenha é um símbolo de ruralidade que está presente em todas as famílias de produtores rurais pesquisados, independentemente do tipo de domicílio. Embora todas as famílias pesquisadas tenham acesso ao fogão à gás (butano ou liquefeito), ele não destituiu o uso do tradicional fogão à lenha, como observamos na Foto 78, tirada na residência da família Bueno de Camargo, sendo utilizado para o preparo tanto das principais refeições quanto de pratos especiais para alguma data comemorativa.



Foto 78: Uso dos fogões à lenha e a gás, na família Bueno de Camargo, Bairro dos Buenos, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Outra questão a ser apresentada é a condição socioeconômica da família, revelada pela presença do computador, do uso da internet, do serviço telefônico etc., o que demonstra serem agricultores que buscam os mesmos eletrodomésticos ou eletroportáteis de um cidadão, coexistindo, porém, com seu modo antigo de ser. Ao discutir a sociedade urbana, Lefebvre (2008) enfatiza que, após os anos de 1970, houve uma mudança de valores, pois alguns bens até então abundantes tornaram-se raros, como a água limpa e as florestas, enquanto os bens raros e menos acessíveis tornaram-se abundantes, dentre os quais eletrodomésticos, eletrônicos etc. A dialética que existe entre o novo e o velho¹¹³, o moderno e o tradicional permite que tais pares não sejam vistos sob o ângulo da sucessão, mas da coexistência, haja vista que a acessibilidade e a possibilidade de acesso são reflexos de processos mais amplos, como, por exemplo, as relações de trabalho, as relações de classe etc.

Em suma, o rural, como uma construção social e espacial entre os sujeitos e a terra, apresenta, na realidade pesquisada, uma vinculação muito forte

¹¹³ Santos (1998).

com a agricultura que, por sua vez, edifica novas relações espaciais e valores fundamentados, não numa visão idílica do passado, nem tampouco romântica da paisagem, mas numa perspectiva em que o espaço rural não é um receptáculo das relações sociais, mas um reflexo dos processos que nele ocorrem.

Este capítulo teve como objetivo traçar uma caracterização dos bairros rurais a partir da história, dos equipamentos e serviços de uso coletivo, da questão cultural, da mobilidade dos patriarcas e matriarcas e da religiosidade, enfim, mostrar a coexistência entre as práticas tradicionais com as contemporâneas. A partir daí, defendemos que o rural não pode ser mais visto como um espaço isolado, estático e arcaico, haja vista que encontramos, nos bairros pesquisados, os serviços públicos de uso coletivo (luz elétrica, posto de saúde, pavimentação das principais vias rurais, coleta semanal de lixo, transporte coletivo e escola), e nem por isso essa realidade os leva a serem classificados como urbanos. Vimos no Capítulo 1 que a definição do rural e do urbano no Brasil está relacionada ao caráter político e administrativo e, portanto, não se configura como uma variável viável. Afirmamos ainda que, embora tenham tais serviços, a vida econômica, social e cultural dos moradores e dos produtores se dá por meio da agricultura.

Sendo a agricultura a atividade que engloba e articula as demais atividades (agroindustrial, comercial e de serviços), trataremos, na subseção posterior, do perfil do produtor rural e do grupo familiar, considerando as múltiplas estratégias adotadas como variáveis para mensurar a ruralidade contemporânea.

6.5. Resumo do capítulo

A partir da pesquisa de campo realizada em Piedade e Pilar do Sul, podemos enfatizar tais aspectos:

1. Os bairros rurais pesquisados não são unidades geográficas autônomas, tampouco estagnadas, já que observamos uma intrínseca e intensa relação com a sede dos seus respectivos municípios;
2. A visão bucólica de bairro rural como uma organização espacial com pouca discrepância de renda entre os moradores não é de fato real. Constatamos que há desde o morador-empregado volante até o produtor altamente capitalizado, com a permanência, ainda assim, das relações de vizinhança e de confiança entre os moradores;

3. A prestação de serviços e o comércio existentes nos bairros estão associados à agricultura;
4. A utilização de produtos químicos é intensiva, seja na vitivinicultura, seja na olericultura em geral;
5. Os problemas ambientais estão presentes em todos os bairros, sobretudo a erosão do solo e o assoreamento dos cursos d'água;
6. A religiosidade é um elemento de coesão do grupo de vizinhança e também interfere na organização espacial dos bairros rurais;
7. O uso do fogão à lenha, a linguagem popular caipira, o emprego de ervas medicinais e a forte religiosidade são características culturais dos moradores dos bairros rurais.

7. AS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NOS BAIRROS RURAIS: *FACETAS DA RURALIDADE CONTEMPORÂNEA*

Pretendemos, neste último capítulo, abordar a relação entre as famílias dos produtores rurais e o bairro rural, no âmbito das estratégias econômicas e sociais. Isso porque as ações e as inserções econômicas dos produtores rurais não ocorrem de maneira efêmera ou espontânea, mas pautadas em um conjunto de estratégias que ultrapassam o grupo familiar.

A construção deste capítulo se deve ao fato de entendermos as relações familiares - e extrafamiliares - e as relações comerciais como estratégias organizacionais, em diferentes escalas, importantes e necessárias no espaço rural. Assim como as noções de ruralidade e multifuncionalidade são mutáveis e passíveis de mudanças, a de estratégia de reprodução econômica também o é. Essas mudanças decorrem de novos processos e novos problemas que acontecem no rural. E, portanto, merecem ser compreendidas com base na realidade e não fundamentadas apenas em discussões teóricas desenvolvidas em tempos pretéritos.

7.1. As estratégias mercantis e não mercantis

No espaço rural, é possível encontrar inúmeros exemplos de estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos produtores rurais. Essa diversidade de ações está pautada em dois fatores: a localização geográfica (relação econômica, espacial e comercial) e as relações institucionais (política).

Para fundamentar nossa discussão teórica sobre a temática, recorreremos aos autores Lamarche (1993; 1998), Sant'Ana (2003), Norder (2008) e Sabourin (2008), com os quais concordamos, no sentido de entender que as estratégias são diversificadas e vinculadas ao contexto geográfico em que os produtores rurais estão inseridos. Buscamos, pois, mostrar como as diferentes formas de reprodução econômica ocorrem, e não apresentar a viabilidade das práticas adotadas pelos produtores.

A mercantilização da agricultura, em especial a de caráter familiar, é um dos processos que vêm ocorrendo no rural. Norder (2008), em seu artigo, discute justamente como as estratégias adotadas pelos produtores rurais, sejam

elas mercantis ou não mercantis, podem ser articuladas com os processos de mercantilização e externalização da produção agropecuária, tendo como objetivo a diversificação produtiva ou a especialização em determinados produtos comerciais. Assim, elas são entendidas

[...] como estratégias de resistência à integração passiva contida nos termos da modernização agropecuária convencional, ou seja, como elaboração sistemática visando uma redução da dependência tanto em relação ao uso de insumos e saberes externos como em relação ao tipo de vinculação social e política que a produção, em tais condições, se apresenta aos agricultores familiares (NORDER, 2008, p. 65).

As estratégias sociais e produtivas, segundo o estudo de Norder (2008), envolvem cinco elementos: a) intensificação na absorção da força de trabalho e na geração de renda; b) utilização de força de trabalho na constituição de instrumentos de trabalho; c) ampliação contínua no montante de recursos permanentes (máquinas, infraestrutura etc.); d) redução de insumos em ciclos curtos; e) uso adequado dos recursos naturais.

Os recursos permanentes (maquinários, construções, ferramentas etc.), os recursos temporários (insumos), a força de trabalho, a área ocupada e os canais de comercialização são fatores que interferem na adoção de estratégias locais pelos produtores rurais. Todavia, as interações com as demandas e os investimentos urbanos são levadas em consideração, em se tratando de localidades próximas a centros urbanos expressivos.

Sant'Ana (2003), ao retratar as estratégias adotadas pelos produtores rurais de três municípios paulistas na Mesorregião de São José do Rio Preto, defende que o modo de vida é um importante foco de análise, haja vista que as iniciativas dos produtores para a reprodução social e econômica envolvem tanto a esfera mercantil como a não mercantil.

Com a adoção de estratégias mercantis, os produtores rurais buscam distintas formas de se integrarem ao circuito da produção agrícola, desde o uso de técnicas mais avançadas, até a entrada em mercados especializados (nichos). Além do circuito da agricultura, há a inserção mercantil em atividades não agrícolas, como o beneficiamento (artesanal ou agroindustrial) da produção agrícola, o turismo e os empregos, tanto na sede do município como em estabelecimentos não agrícolas instalados no campo.

Para Sant'Ana (2003), as estratégias estão, em suma, vinculadas ao modo de vida dos produtores rurais. O conceito utilizado para explicar as lógicas adotadas no rural é o *habitus*, e a base teórica para subsidiar as discussões sobre ele é Bourdieu, que define suas três características centrais: relação sujeito-ambiente externo; caráter histórico; relação dialética entre adaptação/transformação/permanência. Enfim, as “estratégias são ações objetivamente orientadas em relação a fins que podem não ser os fins objetivamente almejados” (BORDIEU *apud* SANT'ANA, 2003, p. 42). Essa citação expressa que as estratégias podem ser tanto ações orientadas como espontâneas, que partem do sujeito, mas têm no ambiente externo as suas condicionantes. Em outras palavras, um produtor rural desenvolve suas estratégias a partir e dentro das condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que vive.

Se as estratégias são fomentadas em modos de vida, com base em projetos e *habitus*, elas são distintas, mas não excludentes. As ações vinculadas ao caráter não mercantil são fundamentais na reprodução econômica dos produtores rurais.

Lamarche (1993; 1998) e demais pesquisadores organizaram dois livros sobre as estratégias produtivas, fundiárias, familiares e institucionais adotadas pelos produtores rurais de cinco países – Canadá, França, Brasil, Tunísia e Polônia – baseados em informações colhidas por meio de pesquisa realizada em cada um deles.

Em relação ao estudo realizado no Brasil, foram selecionadas as regiões de Leme (SP), Ijuí (RS) e Cariri (PE), em virtude das disparidades econômicas e sociais. A estratégia fundiária ou sucessória é a mais apontada pelo autor, isso porque a reprodução da família na agricultura depende de duas questões primordiais: 1) quem herdará a propriedade e dará continuidade às atividades agrícolas; 2) quais serão os mecanismos adotados para a transmissão da terra. Contudo, há uma questão burocrática: a sucessão da propriedade em partes iguais só poderá ser legalizada após o falecimento dos patriarcas, o que acaba gerando divisões ou partilhas sem a legalização do inventário. Esse problema compareceu de maneira expressiva nos bairros rurais pesquisados em Pilar do Sul, onde a não oficialização da divisão das terras impossibilita a solicitação de crédito junto ao Banco do Brasil. Atualmente, a propriedade jurídica da terra é primordial para

requerer crédito agrícola, tendo em vista que a propriedade, hipotecada, é a garantia em caso de inadimplência do devedor.

Embora não seja uma regra, a estrutura fundiária afeta as lógicas produtivas de cada localidade. Em regiões em que predominam as propriedades rurais com áreas acima de 100 hectares, há tendência ao cultivo de grãos e à monocultura; em contraposição, nas regiões em que as propriedades rurais apresentam até 50 hectares, há a possibilidade de desenvolvimento de cultivos mais diversificados e intensivos.

Lamarche (1993), com base nos estudos de pesquisadores brasileiros¹¹⁴, mostra que as estratégias produtivas podem ser resumidas em quatro lógicas: especialização, semiespecialização, diversificação e autoconsumo. Essas lógicas são distintas e variam de área para área. Aliás, “a atitude dos agricultores em relação à terra não se define apenas como uma necessidade; ela é, igualmente, dependente de suas representações”. Para o agricultor, a terra representa tanto um patrimônio simbólico-cultural como um instrumento de trabalho. A busca de estratégias familiares está relacionada às respostas “dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração”.

No segundo volume, Lamarche (1998), utilizando as análises comparativas realizadas e descritas no volume I, aborda as estratégias familiares pautadas em quatro aspectos: continuidade dos filhos na agricultura; escolaridade dos filhos; relação de gênero; e atividades externas. Ao final do livro o autor conclui que as estratégias familiares adotadas envolvem o contexto econômico, espacial e social em que estão inseridos. Além disso, as estratégias não estão centradas apenas na continuidade dos filhos na propriedade e na agricultura, mas na possibilidade de continuar na propriedade, dependendo economicamente de atividades não agrícolas. Há, portanto, uma intrínseca relação entre os espaços rural e urbano.

Um trabalho recente de Conterato (2008) sobre estilos de agricultura familiar no sul do Brasil mostra que para identificar e compreender as diferentes dinâmicas do desenvolvimento rural é preciso analisar as distintas estratégias de reprodução empregadas. A tese defendida pelo autor é a de que a mercantilização ocasionou processos distintos de desenvolvimento rural. Assim, em regiões onde ela

¹¹⁴ Anita Bruner, Ghislaine Duque, Fernando Antonio Lourenço e Maria de Nazareth Baudel Wanderley fizeram parte do grupo de pesquisadores brasileiros.

permitiu a diversificação da economia, o desenvolvimento rural “é mais harmônico, com a predominância de estilos de agricultura familiar, mais diversificados, autônomos e amplamente mercantilizados” (CONTERATO, 2008, p. 07). Entretanto, nas regiões com forte viés de especialização produtiva e cujo processo de mercantilização focava em uma economia de escala, o desenvolvimento rural estava marcado por “estilos de agricultura familiar mais especializados, tanto em termos setoriais quanto intersetoriais, e dependentes no que tange ao grau de externalização” (CONTERATO, 2008, p. 07).

As estratégias, portanto, são fundamentadas em aspectos objetivos e subjetivos, em que as lógicas adotadas nem sempre estão voltadas ao caráter mercantil. A família (tamanho), o local (contexto), o mercado de trabalho (agrícola e não agrícola), a estrutura fundiária (concentrada ou não) e a conjuntura econômica são alguns elementos que afetam as escolhas e as ações estratégicas.

Este capítulo, portanto, surgiu da necessidade de entender as múltiplas estratégias adotadas pelos produtores rurais e, sobretudo, como a ruralidade é construída dentro dessas lógicas produtivas e familiares.

7.1.1. No debate teórico das estratégias: família e bairro rural

A família é o elo entre a moradia e o bairro. Nos bairros rurais estabelecem-se laços de parentesco, com o casamento entre membros de famílias tradicionais, e até relações de reciprocidade na agricultura. Por que o grupo familiar é importante para a análise geográfica das mudanças no rural?

A população que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local (WANDERLEY, 2004, s/p).

Fukui (1979, p. 94), em seu estudo sobre os sitiantes tradicionais no Sertão de Juquitiba, entende a família ou o grupo familiar como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica”. A família envolve a consanguinidade (primeira e segunda gerações) e a bilateralidade

(agregado e compadrio), sendo uma conceituação com forte influência da antropologia e da sociologia.

Em alguns trabalhos de sociólogos, antropólogos e cientistas sociais em geral, as expressões grupo familiar, família, grupo doméstico, família extensa e família conjugal são utilizadas como sinônimos. Entretanto, o termo família é abrangente e envolve todos os demais, sendo a família conjugal ou nuclear formada pelo casal (pai e mãe) e filhos, enquanto as famílias compostas ou extensas envolvem parentesco direto ou colateral (pai, mãe, tio, primo etc.). O que se torna de suma importância é entender que a família é a unidade social que fundamenta a existência do bairro rural e que permite estabelecer redes de solidariedade e de coesão social, seja por meio de matrimônio, seja por compadrio ou por outras relações que ali se realizam.

As famílias, portanto, são unidades sociais que se materializam nas formas de ajuda mútua, como o mutirão e a troca de serviços. O mutirão, uma atividade de cunho coletivo, “tem por base a reciprocidade de comportamentos: em troca do trabalho dos outros o convocador¹¹⁵ fornece comida e bebida em quantidade, além de prestar colaboração quantas vezes for solicitado” (FUKUI, 1979, p.72). A troca de serviços, por sua vez, pode ser individual ou em grupo.

Nos bairros rurais, notamos que a ajuda mútua ocorre com maior frequência entre os indivíduos do grupo familiar extenso (primos, irmãos e cunhados), geralmente do sexo masculino, como por exemplo o caso encontrado em Pilar do Sul, em que os irmãos e os cunhados (os esposos das irmãs) se revezam na limpeza e na manutenção dos parreirais. Em outro caso, os integrantes da família Bueno de Camargo, em Piedade, formaram um pequeno núcleo, no qual cada irmão construiu sua casa e constituiu sua família, mas todos têm uma área próxima para o cultivo das olerícolas e, frequentemente, prestam auxílio um ao outro. Essa forma de solidariedade envolve sanções sociais, pois quem não se dispõe a ajudar o outro “fica mal falado” e sem apoio quando necessitar. O mutirão, atualmente, está relacionado aos festejos religiosos.

O ponto central que se discute nos trabalhos sobre a dinâmica rural, a pluriatividade e a ruralidade é se o caráter familiar ainda é presente na agricultura, ou melhor, será que podemos realmente falar de produtor familiar capitalizado? A

¹¹⁵ Pessoa responsável pela organização e distribuição das tarefas dentro de um mutirão.

pluriatividade e a busca por atividades não agrícolas levam, em muitos casos, à individualização do trabalho (SCHNEIDER, 2003; MOREIRA, 2007).

A participação da família na atividade agrícola é uma estratégia econômica e social que se fundamenta em outras ações, como as regras na transmissão hereditária, a ampliação da área da propriedade e, conseqüentemente, o aumento da produção, as relações de compadrio e de vizinhança e as normas sociais no convívio e nas relações econômicas.

Atualmente, as famílias não são tão numerosas como no tempo passado. Aquela velha explicação que a família era numerosa porque a agricultura exigia mão de obra não é mais válida. Isso ocorre por vários aspectos: redução do tamanho da propriedade mediante a transmissão hereditária, utilização de maquinários, saída dos filhos para a cidade, adoção de métodos contraceptivos etc. Mas, o matrimônio, religioso e civil, é predominante entre os produtores rurais (Tabela 30).

Tabela 30 - Estado civil do produtor rural pesquisado

Estado Civil	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Casado	60	89,5	79	87,8
Solteiro	05	7,5	07	7,8
Viúvo	02	3,0	02	2,2
Divorciado	00	0,0	02	2,2
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Em Pilar do Sul e Piedade, o índice de entrevistados casados é de 89,5% e 87,8%, respectivamente, sendo que o grupo familiar residente na propriedade varia de três a cinco membros. A existência de produtor solteiro é decorrente do falecimento do patriarca, que deixou a propriedade para a esposa e o filho mais novo, já que os mais velhos desenvolvem outras atividades fora dali. A viuvez e o divórcio são inexpressivos entre os produtores rurais. A presença apenas do casal, com ou sem um filho solteiro, é a composição mais presente nos bairros rurais, como apresentado na Tabela 31.

Tabela 31 - Tamanho da família

Nº de membros	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
02 membros	19	28,3	17	18,9
03 membros	21	31,3	35	38,9
04 membros	18	26,9	18	20,0
05 membros	04	6,0	13	14,4
Acima de 06 membros	01	1,5	04	4,4
Não mora na propriedade	04	6,0	03	3,3
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Consideramos, para fins de análise, os membros que residem na mesma casa; portanto, excluímos os filhos casados que moram em casas separadas, mas dentro da propriedade, embora estejam, muitas vezes, desenvolvendo a atividade agrícola junto com o patriarca.

A presença da família nuclear ou conjugada é a forma predominante de unidade social, pois 59,6% (40) dos produtores rurais moram com o cônjuge e um filho, em Pilar do Sul. A mesma situação foi verificada em Piedade, com um índice de 57,8% (52 dos produtores). Com base na Tabela 31, constatamos que nas famílias mais numerosas, pelo menos um membro exerce atividade, esporádica ou permanentemente, fora da propriedade rural, como auxiliar geral, motorista ou funcionário público.

A proporção de casos de permanência do filho casado na mesma casa é muito pequena. A Tabela 32 apresenta o número de filhos solteiros que reside na mesma casa com os pais. Há casos distintos: o filho casou e mora na mesma propriedade, mas exerce outra função; mora no bairro, mas em outra propriedade ou no núcleo do bairro, e arrenda ou trabalha como meeiro na atividade agrícola.

Tabela 32 – Número de filhos que residem na casa do progenitor

Número de filhos	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Nenhum	23	34,2	18	20,0
01	20	30,0	43	47,8
02	16	23,8	19	21,1
03	05	7,5	09	10,0
04	03	4,5	01	1,1
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

A permanência do filho na mesma casa está vinculada à faixa etária e à atividade desenvolvida. Percebemos que os filhos, quando adquirem a maioridade e concluem o ensino médio, buscam outra atividade econômica e, muitas vezes, com o incentivo dos próprios pais. As filhas também procuram uma atividade econômica para desenvolver fora da propriedade rural.

Ao mesmo tempo em que encontramos filhos migrando para a sede do município, deparamo-nos com casos como os do filho que foi para o Japão e voltou para investir na agricultura (novas técnicas), do que se formou em algum curso superior e, não encontrando o trabalho desejado (dois casos) voltou para administrar a atividade agrícola, ou o daquele que já decidiu continuar na propriedade e na agricultura, sobretudo os produtores de uva e de alcachofra.

Em 34,2% e 20% das propriedades de Pilar do Sul e Piedade, respectivamente, não há nenhum filho residente, pois são casados, exercem outra atividade ou residem na sede do município para estudar.

Notamos que a composição da família nuclear (pai, mãe e filhos) é predominante. Evidenciamos, também, que nas famílias de origem japonesa, a lida nas atividades agrícolas não se restringe ao chefe, mas a todo o grupo familiar, independentemente da faixa etária, denotando que o fator cultural interfere muito nas formas de organização familiar.

Quanto à faixa etária dos produtores rurais e seus cônjuges, a maior porcentagem é a dos incluídos na faixa entre 26 e 45 anos, como mostram os Gráficos 08 e 09.

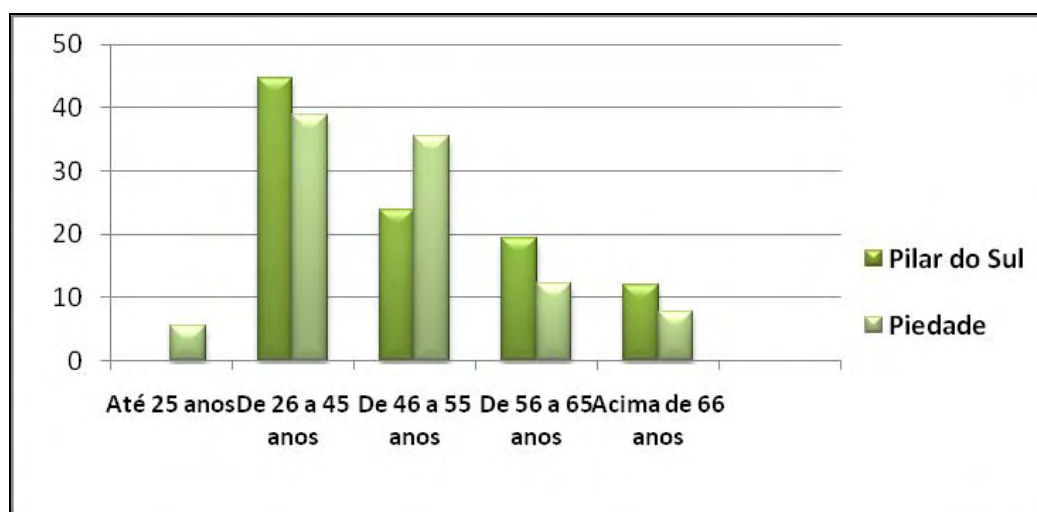


Gráfico 08: Faixa etária dos produtores rurais pesquisados (%)

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

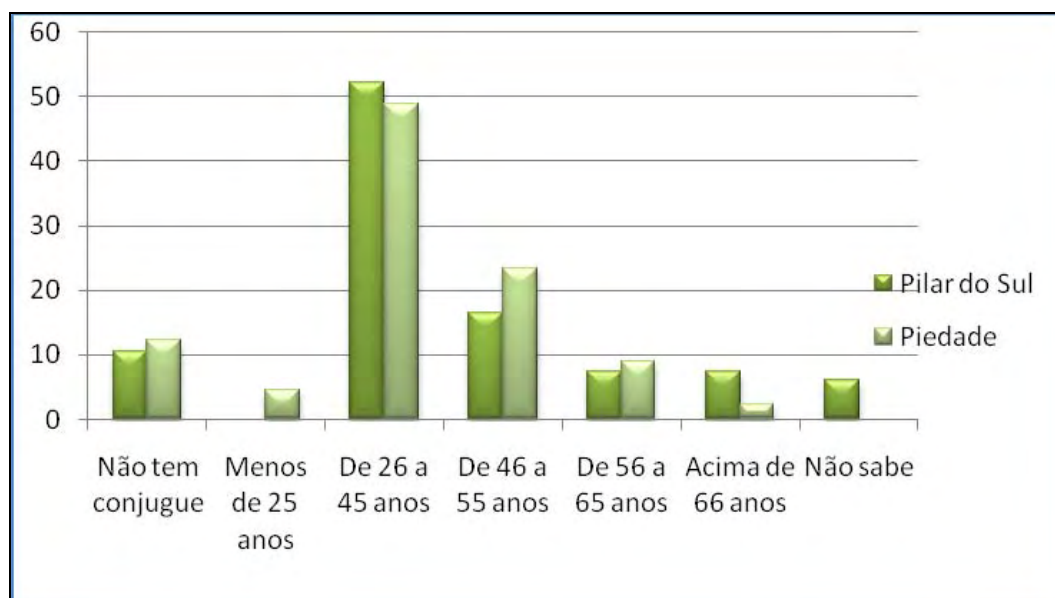


Gráfico 09: Faixa etária dos cônjuges (%)

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

É notável que a participação dos produtores com idade entre 26 e 45 anos supera as demais faixas etárias nos dois municípios. Esses dados têm uma forte relação com o tipo de mão de obra utilizada na atividade agrícola, pois o casal mais idoso, sem filho residente, vai continuar na atividade, mas com a participação de meeiros. Em Pilar do Sul, 44,8% (30) dos produtores rurais estão na faixa etária entre 26 e 45 anos e, em seguida, comparecem os produtores com idade entre 46 e 55 anos, com 23,8% (16). A realidade em Piedade é parecida, pois 38,9% dos produtores pesquisados estão na faixa de 26 e 45 anos e 35,6% entre 46 e 55 anos.

Com a pesquisa *in loco*, constatamos que o patriarca continua na propriedade, mas com papel secundário, tendo em vista que a administração vai sendo gradativamente passada ao(s) herdeiro(s).

Os cônjuges situam-se, acentuadamente, nas faixas etárias entre 26 e 45 anos e entre 46 e 55 anos, em ambos os municípios. Em Pilar do Sul, 52,2% dos cônjuges dos produtores têm até 45 anos e, em Piedade, a porcentagem é de 48,9% do total pesquisado. Notamos que 10,4% e 11,1% dos produtores rurais entrevistados em Pilar do Sul e Piedade, respectivamente, são solteiros, viúvos ou divorciados.

O ensino fundamental incompleto predomina entre os produtores pesquisados nos dois municípios (83,5% em Pilar do Sul e 61,1% em Piedade), pois muitos frequentaram o antigo primário (1ª a 4ª série) nas escolas rurais, mesmo na faixa etária dos produtores rurais entre 26 e 34 anos. Entre os proprietários

visitados, constatamos a presença de 1,5% em Pilar do Sul e 3,3% em Piedade com curso superior completo (direito, administração e ciências contábeis).

Tanto em Pilar do Sul como em Piedade, a maior parte dos cônjuges não chegou a concluir o ensino fundamental (hoje até o 9º ano). A pesquisa revelou que 62,2% (42) deles em Pilar do Sul, e 50,0% (45), em Piedade, não concluíram o ensino fundamental, e os motivos apontados foram o casamento e a distância entre a moradia e a escola, entre outros. Chama a atenção a presença significativa de cônjuges que concluíram o ensino médio em Piedade, com uma porcentagem que chega a 25,6% (23). Apenas 2,2% em Piedade possuem ensino superior e exercem as suas profissões, sendo formados em Licenciatura em Geografia e Administração de Empresas.

Esse perfil dos produtores rurais e das famílias mostra-nos que não fogem das características gerais do campo, predominantemente, com ensino fundamental, casados e com idade de até 55 anos, em sua maioria; entretanto, o tamanho da família se aproxima da média nacional (3,3 pessoas)¹¹⁶. As características do grupo familiar são aspectos utilizados nas ações estratégicas de uso do solo e de acesso à terra.

7.2. As estratégias fundiárias e o acesso à terra

A estrutura fundiária dos municípios revela que há um processo de concentração de terras em Pilar do Sul, sobretudo para o plantio de cereais e batata inglesa. Já em Piedade, devido aos declives acentuados, ao clima subtropical e ao solo cambissolo, encontramos uma participação significativa de propriedades com até 50 hectares. A concentração fundiária numa dada área não está apenas vinculada aos fatores conjunturais - expansão de algumas *commodities* (cana-de-açúcar, soja, milho etc.), mas também aos fatores de ordem estrutural, como o processo de ocupação e povoamento.

A repartição ou divisão da propriedade acaba não sendo viável, em muitos casos, para a continuidade de todos os herdeiros na agropecuária, porque o tamanho da unidade produtiva se reduzirá a cada geração. Por isso, observamos

¹¹⁶ Informação extraída do site - <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/familia.html>

que a permanência de um ou dois filhos na propriedade é uma estratégia social adotada pelos produtores rurais.

Quando discutimos as estratégias fundiárias, é indispensável que nossa análise considere a relação terra e capital. A terra como mercadoria é acessível por relações capitalistas de produção ou por relações capitalizadas, em que a mão de obra é transformada em mercadoria.

A sucessão ou transmissão hereditária foi objeto de pesquisa de alguns trabalhos, como os de Fukui (1979); Lamarche (1993; 1998); Abramovay (2000); Sant'Ana (2003); Sant'Ana e Costa (2004); Anjo e Caldas (2009); e, de maneira indireta, Queiroz (1973) e Noronha (2008). Todos esses autores, guardada suas posições teóricas, veem a transmissão hereditária como uma estratégia social e econômica.

A transmissão do patrimônio fundiário é considerada uma estratégia de base, assim como a ampliação da propriedade, a herança não partilhada e a exclusão da herdeira. O espaço rural está se tornando cada vez mais envelhecido e masculinizado, em face da falta de perspectiva de permanência dos filhos na agricultura e da inserção das mulheres em serviços domésticos e gerais (ABRAMOVAY, 1999).

Entre os imigrantes, chamam atenção as formas de divisão do patrimônio fundiário praticadas pelos descendentes de japoneses e de italianos. No caso dos japoneses, houve, em períodos passados, a transmissão apenas para o primogênito, independente de ser homem ou mulher. Quanto a famílias italianas, a propriedade permaneceu, geralmente, com os filhos, ficando as filhas preteridas no processo de sucessão.

No Brasil, há diferentes estratégias fundiárias, sendo uma das formas mais comuns a autonomia dos filhos solteiros ou recém-casados. Assim, os pais os incentivam a construir seu próprio patrimônio, seja por meio da redução/eliminação do percentual pago ao conduzir a atividade agropecuária dentro da propriedade, seja ajudando-os no arrendamento de outras áreas (SANT'ANA; COSTA, 2004, s/p). Os autores citam como estratégias fundiárias: a) aquisição de mais terras pelos herdeiros; b) aquisição de terras entre os herdeiros; c) divisão igualitária da propriedade rural; d) divisão restritiva da herança; e) herança apenas

para os filhos agricultores; f) venda da propriedade e divisão do dinheiro entre os herdeiros.

O acesso à terra é primordial para estabelecer estratégias de mercado, de convívio social e de continuidade na agricultura. Segundo os referidos autores, para a aquisição da primeira propriedade há uma intensificação do trabalho, com o uso intensivo do solo e, muitas vezes, a diversificação dos cultivos.

Pelos dados da Tabela 33, notamos que o estrato de área com maior participação de entrevistados situa-se entre um e dez hectares, sendo registrados 53,7% em Pilar do Sul e 58,8% em Piedade.

Tabela 33- Estrato de área das propriedades rurais pesquisadas

Área	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Menos de 01 ha	06	9,0	05	5,6
De 1 a 10 ha	36	53,7	53	58,8
De 11 a 20 ha	11	16,5	14	15,6
De 21 a 40 ha	11	16,5	15	16,7
De 41 a 50 ha	03	4,5	03	3,3
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

A prevalência de propriedades nesse estrato (de 01 até 10 hectares) se justifica pelo tipo de cultivo desenvolvido, de um lado, a fruticultura, em Pilar do Sul e, de outro lado, a expansão de olerícolas folhosas e não folhosas, em Piedade. São lavouras de uso intensivo do solo, seja com a vitivinicultura, cujos parreirais podem existir por aproximadamente 30 anos, seja com olerícolas, que permitem, com a rotação de culturas, a alternância dos cultivos em toda a extensão da propriedade.

Dos 9% entrevistados com propriedade inferior a um hectare, 6% são ex-meeiros que compraram a terra recentemente, depois de trabalhar sob esse regime para os produtores de uva do município, e o restante, 3%, compõe os herdeiros de famílias pioneiras no Bairro Paineiras, em Pilar do Sul.

As propriedades rurais com área entre 41 e 50 hectares abrigam cultivos de olerícolas e grãos - como cebola, batata inglesa, feijão e milho - que exigem uma área maior do que as destinadas ao plantio de folhosas.

Quanto à situação de acesso à terra, encontramos distintas estratégias fundiárias, como mostra a Tabela 34.

Tabela 34 – Situação de acesso à terra nas propriedades rurais pesquisadas

Situação e acesso	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Compra	27	40,3	25	27,8
Compra e herança	01	1,5	07	7,8
Compra, herança e parceria	01	1,5	00	0,0
Herança	26	38,9	39	43,3
Herança e parte cedida	01	1,5	00	0,0
Herança e parte arrendada	00	0,0	04	4,4
Arrendamento	05	7,5	06	6,7
Cedida	02	3,0	04	4,4
Meação	04	5,0	04	4,4
Meação e arrendamento	00	0,0	01	1,1
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Em função das diversas situações de acesso à terra, podemos apontar que existem diferentes estratégias adotadas pelos produtores com o objetivo de continuar na atividade agrícola. Anjos; Caldas (2009, p. 193), ao discorrerem sobre a transmissão patrimonial entre os herdeiros, enfatizam que a lógica que orienta “o uso e a destinação da terra converte-se numa tarefa extremamente complexa diante da multiplicidade de arranjos adotados no âmbito da agricultura familiar”. Esses arranjos nem sempre são estabelecidos numa relação harmoniosa e consensual, mas num jogo de poder e de enfrentamento entre os herdeiros.

A transmissão hereditária é responsável por 38,9% de acesso à terra em Pilar do Sul e 43,3%, em Piedade. O patrimônio fundiário está presente em todos os bairros rurais. Todavia, a propriedade rural, em muitos casos, não é dividida com a transferência legal (judicial) e acaba ficando sob a tutela do cônjuge e em nome do patriarca já falecido. Essa falta de regularização do inventário ocasiona problemas na requisição de crédito rural, pois o produtor não detém a propriedade jurídica, tampouco a posse de uso. Esse aspecto foi amplamente apontado por Lamarche (1993), que afirma ser a falta de legalização da propriedade motivo de instabilidade na sucessão dos filhos na agricultura.

A compra foi a forma de aquisição de 40,3% das propriedades em Pilar do Sul e de 27,8%, em Piedade, realizada de maneira parcelada, por meio da figura do coletor (cobrador). Atualmente, o preço de um alqueire de terra em Piedade pode chegar a R\$ 40.000,00, dependendo da topografia e da acessibilidade. A cessão da propriedade ou a permissão para morar e cultivar é a situação em 3% das propriedades em Pilar e 4,4%, em Piedade. Esses dados

também revelam a preocupação dos pais com a continuidade dos filhos na atividade agrícola.

Formas de acesso à terra	Explicação
Compra	A terra é obtida mediante pagamento. Geralmente o cálculo é baseado no tamanho (hectares ou alqueires) da propriedade e nas benfeitorias existentes.
Herança	O herdeiro tem o direito de acessar a terra, mediante a partilha (igualitária ou não), regulamentada em cartório.
Arrendamento	A terra é utilizada para o desenvolvimento de atividade agropecuária, mediante pagamento ao proprietário.
Parceria	Um contrato de parceria é firmado com o proprietário da terra, no qual se prevê a partilha dos lucros* .
Meação	É estabelecido um contrato com o proprietário da terra, sendo divididos os rendimentos obtidos* .
Cedida	O proprietário cede a terra para o beneficiado sem exigir pagamento em dinheiro ou em espécie.

Quadro 21: Formas de acesso à terra.

*definições obtidas no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) www.mapa.gov.br/

Org. Erika Moreira (2010).

A herança e a compra são as duas formas de acesso à terra predominantes nos municípios. Em Pilar do Sul, principalmente por causa do cultivo de frutas de mesa, 80,6% dos produtores rurais pesquisados responderam que a extensão da propriedade é suficiente, e apenas 19,4% gostariam de ampliá-la, para expandir o cultivo da uva ou de olerícolas (tomate e batata inglesa). No caso de Piedade, 77,8% disseram estar satisfeitos com o tamanho da propriedade, não sendo, portanto, preciso ampliá-la, mas 22,2% buscam outras formas de acesso, como o arrendamento ou a parceria.

Nos dois casos, a área é suficiente, pois a fruticultura e a olericultura não exigem grandes extensões territoriais. Isso se reflete nas mudanças no tamanho dessas propriedades, pois, em Pilar do Sul, 10,4% dos produtores entrevistados anexaram parte de outras propriedades, por meio da compra. Em Piedade, 6,7% também ampliaram sua área adquirindo parte de propriedades vizinhas. A maioria das ampliações ocorreu entre 1995 e 2000, justamente num período em que a agricultura passava por mudanças no âmbito regional, com a implantação da silvicultura e da produção em escala da alcachofra. A ampliação é almejada por 46,2% dos produtores em Pilar do Sul e 60%, em Piedade, com o intuito de expandir e diversificar a agricultura.

Em Pilar do Sul, encontramos um problema relacionado à expansão da silvicultura (reflorestamento para a produção de lenha, papel e celulose) e à valorização das terras. Muitos produtores rurais buscam ampliar a produção mediante a aquisição de terra, mas, nos últimos anos, os preços aumentaram em decorrência dessa cultura permanente. Além da atuação dos grupos Suzano, VCP, Eucatex e Duratex, há também o cultivo realizado por produtores particulares que, em geral, vendem a produção para os grandes grupos, mediante contrato informal com as empresas.

Apenas 1,5% dos entrevistados em Pilar do Sul, e 2,2%, em Piedade, venderam parte de sua propriedade, sobretudo no final de 1980, período que coincidiu com a crise da cebola, negociando com produtores do próprio bairro rural.

O arrendamento é uma forma de acesso à terra, mediante pagamento feito em espécie ou em dinheiro ao proprietário. A maioria dos produtores rurais em Pilar do Sul (62,7%) não toma terra em arrendamento; já 37,3% arrendam terra e o pagamento é feito em dinheiro (13) ou com parte da produção (14,9% ou 10). Em Piedade, 72,2% (65) dos produtores rurais não arrendam terra, enquanto 27,8% (25) fazem uso desse expediente, dos quais 23 efetuam o pagamento em dinheiro e dois adotam o comodato (auxílio mútuo) ou a limpeza da área.

Para 89,6% dos produtores rurais de Pilar do Sul, a continuidade na propriedade rural e na agricultura (94,4%) decorre da sua tradição na atividade agrícola e por não aspirarem a outro tipo de ocupação desvinculada do setor. Em Piedade, a situação é semelhante, pois 92,2% dos produtores pesquisados pretendem continuar na propriedade e na atividade agrícola, informando que só *sabem fazer aquilo*. Já a continuidade dos filhos na agricultura é um problema gerado no próprio grupo familiar, tendo em vista que os pais investem nos seus estudos, direcionando-os para outras profissões, ou seja, para empregos externos à agricultura.

A Tabela 35 demonstra a intenção de permanência dos filhos na atividade agrícola.

Tabela 35 - O(s) filho(s) pretende(m) continuar na atividade agrícola

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Sim	29	43,3	21	23,3
Não	28	41,8	68	75,6
Não sabe	10	1,5	01	1,1
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

O que chama a atenção é a falta de perspectiva da continuidade dos filhos na agricultura, muito mais em Piedade do que em Pilar do Sul. Neste município, 41,8% dos produtores rurais pesquisados responderam que os filhos não pretendem continuar, pois já desenvolvem outras atividades fora da propriedade e não desejam voltar a exercer a atividade agrícola. No caso de Piedade, o índice ainda é maior, pois embora a agricultura seja forte e diversificada, 75,6% dos filhos não têm a intenção de dar continuidade à atividade agrícola.

As pesquisas acadêmicas que enfocam o trabalho familiar no espaço rural atribuem a dois motivos principais o problema relacionado à sucessão e ao abandono da agricultura pelos herdeiros: a inserção dos mais jovens em outra atividade econômica não agrícola, tendo em vista a vulnerabilidade da agricultura e o incentivo dos próprios pais para que isso ocorra.

As estratégias fundiárias adotadas pelos produtores rurais envolvem duas questões: continuidade dos filhos na agricultura e expansão da área de cultivo. O tamanho das famílias também tem se reduzido atualmente, e aquele grupo familiar com cinco ou seis filhos, em média, constatado em trabalhos anteriores (FUKUI, 1979; DUHRAM, 1984) já não é mais comum. Assim, a saída dos filhos para a cidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a adoção de métodos contraceptivos, a redução das áreas de cultivo, a utilização de maquinários e o uso extensivo da terra são alguns dos fatores que podem ser apontados para explicar a redução do tamanho das famílias no espaço rural.

A perspectiva da continuidade do herdeiro na agricultura envolve não apenas a estrutura fundiária, mas também a estrutura produtiva, as técnicas utilizadas e, sobretudo, a renda obtida. Na subseção posterior, veremos que cada município tem uma função distinta na divisão territorial do trabalho, no âmbito da MRG de Piedade e do cinturão verde macrometropolitano.

7.3. As estratégias de comercialização e institucionais

As estratégias fundiárias estão vinculadas diretamente às atividades produtivas, formando distintas redes comerciais e pessoais. Vimos, ao longo do trabalho, que a agricultura é a base da economia local e microrregional, em virtude da demanda por alimentos de dois grandes centros consumidores e do contexto de ocupação.

A especialização produtiva é visível em Pilar do Sul, onde a produção da uva fina (de mesa) é o carro-chefe. A chegada da uva Itália na região se deu com a vinda das primeiras famílias de imigrantes japoneses, na década de 1960. Segundo os produtores pesquisados, em pouco tempo a *fama* da uva como rentável se espalhou por todo o município. Atualmente, Pilar do Sul compete com São Miguel Arcanjo para fazer jus ao título de *Capital Estadual da Uva Itália*. Esse *slogan* é “explorado” pelo poder público local de São Miguel Arcanjo, com imagens, roteiros turísticos, feiras típicas e festas da uva e do vinho colonial. Em Pilar do Sul, o principal atrativo não é a uva, mas as potencialidades naturais, sobretudo os recursos hídricos e a Serra de Paranapiacaba. Em suma, o município tem sua economia pautada nas atividades agropecuárias, pois o comércio e a prestação de serviços estão voltados ao atendimento das necessidades dos produtores rurais.

Piedade tem sua estrutura produtiva marcada pela diversificação de olerícolas folhosas e não folhosas, tendo como peculiaridades a maciça presença de japoneses e a topografia com declives. A própria expansão urbana do município fica circunscrita aos morrotes.

Essas diferenças (especialização e diversificação produtivas) são decorrentes da própria divisão territorial do trabalho no âmbito da MRG de Piedade e da organização do cinturão verde macrometropolitano. Não defendemos a *Teoria do Estado Isolado*, de Von Thunen, segundo a qual o cultivo de produtos com menor durabilidade se desenvolve nas áreas mais próximas do centro consumidor, mas acreditamos que ele tem vinculação direta com os meios de transporte e de comunicação e com redes comerciais consolidadas.

Com o fito de quantificar os dados sobre a estrutura produtiva dos municípios, a Tabela 36 traz as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas.

Tabela 36 – Atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais pesquisadas

Atividade(s)	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Agricultura (lavouras)	55	82,1	77	85,5
Pecuária	03	4,5	00	0,0
Agropecuária	07	10,4	09	10,0
Agricultura e comércio	02	3,0	04	4,5
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

No município de Pilar do Sul, em 82,1% das propriedades rurais visitadas, as lavouras são a única atividade econômica rentável e, em 3% delas, encontramos uma combinação de lavouras com atividade comercial. Nas propriedades cuja principal fonte de renda informada foi a pecuária (4,5%), verificamos que a produção de leite de vaca e de búfala é destinada ao laticínio que se situa na própria microrregião, no município de São Miguel Arcanjo. O valor do leite bufalino é superior ao bovino, chegando aquele a R\$ 1,00 o litro sem o beneficiamento, enquanto este é comercializado a R\$ 0,55 o litro.

Em Piedade, verificamos a presença majoritária das lavouras como única fonte de renda agrícola em 85,5% das propriedades pesquisadas, com produção especializada (alcachofra) ou diversificada (desde alface e alho-poró até feijão e caqui). Encontramos também propriedades (4,5%) em que se cultivam flores em estufa.

Em virtude do tamanho das propriedades, a pecuária tem pouca expressividade econômica, ainda que possamos encontrar haras e estabelecimentos especializados na criação de cavalos para reprodução e exposição. Em 4,5% das propriedades encontramos o fenômeno da pluriatividade, isto é, a combinação da agricultura e do pequeno comércio (quitanda, oficina mecânica, bares e serraria), desenvolvido por seus membros, para compor a renda da família.

A grande maioria dos produtores pesquisados em Pilar do Sul (94,4%) reside nas propriedades e os restantes (5,6%) moram no núcleo urbano, justificando essa escolha por razões de segurança e tratamento médico. Já em Piedade, 95,6% dos produtores residem nos bairros rurais, 2,2%, em São Paulo, e 2,2%, na sede do município, alegando, estes, também razões de segurança. Verificamos que 95,5% dos produtores rurais em Pilar do Sul e 91,1% em Piedade nunca exerceram nenhuma atividade ou profissão além da agricultura.

Sendo o cultivo de lavouras a atividade econômica predominante, a renda bruta anual obtida, segundo valores mencionados pelos produtores rurais, é, em média, de R\$ 50.000,00 em Pilar do Sul e R\$ 60.000,00 em Piedade, como mostrado na Tabela 37.

Tabela 37 – Renda bruta anual obtida com a atividade agrícola nas propriedades rurais pesquisadas

Faixa de renda anual (R\$)	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Até 20 mil	20	29,9	33	36,7
De 21 a 50 mil	24	35,7	29	32,3
De 51 a 80 mil	14	20,9	08	8,9
De 81 a 120 mil	02	3,0	08	8,9
De 121 a 180 mil	02	3,0	03	3,3
De 181 a 220 mil	04	6,0	03	3,3
Acima de 221 mil	00	0,0	03	3,3
Não respondeu	01	1,5	03	3,3
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Optamos por trabalhar com a renda bruta anual devido a dois motivos: 1) a fruticultura (uva, citros, maçã, caqui, pêssgo etc.) tem uma safra anual e, portanto, o rendimento também é anual; 2) as olerícolas folhosas e não folhosas apresentam variações de preço ao longo do ano, o que dificulta estabelecer uma média mensal, pois, nos meses de safra (de maio até agosto), a oferta é maior que a demanda e o preço decresce, enquanto no período de entressafra, a demanda aumenta e o preço se eleva.

Em Pilar do Sul, os 29,9% (20) dos produtores que desenvolvem apenas o cultivo da uva auferem uma renda anual de até R\$ 20.000,00, com uma área de até cinco hectares. Para 35,7% (24) deles, cuja produção também é a uva, a renda fica entre R\$ 21.000,00 e R\$ 50.000,00, em propriedades com área de até dez hectares. Os produtores que mencionaram renda superior a R\$ 81.000,00 cultivam uva e grãos (milho, aveia), cereais (feijão), batata e repolho, e declararam arrendar terra de seus vizinhos para expandir seus cultivos.

No caso de Piedade, a renda anual de 36,7% (33) dos produtores rurais pesquisados é de R\$ 20.000,00, numa área de até cinco hectares, onde cultivam predominantemente as folhosas, sobretudo alface, coentro e alho-poró. Observamos que os produtores que obtêm uma renda acima de R\$ 100.000,00 trabalham com duas estratégias: o arrendamento de terras para a realização dos

cultivos e a utilização de distintos canais de comercialização. Para 32,3% (29) dos produtores rurais pesquisados, a renda anual é de 21 a 50 mil, sendo as olerícolas folhosas e não folhosas responsáveis pelo rendimento alcançado.

Encontramos 3,3% (03) de produtores rurais cuja renda anual fica acima de R\$ 221.000,00, em propriedades com área de 40 a 50 hectares, cultivando principalmente cebola e batata inglesa. A cebola, antes sinônimo de crise e prejuízo, vem se recuperando, de forma a se tornar de novo um cultivo rentável, pois com cinco hectares de cebola colhida pode se obter uma renda bruta de R\$ 180.000,00 da qual, deduzidas as despesas, restam cerca de R\$ 80.000,00.

Como relatamos anteriormente, existe uma diferença substancial entre as famílias de produtores rurais descendentes de imigrantes japoneses e as de outras nacionalidades. No caso dos imigrantes japoneses, a divisão da renda é normalmente centralizada no casal, tendo a mulher papel fundamental nas atividades laborativas. O que observamos durante a pesquisa de campo nas propriedades de descendentes nipônicos foi a presença da mulher em todas as etapas do processo produtivo. Para termos uma ideia da divisão da renda agrícola no âmbito da família, elaboramos a Tabela 38, que sistematiza os principais resultados obtidos.

Tabela 38 - Como é feita a distribuição da renda agrícola

Distribuição	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Chefe centraliza	37	55,2	56	62,2
Casal centraliza	18	26,9	25	27,8
Cada um fica com a sua parte	10	14,9	08	8,9
Meação	02	3,0	01	1,1
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

A presença de famílias patriarcais ainda é predominante, sendo visível, na Tabela 38, que 55,2% (37) e 62,2% (56) dos entrevistados em Pilar do Sul e em Piedade, respectivamente, centralizam a distribuição da renda agrícola no chefe da família. A participação do casal como responsável pelo orçamento anual representa 26,9% (18) em Pilar do Sul e 27,8% (25), em Piedade. A divisão igualitária entre os membros que trabalham na atividade agrícola está presente em 14,9% (10) das propriedades em Pilar do Sul, e 5,9% (08), em Piedade.

O patriarcalismo é traço marcante nas famílias rurais dos dois municípios, ainda que com menor grau entre os descendentes de japoneses, pois, durante nossas conversas, as questões vinculadas ao orçamento e aos canais de comercialização eram tratadas sempre pelos homens. A invisibilidade do trabalho feminino é um elemento que está carregado de atributos culturais, como consequência de um período em que o homem era o principal chefe da família.

Em relação à origem da renda agrícola, verificamos que a participação do atravessador ainda é forte, como principal canal de comercialização dos produtos agropecuários (Tabela 39).

Tabela 39 - Como são comercializados os produtos

Local	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Na propriedade	01	1,5	02	2,2
Mercados e feiras	05	7,4	05	5,6
Atravessadores	53	79,1	63	70,0
Barracas da CEAGESP e CEASA	02	3,0	10	11,1
Prefeitura (MDS)	01	1,5	00	0,0
Prefeitura (MDS) e Atravessadores	01	1,5	02	2,2
Feiras e Atravessadores	03	4,5	00	0,0
Cooperativa	00	0,0	01	1,1
Laticínio	01	1,5	00	0,0
Propriedade e atravessadores	00	0,0	01	1,1
CEAGESP, feiras e atravessadores	00	0,0	06	6,7
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Ao nos depararmos com as diferentes formas de comercialização, acreditamos ser oportuna a contribuição de Saquet (2006, p. 72) sobre a exploração e a subordinação dos agricultores pelos intermediários urbanos e rurais. A subordinação ocorre em atividades produtivas agropecuárias ou industriais que possuem trabalho assalariado, e a exploração aparece, de maneira clara, na agricultura de base familiar, pois “os *patrões* dos agricultores se escondem por trás de comerciantes intermediários, no mercado. A transferência de riqueza ocorre devido ao mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado”.

O valor da produção agrícola é sempre abaixo do que é praticado no mercado. Em outras palavras, considerando o produtor rural, o intermediário e o

consumidor, o intermediário é aquele que não perde nunca, pois ao valor de compra de um determinado produto será acrescido o percentual para seu ganho¹¹⁷.

As estratégias de comercialização adotadas pelos produtores rurais são distintas, mas a predominante é a venda por meio dos atravessadores. Identificamos três tipos de atravessadores que atuam nos bairros rurais pesquisados: a) o produtor rural que compra os produtos dos vizinhos para completar a sua carga e entregar na CEAGESP; b) o proprietário de transportadora que visa à aquisição dos produtos para comercializar em mercados, quitandas e na CEASA; c) o proprietário de boxe na CEAGESP ou na CEASA (chamado de *barraqueiro*).

Wilkinson (2008), ao abordar as estratégias da agricultura familiar, cita as duas implicações de caráter econômico relacionadas a essa categoria: alcançar novas escalas de produção e atingir capacidade autônoma e criativa. Essas duas premissas estão vinculadas à sua inserção em diferentes mercados, que vão desde a exportação até a inclusão em programas sociais. O autor elaborou uma tipologia de mercados e seu perfil.

Mercado	Perfil
<i>Commodities</i> (exportação)	Velhos e novos mercados locais e à distância
Especialidades	Tradição
Orgânicos	Modo específico de produção
Artesanais	Denominação de origem ou não
Solidários	Mercados de alta e baixa renda
Institucionais (programas sociais)	Licitações

Quadro 22: Tipos de mercado.

Fonte: Wilkinson (2008).

Org: Erika Moreira (2010).

Essas diferentes formas de comercialização se resumem em duas grandes estratégias: mercados locais e mercados de *commodities*. O primeiro está

¹¹⁷ Em Cuba, país dotado de um sistema socialista desde 1959, com as leis de Reforma Agrária, de 1959 e 1963, o Estado eliminou a figura do intermediário que seria o grande provocador do problema do campo e da exploração dos pequenos agricultores. Entretanto, com a crise ocorrida entre 1990-1998, o chamado período especial, o Estado autorizou, em 1993, a implantação de mercados agropecuários livres, onde o intermediário, revestido na figura do comerciante, comparece como o elemento central. Para amenizar a relação oferta-demanda, o Estado criou os pontos de venda, as *placitas*, que juntamente com os mercados agropecuários de preços topados, comercializam seus produtos agrícolas (legumes, hortaliças, frutas, tubérculos, raízes, ovos, carne suína e aves, embutidos, polpa de frutas, ervas condimentais, flores etc.) por 20% abaixo do valor praticado em mercados agropecuários livres. Assim, é comum entre os cubanos, dirigir-se primeiramente a essas *placitas* ou mercados estatais, para depois comprar nos mercados livres os produtos que faltam.

vinculado ao caráter personalizado e, muitas vezes, de acesso direto, enquanto o segundo responde por uma cadeia que ultrapassa a escala local. Em suma, o autor destaca que esses distintos mercados necessitam de inovações organizacionais e institucionais para que possam favorecer a agricultura de base familiar.

O atravessador é apontado pelos produtores rurais pesquisados como o empresário (ex-produtor rural) que conseguiu estabelecer contatos e atualmente trabalha apenas na fase de comercialização e não no cultivo. No Bairro dos Leites, encontramos três transportadoras, duas das quais atuam apenas no ramo de comercialização, e outra cujos proprietários ainda trabalham com o cultivo de hortaliças em estufa e hidropônicas.

Verificamos que a figura do atravessador é um problema e uma solução. O problema maior está em Pilar do Sul, onde o índice de calotes é alto, porque os atravessadores são provenientes de outros estados (Paraná e Rio de Janeiro). Os produtores rurais afirmam que eles estabelecem contato, efetuam o pagamento de maneira correta por um, dois e até três anos consecutivos, depois já pedem prazos maiores para o pagamento, até chegarem ao ponto de emitir cheques sem fundo ou com dados adulterados. Essa prática foi relatada em quase todas as propriedades pesquisadas em Pilar do Sul. Na pesquisa de campo, encontramos no Bairro Pinhal de Cima, muitas famílias que tiveram prejuízo de até R\$ 100.000,00. O ano de 2009 foi atípico, com chuvas constantes, o que exigiu uma quantidade maior de insumos químicos e causou uma queda na quantidade produzida. Deparamos com uma família que sofreu um calote do atravessador no valor de R\$ 80.000,00 e que, para sobreviver, teve que optar pelo cultivo da abobrinha e pela compra de poncã de vizinhos para vender na feira de São Miguel Arcanjo.

Ainda assim, o atravessador é o principal canal de comercialização para 79,1% dos produtores rurais de Pilar do Sul e 70% de Piedade. Existem, em linhas gerais, duas opções para reverter essa situação: a formação de uma cooperativa e o pagamento de frete para venda diretamente na CEAGESP. No caso de Piedade, os atravessadores moram nos bairros rurais e o pagamento é realizado no final de cada semana, o que ameniza a ocorrência de problemas. Alguns produtores afirmaram que já estabeleceram confiança no comprador (atravessador) e que a venda por cooperativa ou diretamente para a CEASA ou a CEAGESP não é viável.

Em Piedade, 11,1% dos produtores rurais entrevistados comercializam diretamente com os atravessadores que atuam nos boxes da CEAGESP ou da CEASA. Este tipo de comercialização, segundo os produtores, é arriscado, pois os produtos são vendidos pelo preço do dia. O índice de comercialização diretamente para mercados ou feiras é de 7,4% em Pilar do Sul, e 5,6%, em Piedade.

O contrato formal não é tão comum, sendo firmado apenas por 11,1% dos produtores de uva de Pilar do Sul, e 3,3% dos produtores de flores, alho-poró e erva-doce de Piedade. Os demais não estabelecem nenhum tipo de contrato formal com seus compradores, apenas a chamada *confiança verbal*. Esta, que era uma prática comum entre os produtores rurais em períodos pretéritos, no contexto atual, todavia, é uma relação de vulnerabilidade.

Os prazos para o pagamento variam de sete até 90 dias, dependendo do tipo de cultivo e do tipo de canal de comercialização (Tabela 40).

Tabela 40 – Como é realizado o pagamento

Formas	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Na entrega	04	6,0	06	6,7
Semanalmente	04	6,0	31	34,4
Quinzenalmente	07	10,4	14	15,5
Mensalmente	11	16,4	25	27,8
Mensalmente e na entrega	00	0,0	05	5,6
Semanal, quinzenal e mensalmente	00	0,0	02	2,2
Entre 40 e 90 dias	41	61,2	07	7,8
Total	67	100,00	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

A diferença substancial que encontramos entre os produtores pesquisados de Piedade e de Pilar do Sul refere-se aos prazos de pagamento, como observamos na Tabela 40. Em Pilar do Sul, a maioria, isto é, 61,2% (41) dos produtores rurais pesquisados são pagos pelo atravessador num prazo de 40 a 90 dias, sendo que a garantia de pagamento é dada por meio da emissão de um cheque. Entre os 16,4% que recebem mensalmente, estão os produtores vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social, via Programa de Aquisição de Alimentos, gerenciado pelas prefeituras municipais de Mauá, Diadema e Santo André.

No caso dos produtores de Piedade, o prazo de pagamento, em geral, varia de semanal a mensal. Para 34,4% (31) dos produtores pesquisados, o

pagamento é semanal; 27,8% recebem mensalmente; 15,5% a cada quinze dias. Como as folhosas têm uma periodicidade menor, a colheita é feita todos os dias até as 9h30 horas, de forma que os caminhões que fazem o transporte partem para Sorocaba, Campinas e São Paulo com os produtos frescos. Vimos que os produtores de folhosas e não folhosas trabalham todos os dias da semana, seja na manutenção das plantas, seja na colheita e na limpeza. A rúcula, por exemplo, pode ser colhida em até 21 dias após o plantio, e o valor pago pela grade com 12 maços varia de R\$ 2,00 a R\$ 4,00, nos meses de julho e agosto.

No mês de julho, período de safra, uma grade de alface (com 24 cabeças) rende ao produtor de R\$ 1,00 a R\$ 1,50, diferentemente do período que vai de dezembro a fevereiro, em que o preço da mesma grade pode chegar a R\$ 16,00. Em decorrência do preço baixo e, algumas vezes, da recusa do próprio atravessador, encontramos muitas hortaliças perdidas no roçado, pois os produtores preferem utilizá-las como adubo verde a colher e vender a preços tão baixos.

Os locais de comercialização dos produtos são distintos, mas a Região Metropolitana de São Paulo é o destino predominante dos produtos, como revelam os dados da Tabela 41.

Tabela 41 – Município receptor dos produtos agrícolas

Localidade	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Belo Horizonte – MG	09	13,4	00	0,0
Campinas – SP	08	11,9	06	6,7
Capela do Alto – SP	01	1,5	00	0,0
Curitiba – PR	01	1,5	00	0,0
Goiânia – GO	03	4,5	00	0,0
Holambra – SP	00	0,0	01	1,1
Interior de SP	00	0,0	01	1,1
Manaus – AM	02	3,0	00	0,0
Marialva – PR	07	10,4	00	0,0
Microrregião de Piedade	09	13,4	08	8,9
Piracicaba – SP	01	1,5	00	0,0
Rio de Janeiro – RJ	11	16,4	00	0,0
Região Metropolitana de São Paulo	50	74,6	83	92,2
Santo André – SP	01	1,5	00	0,0
Santos – SP	01	1,5	00	0,0
Sorocaba – SP	04	6,0	06	6,7
Total	67	-	90	-

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

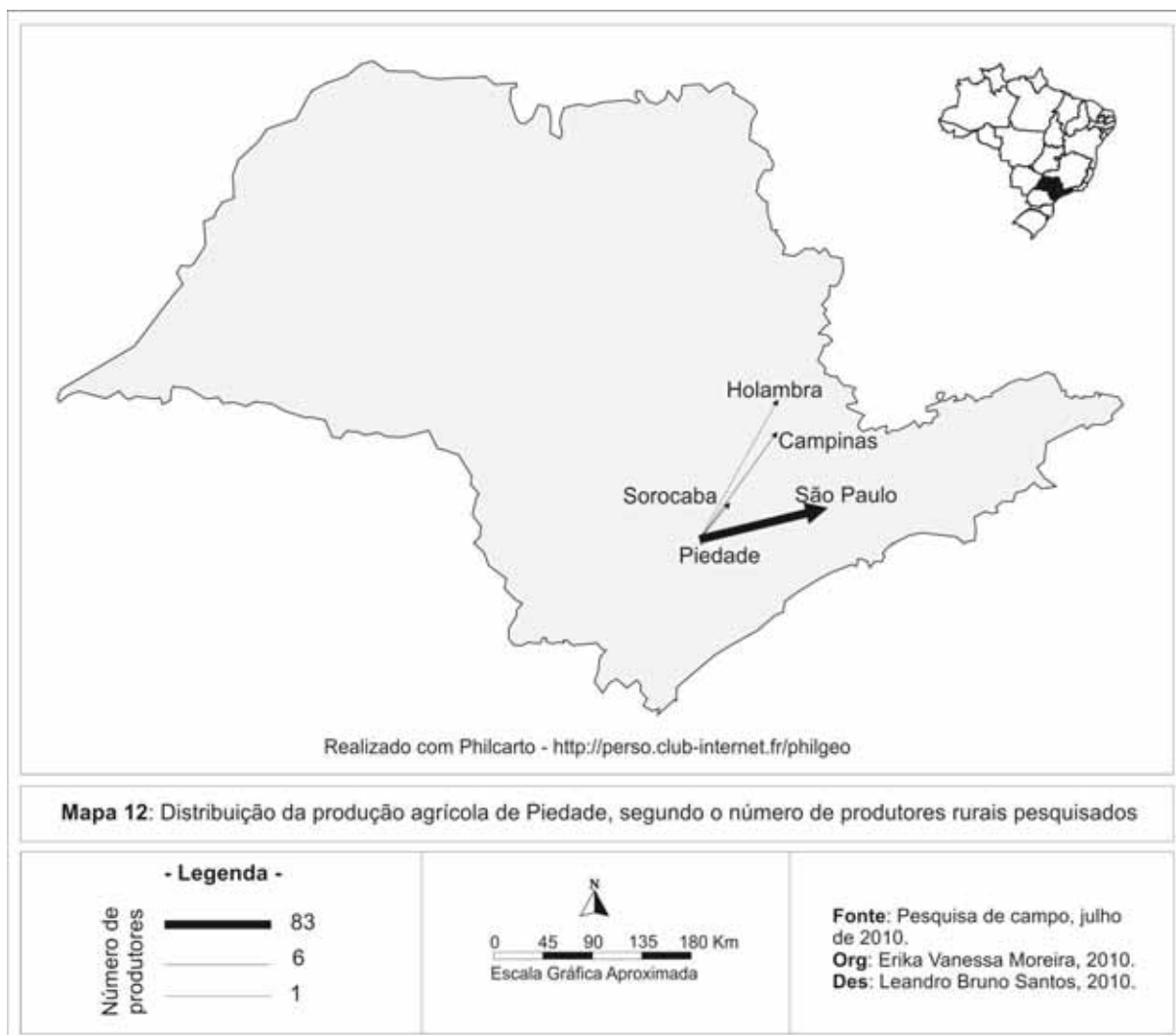
*múltiplas repostas

A CEAGESP de São Paulo é o principal local de comercialização e entrega dos produtos agrícolas de Pilar do Sul e Piedade, como mostram os Mapas 11 e 12.



Mapa 11: Distribuição da produção agrícola de Pilar do Sul, segundo o número de produtores rurais pesquisados





Dos 67 produtores pesquisados em Pilar do Sul, 74,6% (50) têm a CEAGESP como principal ponto para a entrega de seus produtos e, em Piedade, a situação não é diferente, pois 92,2% (83) destinam sua produção para a RMSP. O consumo desses produtos não se restringe apenas à RMSP, já que, a partir desse centro, as folhosas, as não folhosas e as frutas são levadas para outras cidades paulistas ou demais unidades da federação.

O município de Piedade, além de produzir uma gama de produtos agropecuários, também funciona como distribuidor, pois observamos que a CEASA (conhecido popularmente como *Ceasinha*) recebe caminhões de diferentes localidades (de diferentes Estados) para descarregar seus produtos.

A exportação de frutas ou de algum outro tipo de produto ainda é pequena, pois apenas 3% dos produtores pesquisados em Pilar do Sul e 11,1% em Piedade conseguem estabelecer contatos com outros países. Em Pilar do Sul, no interior da APPC – Associação Paulista de Produtores de Caqui, existe uma

empresa criada em 2005 pelos próprios associados, para estabelecer contatos e viabilizar a exportação de frutas para o Canadá, a Holanda etc. Em 2009, os produtores rurais do município de Piedade conseguiram exportar para o Japão 20 toneladas de morangos inteiros e congelados. Em relação à fruticultura, vimos que Pilar do Sul se destaca no âmbito da MRG de Piedade, tanto pela produção quanto pelo valor obtido nas exportações.

Tabela 42 – Tipos de lavoura permanente desenvolvidos

	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Não	14	20,9	79	87,8
Sim – fruticultura	52	77,6	06	6,7
Sim – alcachofra	00	0,0	02	2,2
Sim – silvicultura	01	1,5	03	3,3
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Dentre as lavouras permanentes cultivadas, a fruticultura se destaca em Pilar do Sul, como mostra a Tabela 42, com 77,6% (52) de produtores envolvidos nessa atividade. Destes, 30 cultivam a uva de mesa, 12 o caqui fuyu (Foto 80) e dez se dedicam à produção de maçã, nêspira (Foto 79) e ameixa. A uva ocupa aproximadamente 700 hectares de terras com uma produção anual de quase 15 mil toneladas de diferentes cultivares. Todavia, em termos regionais, Pilar do Sul fica em segundo lugar na produção de uva em relação a São Miguel Arcanjo, cuja área cultivada é de mais de 1.500 hectares, com a colheita de aproximadamente cinco milhões de caixas da fruta (AGÊNCIA FAPESP, 2010).



Foto 79: Nêspiras com proteção, no Bairro Bandeirantes, Pilar do Sul.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 80: Plantação de caqui no Bairro Pinhal de Cima, Pilar do Sul.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Em Piedade, as lavouras permanentes não se apresentam com tanta relevância nos bairros selecionados, pois apenas 6,7% dos entrevistados se dedicam à fruticultura (4,4% ao caqui, pêssego e maçã e 2,3% ao cultivo de ameixa). A importância da fruticultura está nos bairros rurais localizados na porção sul, em direção a Tapiraí, com o cultivo de caqui fuyu¹¹⁸, pêssego e maçã. O carro-chefe, embora circunscrito a um grupo de 12 produtores rurais, é a produção da alcachofra, como observamos nas Fotos 81 e 82.



Foto 81: Cultivo da alcachofra na propriedade do Sr. Toyouemura, no Bairro Sarapuí dos Antunes, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 82: Alcachofra protegida, no Bairro Sarapuí dos Antunes, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Abordamos, nos Capítulos 1 e 3, a produção da alcachofra e as atividades e serviços criados em torno do novo símbolo agrícola de Piedade, uma flor comercializada para gastronomia em São Roque e São Paulo, cujo valor varia de R\$ 1,00 a R\$ 3,00 a unidade para o produtor, embora chegue a custar R\$ 8,00 para o consumidor final. Segundo o Sr. Toyouemura, a rentabilidade da alcachofra é muito boa, mas, para concretizá-la, o produtor necessita da adoção de novas técnicas e melhores sementes. A planta consegue brotar mediante a aplicação de ácido giberélico¹¹⁹ duas vezes ao ano, e tem uma duração de até cinco anos. As folhas também podem ser comercializadas para fins terapêuticos e homeopáticos, já que possuem propriedades físico-químicas que auxiliam no combate ao colesterol e no emagrecimento.

As lavouras temporárias estão presentes, em sua maioria, nos bairros rurais pesquisados do município de Piedade, especialmente os cultivos de folhosas e não folhosas (Tabela 43).

¹¹⁸ Há no município de Piedade, aproximadamente 50 produtores de caqui dos mais diferentes tipos.

¹¹⁹ Tipo de hormônio utilizado para induzir o crescimento das plantas.

Tabela 43 – Tipos de lavoura temporária desenvolvidos

	Pilar do Sul		Piedade	
	N	%	N	%
Não	39	58,2	03	3,3
Sim – olerícolas folhosas	01	1,5	23	25,6
Sim – olerícolas não folhosas	16	23,8	08	8,9
Sim – flores	00	0,0	03	3,3
Sim – leguminosas	01	1,5	00	0,0
Sim – leguminosas e olerícolas folhosas	06	9,0	00	0,0
Sim – olerícolas folhosas e não folhosas	02	3,0	51	56,7
Sim – outras	02	3,0	02	2,2
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Do total de produtores rurais pesquisados 97,2% cultivam olerícolas folhosas e não folhosas em Piedade, 56,7% plantam espécies folhosas e não folhosas; 25,6%, somente olerícolas folhosas, e 8,9% cultivam olerícolas não folhosas. O alho-poró é uma alternativa de renda para 55,6% dos produtores ou horticultores (Foto 83), já que os gastos com insumos químicos são mínimos, a mão de obra é predominantemente familiar, além de ter grande aceitação no mercado. Uma grade com 12 maços de alho-poró limpos pode ser comercializada, nos meses de junho a agosto, entre R\$ 4,00 e R\$ 8,00, podendo atingir até R\$ 12,00, no período de novembro a fevereiro.



Foto 83: Lavagem e amarração dos maços de alho-poró pela Família Corrêas, Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

A alface também é uma folhosa muito cultivada em Piedade (25,6% do total), mas nos meses de safra (maio até agosto), o preço da grade (12 cabeças) é comercializado entre R\$ 1,00 e R\$ 1,50. Por conta dessa baixa rentabilidade, observamos que muitos produtores não fazem a colheita, deixando-a deteriorar na horta. Nos meses de verão (entressafra), de dezembro a março, a grade com 12 cabeças de alface crespa é vendida entre R\$ 13,00 e R\$ 16,00, e o preço da crespa hidropônica varia entre R\$ 17,00 e R\$ 21,00.

Entre 23,6% dos produtores de Piedade há apenas o cultivo de não folhosas (tomate, cebola, repolho, abóbora, cenoura) e de raízes (batata inglesa). Um índice de 3,3% dos produtores cultiva flores para fins comerciais, no sistema de estufa com irrigação tipo espaguete, variando desde orquídeas até girassóis.

A produção de lavouras temporárias em Pilar do Sul se resume a três tipos: repolho, batata e milho. Dos 67 produtores rurais pesquisados, 23,8% desenvolvem o cultivo comercial, em quantidades pequenas, de não folhosas (milho, feijão, tomate cereja, pimentão e abobrinha). O destino é a venda para mercados varejistas e atravessadores. Como a produção é pequena, o mesmo atravessador completa sua carga adquirindo produtos de vários produtores rurais.

Com relação à especialização ou semiespecialização produtiva, 44,8% dos produtores rurais de Pilar do Sul não possuem horta nem para o autoconsumo. Gazolla (2009), ao discutir a mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar gaúcha, enfatiza que a especialização, em linhas gerais, pode ocasionar uma dependência cada vez maior do mercado e maior vulnerabilidade quanto às oscilações econômicas. Esse processo pode afetar o saber-fazer das famílias em relação ao autoconsumo.

No caso de Piedade, apenas 8,9% dos produtores pesquisados não cultivam nenhuma olerícola folhosa para o autoconsumo, por cultivar flores e frutas. A maioria dos produtores pesquisados reserva para seu consumo próprio parte das hortaliças que cultiva para a comercialização.

O desenvolvimento da pecuária nos dois municípios não é tão significativo, sendo a pecuária leiteira o tipo predominante. Embora 25,4% dos produtores rurais pesquisados comercializem o leite com laticínios e particulares (a granel), essa é a principal fonte de renda para apenas 3% deles. No caso de Piedade, pelas características do relevo, encontramos 6,7% dos produtores

pesquisados que desenvolvem a pecuária leiteira, sendo o leite vendido esporadicamente. A ovinocultura está presente em 2,2% das propriedades, destinando-se à comercialização da lã e da carne.

Com a primazia da fruticultura de mesa e de olerícolas, a mão de obra familiar é predominante nos dois municípios. O caráter familiar dessas unidades está relacionado à administração e à organização da produção agrícola, que são geridas pelos membros da família, mais precisamente pelo casal, que além de trabalhar em todas as fases do processo produtivo, também busca estabelecer certas regras de organização. A contratação de empregados temporários nas épocas de colheita ou limpeza da área não elimina o caráter familiar, configurando estratégia adotada pelos produtores rurais com o objetivo de auxiliar nas atividades agrícolas (Tabela 44).

Tabela 44 – Mão de obra utilizada no dia da pesquisa de campo nas propriedades pesquisadas

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Apenas familiar	42	62,7	57	63,3
Familiar e empregado temporário	12	17,9	13	14,5
Familiar e empregado permanente	02	3,0	13	14,5
Permanente, temporário e familiar	03	4,5	03	3,3
Meeiro	04	6,0	01	1,1
Permanente e meeiro	02	3,0	01	1,1
Permanente, temporário e meeiro	01	1,5	02	2,2
Temporário e meeiro	01	1,5	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

A mão de obra dos membros da família está presente em 62,7% das propriedades rurais de Pilar do Sul e em 63,3% de Piedade.

A contratação de empregados temporários se dá por meio dos empreiteiros¹²⁰, pois eles estabelecem acordos de confiança com os produtores rurais e propiciam a disponibilidade de trabalhadores (mão de obra) no período de colheita. Em Pilar do Sul, muitos produtores rurais contratam temporários, geralmente mulheres, nas épocas de desbaste da uva (padronização do cacho) e de colheita, sendo que o valor pago aos diaristas chega a alcançar até R\$ 80,00 nos meses de janeiro e fevereiro, mas a média é de R\$ 30,00 por dia. Já em Piedade, o

¹²⁰ Responsáveis pela contratação dos empregados temporários tanto nos bairros rurais quanto na sede do município.

valor do temporário é, em média, de R\$ 25,00 a 30,00 reais por dia, durante todo o ano. Observamos que muitos moradores dos núcleos dos bairros rurais trabalham como temporários, seja no carregamento dos caminhões com as olerícolas folhosas e não folhosas, seja no plantio e na limpeza das hortas. Um dos principais problemas apontados pelos produtores rurais de Piedade é a mão de obra, seja pela escassez na época de safra, seja pela competição (valor despendido) para contratá-la, em qualquer época.

No caso dos empregados permanentes, o valor pago varia de R\$ 510,00 a R\$ 800,00 por mês, dependendo da função exercida. Vimos que muitos empregados preferem trabalhar como temporários a serem contratados como permanentes, pois o salário de temporário pode chegar a R\$ 650,00 por mês (trabalhando seis dias da semana).

7.4. As estratégias técnicas

A capitalização do produtor rural, na área da pesquisa, está vinculada a três aspectos fundamentais: rentabilidade, investimento e agregação de valor. Tais aspectos dependem de técnicas de manejo adequadas, como análise de solo, sistema de irrigação, o uso de maquinários e de produtos químicos etc. Nos municípios pesquisados, a utilização de produtos químicos é relevante, tanto no cultivo da uva, em Pilar do Sul, como na produção de olerícolas, em Piedade.

As inovações tecnológicas, segundo a análise tecida por Alves (2006), permitem retornos econômicos satisfatórios aos produtores familiares (com até 100 hectares), justamente pela crescente competitividade no mercado. Em outro artigo, Alves; Mantovani; Oliveira (2006) enfatizam a equivocada relação entre mecanização, produção familiar e redução de empregos no campo. Para os autores, a mecanização é importante porque propicia aos produtores familiares a ampliação da área de cultivo, a possibilidade de exportação e novas oportunidades de emprego nos setores que prestam serviços à agricultura. Os autores questionam se a agricultura familiar fica restrita às inovações com capacidade de respostas mais baixas que as da agricultura comercial. Segundo eles, “a tecnologia da agricultura familiar tem que dar, à família, capacidade de produção de excedente que remunere seu trabalho, competitivamente” (ALVES; MANTOVANI; OLIVEIRA, 2006, p. 148).

A tecnologia, ou adoção de novos instrumentos de trabalho mecanizados, é primordial na análise dos autores. Entretanto, o baixo nível de instrução e a pouca capitalização representam obstáculos para os produtores rurais. Para amenizar tais dificuldades são necessárias a extensão rural pública e a organização dos produtores em cooperativas ou associações.

Dos 67 produtores rurais em Pilar do Sul, 92,5% utilizam produtos químicos e, dos 90 pesquisados em Piedade, 96,7% responderam fazer uso de algum tipo desses produtos, os quais, *grosso modo*, podem ser separados em três grupos: nutrientes, defensivos e derivados e adubos minerais ou químicos. No caso dos nutrientes, os produtores rurais, em geral, utilizam calcário, para fazer a calagem do solo, fósforo, potássio e nitrogênio ou, numa única mistura, o NPK. A ureia, o fertilizante, o herbicida e adubos granulados foram apontados como principais produtos adquiridos nas sedes dos municípios, tanto em estabelecimentos agropecuários como em cooperativas agrícolas (apenas em Pilar do Sul há duas delas, a Cooperativa Sul Brasil e a Cooperativa Agrícola).

Verificamos que os produtores rurais estabelecem laços de confiança com os estabelecimentos agropecuários, demonstrando reação aos agrônomos recém-formados que buscam implantar ou vender novos produtos químicos. Em Pilar do Sul, especificamente no Bairro Pinhal de Cima, os produtores de uva mencionaram que há dois anos chegou um agrônomo no bairro e indicou uma mistura de produtos químicos para ser aplicado nos parreirais. Em poucos dias, as folhas ficaram queimadas e o prejuízo foi incalculável. Esse relato indica que o novo profissional é visto com certo receio pelos produtores rurais, porque muitas vezes o *savoir-faire* é ignorado no momento da análise. Encontramos, no mesmo bairro rural, um produtor que realiza testes e pesquisas dentro de sua propriedade, mediante anotações diárias e estudos sobre melhoramento e adubações corretas. A assistência técnica é, em geral, realizada pelos agrônomos dos estabelecimentos agropecuários. A Casa da Agricultura dos dois municípios não possui um número suficiente de profissionais para atender todos os produtores rurais, e os que são contratados estão envolvidos com questões de ordem burocrática em suas repartições. Um problema apontado pelos responsáveis entrevistados nas Casas da Agricultura diz respeito à assistência técnica a produtores rurais que realizam variados cultivos, o que inviabiliza muitas vezes o auxílio técnico.

No caso do cultivo da uva, em Pilar do Sul, o índice de produtores pesquisados que usam produtos químicos varia de 30 a 60%. A uva exige a aplicação diária dos produtos e, em caso de chuva, há a necessidade de reaplicações constantes. O cultivo de dois hectares de uva chega a alcançar uma renda bruta de R\$ 80.000,00, comercializando tanto por cacho, a R\$ 0,70 cada, quanto por quilo (caixa). Com as despesas de mão de obra e produtos químicos, a renda líquida é de aproximadamente R\$ 60.000,00 por safra.

O alho-poró, por sua vez, não exige muitos produtos químicos, e a despesa com eles representa, no máximo, 10% da renda bruta alcançada. Já o tomate, o morango, a batata inglesa e o rabanete (Fotos 84 e 85) são cultivos que exigem o uso constante de insumos, comprometendo até 50% da renda total obtida.



Foto 84: Cultivo de rabanete no Bairro dos Leites, Piedade – um dos produtos que mais consomem insumos.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 85: Cultivo de hortaliças para a venda junto ao PAA, no Bairro Caetezal de Cima, Piedade.

Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Verificamos que os equipamentos necessários para realizar corretamente a aplicação dos defensivos agrícolas e evitar a contaminação são utilizados por uma pequena parcela de produtores rurais. A prática do manejo convencional desses produtos está presente em 86,6% e 75,6% das propriedades rurais de Pilar do Sul e de Piedade, respectivamente. A adoção do sistema hidropônico não exclui totalmente o uso de nutrientes, adubos e fertilizantes. O cultivo hidropônico (Foto 87) e o orgânico são distintos: enquanto o primeiro sistema consiste no cultivo sem 'solo', em estufa e baseado na água e em nutrientes, o segundo, desenvolvido ou não em estufa, não recebe nenhum fertilizante químico e nem agrotóxicos, sendo a adubação e a prevenção de doenças realizadas com receitas caseiras (fumo de corda, detergente biodegradável etc.).



Foto 86: Produção de flores em estufa, no Bairro Caetezal de Cima, Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.



Foto 87: Produção de rúcula no sistema hidropônico, Bairro Caetezal de Baixo, Piedade.
Fonte: Pesquisa de Campo, julho de 2010.

Para 24,4% dos produtores pesquisados de Piedade, o manejo convencional é perigoso, prejudicial e oneroso, por isso, pretendem adotar o sistema orgânico, mas de maneira gradual e de acordo com o tipo de pulverização que os vizinhos adotarão, pois os produtos químicos usados em uma propriedade podem contaminar as hortaliças do produtor mais próximo.

Um problema central na agricultura em relação ao meio ambiente se refere ao destino final das embalagens dos produtos químicos (Tabela 45).

Tabela 45 – Destino final das embalagens dos produtos químicos

Destino	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Não utiliza	05	7,5	03	3,3
Queima	02	3,0	01	1,1
Armazena e leva ao posto de coleta	55	82,0	82	91,2
Leva imediatamente ao posto de coleta	03	4,5	00	0,0
Só armazena	00	0,0	04	4,4
Outra	02	3,0	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

Em Pilar do Sul, a prefeitura municipal realiza uma campanha permanente de coleta de recipientes de produtos químicos. Como no Distrito Industrial do referido município há uma unidade de recebimento de embalagens de agrotóxicos, 86,5% dos produtores rurais levam as embalagens até o posto de coleta. Segundo a Lei Federal nº 9.974/2000¹²¹, que dispõe sobre embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento e comercialização de produtos químicos, todas as embalagens de defensivos químicos devem ser lavadas (a chamada *tríplice*

¹²¹ <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9974.htm>

lavagem) e devolvidas, seja no estabelecimento em que foram adquiridos os produtos seja em postos de coleta. Em 3% das propriedades pesquisadas é feita a queima das embalagens, pois os produtores alegam que o posto de coleta é muito distante da propriedade e a armazenagem é perigosa.

Em Piedade, 91,2% dos produtores armazenam, lavam e devolvem as embalagens nos estabelecimentos em que compraram os produtos. Segundo eles, alguns locais têm um rígido controle dessas embalagens, enquanto outros não fazem questão de recebê-las. Do restante, apenas 4,4% dos produtores só armazenam as embalagens, pois utilizam somente nutrientes e adubos que, para eles, não resultam em contaminação.

Outra ideia equivocada diz respeito à relação da pequena propriedade e a não utilização de maquinários agrícolas. Vimos que de 67 produtores pesquisados em Pilar do Sul, 89,6% possuíam algum implemento agrícola e 83,6%, pelo menos um trator, geralmente utilizado na preparação do solo. Em Piedade, 87,8% dos produtores rurais possuem algum maquinário agrícola e 84,4% contavam também com pelo menos um trator. A encantadeira (utilizada para modelar os canteiros), o pulverizador de trator e costal, o arado mecânico, a plantadeira e o arado subsolador foram apontados como os principais implementos utilizados no cultivo das folhosas e das não folhosas.

Os produtores rurais de Pilar do Sul e de Piedade que não possuem trator alugam o de seus vizinhos ou o disponibilizado pela prefeitura municipal, por preços que variam de R\$ 30,00 a R\$ 80,00 por hora de serviço. Dos produtores pesquisados em Piedade, a crise da cebola na década de 1990 levou 2,2% a venderem o trator para sanar as dívidas contraídas no banco para o custeio da produção agrícola.

7.5. As estratégias organizacionais

As distintas formas de organização coletiva dos produtores rurais são estratégias adotadas para amenizar os problemas relacionados à aquisição de insumos químicos e à comercialização. Eles costumam, em geral, agrupar-se em associações ou cooperativas, duas instâncias bastante diferentes entre si.

A associação consiste numa reunião de, no mínimo, duas pessoas, sem fins lucrativos, de caráter social, econômico, político e cultural, sendo o patrimônio formado por uma taxa estabelecida entre os associados.

Para a formação de uma cooperativa, no entanto, são necessárias no mínimo 20 pessoas, constituindo assim uma entidade sem fins lucrativos, de caráter econômico, com a possibilidade de se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), portanto, sendo cobrados impostos referentes à pessoa jurídica.

No Capítulo 2, discorreremos sobre o papel do cooperativismo na região de Paranapiacaba para o fortalecimento da agricultura e a formação de colônias agrícolas no Estado de São Paulo, pelo menos até os anos de 1980. Depois de entrevistarmos representantes de três cooperativas agrícolas consolidadas e de uma em fase de implantação, no mês de dezembro de 2009, chegamos à conclusão de que a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia, em 1994, e a descentralização da Cooperativa Sul Brasil, no mesmo período, desestimularam a participação de muitos produtores rurais nessa forma de organização coletiva.

No que concerne à filiação a sindicatos, evidenciamos diferenças importantes, sobretudo na forma de administração implantada. Em Pilar do Sul, 25,4% dos produtores rurais são sindicalizados e, em Piedade, apenas 12,2% são filiados a esse tipo de organização.

Tabela 46 – Participação em alguma organização coletiva

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Não	28	41,8	73	81,1
Sindicato	17	25,4	11	12,2
Associação	05	7,5	03	3,3
Cooperativa	20	29,9	05	5,6
Total	67	-	90	-

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

*múltiplas respostas

Foi notório, durante as visitas e entrevistas realizadas junto aos representantes das organizações coletivas, que as associações de produtores rurais e as cooperativas agrícolas que não se sustentam com base em apenas um produto estão mais aptas a enfrentar alguns problemas, como superprodução, acessibilidade

ao fomento agrícola etc. Essas organizações estão vivendo um período bastante problemático nos municípios pesquisados, em decorrência, entre outros fatores, da baixa participação dos associados nas reuniões, da falta de perspectiva do produtor em relação ao coletivo, da falta de apoio do Estado, da expansão da silvicultura para a produção de papel e celulose e do arrendamento das áreas para esse fim.

Embora a agricultura tenha um papel econômico e social importante nos dois municípios, e a estrutura fundiária seja marcada pela proeminência de propriedades com até 50 hectares, a participação dos produtores rurais em associações, cooperativas e sindicatos é baixa. Dos produtores rurais pesquisados, 41,8% de Pilar do Sul e 81,1% de Piedade declararam não ter interesse em participar de nenhuma organização coletiva, sendo citadas as seguintes justificativas: já foi cooperado da CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) e teve prejuízo; tem idade avançada; não tem confiança na administração das organizações; não vê vantagem em curto prazo.

Para 29,9% dos produtores de Pilar do Sul, a cooperativa é o principal meio de organização, tendo como objetivos para a sua participação: acesso à assistência técnica; compra de insumos com preços mais baixos que os praticados no mercado; assistência jurídica; acesso a cursos de manejo e técnicas agrícolas. Apenas três dos produtores rurais de Piedade estão ligados a uma cooperativa, e destes, dois são filiados à Cooperativa de Holambra; um à Cooperativa de Orquídea, em São Paulo; e dois à Cooperativa de Agricultores Familiares de Pilar do Sul.

O associativismo já foi forte em Piedade, com a implantação das Associações de Produtores Rurais do Caqui, do Morango, da Alcachofra, dos Pequenos Produtores e dos Jovens Produtores. Por meio da Casa da Agricultura do município, entramos em contato com todas as associações credenciadas na instituição e, surpreendentemente, apenas a Associação de Produtores de Alcachofra funciona, formalmente, para a confecção de embalagem personalizada. Ou seja, todas as associações de produtores rurais com as quais conseguimos estabelecer contato têm como principal problema a falta de participação e a rejeição dos produtores rurais.

No caso de Pilar do Sul, entrevistamos representantes de duas entidades, a Associação Paulista de Produtores de Caqui (APPC), que reúne produtores rurais de diversos municípios e, embora tenha o caqui como carro-chefe,

congrega também produtores de outras frutas, e a Associação dos Produtores Familiares, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para a venda direta para o Estado, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003. A prefeitura municipal de Pilar do Sul cedeu as instalações de um restaurante para servir almoço aos produtores vinculados ao programa e um galpão para o armazenamento dos produtos agrícolas.

Ao buscarmos informações sobre o PAA, observamos posições distintas: de um lado, produtores familiares e dirigentes da Cooperativa, do Sindicato e da Associação consideram o programa uma estratégia econômica importante, pois cada família a ele vinculada pode somar até R\$ 4.500,00 anuais; de outro lado, produtores familiares alegam existir certo apadrinhamento e seleção de produtores e de produtos a serem comercializados. Indagados sobre o assunto, os produtores rurais vinculados ao PAA no município asseguraram, quase unanimemente, a importância do programa e a seleção de produtores com base na periodicidade na entrega e na variedade de produtos.

7.6. Estratégias orçamentárias

As famílias rurais buscam estratégias orçamentárias, como diferentes entradas monetárias oriundas de atividades não agrícolas, de transferência social, de trabalhos temporários e de arrendamento ou aluguel de bens ou maquinários.

Trabalhamos, com aprofundamento teórico em Moreira (2007), sobre o desenvolvimento da pluriatividade, das atividades não agrícolas e das múltiplas fontes de renda das famílias que residem em bairros rurais, cuja renda principal, em muitos casos, não é oriunda da agricultura.

A pluriatividade se distingue da multifuncionalidade em três aspectos principais: a) a unidade de referência, pois, enquanto na pluriatividade se trabalha com uma unidade social (a família), na multifuncionalidade, a unidade passa a ser a espacial (bairro, distrito, município etc.); b) as dimensões enfocadas, já que na pluriatividade, a econômica é fundamental, e na multifuncionalidade, distintas dimensões estão presentes, como a social, a cultural, a econômica e a ambiental; c) o contexto em que surgiram – a pluriatividade, após o processo de modernização

agrícola, nos anos 1960, sobretudo na França, e a multifuncionalidade, após as reformas da Política Agrícola Comum - PAC, em 1994, na Europa.

A agricultura é a principal e única fonte de renda para 85,1% e 74,4% dos produtores pesquisados em Pilar do Sul e em Piedade, respectivamente. Mesmo assim, a busca por atividade externa à propriedade, combinada com a agricultura, foi informada por 14,9% dos produtores em Pilar do Sul e 25,6% em Piedade. A família pluriativa, cujo responsável se encarrega do serviço agrícola enquanto o cônjuge e filhos maiores de 16 anos desenvolvem uma atividade não agrícola é o modelo mais observado entre as famílias de ambos os municípios. A Tabela 47 traz um panorama dos membros da família dos produtores pesquisados que têm um trabalho remunerado fora da propriedade.

Tabela 47 – Membros da família com outra atividade remunerada

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Ninguém	57	85,1	67	74,4
Chefe da família	04	6,0	03	3,3
Esposa	01	1,5	09	10,0
Filho	02	3,0	04	4,4
Filha	06	9,0	08	8,9
Total	67	-	90	-

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

*Múltiplas respostas

Em vários estudos¹²² a respeito da pluriatividade e das atividades não agrícolas exercidas pelos membros da família rural, verificou-se que o chefe ou o responsável pela propriedade exerce outra atividade remunerada fora da agricultura. A ideia de *part time* centrada no chefe da família (operador da exploração agrícola) não é predominante na realidade estudada. Observamos que os produtores, em sua maioria os homens, se definem como responsáveis pelas atividades agrícolas e as esposas, como ajudantes nessa lida. Os filhos solteiros são os membros que buscam atividades remuneradas fora da propriedade, quer por incentivo dos pais, quer por necessidade econômica. Já debatemos, de maneira proeminente, em Moreira (2007), sobre as variáveis da pluriatividade e da atividade não agrícola, tendo como unidade social de análise a família nuclear, como escala, o

¹²² Sacco dos Anjos (2003); Schneider (2003); Marafon (2006); Moreira (2007), entre outros.

bairro rural, e como variáveis, renda e atividade - esta última englobando as ocupações e os empregos.

Em Pilar do Sul, verificamos que das dez famílias que possuem pelo menos um membro exercendo atividade remunerada fora da propriedade, as filhas solteiras, empregadas como auxiliar geral, secretárias ou professoras, representam 9%, e 6% é o índice de chefes de família que trabalham como auxiliar geral ou líder sindicalista. Esses dados evidenciam duas prerrogativas: em primeiro lugar, a pluriatividade e a busca de atividade não agrícola é pontual e apresenta um percentual muito baixo nas áreas pesquisadas, em virtude da importância econômica que a agricultura exerce; em segundo lugar, as atividades não agrícolas estão vinculadas aos setores de comércio e de prestação de serviços, devido às características da própria economia local.

Em Piedade, das 90 propriedades rurais visitadas, 23 possuíam pelo menos um membro ocupado em atividade externa à agricultura. O número de cônjuges (esposas) que trabalham em atividade não agrícola corresponde a 10% do total de famílias. As filhas solteiras, a 8,9%, tendo ocupações como auxiliares gerais e funcionárias públicas. As mesmas prerrogativas apontadas para a realidade de Pilar do Sul podem ser utilizadas para a compreensão da pluriatividade em Piedade.

Tabela 48– Tipo de atividade não agrícola exercida

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Ajudante ou auxiliar geral	03	4,5	12	13,3
Professor	02	3,0	06	6,7
Recepcionista/secretária	04	6,0	05	5,6
Diarista	00	0,0	02	2,2
Técnico	01	1,5	01	1,1
Podóloga	00	0,0	01	1,1
Bombeiro	00	0,0	01	1,1
Sindicalista	01	1,5	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Verificamos que as atividades não agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias rurais pesquisadas estão relacionadas ao seu grau de instrução. Em Pilar do Sul, as ocupações de auxiliar geral, professora e recepcionista/secretária são as mais comuns, em média de cinco anos, e os salários mensais variam de R\$ 510,00, para as profissões que exigem ensino fundamental,

até R\$ 2.000,00, para aqueles que possuem ensino técnico e superior. As atividades são exercidas na sede do município e o deslocamento é realizado com veículos próprios.

Como se observa na Tabela 48, as atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias dos produtores rurais pesquisados em Piedade estão, sobretudo, relacionadas ao serviço público. As funções de ajudante e auxiliar geral ocupam 13% do total, 6,7% exercem a docência (ensino técnico, fundamental e médio) e 5,6% atuam como recepcionista/secretária. Há cinco anos, aproximadamente, exercem atividades não agrícolas, sendo a maioria na sede do município. Os salários variam de R\$ 510,00 a R\$ 600,00, para atividades que exigem ensino fundamental e às vezes médio, e entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, para os que concluíram o ensino técnico ou superior.

Algumas famílias rurais contam com outras entradas monetárias não oriundas de atividades agropecuárias como, por exemplo, o arrendamento de terras, o aluguel de casas ou de equipamentos, aposentadoria ou pensão e transferência social do governo. Todavia, o número de famílias que têm seu orçamento centrado na agropecuária ainda é o maior. A Tabela 49 apresenta as diferentes fontes de renda que constituem estratégias orçamentárias para garantir a permanência das famílias no espaço rural, com certo grau de conforto.

Tabela 49 – Fontes de renda das famílias dos produtores rurais

Tipo	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Apenas agrícola	49	73,0	61	67,8
Agrícola e não agrícola	06	9,0	18	20,0
Agrícola e aposentadoria	04	6,0	06	6,7
Agrícola, não agrícola e aposentadoria	02	3,0	02	2,2
Agrícola, não agrícola e arrendamento	01	1,5	03	3,3
Agrícola, aposentadoria e aluguel	01	1,5	00	0,0
Agrícola e aluguel	01	1,5	00	0,0
Agrícola e arrendamento	03	4,5	00	0,0
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010

A Tabela 49 mostra que as famílias que têm sua renda apenas do setor agrícola representam 73% em Pilar do Sul e 67,8% em Piedade. Em relação às famílias pluriativas, os dados revelam a presença de 13,5% de famílias em Pilar do Sul e 25,5% em Piedade. Consideramos pluriativa as famílias que combinam e

atividade agrícola e não agrícola, podendo, também, incorporar outras fontes de renda, como aluguel de casa e maquinários e arrendamento de terra ou aposentadoria rural.

A renda oriunda da agricultura está presente em todas as combinações monetárias. Embora o arrendamento de terras esteja vinculado ao setor agrícola, optamos em separá-lo para fins de análise da renda resultante apenas da produção agrícola. No entanto, incorporamos nas rendas agrícolas as entradas monetárias originadas da venda esporádica de queijos artesanais, doces caseiros e conservas. A existência de múltiplas fontes de renda não significa que sejam famílias pluriativas, pois em 6% delas, em Pilar do Sul, e 6,7%, em Piedade, encontramos a combinação de renda agrícola e de transferência social, por meio da aposentadoria.

No caso específico da aposentadoria, a renda de transferência social é de suma importância para os produtores rurais idosos. A Previdência Social no Brasil passou por diferentes fases, e suas regras foram sendo alteradas pelos diversos governos, com o objetivo de abranger o maior número de beneficiários e, também, de evitar crises e desequilíbrios na economia brasileira. O Quadro 23 mostra as mudanças efetuadas desde 1923, quando foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), até 1993, com a regularização da Lei de Assistência Social – LOAS, que regulamenta o benefício de prestação continuada ou amparo assistencial aos idosos e aos deficientes físicos sem nenhuma renda.

Data	Criações	Características
1923	Promulgação da Lei Eloy Chaves	A regulamentação da CAP (Caixas de Aposentadorias e Pensões) excluía os trabalhadores rurais. Essa forma de seguridade não previa a participação direta do Estado.
1930	Governo Getúlio Vargas	A administração dos institutos de aposentadorias e pensões passou a ser comandada pelo Estado.
1966	Criação do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social	O INPS unificou os diferentes órgãos que administravam a aposentadoria e pensões dos diferentes segmentos empregatícios.
1969/1971	Criação do FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural	Prevvia a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão equivalente a 70% da aposentadoria e auxílio funeral para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. As mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família (algo muito raro no Sul do Brasil) ou assalariadas rurais. A efetividade do programa estava garantida, uma vez que a legislação que o criou também previu a forma de obtenção de recursos para sua implementação.
1972	Implementação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (PRORURAL/FUNRURAL).	Assistia os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao chefe da família e tendo meio salário mínimo como teto.
1988	Constituição Federal	Estabelece o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos à Previdência Social.
1990	Criação do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. São extintos o INPS e o IAPAS.	
1991	Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Plano de Benefícios)	Inclusão da mulher no direito à aposentadoria rural.
1992	Reforma Previdenciária; Criação de dois Ministérios –(Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência Social); extinção do MTPS (Ministério do Trabalho e da Previdência Social).	A Previdência Social estabelece como idade mínima para se aposentar 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, e regula o piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo.
1993	Lei 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	Regulamenta a substituição da renda mensal vitalícia pelo benefício de prestação continuada ou amparo assistencial, no valor de um salário mínimo mensal.

Quadro 23: Contexto Histórico da Previdência Social Rural no Brasil.

Fonte: Brumer (1999) e Zimmermann (2005).

Org: Moreira (2007).

A aposentadoria é, portanto, um direito assegurado por lei e direcionado ao sustento das famílias cujos chefes, por motivos de doença, acidente ou velhice, não podem mais exercer uma atividade remunerada (BRUMER, 1999). Como parte do conjunto de ações e políticas que visam ao bem-estar social das famílias necessitadas, a Previdência Rural, por sua vez, é uma forma de seguridade social para as pessoas idosas e/ou impossibilitadas de desenvolverem um trabalho remunerado. (BRUMER, 1999).

Desde a Constituição Federal de 1988, a aposentadoria rural equivale a um salário mínimo, tanto para o produtor rural como para seu cônjuge, desde que apresente os talonários de venda que comprovem o recolhimento da contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Se a atividade agrícola for caracterizada como predominantemente familiar, o responsável, para ter direito à aposentadoria, deve contribuir para o INSS com 2,3% do valor da produção agrícola comercializada. Para comprovar a sua contribuição, são utilizadas declarações do sindicato rural e provas testemunhais, a documentação da propriedade e as notas de venda de produção (ZIMMERMANN, 2005). Se o produtor não tiver empregados, não é necessária a contribuição para a própria aposentadoria, mas “se ele tiver um ou mais empregados, o valor será usado para a aposentadoria destes e será necessária a contribuição à parte para a sua própria aposentadoria” (CLICK NEWS, 2007, s/p).

A inclusão da mulher rural no direito previdenciário ocorreu em 1991, mas para fazer jus a ele, é necessário que comprove sua atuação como trabalhadora rural. Como se sabe, porém, o trabalho da mulher, em particular as residentes rurais, é considerado “invisível”, isto é, por não ter seu trabalho remunerado, ele é visto como uma mera ajuda.

Os valores anuais declarados demonstram que a combinação de atividades e rendas propiciam estratégias orçamentárias. A maior parte deles recebe, anualmente, entre R\$ 21.000,00 e R\$ 50.000,00, em Pilar do Sul (40,2%) e em Piedade (35,5%). Esse montante engloba as diferentes fontes de renda.

Tabela 50 – Renda bruta anual das famílias rurais

Faixa de renda anual (R\$)	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Até 20 mil	16	23,9	29	33,3
De 21 a 50 mil	27	40,2	32	35,5
De 51 a 80 mil	10	14,9	07	7,8
De 81 a 120 mil	06	9,0	10	11,1
De 121 a 180 mil	01	1,5	04	4,4
De 181 a 220 mil	04	6,0	01	1,1
Acima de 221 mil	02	3,0	04	4,4
Não respondeu	01	1,5	03	3,3
Total	67	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

Para 23,9% dos produtores pesquisados em Pilar do Sul e 33,3% em Piedade, a renda bruta anual é de no máximo R\$ 20.000,00, desconsiderando a produção para o autoconsumo e trabalhos eventuais. Os produtores que obtêm uma renda acima de R\$ 221.000,00 têm uma participação tímida em Pilar do Sul (3,0%) e em Piedade (4,4%). São produtores que diversificam suas entradas orçamentárias, com atividades agrícolas, aluguel de casas e maquinários e arrendamento de terra.

As estratégias orçamentárias não estão desvinculadas das estratégias fundiárias, técnicas, organizacionais e comerciais. Cada uma delas é marcada por complexas interações das características do grupo familiar, da propriedade, da localização geográfica e do comportamento do mercado.

As dificuldades na etapa de comercialização foram apontadas pela maioria dos produtores rurais, que somaram 28,4% em Pilar do Sul e 48,9% em Piedade, principalmente em virtude dos preços baixos obtidos com a venda de seus produtos agropecuários. Essa dificuldade está vinculada à figura do atravessador (17,9% em Pilar do Sul e 14,4% em Piedade), com os calotes e os prazos longos para pagamento. A burocracia enfrentada para solicitar financiamento junto às instituições bancárias também foi levantada como uma das principais dificuldades pelos produtores rurais pesquisados, sobretudo os financiamentos para investimento (infraestrutura). Esses e outras problemas apontadas por eles foram sistematizados na Tabela 51.

Tabela 51– Principais dificuldades apontadas pelos produtores rurais

	Pilar do Sul		Piedade	
	Nº	%	Nº	%
Nenhuma	11	16,4	13	14,4
Preço baixo /comercialização	19	28,4	44	48,9
Financiamento/burocracia	10	14,9	05	5,6
Atravessadores	12	17,9	13	14,4
Preços altos dos insumos	09	13,4	01	1,1
Escassez de dinheiro para investimento	08	11,9	03	3,3
Adversidades climáticas	08	11,9	18	20,0
Mão de obra	04	6,0	03	3,3
Estradas ruins	00	0,0	05	5,6
Outras (doenças, terra)	06	9,0	08	8,9
Total	67	-	90	-

Fonte: Pesquisa de Campo – Julho de 2010.

*múltiplas respostas.

No início das entrevistas, observamos que a mão de obra era mencionada como um problema, tanto pela falta, em períodos de safra, como pela baixa qualificação dos trabalhadores. Contudo, ao indagarmos sobre as dificuldades na agricultura, apenas 6% em Pilar do Sul e 3,3%, em Piedade, a incluíram na lista de suas dificuldades.

A busca por outro tipo de atividade econômica articulada ou não à agricultura representa uma porcentagem pequena. Isso porque 20,9% dos produtores rurais em Pilar do Sul pretendem investir na fruticultura para exportação, na criação de animais e na agregação de valor. Em Piedade, apenas 13,3% têm buscado conhecimento e informações sobre turismo rural, agroindustrialização e hidroponia.

Essas múltiplas estratégias permitiram mensurar a ruralidade contemporânea, pois envolvem ações mercantis e não mercantis que convergem para a necessidade de entender o espaço rural como o local das coexistências e das sucessões de dinâmicas, de processos e de tempos.

7.7. Resumo do Capítulo

A partir da análise realizada sobre os bairros rurais de Pilar do Sul e Piedade, constatamos:

1. O agrícola é o baluarte de outras funções: serviços, turismo e moradia;

2. As estratégias sociais e econômicas são variadas e estão pautadas nas decisões familiares e nas escolhas individuais;
3. A mão de obra familiar e a temporária são predominantes;
4. A utilização de técnicas de plantio, maquinários e manejos adequados são aspectos da capitalização dos produtores rurais;
5. A venda dos produtos agrícolas para os atravessadores é o principal canal de comercialização dos produtores rurais pesquisados nos dois municípios;
6. A ruralidade é perceptível a partir do cotidiano dos moradores rurais (produtores ou não), como as relações interpessoais próximas, a confiabilidade no outro etc.

8. CONCLUSÃO

A pesquisa de doutorado não se mostra inteiramente concluída, mas em um constante devir. A relação espaço-tempo permeia o estudo da ruralidade contemporânea como a coexistência de práticas, de modos e de valores do rural e do urbano. Objetivamos analisar a dinâmica do espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, entre a década de 1990 e o início do século XXI (2010), destacando as distintas estratégias e atividades realizadas no espaço rural, tendo a agricultura como a sua principal articuladora.

A tese central desta investigação foi defender que a agricultura é a responsável pela articulação, dinamização e existência da multifuncionalidade numa área tradicionalmente constituída pelas atividades agropecuárias. A reestruturação produtiva da Região Metropolitana de São Paulo e, conseqüentemente, o deslocamento do cinturão verde metropolitano, as novas demandas de lazer e de consumo agroalimentar e o turismo afetaram a dinâmica do espaço rural da área pesquisada.

O recorte espacial adotado para a consecução do objetivo proposto compreendeu os municípios de Piedade e Pilar do Sul, situados na Microrregião Geográfica de Piedade, no Estado de São Paulo. A escolha da área se pautou em dois aspectos: a forte participação da agricultura na economia regional e a coexistência de atividades turísticas, de lazer, de gastronomia, de prestação de serviços etc.; e a função de moradia no espaço rural.

Optamos por entrevistar, com base em roteiros previamente elaborados, os responsáveis pelas associações, sindicatos e cooperativas agropecuárias, além de representantes do poder público local e estadual. As informações coletadas e sistematizadas nos permitiram entender a situação conjuntural da agricultura nos municípios pesquisados e, também, como as redes comerciais se fundamentam. Realizamos igualmente contatos *on line* e entrevistas com os responsáveis pelos estabelecimentos não agrícolas, com o objetivo de caracterizar os chamados ‘neorrurais’. Ainda, com o intuito de compreender as estratégias adotadas pelos produtores rurais, elaboramos e aplicamos um questionário estruturado (com questões abertas e fechadas) cujas respostas

revelaram as múltiplas lógicas reprodutivas adotadas por eles para a sua permanência no espaço rural.

Enfatizamos como o rural e a ruralidade se mostram distintos ao longo do contexto histórico, desde o processo de ocupação por meio do sistema de sesmarias, até o desenvolvimento de atividades rurais diversificadas. O eixo que percorre toda a construção histórica é a importância da agricultura tanto no sentido econômico quanto social. Na contextualização histórica realizada sobre os referidos municípios, evidenciamos que a participação das atividades agrícolas e dos imigrantes foi fundamental para consolidar a economia pautada majoritariamente na agricultura, que acabou por se diversificar, em Piedade, e se especializar, em Pilar do Sul. Embora tenham características distintas, do ponto de vista econômico e produtivo, esses municípios são centros de abastecimento agrícola para a Região Metropolitana de São Paulo e Sorocaba, predominantemente.

O processo de urbanização (concentrado e difuso) atingiu a MRG de Piedade – Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo e Tapiraí – com novas demandas de *habitat* (principal ou secundária), maior oferta de alimentos e desenvolvimento do lazer e do turismo em suas distintas modalidades.

A relação rural-urbano é cada vez mais intrínseca e complexa. Aliás, a ruralidade contemporânea só é compreendida completamente se considerarmos a coexistência dos valores rurais e urbanos no espaço rural. Ainda que o espaço rural acolha múltiplas atividades, a agricultura não perdeu importância no contexto dessa multifuncionalidade, sendo, na verdade, (re)valorizada, a partir das demandas urbanas no espaço rural. E estas, favorecidas pela proximidade geográfica, são fatores que interferem no desenvolvimento do lazer, do turismo, das novas formas de *habitat* etc. No caso dos municípios de Piedade e Pilar do Sul, o crescimento da demanda turística ocorre paralelamente à atividade agrícola diversificada e especializada.

Os dados de fonte secundária coletados, sistematizados e analisados sobre a MRG de Piedade, com enfoque nos municípios selecionados, possibilitaram obter uma noção das mudanças na estrutura fundiária, produtiva, demográfica e econômica, a partir dos anos 1970. As mudanças são resultado de crises econômicas e políticas e de reestruturação no setor produtivo, como resultado da atuação de agentes tanto privados quanto públicos. A cebola era o principal

cultivo agrícola de Piedade até a década de 1980, mas em face da abertura econômica propiciada pelo governo neoliberal de Fernando Collor de Mello, a produção argentina entrou no país com preços mais baixos e levou à decadência dessa lavoura no referido município. A alcachofra representa, sem dúvida nenhuma, o marco da mudança produtiva, embora ainda seja cultivada por um grupo pequeno de produtores rurais. O cultivo da alcachofra era expressivo em Ibiúna, mas a partir da década de 1990, a maior produção dessa flor foi registrada em Piedade.

Os dados do Seade, de 2006, revelam que a agropecuária é o setor produtivo com maior participação em São Miguel Arcanjo (34%) e Pilar do Sul (26%), e um pouco menor em Ibiúna (10%).

O setor de serviços, por sua vez, é predominante em todos os municípios, sobretudo em Piedade (70%) e Ibiúna (69%). Essa participação expressiva do valor adicionado no setor de serviços está relacionada à atratividade do centro comercial para a prestação de serviços (bancário, administrativo, educacional etc.) em Piedade e Ibiúna. O setor industrial não comparece de maneira expressiva, pois a concentração de indústrias está justamente na RMSP e em Sorocaba.

O rural é uma construção de valores e modos de vida pautados nas relações entre o espaço geográfico e os sujeitos, onde o caráter intersetorial está presente. A ruralidade, adotada na tese, é a expressão dos valores rurais, por meio de práticas, códigos, costumes e hábitos que podem ser encontrados presentes ou manifestos tanto no espaço rural quanto no espaço urbano. A discussão sobre o rural, a ruralidade e as múltiplas atividades no espaço rural é basilar para a compreensão de como os municípios de Piedade e Pilar do Sul se situam nessa relação rural-urbano.

A multifuncionalidade do espaço rural foi concebida neste trabalho como a coexistência de funções e atividades (agrícola, lazer e turismo, serviços etc.). Frisamos, ao longo da tese, que o espaço rural não é sujeito, portanto, não gera ou produz algo, todavia, não é apenas um receptáculo, que serve de palco para que as relações sociais e econômicas ocorram, sendo, sim, reflexo e condicionante das relações e dos processos que nele se desenvolvem.

Vimos que a agricultura é uma atividade econômica forte no âmbito local e no contexto regional, construída a partir de elementos estruturais – processo

de ocupação e povoamento – e elementos conjunturais – acessibilidade e proximidade dos centros consumidores.

A partir da pesquisa empírica, desenvolvida em quatro etapas, podemos situar quatro comentários pertinentes:

1. Os bairros rurais pesquisados não podem ser considerados unidades isoladas e autárquicas, pois é na sede do município que os produtores adquirem seus insumos e seus instrumentos de trabalho e têm acesso a financiamentos bancários. As atividades comerciais e de prestação de serviços estão, em suma, vinculadas ao setor agrícola.
2. As múltiplas funções existentes no rural são características da ruralidade contemporânea. Isso se deve às demandas urbanas nos espaços rurais, relacionadas tanto ao ócio quanto ao cultivo de determinados produtos.
3. O discurso da sustentabilidade está centrado na viabilidade econômica dos empreendimentos vinculados ao desenvolvimento de um turismo diferenciado.
4. As estratégias produtivas podem ser reunidas, majoritariamente, em dois grupos: especialização e diversificação. Enquanto a realidade de Pilar do Sul nos mostra que a uva (ou a fruticultura de mesa) é uma atividade especializada, em virtude do cuidado intensivo despendido pelo produtor e sua família, o contexto agrícola de Piedade revela-nos a diversificação dos cultivos – olerícolas folhosas e frutas – justamente pela presença expressiva de propriedades com até 50 hectares e por sua localização estratégica na proximidade de dois centros consumidores, Sorocaba e RMSP. Há, portanto, uma divisão territorial do trabalho no âmbito da MRG de Piedade, pois cada município apresenta características produtivas distintas.
5. A pluriatividade não é tão expressiva, pois os filhos que passam a exercer uma atividade não agrícola deixam de viver na propriedade rural, instalando-se no núcleo dos bairros ou na sede do município. Nesse aspecto, percebemos uma contradição, principalmente nas famílias de descendentes japoneses, pois, ao mesmo tempo em que há incentivo para o ensino formal dos filhos, há também a preocupação com a sucessão da atividade agrícola, tendo em vista que a nova geração com certo grau de escolaridade busca empregos fora da agricultura e do espaço rural.

A relação que em geral se estabelece entre a pequena propriedade e uma pequena produção com ausência de capacitação tecnológica é equivocada, pois a realidade pesquisada mostrou que embora a maior parte dos produtores possua, do ponto de vista fundiário, propriedades pequenas, sua produção é rentável e intensiva. Essas características não ocultam as relações desiguais de comercialização, tendo em vista que o atravessador, como intermediário entre o produtor e o consumidor, é aquele que nunca tem prejuízo, pois compra a mercadoria dos produtores rurais por um determinado valor e a revende a preços superiores. A exploração e o trabalho penoso estão presentes na realidade de Piedade e Pilar do Sul, pois ainda que sejam produtores com certo nível de renda, o trabalho intensivo familiar na lida diária de quase 12 horas, e até nos domingos, não é contabilizado no cálculo da renda obtida com a agricultura.

Longe de nos esquivarmos de qualquer crítica, priorizamos, ao longo da tese, enfatizar as estratégias econômicas e sociais, assim como as potencialidades existentes no espaço rural, deixando em segundo plano os aspectos negativos, não para ocultar as relações de desigualdade e de exploração entre os produtores, mas, justamente para demonstrar que os pesquisados são capazes, diante de circunstâncias tão difíceis, de se reproduzirem econômica e socialmente, com a adoção de técnicas, mesmo em áreas inferiores a 50 hectares. A coexistência do *savoir-faire* e de novas técnicas de cultivo permite que essa ruralidade seja vivenciada no labor da roça.

Traçar uma perspectiva para os municípios pesquisados é uma tarefa árdua, já que frisamos no início desta conclusão, que o objeto de estudo é um devir. Todavia, a partir da nossa pesquisa de campo e das reflexões contidas nesta tese, apontamos duas possibilidades. No caso de Pilar do Sul, devido à expansão de monoculturas (eucalipto, milho, feijão) e da fruticultura de mesa, há uma tendência, ainda que leve, a um processo de concentração fundiária e especialização produtiva. Já em relação à Piedade, justamente pela topografia mais acidentada e pela presença significativa de pequenas propriedades (áreas até 50 hectares), a tendência é a diversificação produtiva, pautada em cultivos diferenciados (viabilidade econômica), de forma que a preocupação dos produtores rurais não está centrada na quantidade da produção, mas na qualidade diferenciada dos produtos. Outra perspectiva que pode ser traçada, a partir desse caminho metodológico, é a

‘chegada’ de produtores rurais de outros municípios próximos, como Cotia, Ibiúna e Sorocaba.

Em relação à multifuncionalidade, as atividades de lazer e de turismo são as mais encontradas no espaço rural dos dois municípios. O poder público local, representado pelas secretarias municipais de cultura, meio ambiente e turismo, busca implantar o setor, seja com enfoque cultural-religioso, em Pilar do Sul, seja com o turismo voltado à contemplação e à prática de atividades de lazer relacionadas aos recursos naturais (mata atlântica, cursos d’água etc.). Todavia, esses órgãos municipais propõem projetos de cima para baixo (*top down*) e não de baixo para cima (*botton up*), o que resulta em planos sem implantação efetiva e em desinteresse dos produtores rurais.

A contribuição deste trabalho, no âmbito da Geografia Rural, foi provocar a reflexão sobre o espaço rural a partir de uma perspectiva que o articule com o urbano. Por fim, não é possível pensar a ruralidade contemporânea como uma ‘volta’ ao passado, ao idílico, senão como novos processos e novas relações espaciais que vêm sendo delineados. Nos municípios de Piedade e Pilar do Sul, especificamente, a ruralidade está fundamentada na identidade construída entre os moradores do rural e do urbano, tendo a agricultura como principal elemento articulador.

9. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 702, 2000. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/texto> >. Acesso em julho de 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. Ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**. Publicado em 15 de abril de 2001, na página A3.

AGENCIA FAPESP. **Vinhos com identidade**. Data de publicação: 08/02/2010 [via e-mail].

ALENTEJANO Paulo Roberto Raposo. **Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Geografia). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALVES, Eliseu; MANTOVANI, Evandro C.; OLIVEIRA, Antônio J. Benefícios da mecanização da agricultura. In: ALVES, Eliseu (Editor Técnico). **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**. Brasília: EMBRAPA, 2006, p. 146-150.

ANDÔ, Zeampati. Cooperativismo nascente. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 164-188, 1973.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura Familiar e Pluriatividade no Sul do Brasil**. Florianópolis: UFPEL, 2003.

ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCNHEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p. 189-21, 2009.

ARIAS, Patrícia. Nueva ruralidad: antropólogos y geógrafos frente al campo hoy. In: ÁVILA, Hector (org.). Lo urbano rural: Nuevas expresiones territoriales? Cuernavaca: CRIM/UNAM/DGAPA, 2005.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006a. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, p. 81-110, 2006b.

BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. dos S. A chegada do “outsider” ao rural-paraíso: novos atores e relações sociais e econômicas no contexto turístico da Serra de Ibitipoca (MG). **Revista Agrária**, São Paulo: USP/Laboratório de Geografia Agrária da FFCLCH, v. 5, p. 03-39, 2006. Disponível em << <http://www.geografia.fflch.usp.br> >>. Acesso em 01 de outubro de 2008.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, p. 33-52, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; FERREIRA JUNIOR, Waldemar. **Evolução e organização das cooperativas agropecuárias paulistas na década de 90**. s/d, 14p. [formato digital].

BOMBARDI, Larissa Mies. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, São Paulo: USP/Laboratório de Geografia Agrária da FFCLCH, n. 01, p. 55-95, 2004 Disponível

em: < <http://www.usp.br/geografia.pdf> > [texto para *download*]. Acesso em 29 de Junho de 2005.

BONNAL, Philippe (org.). **Les cahiers de la multifonctionnalité**. n. 04, 2004.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In. LIMA, Eli Napoleão de; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José (org.). **Mundo Rural IV: configurações rural-urbanas – poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, p. 217-236, 2007.

BONNAL, Phillipe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 71-110, 2009.

BONNAL, Phlippe et al. Multifonctionnalité de l'agriculture et nouvelle ruralité Une mise en perspective sur deux démarches de refondation dês politiques publiques. BONNAL, Philippe (org.). **Les cahiers de la multifonctionnalité**. n. 04, p.61-81, 2004.

BOTELHO FILHO, F.B. Dinâmica hegemônica das ocupações rurais não-agrícolas no Distrito Federal. In: GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. (Org.) **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 3. p. 179-188.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRUMER, Anita. **Gênero e previdência social rural no Sul do Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/Texto%20Anita>>. Acesso em 30 de maio de 2007.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMERO, Ademar R.; GUANZIROLLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Porto Alegre, **Sociologias**, ano 5, n. 10, p. 312 – 347, julho/dezembro de 2003.

CAIADO, Aurélio Sérgio C.; SANTOS, Sarah Maria M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectivas**, n. 17, p. 115 – 124, 2003.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro**: sob o enfoque no desenvolvimento local, s/d, 25p.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, p. 146-179, 2000.

CANDIDO. Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 10º ed. rev. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003.

CANDIOTO, Luciano Zanetti P.; CORRÊA, Walquiria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p. 25-37, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. Resenha: Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula (resenha), **Boletim Paulista de Geografia**, 2008.

CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 252-280, 2009.

CARNEIRO, Auner Pereira; REGO FILHO, Luis de Moraes. Desenvolvimento municipal/regional: as relações entre o mundo rural e o mundo urbano: legislação, desenvolvimento, dicotomia e superação tecnológica. s/ data, 14p.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Do rural e do urbano**: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. Texto apresentado no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas, 2001. [mimeog.] www.unicamp.br/rurbano

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998a.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, 1998b.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flavio de C. (org.). **Mundo rural e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 225-240, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In. SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 edição. Porto Alegre: UFRGS, p. 167- 215, 2009.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CAZELLA, Ademar A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009.

CHABARIBERY, Denise. **Inovação e desigualdade no desenvolvimento da agricultura paulista**. 1999. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas.

CLIC NEWS. **Curso esclarece sobre aposentadoria no meio rural**. 2007. Disponível em: < <http://www.clicnews.com.br/agropecuaria/view.htm>> Acesso em outubro de 2007.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CORREA PÉREZ, Edelmira. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma (Comp.). **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Clacso, p. 17-29, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias *et. al.* (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTO, Elizangela. **As modernizações e as racionalidades na agricultura e o uso do território: temporalidades e racionalidades no município de Ibiúna (SP)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LA CORTE, Judith. **Contribuição ao estudo do abastecimento de São Paulo de produtos hortifrutícolas**. São Paulo. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1985.

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular da política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação de núcleos Ijûchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930). In: HASHIMOTO, Francisco; ANNO, Janete

Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, p. 147-166, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social** – Vol.III – Descentralização e participação – as novas tendências. Petrópolis: Vozes, 2003.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-32, 2006.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2008.

FELIX, Sandra Regina. **Pilar do Sul: nascente das águas**. São Paulo: Noorha, América, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Contexto, 2001.

FERNANDES, Liliana Laganá. **Bairros rurais do município de Limeira**. São Paulo, 1972. Tese (Doutoramento em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Liliana Laganá. **O bairro rural dos Pires: estudo de geografia agrária**. São Paulo, 1971, Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Darlene Ap. Oliveira *et al.* Uma proposta para caracterização do potencial das propriedades rurais familiares em Rio Claro-SP para a multifuncionalidade. **I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X**

Seminário de Pós-Graduação de Geografia UNESP/Rio Claro., Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 5-7 de outubro, 2010, texto *on line*..

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal de 1991 e 2006**. Rio de Janeiro: FIBGE. www.ibge.gov.br

FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B.(org.) **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, p. 47-68, 2001.

FRANCA, Terezinha J. F. et al. Turismo e Lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. **Informações Econômicas**, v. 03, n. 7, p. 32-48, julho de 2009.

FROEHICH, José Marcos et al. **Multifuncionalidade do espaço rural na região central do Rio Grande do Sul**: análise exploratória, 2008. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/20527.pdf>> Acesso em agosto de 2010.

FUKUI, Lia Freitas G. **Sertão e bairro rural**. São Paulo: Ática, 1979.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Banco de dados** Disponível em < <http://www.seade.sp.gov.br>>

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em < <http://www.seade.sp.gov.br>>

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 edição. Porto Alegre: UFRGS, p. 85-105, 2009.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**, v. 2, n. 2, p. 115-147, 2006.

GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001.

GÓMEZ, Sérgio E. Nueva ruralidad? Um aporte al debate. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFPR, n. 17, p. 5-32, out de 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 11-48. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/eventos/rurbano.html>> Acesso em junho de 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. revisada.- Campinas, SP: Unicamp, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, p. 145-179, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E.; CAMPANHOLA, Clayton. Novos mitos do rural. Ribeirão Preto, 2005. **XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Anais..., 15 p. [CD-ROM]

GUYIMARD, Hervé; BUTAUKT, Jean Pierre; LE MOUEL, Chantal. Soutien interne, fonctions non-marchandes et multifonctionnalité de l'agriculture. In: BONNAL, Philippe (org.). **Les cahiers de la multifonctionnalité**. n. 04, p. 09-24, 2004.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: TA Queiroz, Centro de estudos nipo-brasileiros, 1973.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

IICA – INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **El Desarrollo Rural Sostenible en el Marco de una Nueva Lectura de la Ruralidad** – nova ruralidad. Panamá: IICA, março de 2000.

INRA – LES NOUVELLES RURALITÉS EM FRANCE À L'HORIZON 2030. **Territoire**. N. 12, julho de 2008, 4p.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento rural: modelos e dinâmicas. In: KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, p. 51-84, 2008.

KAGEYAMA, Ângela A. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. **Texto de discussão**, IE/Unicamp, n. 112, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/rurbano> > [texto em pdf]. Acesso em fevereiro de 2005.

KAGEYAMA, Ângela A. Rural e ruralidade. In: KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, p. 15-49, 2008.

KAGEYAMA, Ângela A.. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Poços de Caldas, v.2, 1998.

KAYSER, Bernard et al. **Pour une ruralité choisie**. Paris: DATAR, 1994.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

LAMARCHE, Hugues. (coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, Hugues. (coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. O campo cego. O Fenômeno urbano. In: LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana.** 3ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, p. 13-73, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: EDUSP, 2009.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo, EDUSP, 1999.

LIMA, Aidas Valas. Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Rural? In: **III Congresso de Estudos Rurais**, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008 [CD-ROM].

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das MRG de Jales e de Fernandópolis, SP. 2004. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LUPA. (Estado de São Paulo). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Levantamento Censitário de Unidades de produção Agrícola do Estado de São Paulo:** SAA/IEA/CATI, 1996; 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre.** São Paulo: AGB Nacional, n. 19, ano 18, p. 95-112, julho/dez de 2002.

MARAFON, Gláucio. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Campo-Território**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MIKKILSEN, Michele. Sobre la deschacarización em Argentina. Una visión territorial. **12. Encontro de Geógrafos da América Latina**, Montevideu, 2009. [CD-ROM].

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. Natureza jurídica das sesmarias. **Revista de Direito Agrário**. Brasília, n. 10 (9), p. 9-13, 1983.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A incorporação de áreas rurais à cidade: um estudo de caso sobre Campinas, SP**. 2002. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONTENEGRO, Ruy. **Turismo e ecoturismo no Distrito Federal**. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão do Turismo e Meio Ambiente), Universidad de las islas Baleares, Brasília.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A Pluriatividade e as múltiplas rendas das famílias residentes nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, Município de Presidente Prudente/SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em

Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosangela Ap. Medeiros. O lugar como construção social. **Formação**. v.02, n.14, 2007, p.48-60.

MOREIRA, Roberto. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, 2003.

MULLER, Nice Lecocq. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, p. 83-130, 1966.

MULLER, Nice Lecocq. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951.

NEUMANN, Pedro Selvino. Desenvolvimento local: o debate do 'modelo rural' x 'modelo agrícola'. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (org.). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 99-109, 2006.

NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 edição. Porto Alegre: UFRGS, p. 59-83, 2009.

NORONHA, Elias Oliveira. **O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de M.. **O cinturão verde de Mogi das Cruzes**, Rio de Janeiro: IGEO, 2004. Disponível em <http://www.igeo.uerj.br> . Acesso em dezembro de 2009.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e o apossamento de terras no Brasil Colônia**. Disponível em <http://bliq.ig.com.br/estudoscoloniais/files/2009/06/artigo-nelson-nozoe-pdf.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 29-70, 2004.

ONO, Morio. De colono a pequeno produtor. Considerações sobre a agricultura japonesa. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 129-163, 1973.

PADILHA, Dráuzio Leme. **CAC – Cooperativismo que deu certo**. São Paulo: CAC-Cooperativa Central, 1989.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**. A geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PERRAUD, Daniel. Quelques propositions pour l'analyse institutionnelle de la transformation des politiques agricoles. Le cas de la multifonctionnalité de l'agriculture. In: BONNAL, Philippe (org.). **Les Cahiers de la multifonctionnalité**. n. 04, p. 51-60, 2004.

PIRES, André. **Ruralidades em transformação**. São Paulo: Fapesp, 2008.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira et al (org.) **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectiva**. São Paulo: ROCA, p. XIII – XXII, 2006

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade.** São Paulo: Duas cidades, 1973.

REMY, Jacques. Prefácio. IN: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, p. 11-17, 2009.

RIVERA, Naxhelli Ruiz; CAMPOS; Javier Delgado. Territorio y nuevas ruralidades: um recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. **Revista Eure**, Santiago, volume XXXIV, n. 102, p. 77-95, agosto de 2008.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri. **O Bairro do Tanque – Atibaia (SP): um exemplo da contribuição da colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista.** São Paulo, 1973. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri. Turismo rural no Brasil - ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, p. 51- 68, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo: desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ROMERO, Lia Alejandra B. **A vitivinicultura no Estado de São Paulo (1880-1950).** 2004. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

ROSA, Eduardo Reis. **Técnicas de Geoprocessamento aplicados na análise do uso da terra no Município de Pilar do Sul.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSENDHAL, Zeny. **Espaço e religião**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza: ANPEGE, p. 45-66, 2005.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fevereiro de 2006.

SABOURIN, Eric. **A reforma de 1992 e o conceito de multifuncionalidade. S/d e s/p.**

SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro. **Revista Tempo da Ciência**, n. 29, v.15, p. 9-27, 2008.

SABOURIN, Eric. Práticas Sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 edição. Porto Alegre: UFRGS, p. 219-244, 2009.

SAITO, Hiroshi. À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi (org.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 189-200, 1973.

SAKURAI, Célia. A imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1950-1980). In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora Unesp, p. 189-239, 2008.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila (coord.). **Lo urbano-rural, ¿nuevas expresiones territoriales?**, UNAM-CRIM, México, p. 123-159, 2005.

SANCHEZ, Hector Ávila. **Apertura económica y escenarios productivos en las regiones de México**. s/d. 15p.

SANCHEZ, Hector Ávila. **Informações verbais**. Data: 03 de dezembro de 2010.

SANCHEZ, Hector Ávila. La dinámica actual de los territorios rurales en América Latina. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 45 (40), 1999.

SANCHEZ, Hector Ávila. **Lo rural-urbano en los estudios de los procesos territoriales**. México, 2009a, 19 p. enviado por e-mail.

SANCHEZ, Hector Ávila. Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades. **Estudios agrarios**. 2009, p. 93-123.

SANT'ANA, Antonio Lázaro; COSTA, Vera Mariza H. M. **Agricultura familiar, estratégias de base e modos de vida**. 2004.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SANTANA, Antonio Carlos da Paz. **A organização e a inserção da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistanos**: os agricultores do bairro rural Santo Ângelo. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Eric Gumes; COUTO, Vitor; ROCHA, Alyson dos Santos. **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil**: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. Disponível em www.sober.org.br/palestra/2/1031.pdf. Acessado em outubro de 2010.

SANTOS, Geneci dos. **Metamorfose dos lugares**: um estudo da incorporação dos bairros rurais ao espaço urbano de Presidente Prudente. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.01, n.1, 2006, p. 60-81.

SCHNEIDER, Sergio; VERARDI FILHO, M. A. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIELD, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, p. 15-50, 2000.

SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Ciências sociais, ruralidade e território: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. V. 04, n. 07, p. 24-62, fev/2009a.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. **I FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA**, Fortaleza/Ceará, 2003. *Anais...*Fortaleza, Ceará, 2003a.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Rony. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p. 35-62, 2006.

SEABRA, Manoel. **Vargem Grande**: organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano. São Paulo: Instituto de Geografia/Universidade de São Paulo, 1971.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURAL DE PILAR DO SUL. **PET – Plano Estratégico do Turismo**, 2009. Disponível em CD-ROM.

SILVA, Aldenôr Gomes; BRACERAS, Liliana Lucia R.; ANDRADE, Luciana Maria. Turismo Rural e Pluriatividade no Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (org.). **Novo Rural Brasileiro**: Novas atividades rurais. v.6. Brasília: Embrapa, p. 147-182, 2004.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma (org). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO/ASDI, p. 67-79, 2001.

SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefbvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, p.131-155, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (SBCJ). **Uma epopéia moderna**: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1992.

SONODA, Erika C. **Evolução econômica e mudança na estrutura produtiva da região administrativa de Sorocaba (1980-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

SOUZA, Paulo César. **A resistência dos bairros rurais no Município de Martinópolis/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, p. 111-130, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEVANATO, Adriana Salas. **La nueva ruralidad en los estudios territoriales en México**. ALASRU/CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Quito, 2006, 20p.

TAMANINI, Elizabete; FERRETI, Orlando. Introdução. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira et al (org.) **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectiva. São Paulo: ROCA, p. XIII – XXII, 2006

TAVARES, Renato. **O clima local de Sorocaba (SP)**: tendências e análise comparativa cidade-campo. Dissertação (Mestrado em Geografia Física), São Paulo, 1997. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TODESCO, Carolina. **Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira**. 2006, Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UENO, Lidia Hathue. Estudo sobre alterações na localização do cinturão verde de São Paulo, no período de 1978-1984. **Agricultura em São Paulo**, ano 36, p. 97-145, 1989.

UENO, Lidia Hathue. **O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980**. Piracicaba, 1985. 193 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VALE, Ana Rute do. **A Plurifuncionalidade nos espaços periurbanos do Município de Araraquara-SP**, 2006. Tese (Doutorado em Geografia), IBGE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, Editora Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos avançados**, v. 18, n. 51, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em 10 de setembro de 2007.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de uma nova ruralidade. **Estudos Avançados**. São Paulo, n.20, p. 333-353, 2006.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto para discussão**, São Paulo: NEAD/MDA, agosto/2001 (mimeog.).

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços – integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 1, v. 17, p. 60-85, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. espaço local. In: CAMPANHOLA; Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**, v. 4, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO/ASDI, p. 30 – 44, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** 2001 a. mimeogr.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura.** n. 15, p. 87-145, 2000.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. A “colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (org.). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte.** São Paulo: Editora Unesp, p. 167-188, 2008.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores.** Porto Alegre: Editora da UFGR, 2008.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA; Carlos (org). **Cidade, cultura e globalização.** Oeiras: Celta Editora, p. 45-66, 1997.

ZIMMERMANN, Clovis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 48, ano IV, 2005. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/048/48czimmermann.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2007.

Sites utilizados

www.agrostat.gov.br

www.cati.sp.gov.br

www.eco.unicamp.br

www.ibge.gov.br

www.iica.org.br
www.ipea.gov.br/pub/
www.mda.gov.br
www.nead.gov.br
www.piedade.sp.gov.br
www.pilardosul.sp.gov.br
www.seade.sp.gov.br
www.ufrj.br/cpda
www.unicamp.br
www.ibiuna.sp.gov.br
www.estadao.com
www.mapa.gov.br
<http://www.colhaepaguecaqui.com.br/evento/>

10. APÊNDICES

1. Roteiros de entrevistas aplicados aos responsáveis dos sindicatos rurais;
2. Roteiros de entrevistas aplicados aos responsáveis das secretarias municipais de agricultura e desenvolvimento econômico ;
3. Roteiro de entrevistas aplicados aos responsáveis das casas da agricultura e CATI ;
4. Roteiro de entrevistas aplicados aos responsáveis pelas cooperativas agrícolas e associações de produtores rurais ;
5. Inventário turístico aplicado aos responsáveis pelos estabelecimentos de lazer e de turismo ;
6. Questionário aplicado aos 157 produtores rurais.

1. Roteiro de entrevista: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piedade/Pilar do Sul

Data: ____/____/____

1. Identificação

Nome: _____

Função: _____

Tempo de exercício: _____

2. Estrutura Interna do Sindicato

1. Número de Funcionários:
2. Número de Técnicos Agrícolas:
3. Número de sindicalizados atualmente, homens e mulheres:
4. Quais são os municípios que o sindicato abrange?
5. Há critérios e requisitos para poder ser sindicalizado? Quais? Qual a taxa paga mensalmente?
6. Há reuniões periódicas? Qual a porcentagem de participação? Quais os pontos de pauta discutidos?
7. Quais os serviços prestados que os sindicalizados mais procuram?

3. Histórico da instituição

8. Quando e como ocorreu a formação do sindicato no município?
9. Quais são os objetivos delineados pelo sindicato? Detalhe-os.
10. Numa retrospectiva histórica, quais foram as mudanças mais significativas que ocorreram no espaço rural do nosso município que afetaram o sindicato?
11. Dentre os sindicalizados, quais são os pioneiros?

4. Sindicato e os produtores rurais

12. Quais são as maiores dificuldades dos sindicalizados em nosso município? Detalhe-os.
13. Diante dessas dificuldades apontadas, qual é a atuação do sindicato?
14. Há algum projeto ou programa criado pelo sindicato direcionado aos pequenos produtores rurais? Se sim, qual? Se não porque?

5. Estrutura Fundiária e Produtiva da MRG de Piedade

15. Podemos afirmar que houve modernização agrícola na região? Por quê?
16. Numa retrospectiva histórica houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agropecuária na região?
17. Existe uma tendência a especialização ou diversificação da produção agropecuária?
18. Quais os principais produtos agrícolas cultivados em nosso município?

19. Para o senhor, qual a importância da agricultura familiar?

20. O senhor conhece algum produtor sindicalizado que está deixando ou deixou as atividades agrícola para investir em outras atividades não agrícolas?

21. Quais são as perspectivas para o sindicato?

22. E para os produtores rurais da região?

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PILAR DO SUL E PIEDADE

Data: __ / __ / __

I- IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Função:

Tempo na função:

II- OBJETIVOS

1. Quais são os objetivos propostos pela secretaria?
2. Existem objetivos específicos para a agricultura familiar? Desde quando a Secretaria tem esses objetivos?
3. Estes objetivos estão sendo atingidos com êxito? Se não falar sobre as causas que impedem o desenvolvimento dos objetivos
4. Existe algum programa em andamento, ou em fase de conclusão? Qual?
5. Numa retrospectiva histórica houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agropecuária no município?

III - OS PROBLEMAS REGIONAIS

6. Quais são os maiores problemas da agropecuária regional e municipal?
7. Qual a sua avaliação em relação ao êxodo rural e o aumento da população urbana?
8. Existe uma tendência a especialização ou diversificação da produção agropecuária?
9. Como o Sr. avalia a implantação do Projeto de Microbacias da SAA-SP, na Região? Quais os pontos positivos e/ou negativos? Qual a contribuição da Secretaria Municipal de Agricultura para este projeto?
10. Outras informações não contempladas no roteiro.

3. ROTEIRO DE ENTREVISTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE E PILAR DO SUL

Data: ____/____/____

Nome do entrevistado:

Cargo que ocupa:

Parte I: Área Urbana

1. Quais critérios usados pela prefeitura municipal para delimitar o perímetro urbano do município?
2. Como a prefeitura avalia essa expansão da malha urbana? Qual (is) a direção (ões) desse crescimento territorial?
3. O que a prefeitura avalia essa construção de loteamentos e condomínios cada vez mais longe do circuito urbano.

Parte 2: Produtores rurais

4. A prefeitura concede algum tipo de financiamento ou ajuda em maquinários aos pequenos produtores rurais?
5. Existe algum projeto voltado aos pequenos produtores rurais?
6. Qual a posição da prefeitura frente ao problema sócio-econômico enfrentados pelos produtores rurais?
7. A Prefeitura exerce algum controle em relação à instalação de estabelecimentos urbanos nas áreas rurais?
8. Quais são os serviços prestados pela prefeitura nos bairros rurais?
9. Existe alguma reclamação ou reivindicação por parte dos moradores para a benfeitoria de alguma obra? Qual (is)?

4. ROTEIRO DE ENTREVISTA: CASA DA AGRICULTURA DE PILAR DO SUL E PIEDADE

Data: __/__/__

Nome do entrevistado:

Função:

Tempo na função:

Parte I: Organização Interna

1. Quais são os objetivos propostos?
2. Existem objetivos/programas específicos voltados à agricultura familiar nos municípios abrangidos?
3. Estes objetivos estão sendo atingidos com êxito? Se não, quais as causas que impedem o seu pleno desenvolvimento?
4. Desde quando a Casa da Agricultura tem esses objetivos?
5. Numa retrospectiva histórica houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agropecuária regional?

Parte II: Estrutura

1. Organograma das funções existentes na Casa da Agricultura
2. Numero de funcionários e suas funções.
3. Existem incentivos governamentais à especialização dos agrônomos, dos médicos veterinários etc?
4. Para qual atividade pela entidade centraliza com maior intensidade suas ações? Pecuária ou Agricultura? Por que?
5. Quais são as relações da entidade com outras instituições privadas e/ou públicas (Bancos, Prefeituras, SEBRAE etc.)
6. Especificar o número de proprietários ou produtores que são atendidos pela Casa da Agricultura?
7. Especificar a porcentagem de proprietários ou produtores que procuram espontaneamente a Casa da Agricultura
8. Como os produtores têm avaliado a atuação dos agrônomos?
9. A Casa da Agricultura tem incentivado a expansão da fruticultura, horticultura etc na área ?

Parte IV: Problemas

10. Quais são os maiores problemas da agropecuária na MRG de Piedade?
11. O Sr considera a agricultura regional modernizada?
 12. Como o Sr. vê a possibilidade de melhorar as técnicas nas diferentes formas de produção principalmente nas pequenas propriedades rurais?
 13. Existe na região uma tendência à especialização ou à diversificação da produção?
 14. Qual o diagnóstico que o Sr. faz em relação a agricultura na Região?
 15. Existem problemas relacionados à degradação ambiental, poluição dos mananciais, contaminação do solo decorrente das embalagens de agrotóxicos jogados sem qualquer cuidado?
 16. Como o Sr. avalia a implantação do Projeto Estadual de Microbacias na Região? Quais os pontos positivos e/ou negativos?
 17. Outras informações não contempladas no roteiro.

ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO À ASSOCIAÇÃO _____

Data: _____

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado:

Função:

Denominação da Associação:

Município Sede:

Área de Atuação :

II. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO

1. Ano de Fundação:

2. Quais fatores motivaram a criação da Associação?

3. A Associação recebeu recursos de instituições para a implantação de sua estrutura?
Como foram aplicados?

4. A Associação recebeu algum tipo de incentivo da Prefeitura? De que tipo?

III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5. Número total de associados: _____ Grandes: _____ Médios: _____
Pequenos: _____

6. Critérios utilizados para classificar os associados?

7. Quais os principais produtos que a associação opera?

7.1. Compra a produção dos associados?

7.2. Venda para os associados?

8. Qual a capacidade de armazenamento da Associação?

9. A Associação tem funcionários? _____ Quantos? _____

IV. SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

Atividades	Sim	Não
Assistência técnica		
Comercialização da produção		
Venda de mudas e sementes		
Venda de implementos agrícolas		
Venda de insumos		
Venda de máquinas agrícolas		

Assistência odontológica		
Assistência médica		
Recolhimento da produção		
Outros		

V. PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

11. Quais os principais projetos da cooperativa para o futuro?

12. Qual a situação da cooperativa hoje em relação aos órgãos de financiamento?

13. Quais as perspectivas da cooperativa em relação à agricultura regional?

14. Tem planos para aumentar o número de associados?

15. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?

Outras observações não contempladas no roteiro.

ROTEIRO DE ENTREVISTA JUNTO À COOPERATIVA_____

Data:

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado:

Função:

Denominação da Associação:

Município Sede:

Área de Atuação :

II. HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO

1. Ano de Fundação:

2. Quais fatores motivaram a criação da Associação?

3. A Associação recebeu recursos de instituições para a implantação de sua estrutura?
Como foram aplicados?

4. A Associação recebeu algum tipo de incentivo da Prefeitura? De que tipo?

III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5. Número total de associados:_____Grandes: _____ Médios:_____ Pequenos:_____

6. Critérios utilizados para classificar os associados?

7. Quais os principais produtos que a associação opera?

7.1. Compra a produção dos associados?

7.2. Venda para os associados?

8. Qual a capacidade de armazenamento da Associação?

9. A Associação tem funcionários?_____ Quantos?_____

IV. SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

Atividades	Sim	Não
Assistência técnica		
Comercialização da produção		
Venda de mudas e sementes		
Venda de implementos agrícolas		
Venda de insumos		
Venda de máquinas agrícolas		

Assistência odontológica		
Assistência médica		
Recolhimento da produção		
Outros		

V. PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

11. Quais os principais projetos da cooperativa para o futuro?

12. Qual a situação da cooperativa hoje em relação aos órgãos de financiamento?

13. Quais as perspectivas da cooperativa em relação à agricultura regional?

14. Tem planos para aumentar o número de associados?

15. Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando?

Outras observações não contempladas no roteiro:

ROTEIRO DE ENTREVISTA - ESTABELECIMENTOS NÃO AGRÍCOLAS

Data: __ / __ / __

Município: _____

1. Identificação

Nome do estabelecimento: _____

Nome do proprietário: _____

Nome do entrevistado: _____

2. Caracterização geral do estabelecimento

1. Tempo de funcionamento: _____
2. Área total ocupada (hectares): _____
3. Número _____ de _____ funcionários: _____
4. Origem dos funcionários (média): ____ do próprio bairro ____ de outro bairro (rural) ____ de bairros urbanos ____ de outras cidades
5. Estabelecimento é: () único () filial () matriz

3. Funcionamento e destino da produção e/ou serviço

6. Principal atividade desenvolvida: _____
7. Matéria Prima utilizada: _____
8. Origem dessa matéria prima: _____
9. Principais produtos comercializados: _____
10. Tem licença para funcionamento: _____
11. Origem da água utilizada: _____
12. Destino do resíduo produzido: _____
13. Qual é a área de abrangência dos produtos e/ou serviços prestados: () local () municipal () estadual () nacional () internacional
14. Qual o (s) motivo (s) que levaram a implantar este estabelecimento nessa área ? _____
15. Como adquiriu a área: () comprou diretamente do proprietário () comprou de loteadores/imobiliária () adquiriu poder público () outra forma _____
16. Neste local, onde hoje está implementado este estabelecimento, funcionava o quê?
17. Emprega _____ algum morador do bairro? Quantos? _____
18. Como _____ é a relação com os moradores do bairro? _____
19. O que acha desse bairro? () ruim () bom () ótimo () não sabe
20. Pretende mudar para outro local? Qual? Porque? _____

4. Perspectivas e desafios

21. Quais _____ são as perspectivas para o futuro? _____

21. Enfrenta algum tipo de problemas com relação aos moradores?
Qual? _____

22. Já adquiriu algum tipo de financiamento? Qual? Quando?

23. Tem pretensão de ampliar a área? Porque?

5.Informações adicionais

**Inventário turístico do estabelecimento de lazer e de turismo –
Crédito do inventário – Profa. Dra Rosângela Cortez Thomas (2011).**

1 DADOS GERAIS	
1.1 IDENTIFICAÇÃO	
Nome da propriedade:	
Conhecida como:	
Data de fundação:	
Nome completo do proprietário:	
Pertence à família desde:	
Área total (ha):	
Endereço oficial:	
(estrada, rua):	(número)
(distrito, bairro, vila)	
(município)	
CEP:	Fone / Fax:
Site:	
E-mail:	
Distância da sede do município:	

1.2 ATIVIDADE ECONÔMICA
ATIVIDADES ECONÔMICAS DESDE A FUNDAÇÃO
ATIVIDADE ECONÔMICA ATUAL
<i>PRINCIPAL:</i>
<i>SECUNDÁRIA:</i>

1.3 ATIVIDADE TURÍSTICA:
A PROPRIEDADE LOCALIZA-SE EM POSIÇÃO FAVORÁVEL QUANTO AO FLUXO DE TRÂNSITO ENTRE AS CIDADES:
INTEGRA O ROTEIRO TURÍSTICO:

ATIVIDADES TURÍSTICAS PRETENDIDAS		
Propriedade vizinha	Atividade econômica	Atividade turística
1		☐ Sim ☐ Não
2		☐ Sim ☐ Não
3		☐ Sim ☐ Não
4		☐ Sim ☐ Não
5		☐ Sim ☐ Não

2 GESTÃO E DIVULGAÇÃO	
2.1 LEGALIDADE	
DOCUMENTAÇÃO - REGISTROS E ESCRITURAS	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	
TAXAS, TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS	
<i>FEDERAIS</i>	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	
<i>ESTADUAIS</i>	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	
<i>MUNICIPAIS</i>	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	
INVENTÁRIO OU PARTILHA	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	

ADEQUAÇÕES À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	
☐ Regularizada	☐ Pendente
Providências:	

2.2 RECURSOS HUMANOS		
FAMÍLIA		
Nº de membros:		
Atividades exercidas:		
Regiões de origem:		
Membros dedicados ao turismo rural:		
Habilidades e aptidões:		
☐ Pintura	☐ Artesanato	☐ Culinária
☐ Música	☐ Causos	☐ Outros:
COLABORADORES RESIDENTES		
Nº de colaboradores:		
Atividades exercidas:		
Regiões de origem:		
Habilidades e aptidões:		
☐ Pintura	☐ Artesanato	☐ Culinária
☐ Música	☐ Causos	☐ Outros:
COLABORADORES NÃO-RESIDENTES (FUNCIONÁRIO REGULAR - MENSALISTA)		
Nº de colaboradores:		
Atividades exercidas:		
Regiões de origem:		
Habilidades e aptidões:		
☐ Pintura	☐ Artesanato	☐ Culinária
☐ Música	☐ Causos	☐ Outros:

COLABORADORES NÃO-RESIDENTES (FUNCIONÁRIO TEMPORÁRIO)		
Nº de colaboradores:		
Atividades exercidas:		
Regiões de origem:		
Habilidades e aptidões:		
☐ Pintura	☐ Artesanato	☐ Culinária
☐ Música	☐ Causos	☐ Outros:

2.3 RECURSOS FINANCEIROS	
RECURSO PRÓPRIO PARA CAPITAL DE GIRO	
☐ Sim	☐ Não
RECURSO PRÓPRIO PARA AS PRIMEIRAS MELHORIAS	
☐ Sim	☐ Não
POSSUI BEM QUE PODE SER VENDIDO PARA A OBTENÇÃO DE CAPITAL	
☐ Sim	☐ Não
BOM RELACIONAMENTO PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO	
☐ Sim	☐ Não

2.4 AUTO-AVALIAÇÃO DO PROPRIETÁRIO OU GESTOR / ADMINISTRADOR	
GOSTO DE RECEBER VISITANTE	
☐ Sim	☐ Não
TENHO FACILIDADE PARA ME COMUNICAR	
☐ Sim	☐ Não
ACEITO NOVOS DESAFIOS	
☐ Sim	☐ Não
ADAPTO-ME BEM ÀS MUDANÇAS	
☐ Sim	☐ Não
ACEITO TRABALHAR NOS FINAIS DE SEMANA E PERÍODOS DE FÉRIAS	
☐ Sim	☐ Não
TENHO ORGULHO DAS MINHAS ORIGENS	
☐ Sim	☐ Não
SOU OTIMISTA QUANTO AO SUCESSO DOS MEUS PLANOS	
☐ Sim	☐ Não
BUSCO INFORMAÇÕES SOBRE OS NEGÓCIOS QUE PRETENDO IMPLANTAR	
☐ Sim	☐ Não
COSTUMO TRAÇAR METAS E OBJETIVOS	
☐ Sim	☐ Não
REVEJO MEUS PLANOS PERIODICAMENTE PARA CORRIGIR ESTRATÉGIAS	

☐ Sim	☐ Não
CUIDO DA CONTABILIDADE DA PROPRIEDADE	
☐ Sim	☐ Não
TENHO RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	
☐ Sim	☐ Não
PARTICIPO DE SINDICATO, ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA OU SIMILAR	
☐ Sim	☐ Não

3 INFRA-ESTRUTURA BÁSICA			
3.1 ACESSO EXTERNO			
☐ Estrada de asfalto	☐ Estrada parcialmente de terra	☐ Estrada de terra () km e asfalto () km	
CONDIÇÃO DA ESTRADA QUANTO AO PÚBLICO-ALVO			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
CONDIÇÃO QUANTO À LIMPEZA			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
PONTE NO PERCURSO ATÉ A PROPRIEDADE			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE, ESTADO DE CONSERVAÇÃO</i>			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
SINALIZAÇÃO INDICATIVA PARA A ESTRADA			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE:</i>			
☐ Padronizada		☐ De iniciativa própria	
SINALIZAÇÃO TURÍSTICA			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE:</i>			
☐ Padronizada		☐ De iniciativa própria	

3.2 ACESSO INTERNO			
ACESSO PRINCIPAL			
☐ Automóvel	☐ Jipe	☐ Ônibus	☐ Trator ☐ Caminhão
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE NA PORTEIRA (ENTRADA)			
☐ Existe		☐ Não existe	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PORTEIRA E CERCA (ENTRADA)			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
MANUTENÇÃO DE JARDINS E PAISAGISMO			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
TRILHAS			
☐ A pé	☐ A cavalo	☐ Trator	☐ Outros

SINALIZAÇÃO INTERNA		
☐ Existe	☐ Não existe	
<i>SE EXISTE, INFORMAR</i>		
ILUMINAÇÃO NAS VIAS INTERNAS		
☐ Existe	☐ Não existe	

3.3 GERAÇÃO DE ENERGIA		
ENERGIA ELÉTRICA		
☐ Rede Pública	☐ Rede Interna (geradores, transformadores)	
FONTES ALTERNATIVAS		
☐ Energia Solar	☐ Biomassa	
☐ Energia Eólica	☐ Outras:	
CAPACIDADE DE SOBRECARGA DE USO (demanda em kw) NOS DIVERSOS PONTOS DISTRIBUÍDOS NA PROPRIEDADE		
☐ Sim	☐ Não	
FONTES RENOVÁVEIS		
☐ Adubo orgânico	☐ Biodigestor	

3.4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
☐ Rede pública	☐ Rede interna	
☐ Cisterna	☐ Poço	
CAPACIDADE DE ABASTECIMENTO COM O AUMENTO DE CONSUMO		
☐ Sim	☐ Não	

3.5 ESGOTO SANITÁRIO		
☐ Fossa séptica		
☐ Fossa séptica biodigestora (adubo orgânico)		
☐ Integrado à rede de esgoto do município		

3.6 LIXO		
CONTENÇÃO		
☐ Valas	☐ Aterro	☐ Latões
COLETA		
☐ Seletiva	☐ Indiscriminada	
DESTINO DO LIXO RECICLÁVEL		
ACONDICIONAMENTO PARA TRANSPORTE		
☐ Latas		
☐ Sacos plásticos		
☐ Outros		
DESTINO FINAL		

☐ Coleta Pública	☐ Incineração	☐ Aterro
☐ Rios ou lagos	☐ Valas	
DEPÓSITO EM EMBALAGENS VAZIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS		
Local:		
Condições:		
Destinação:		

3.7 COMUNICAÇÃO			
TELEFONIA FIXA			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE, QUALIDADE DO SERVIÇO</i>			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
TELEFONIA MÓVEL			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE, OPERADORAS</i>			
☐ Vivo	☐ Claro	☐ Tim	☐ Oi
INTERNET			
☐ Existe		☐ Não existe	
<i>SE EXISTE, TIPO DE CONEXÃO</i>			
☐ Discada		☐ Banda Larga	
RECEPÇÃO DE CANAIS DE TV			
☐ Antena comum	☐ Sistema Digital	☐ Parabólica	
QUALIDADE DE RECEPÇÃO			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim

4 RECURSOS E ATRATIVOS NATURAIS		
ATRATIVO NATURAL 1:		
TIPO DE ATRATIVO		
☐ Montanha	☐ Morro	☐ Chapada
☐ Caverna / Gruta	☐ Pico / Cume	☐ Animal
☐ Mata	☐ Nascente	☐ Cascata
☐ Corredeira	☐ Riberirão	☐ Cascata
☐ Cachoeira	☐ Lagoa	☐ Fonte
ACESSO		
☐ Fácil	☐ Regular	☐ Difícil
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO		
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular
☐ Ruim		
SEGURANÇA		
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular
☐ Ruim		
FLUXO TURÍSTICO NO LOCAL		

☐ Existe	☐ Não existe
DISTÂNCIA	
☐ Casa sede:	m
☐ Áreas de processamento de alimentos:	m
☐ Área de lazer:	m
☐ Ponto de venda:	m

ATRATIVO NATURAL 2:			
TIPO DE ATRATIVO			
☐ Montanha	☐ Morro	☐ Chapada	
☐ Caverna / Gruta	☐ Pico / Cume	☐ Animal	
☐ Mata	☐ Nascente	☐ Cascata	
☐ Corredeira	☐ Riberirão	☐ Cascata	
☐ Cachoeira	☐ Lagoa	☐ Fonte	
ACESSO			
☐ Fácil	☐ Regular	☐ Difícil	
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
SEGURANÇA			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
FLUXO TURÍSTICO NO LOCAL			
☐ Existe		☐ Não existe	
DISTÂNCIA			
☐ Casa sede:	m		
☐ Áreas de processamento de alimentos:	m		
☐ Área de lazer:	m		
☐ Ponto de venda:	m		

ATRATIVO NATURAL 3:			
TIPO DE ATRATIVO			
☐ Montanha	☐ Morro	☐ Chapada	
☐ Caverna / Gruta	☐ Pico / Cume	☐ Animal	
☐ Mata	☐ Nascente	☐ Cascata	
☐ Corredeira	☐ Riberirão	☐ Cascata	
☐ Cachoeira	☐ Lagoa	☐ Fonte	
ACESSO			
☐ Fácil	☐ Regular	☐ Difícil	
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
SEGURANÇA			

☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
SEGURANÇA			
☐ Excelente	☐ Boa	☐ Regular	☐ Ruim
FLUXO TURÍSTICO NO LOCAL			
☐ Existe		☐ Não existe	
DISTÂNCIA			
☐ Casa sede:		m	
☐ Áreas de processamento de alimentos:		m	
☐ Área de lazer:		m	
☐ Ponto de venda:		m	

RECURSOS E ATRATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICO
☐ Zoológico particular com autorização do Ibama
☐ Planetário / Observatório
☐ Aquários
☐ Exploração de minérios
☐ Viveiros
☐ Áreas agrícolas
☐ Exploração pastoril
☐ Usinas / Barragens / Açudes
☐ Fazenda Modelo
☐ Outros
DESCRIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

5 ATIVIDADES AGRO-SILVO-PASTORIS
5.1 AGRICULTURA
☐ Cultura perene. Quais?
☐ Horticultura orgânica. Quais?
☐ Extração florestal. Quais?
☐ Cultura temporária. Quais?
☐ Extração vegetal. Quais?
☐ Outras culturas. Quais?
PRODUTOS PARA SUBSISTÊNCIA

ANTECEDENTES ÉTNICO-CULTURAIS DE PROPRIETÁRIOS DESDE A FUNDAÇÃO E COLONOS MIGRANTES E IMIGRANTES
☐ Ascendência
☐ Segundo idioma
☐ Religiosidade
☐ Tradições familiares
☐ Hábitos e costumes familiares
☐ Outras características peculiares:
ATIVIDADES TRADICIONAIS
☐ Roda de viola
☐ Contos
☐ Roda de Causos
☐ Danças
☐ Músicas
☐ Outros:
6.3 ATRATIVOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS
☐ Museu particular
☐ Sítios históricos
☐ Sítios arqueológicos
☐ Sítios paleontológicos
☐ Outros:
6.4 EVENTOS NA PROPRIEDADE
☐ Festas religiosas
☐ Festivais de colheita
☐ Outras
7 EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS
7.1 MEIOS DE HOSPEDAGEM
QUANTIDADE
☐ Unidade Habitacional com banheiro
☐ Unidade Habitacional sem banheiro
☐ Unidade Habitacional com cozinha (casa, chalé)
☐ Unidade Habitacional sem cozinha (casa, chalé)
☐ Número total de leitos
☐ Área para camping com infra-estrutura
☐ Área para camping sem infra-estrutura

7.2 MEIOS DE ALIMENTAÇÃO
TIPOS DE COMIDA (SE PRETENDE SERVIR AO TURISTA)
Descrição:
Origem cultural:
Composição básica:
TIPOS DE BEBIDA (PRODUÇÃO PRÓPRIA)
Descrição:
Origem cultural:
Composição básica:

7.3 LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
PRODUTOS ARTESANAIS
☐ Alimentos
☐ Bebidas
☐ Artesanato local
PONTOS INTERNOS DE VENDA
☐ Sim ☐ Não
<i>SE NÃO, GOSTARIA DE IMPLANTAR</i>
☐ Sim ☐ Não
PONTOS EXTERIOR DE VENDA
☐ Bancas de feiras locais
☐ Bancas de feiras regionais
☐ Fornecimento no entorno
☐ Outros

7.4 ANÁLISE DOS PONTOS FORTES, FRACOS, O QUE EXPLORAR E O QUE MELHORAR	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS

Questionário aplicado no Município de _____

BAIRRO: _____
ENTREVISTADO: _____

Nº _____
DATA: __ / __ /2010

1. Grupo familiar

Nome	Grau de Parentesco		Estado Civil	Idade	Escolaridade	Exerce atividade remunerada?	Local de trabalho

2. Onde residem os membros de sua família?

- () todos residem na mesma casa, dentro da propriedade
() os filhos casados moram em casa separada (mas dentro da propriedade)
() os filhos moram na cidade de _____
() outros integrantes da família moram na propriedade. Quem? _____

3. Origem dos patriarcas do entrevistado

Membros	Município de origem	Origem		Últimos locais que morou (municípios)	Motivo da mudança para município
		Rural	Urbana		
Mãe					
Pai					

- 3.1 Há quanto tempo reside no bairro? _____
3.2. Quais são as principais mudanças que ocorreram? _____

ESTRUTURA PRODUTIVA E FUNDIÁRIA

- 4.1. Tamanho da propriedade: _____
4.2. Situação da propriedade:
() Compra – de quem? _____
() herança – Quantas repartições: _____
() parceria – Nome do proprietário: _____
() arrendatário – Nome do proprietário: _____
() cedida – Nome do proprietário: _____
() outra forma. Qual? _____
Em caso de herança, qual era a área total da propriedade? _____

- 4.2.1 A área é suficiente para a atividade desenvolvida: () Sim () Não.
4.3. Arrenda terra de outros ou para outros: _____
4.3.1. De quem: _____
4.3.2. Para quem: _____
4.3.3 Como é feito o pagamento: () dinheiro () parte da produção () Outras formas _____

5. ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

- Quais são as atividades econômicas desenvolvidas pelos membros da família:
() agricultura () pecuária () ambas () outras _____
5.1. Há quanto tempo desenvolve essas atividades? _____
5.1.1. Qual é a renda obtida com as atividades agropecuárias? _____
5.1.2. Onde são comercializados os produtos? () na propriedade () feiras, mercados () atravessadores () outras _____
5.1.2.1. Local de comercialização: _____
5.1.3. Como é realizado o pagamento? () na entrega () semanal () quinzenal () mensal _____
5.1.4. Como é feito o transporte? _____
5.1.5. Como é estabelecido o contrato? _____

5.2. Como é feita a divisão das rendas obtidas com as atividades agrícolas?

- () o chefe da família centraliza os rendimentos
() o casal (o pai e a mãe) centralizam todas as rendas e as dividem conforme sua decisão
() as rendas são divididas entre os que trabalham na propriedade de forma igual
() os jovens que trabalham na propriedade ficam com sua parte e contribuem nas despesas
() cada um fica com a parte que ganha e os pais sustentam a casa e a família
() não sabe/ não respondeu
() outra _____

6. PECUÁRIA

Tipo	Nº de	Destino da criação			
------	-------	--------------------	--	--	--

	cabeças	Autoconsumo	Comercialização	Local da venda	Transporte	Existe contrato?	Pagamento ?
Vaca leiteira							
Gado de corte							
Suíno							
Eqüino							
Caprino							
Outros							
Renda total: R\$							

6.1. Lavouras temporárias

Tipo	Área (ha)	Destino da Produção					
		Autoconsumo	Comercialização				
Renda obtida R\$							

6.2. Lavouras permanentes

Tipo	Área (ha)	Destino da Produção					
		Autoconsumo	Comercialização				
Renda obtida R\$							

6.3. Produtos horticultura () Orgânico () Hidropônico () Manejo Tradicional

Tipo	Área	Destino da Produção			
------	------	---------------------	--	--	--

	(ha)	Autoconsumo	Comercialização				
Renda obtida R\$							

7. Força de trabalho

Tipo	n.	Remuneração	Origem	Fases de utilização		
				plantio	colheita	outros
Familiar						
Empreg. Permanentes						
Empreg. temporários						
Parceiros						
Outros						

8. Crédito rural

8.1. Utiliza financiamento: () sim () não. Qual? _____

Tipo: () Custeio () investimento () comercialização () outros

8.2. Já utilizou: () sim () não Ano _____ Valor: _____

8.3. Finalidade do crédito? _____

9. Organização dos produtores rurais

9.1. Participa de alguma organização coletiva: Sim () Não (). Por quê? _____

9.2. Qual participa? () Sindicato _____ () Cooperativa _____

() Associação _____ () Outro _____

9.3. Qual foi o motivo da filiação? _____

9.4. Aponte as vantagens e as desvantagens: _____

UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIOS E PRODUTOS QUÍMICOS

10. Produtos químicos

10.1. Utiliza Produtos químicos () Sim () Não. Por quê? _____

10.2. Tipos de produtos utilizados: () calcário () fertilizantes () herbicidas () uréia. Outros _____

10.3. Local de compra: _____

10.4. Destino das embalagens dos produtos agrotóxicos? _____

10.5. Qual o valor gasto com os produtos químicos? _____

10.6. Pretende continuar nesse sistema ou adotar outra forma de manejo? _____ qual? _____

11. Maquinários

11.1. Utiliza maquinários () Sim () Não. Por quê? _____

11.2. Qual (is) utiliza (m): () trator _____ () colheitadeira _____ () plantadeira _____ () Arado mecânico _____ () Arado animal _____ () outros _____

11.3. Aluga Trator: Sim () Não ().

13.2.1. De quem: _____

11.4. Para quem? _____

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

12. Algum membro da família que reside na propriedade exerce atividade externa: () Sim Não ()

Membro	Profissão	Local de trabalho	Por quê?	Há quanto tempo trabalha nessa atividade	Renda

12.1 Qual é a participação dessa renda no orçamento da família?

- () auxilia nas despesas da família – Qual a proporção? _____
 () somente para gastos pessoais. Quais? _____
 () não participa do orçamento familiar

12.2. Na propriedade há outra (s) fonte (s) de RENDA(s), além das atividades agropecuárias? Quais?

- () Apenas rendas de Atividades Agrícolas
 () Renda de Atividades Agrícolas e Não Agrícolas
 () Apenas Rendas de Atividades Não Agrícolas (fora da propriedade)
 () Rendas obtidas na Propriedade em atividades Não-Agrícolas (beneficiamento, artesanato etc)
 () Rendas das Transferências Sociais (aposentadorias, bolsa família etc)
 () Outras Rendas (aluguel, juros)
 () Ajudas diversas (via prefeitura, igreja etc)
 () Rendas Eventuais ou de Trabalhos Temporários

12.3. Alguma parte da renda obtida fora da propriedade é destinada para a agricultura ou para a aquisição de algum bem destinado à atividade agrícola? () sim () não () esporadicamente

Se sim, qual a principal destinação: _____

12.4. Dentre os membros da família (chefe da família, esposas, filhos, agregados) qual tem a maior renda? Qual atividade desenvolvida? _____

CONDIÇÃO SÓCIOECONOMICA

13. Bens de consumo - Quais bens de consumo possuem?

Aparelho de som/CD	n.
Antena parabólica	
TV	
DVD	
Fogão a gás	
Freezer	
Computador	
Geladeira	

Máquina de lavar roupa	n
Máquina de costura	
Micro-ondas	
Nootebook	
Telefone fixo	
Telefone celular	

14. Veículos

14.1. Possui qual tipo de veículo? () automóvel de passeio () automóvel utilitários (caminhonete, pick-up, etc) () moto () bicicleta () carroça/charrete () caminhão () não possui

15. Moradia

() alvenaria () madeira () mista () outro material _____

15.1 Tipo de banheiro: () fossa séptica () privada externa () esgoto

15.2. Há energia elétrica? () sim () não

15.3. Como é obtida a água? () poço comum () poço artesiano () poço semi artesiano () outro _____

15.4. Destino do lixo? () enterrado () queimado () coletado () outro _____

ASPECTOS CULTURAIS

16. Religião da família: () católica () protestante () budista () espírita () Outra _____

16.1. Práticas religiosas: () cultos/missas () terço () novenas () reuniões nas vizinhança

() outras _____

16.2. Tipos de lazer: () missas () quermesses e festas no bairro () futebol () baile

() outras _____

16.3. No bairro há atividades culturais, como festas (padroeiros, juninas, quermesses, etc)? Sim () Não ().

16.4. Quais? _____

16.5. Com qual frequência? _____

16.6. Como são organizadas? _____

17. Utiliza plantas medicinais? () Sim () Não

17.1. Quais os tipos: _____

17.2. Para que serve: _____

18. Vizinhança

Qual a frequência que costuma ir visitar os vizinhos?

() raramente () diariamente () semanalmente () quinzenalmente

() mensalmente () não frequenta

17.2. Motivo das visitas: () laços afetivos () laços de parentesco () doenças/morte

() troca de alimentos e produtos () ofertar produtos () outros _____

19. Infra-estrutura existente no Bairro

19.1.. No bairro há associação de moradores? () sim () não

Se sim. Qual? _____

Quando foi formada? _____

19.1.1. Quais são as metas/objetivos _____

19.1.2. Quais os principais problemas enfrentados pela associação? _____

19.2. Existe alguma reclamação/sugestão quanto a infra-estrutura existente no bairro? () sim () não

Se sim. Qual(is)? _____

19.2.1. Já foram encaminhadas ao poder local? () sim () não

Se sim, como e quando? _____

19.3. Com qual frequência costuma ir à sede do Município?

() raramente () diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente

() não frequenta

19.4. Quais são os serviços mais utilizados na sede?

() bancários/ administrativos () médico/odontológico () estudo () trabalho () compra de insumos e sementes () compra alimentícias () correio () igreja () comércio

() outros _____

20. ASPECTOS AMBIENTAIS

20.1. Quais são os principais problemas de ordem ambiental: () erosão do solo () poluição dos cursos d'água () assoreamento () desmatamento

() queimadas () outros _____

20.1.1. O que está sendo realizado para diminuir esses problemas? _____

20.2. Quais manejos são realizados? () plantio direto () curva de nível () rotação de cultura () irrigação tipo _____ () adubação verde () outros _____

20.3. Qual o tamanho da APP? _____

20.3.1. Possui algum curso d'água na propriedade? Qual _____ finalidade _____

20.4. Já realizou reflorestamento na propriedade? _____

20.5. Há proteção das matas ciliares na propriedade? _____

21. PERSPECTIVAS

21.1. A propriedade rural já sofreu mudanças em termos do tamanho?

() Não

() foi ampliada. Ano _____ Área _____

() foi dividida entre os irmãos. Ano _____ Área _____

() uma parcela foi vendida ou arrendada. Ano _____ Área _____

21.2. Tem planos de ampliação da propriedade? () sim () não

21.2.1. Porque? _____

21.2. Pretende continuar na propriedade? () sim () não

21.2.1. Pretende continuar na agricultura?

Por quê? _____

21.3. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas para continuar na agricultura? _____

21.4. Seus filhos têm planos de continuar exercendo as atividades? () sim () não.

Se sim, por quê? _____

22. Pretende investir em outro tipo de atividade (turismo, agroprocessamento etc)? _____

Por quê? _____
